INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

PRESIDENTE:
Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, criado pelo Decreto nº 24 609, de 6 de Julho de 1934, é uma entidade de natureza federativa, subordinada diretamente à Presidência da República. Tem por fim, mediante a progressiva articulação e cooperação das três ordens administrativas da organização política da República e da iniciativa particular, promover e fazer executar, ou orientar tècnicamente, em regime racionalizado, o levantamento sistemático de tôdas as estatísticas nacionais, bem como incentivar e coordenar as atividades geográficas dentro do país, no sentido de estabelecer a cooperação geral para o conhecimento metódico e sistematizado do território brasileiro. Dentro do seu campo de atividades, coordena os diferentes serviços de estatística e de geografia, fixa diretivas, estabelece normas técnicas, faz divulgação, propõe reformas, recebe, analisa e utiliza sugestões, forma especialistas, prepara ambiente favorável às iniciativas necessárias, reclamando, em benefício dos seus objetivos, a colaboração das três órbitas de govêrno e os esforços conjugados de todos os brasileiros de boa vontade.

ESQUEMA ESTRUTURAL

A formação estrutural do Instituto compreende dois sistemas permanentes — o dos Serviços Estatísticos e o dos Serviços Geográficos — e um de organização periódica — o dos Serviços Censitários

I — SISTEMA DOS SERVIÇOS ESTATÍSTICOS

O Sistema dos Serviços Estatísticos compõe-se do Conselho Nacional de Estatística e do Quadro Executivo.

A — CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, órgão de orientação e coordenação geral, criado pelo Decreto nº 24 609, de 6 de Julho de 1934, consta de:

1 Um **"Órgão Administrativo"**, que é a Secretaria Geral do Conselho e do Instituto.

2. **"Órgãos Deliberativos"**, que são: *Assembléia Geral*, composta dos membros da Junta Executiva Central, representando a União, e dos presidentes das Juntas Executivas Regionais, representando os Estados, o Distrito Federal e o Território do Acre (reúne-se anualmente no mês de Julho); a *Junta Executiva Central*, composta do Presidente do Instituto, dos diretores das cinco Repartições Centrais de Estatística, representando os respectivos Ministérios, e de representantes designados pelos Ministérios da Viação e Obras Públicas, Relações Exteriores, Guerra, Marinha e Aeronáutica (reúne-se ordinàriamente no primeiro dia útil de cada quinzena e delibera *ad referendum* da Assembléia Geral); as *Juntas Executivas Regionais*, no Distrito Federal, nos Estados e no Território do Acre, de composição variável, mas guardada a possível analogia com a J E. C. (reúnem-se ordinàriamente no primeiro dia útil de cada quinzena).

3. **"Órgãos Opinativos"**, subdivididos em *Comissões Técnicas*, isto é, "Comissões Permanentes" (estatísticas fisiográficas, estatísticas demográficas, estatísticas econômicas, etc) e tantas "Comissões Especiais" quantas necessárias, e *Corpo de Consultores Técnicos*, compostos de 32 membros eleitos pela Assembléia Geral.

B — QUADRO EXECUTIVO (cooperação federativa):

1. **"Organização Federal"**, isto é, as cinco Repartições Centrais de Estatística — Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política (Ministério da Justiça), Serviço de Estatística da Educação e Saúde (Ministério da Educação), Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (Ministério do Trabalho), Serviço de Estatística da Produção (Ministério da Agricultura) e Serviço de Estatística Econômica e Financeira (Ministério da Fazenda), e órgãos cooperadores: Serviços e Secções de Estatística especializada em diferentes departamentos administrativos

2. **"Organização Regional"**, isto é, as Repartições Centrais de Estatística Geral existentes nos Estados — Departamentos Estaduais de Estatística,— no Distrito Federal e no Território do Acre — Departamentos de Geografia e Estatística,— e os órgãos cooperadores: Serviços e Secções de estatística especializada em diferentes departamentos administrativos regionais

3 **"Organização Local"**, isto é, os Departamentos ou Serviços Municipais de Estatística, existentes nas capitais dos Estados, e as Agências nos demais municípios

II — SISTEMA DOS SERVIÇOS GEOGRÁFICOS

O Sistema dos Serviços Geográficos compõe-se do Conselho Nacional de Geografia e do Quadro Executivo.

A — CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA, órgão de orientação e coordenação, criado pelo Decreto nº 1 527, de 24 de Março de 1937, consta de:

1. Um **"Órgão Administrativo"**, que é a Secretaria Geral do Conselho

2. **"Órgãos Deliberativos"**, ou sejam a *Assembléia Geral*, composta dos membros do Diretório Central, representando a União, e dos presidentes dos Diretórios Regionais, representando os Estados e o Território do Acre (reúne-se anualmente no mês de Julho); o *Diretório Central*, composto do Presidente do Instituto, do Secretário Geral do C. N. G , de um delegado técnico de cada Ministério, de um representante especial do Ministério da Educação e Saúde pelas instituïções do ensino da Geografia, de um representante especial do Ministério das Relações Exteriores, de um representante do Govêrno Municipal da Capital da República e de um representante do C N E. (reúne-se ordinàriamente no terceiro dia útil de cada quinzena); os *Diretórios Regionais*, nos Estados e no Território do Acre, de composição variável, mas guardada a possível analogia com o D. C (reúnem-se ordinàriamente uma vez por mês).

3 **"Órgãos Opinativos"**, isto é *Comissões Técnicas*, tantas quantas necessárias, e *Corpo de Consultores Técnicos*, subdividido em Consultoria Nacional, articulada com o D C , e 21 Consultorias Regionais, articuladas com os respectivos D R

B — QUADRO EXECUTIVO (cooperação federativa):

1. **"Organização Federal"**, com um órgão executivo central — o Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica do Ministério da Viação — e órgãos cooperadores — serviços especializados dos Ministérios da Agricultura, Viação, Trabalho, Educação, Fazenda, Relações Exteriores e Justiça, e dos Ministérios Militares (colaboração condicionada).

2 **"Organização Regional"**, isto é, as repartições e institutos que funcionam como órgãos centrais de Geografia nos Estados.

3. **"Organização Local"**,— os Diretórios Municipais, Corpos de Informantes e Serviços Municipais com atividades geográficas

III — SISTEMA DOS SERVIÇOS CENSITÁRIOS

O Sistema dos Serviços Censitários compõe-se de órgãos deliberativos — as Comissões Censitárias — e de órgãos executivos, cujo conjunto é denominado *Serviço Nacional de Recenseamento.*

A — COMISSÕES CENSITÁRIAS:

1 A Comissão Censitária Nacional, órgão deliberativo e controlador, compõe-se dos membros da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, do Secretário do Conselho Nacional de Geografia, do Diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda, de um representante do Conselho Atuarial e de três outros membros — um dos quais como seu Presidente e Diretor dos trabalhos censitários — eleitos por aquela Junta em nome do Conselho Nacional de Estatística, verificando-se a confirmação dos respectivos mandatos mediante ato do Poder Executivo

2 As 22 Comissões Censitárias Regionais, órgãos orientadores, cada uma das quais se compõe do Delegado Regional do Recenseamento, como seu Presidente, do Diretor em exercício da repartição central regional de estatística e de um representante da Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística.

3 As Comissões Censitárias Municipais, órgãos cooperadores, cada uma das quais constituída por três membros efetivos — o Prefeito Municipal, como seu Presidente, o Delegado Municipal do Recenseamento e a mais graduada autoridade judiciária local, além de membros colaboradores

B — SERVIÇO NACIONAL DE RECENSEAMENTO

1 A **"Direção Central"**, composta de uma Secretaria, da Divisão Administrativa, da Divisão de Publicidade e da Divisão Técnica.

2. As **"Delegacias Regionais"**, uma em cada Unidade da Federação

3. As **"Delegacias Seccionais"**, em número de 117, abrangendo grupos de Municípios

4. As **"Delegacias Municipais"**.

5. O **"Corpo de Recenseadores"**.

Sede do INSTITUTO: Praça Mauá, 7 - 11.º andar
RIO DE JANEIRO

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

Órgão oficial do Conselho Nacional de Estatística
e da Sociedade Brasileira de Estatística, editado trimestralmente
pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

DIRETOR RESPONSÁVEL: M. A. TEIXEIRA DE FREITAS
REDATOR-SECRETÁRIO: WALDEMAR LOPES

Redação: PRAÇA MAUÁ, 7, 11º. ANDAR — TELEFONES 43-2153 e 43-7339
Oficinas: AVENIDA PASTEUR, 404 — TELEFONE 26-6906

ASSINATURA ANUAL: Cr$ 40,00

RIO DE JANEIRO — BRASIL

◈ ◈ ◈

SUMÁRIO

José Carlos de Macedo Soares
A OBRA DE PROSPECÇÃO NACIONAL DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA 179

J. Carneiro Felippe
O RECENSEAMENTO GERAL DE 1940 E O INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA 193

Heitor Bracet
O ÓRGÃO CENTRAL DE ESTATÍSTICA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA . . . 196

João de Lourenço
QUADRO GERAL DAS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE ESTATÍSTICA ECONÔMICA E FINANCEIRA, SOB O REGIME DE CENTRALIZAÇÃO PELO I B G E. 201

A. R de Cerqueira Lima
A ESTATÍSTICA DA PRODUÇÃO EXTRATIVA E AGRO-PECUÁRIA 217

O. G. da Costa Miranda
O ÓRGÃO CENTRAL DE ESTATÍSTICA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO . . 221

Christovam Leite de Castro
O SERVIÇO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA FISIOGRÁFICA 225

Jansen de Melo
A ATUAÇÃO DO SERVIÇO FEDERAL DE BIO-ESTATÍSTICA NAS ESFERAS ESTATÍSTICA E SANITÁRIA 231

M. A. Teixeira de Freitas
O ÓRGÃO DE ESTATÍSTICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, ANTES E DEPOIS DO I B G E. . . 235

Amaro Soares de Andrade
A VIDA ESTATÍSTICA DO LLOYD BRASILEIRO 249

Segismundo Mello
A ESTATÍSTICA DO CAFÉ 254

O. Alexander de Morais
O RECENSEAMENTO DE 1940 DO PONTO DE VISTA DA TÉCNICA CENSITÁRIA 257

R. Nobre Passos
SÍNTESE HISTÓRICA DA CRIAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO D G.E DO ACRE 279

Júlio Benevides Uchoa
EVOLUÇÃO DA ESTATÍSTICA NO AMAZONAS 283

Adelino de Sousa Vasconcelos
O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA DO PARÁ E SUA EVOLUÇÃO 289

Djalma Fortuna
A ESTATÍSTICA MARANHENSE 293

(Continua)

SUMÁRIO

(Conclusão)

João Bastos
A ESTATÍSTICA DO PIAUÍ SOB O REGIME DE COOPERAÇÃO INTER-ADMINISTRATIVA ... 297

Tomaz Gomes da Silva
O CEARÁ E O INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA .. 301

Carolino Gonçalves
LIGEIRAS NOTAS SÔBRE A ESTATÍSTICA NO RIO GRANDE DO NORTE .. 307

Sizenando Costa
A INFLUÊNCIA DO I.B.G E. NA EVOLUÇÃO DA ESTATÍSTICA PARAÏBANA 311

Paulo Pimentel
DESENVOLVIMENTO DA ESTATÍSTICA EM PERNAMBUCO APÓS A CRIAÇÃO DO I.B.G.E ... 317

M. Diegues Júnior
ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO SISTEMA ESTATÍSTICO DE ALAGOAS 323

João Carlos de Almeida
A ESTATÍSTICA EM SERGIPE ... 333

Afrânio de Carvalho
A ESTATÍSTICA NA BAÍA ... 341

Hildebrando Clark
MINAS GERAIS E O INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA .. 348

Armando Duarte Rabelo
O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E A ESTATÍSTICA ... 354

Francisco Steele
A ESTATÍSTICA NA TERRA FLUMINENSE .. 361

Sérgio Nunes de Magalhães Jr.
ESTATÍSTICA NO DISTRITO FEDERAL ... 369

Djalma Forjaz
A ESTATÍSTICA NO ESTADO DE SÃO PAULO DE 1936 A 1943 ... 380

Lauro Schleder
A ESTATÍSTICA NO PARANÁ DE 1936 A 1943 ... 387

Virgílio Gualberto
A ESTATÍSTICA EM SANTA CATARINA ... 392

Mem de Sá
A ESTATÍSTICA SULRIOGRANDENSE SOB O REGIME DO I.B G E. ... 397

Ernesto Pelanda
A DIRETORIA DE ESTATÍSTICA EDUCACIONAL DO RIO GRANDE DO SUL 403

Frederico de Medeiros
O RITMO EVOLUTIVO DA ESTATÍSTICA EM GOIAZ ... 405

Lobivar Matos
A ESTATÍSTICA EM MATO GROSSO ... 411

João de Mesquita Lara
OS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE ESTATÍSTICA E O I B G E ... 415

FORA DO TEXTO

"CABEÇA DE VELHO" Quadro de Gabriel Augusto de Gouveia.
Entre as páginas 192 e 193

"AS BANDEIRAS" Ode de Heitor Eloy Alvim Pessoa
Entre as páginas 256 e 257.

"PALÁCIO DO SILOGEU BRASILEIRO". Projeto do arquiteto Sérgio Bernardo.
Entre as páginas 288 e 289.

NOTA DA REDAÇÃO — Em virtude de ser êste número inteiramente dedicado à comemoração do sétimo aniversário da instalação do I B G E — data que também assinala o "Dia do Estatístico" — deixam de nele aparecer as secções normais da REVISTA.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

Ano IV | ABRIL - JUNHO, 1943 | N.º 14

JOSE' CARLOS DE MACEDO SOARES
(Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

A OBRA DE PROSPECÇÃO NACIONAL DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

A PASSAGEM do sétimo aniversário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística oferece grato ensejo ao exame da obra de prospecção nacional empreendida pelo vasto sistema de serviços que êle coordena. Será essa a melhor maneira de demonstrar, com o recurso à simples objetividade dos fatos, a fôrça admirável do princípio de cooperação que lhe fundamenta a estrutura e sob cujo signo se traçaram as diretrizes de seu programa técnico e cultural.

Outras vozes falarão, neste mesmo número da REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, do esfôrço que o país vem realizando, através de seu aparêlho de pesquisa estatística e geográfica, afim de desenvolver e aprofundar cada vez mais o conhecimento da vida nacional, na sua expressão multifária. Não será demais, todavia, fixar numa visão de conjunto a amplitude e intensidade dêsse permanente trabalho de investigação das nossas condições de existência, sob os múltiplos aspectos em que se desdobram.

Compreendendo o território e a atividade humana — refletido, o primeiro, na representação cartográfica, e expresso, o segundo, na caracterização numérica — a obra até agora levada a efeito, embora passível de progressivo aperfeiçoamento, já constitui inestimável conquista do espírito de objetividade com que se vai encaminhando a solução dos problemas de base do país. Cumpre reconhecer, por outro lado, que essa obra atende, sobretudo, ao alto objetivo de organização e unidade em que o Estado Brasileiro encontra os melhores estímulos ao seu esfôrço de construção renovadora, neste período memorável de nossa evolução política a que corresponde a existência do Instituto.

Centralização técnica e descentralização administrativa

Apesar de tôdas as iniciativas verificadas em várias fases de nossa história, o Govêrno instituído em 1930 encontrou o país em situação de absoluta deficiência em matéria de dados estatísticos. Fazia-se estatística, é verdade, e em alguns casos — como ocorria, por exemplo, com as do intercâmbio comercial — em apreciáveis condições de segurança. Faltava, entretanto, aos esforços desenvolvidos, a subordinação a certa unidade de plano que prevenisse os perigos dos levantamentos paralelos, sempre conducentes a resultados contraditórios, e evitasse a dispersão de recursos.

Nos dois primeiros anos do Govêrno Provisório, várias iniciativas foram tomadas, em benefício dos serviços estatísticos oficiais, com a criação de novos órgãos e modificações nos existentes. Entretanto, o problema continuava rebelde às soluções empreendidas, e poucos resultados se faziam esperar das medidas postas em prática.

O êxito do Convênio Inter-Administrativo, firmado em 1931, entre as Unidades Políticas da República e o Govêrno Federal, para a uniformização e o aperfeiçoamento das estatísticas educacionais e conexas, estava a demonstrar o caminho certo para colocar duma vez a Estatística Brasileira ao nível das suas responsabilidades, no plano de renovação empreendido pelo Govêrno revolucionário. E êsse caminho seria a transferência, para o terreno administrativo, do espírito que preside à nossa própria organização política. Refiro-me ao aproveitamento das virtualidades do regime federativo para, através de uma perfeita conjugação de esforços das três órbitas de govêrno, estabelecida num estatuto orgânico fundamental, obter-se a subordinação de tôda a nossa organização estatística a um conjunto de normas, preestabelecidas segundo rigorosos princípios de centralização técnica e descentralização administrativa.

Foi êsse o objetivo alcançado, em boa hora, — graças, sobretudo, ao descortino e à clarividência com que o Presidente GETÚLIO VARGAS soube ver o problema — através de três etapas fundamentais: a criação, em 1934, do Instituto Nacional de Estatística, posteriormente transformado, quando passou a integrá-lo o Conselho Nacional de Geografia, em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; a celebração, dois anos após, da Convenção Nacional de Estatística, que, firmada entre a União e tôdas as Unidades da Federação, congregou num sistema único os múltiplos órgãos de elaboração estatística existentes no país, assegurando à sua atuação perfeita unidade de plano e rigorosa identidade de objetivos; e, por fim, a criação do Conselho Nacional de Estatística, igualmente em 1936, como entidade colegial a que competem a orientação e direção superiores das atividades do Instituto.

Instituído o sistema e assegurado o seu pleno funcionamento, quer na órbita federal, quer na regional, as realizações até agora registradas — e que teem dado lugar a pronunciamentos os mais honrosos para o Brasil, como o foram, por exemplo, os do VIII Congresso Científico Americano, reünido em Washington, e o do II Congresso Interamericano dos Municípios, verificado no Chile — essas realizações, dizia, cada vez

mais robustecem a convicção de que possui realmente extraordinária fecundidade o princípio da cooperação inter-administrativa. A experiência do Instituto, a êsse respeito, vale como um testemunho dos mais significativos, e não se traduz em simples palavras, porque aí está, para melhor exprimí-lo, um conjunto inestimável de empreendimentos e iniciativas que constituem, sem dúvida nenhuma, contribuïções das mais valiosas ao seguro conhecimento da terra e da gente brasileiras. Não há exagêro em afirmar que, neste setor, temos feito mais, no último decênio, do que em tôdas as demais fases de nossa evolução histórica.

No setor estatístico Os primeiros resultados da atuação do Instituto foram assinalados através das sensíveis modificações por que passou a rede de órgãos regionais de estatística. Além da criação dêsses órgãos nos Estados que os não possuíam, foram submetidos a adiantadas reformas os serviços já existentes, de modo que, dentro de curto prazo, dispunha cada Unidade Federada — conforme o previra a Convenção — de um departamento central de estatística, da mais alta hierarquia e dotado dos necessários requisitos de eficiência técnica.

De várias maneiras tem o Instituto procurado colaborar na consecução dêsses objetivos. Concorre com auxílios financeiros para êsse fim especialmente destinados; põe elementos especializados do seu quadro à disposição das administrações estaduais, para a organização, reforma ou melhor ajustamento dos respectivos serviços estatísticos; assegura a êsses serviços a necessária assistência, sempre que solicitada, e dispensa constante atenção aos interêsses e necessidades dos diferentes setores do seu sistema regional.

Por outro lado, vários serviços estatísticos especializados foram criados, como órgãos colaboradores dos Departamentos centrais, — uns e outros com a sua atuação submetida à autoridade das Juntas Regionais do Conselho Nacional de Estatística nas diversas Unidades Federadas.

O Instituto estabeleceu um plano sistemático para a colaboração dos sistemas estatísticos regionais com o federal, fixando as normas para os levantamentos referentes às condições existenciais do país, ou seja não apenas as de natureza física, demográfica e econômica, senão também as de ordem sócio-cultural e político-administrativa. Normalizados os inquéritos, com a utilização dos Cadernos A, B e C, cujo plano compreende todos os aspectos das realidades nacionais passíveis de pesquisa, para fins estatísticos, os seus resultados são regularmente divulgados no *Anuário Estatístico do Brasil*, que tivera a sua publicação interrompida depois do número inicial, em 1916, e vem sendo lançado pelo Instituto desde 1936.

A difusão das informações compreendidas no *Anuário* é desdobrada sob diversas modalidades: em vinte e duas Sinopses Regionais, que dele constituem separatas, com acréscimos; uma Sinopse Nacional, em por-

tuguês e inglês, para distribuïção no estrangeiro, e vários folhetos de vulgarização especial, entre os quais se inclui o que divulga, em Esperanto, certas informações essenciais sôbre a vida brasileira.

O êxito da atuação do Instituto no campo estatístico — atuação que, sou o primeiro a reconhecer, comporta sucessivos aperfeiçoamentos — teria de condicionar-se, antes de tudo, à natureza e possibilidade das fontes informativas. Não nos tem escapado também êsse aspecto, de evidente importância para os objetivos que temos em vista.

Daí porque o Instituto procura desenvolver campanhas de publicidade, destinadas a criar, no país, uma conciência favorável às pesquisas estatísticas, e, ainda, encaminha providências, visando o aperfeiçoamento dos registros públicos e a sua extensão a todos os fenômenos estatísticos que a êles podem ficar sujeitos.

A êsse respeito, são sempre muito fecundas as sessões anuais da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, pela oportunidade que oferecem para o exame dos problemas técnicos que ainda nos preocupam e a fixação das normas julgadas mais aconselháveis para o seu definitivo encaminhamento.

É de justiça ressaltar que as sugestões daquela Assembléia sempre encontram a melhor acolhida da parte dos governos da União e dos Estados, vindo a converter-se, na quase totalidade dos casos, em providências legislativas de grande alcance para os fins estatísticos.

A estatística educacional, a médico-sanitária, a da produção, a industrial, a das correntes comerciais e bem assim as sociais e culturais, vão apresentando resultados cada vez mais auspiciosos e caminham, sem dúvida, para uma perfeita regularidade. Enquanto isso, procura-se atender a certos aspectos mais particularizados, também passíveis de levantamentos, mediante a instituïção de registros adequados e da obrigatoriedade de certos atos que tornem possíveis os mesmos levantamentos. É o caso, por exemplo, do registro das indústrias dos produtos de origem animal, do movimento dos hóspedes em pensões e hotéis, dos veículos, etc., para não falar, ainda, na instituïção, no Código do Processo Penal, do "Boletim Individual", para o levantamento das estatísticas criminais, e das providências referentes à organização, em todo o país, das estatísticas administrativas. Foi tornada obrigatória, também, a remessa, aos órgãos estatísticos especializados, de boletins de acidentes no trabalho e de documentos relativos à constituïção e vida financeira das sociedades anônimas.

Ressalta a tôda evidência o empenho do Govêrno em dotar o país de uma legislação estatística à altura das nossas necessidades e capaz de assegurar ao Instituto os elementos necessários à plena consecução dos seus objetivos, dentro das diretrizes básicas que lhe foram traçadas. Várias providências poderia referir, tôdas elas inspiradas por êsse esclarecido propósito. Citarei, neste passo, apenas uma, porque haverá lugar para as demais noutros pontos dêste artigo.

Refiro-me ao Decreto-lei n.º 4 462, de 10 de Julho de 1942, que instituiu a obrigatoriedade da prestação de informações para fins de estatística. Segundo estabelece, taxativamente, o artigo 1.º dêsse decreto, tôda pessoa, natural ou jurídica, domiciliada no território nacional, é obrigada a prestar os informes que, para aqueles fins, lhe forem solicitados, episódica ou periòdicamente, pelos Serviços Federais de Estatística, diretamente ou por intermédio de órgãos da administração regional ou municipal.

Além disso, com o fim de obter que as informações periódicas sejam prestadas regular e uniformemente, os Serviços Federais de Estatística poderão determinar, desde que forneçam os modelos convenientes, que as fontes de informação — qualquer que seja a natureza das respectivas atividades — mantenham livros de registro dos fatos que devam ser informados. Trata-se, como se vê, de uma providência do maior alcance e que atende a uma constante preocupação do Instituto, dadas as vantagens técnicas que apresentam as coletas automáticas, sòmente possíveis mediante o registro sistemático dos fenômenos a serem levantados estatìsticamente.

O aperfeiçoamento cultural e técnico dos servidores da estatística nacional tem merecido especial atenção da parte do Instituto. A êsse objetivo estão ligadas três iniciativas principais: a criação de um Curso de Aperfeiçoamento, teórico e prático, para funcionários dos serviços estatísticos articulados no sistema; o lançamento da REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, órgão do Conselho Nacional de Estatística e da Sociedade Brasileira de Estatística, já em seu quarto ano de existência; e a realização, a quando das sessões da Assembléia Geral do mesmo Conselho, de Cursos de Informações de alto nível, a cargo de ilustres especialistas e destinados aos próprios diretores dos órgãos centrais de estatística regional.

É fruto, ainda, do ambiente criado pela atuação do Instituto o auspicioso desenvolvimento que vem tendo a Sociedade Brasileira de Estatística, reorganizada em 1940 sob o seu patrocínio e assistência.

A elaboração e divulgação, pelos órgãos estatísticos regionais, das contribuïções de cada Unidade Federada para as Tábuas Itinerárias Brasileiras, constituem, igualmente, iniciativas dignas de menção, verificadas no mais antigo dos três setores de serviços do Instituto.

Merece referência, também, pelo que significa como subsídio do Instituto ao preparo de vocabulários técnicos que dêem precisão e uniformidade à nossa terminologia científica, a elaboração do *Vocabulário Brasileiro de Estatística,* — trabalho êsse realizado por um dos consultores técnicos do C.N.E., o Professor MILTON DA SILVA RODRIGUES, e ao qual se dará publicidade ainda êste ano.

Atividades geográficas

A integração dos serviços geográficos do país no sistema do Instituto verificou-se precisamente alguns meses antes da instituïção do Estado Nacional, em 1937. Sua obra floresceu, pois, tôda ela, no clima da nova política brasileira.

O Conselho Nacional de Geografia possui organização semelhante à do Conselho Nacional de Estatística, embora a rede de órgãos geográficos regionais não tenha, na prática, a mesma amplitude do aparelhamento estatístico. Nesse particular, porém, é interessante referir que, enquanto em 1937 existiam apenas quatro departamentos especializados nos Estados, atualmente êsse número ascende a quatorze, não sendo para desprezar a colaboração que as repartições incumbidas de trabalhos conexos prestam nas Unidades Federadas que ainda não dispõem dos referidos departamentos.

Foi por intermédio do C.N.G. que teve cumprimento o Decreto-lei n.º 311, de 1938, pelo qual se pôs fim à situação verdadeiramente caótica em que se encontrava o quadro territorial do país, para dar lugar à rigorosa sistematização a que ora obedece. Pela primeira vez se pôde conhecer, com segurança, e nas suas condições reais, a divisão judiciária e administrativa do país. Procedeu-se, para isso, à descrição sistemática, segundo normas racionalizadoras prèviamente estabelecidas, dos limites dos 1 574 municípios e 4 842 distritos, cujas sedes — cidades e vilas, respectivamente, por fôrça de lei — estão com os seus perímetros urbanos e suburbanos perfeitamente delimitados. Fêz-se, além disso, o levantamento dos mapas de tôdas as nossas circunscrições municipais, trabalhos êsses cuja apresentação nesta capital, numa grande revista de mostra, constituiu um acontecimento de tanta significação técnica e cultural para os anais do Instituto. Além dessa campanha, a das coordenadas das sedes municipais, a das altitudes das principais localidades e a do levantamento aerofotogramétrico de certas áreas importantes, estão permitindo o preparo da nova carta do Brasil ao milionésimo, em 50 fôlhas, contribuïção do nosso país à carta mundial.

Instituindo um concurso de monografias municipais, vem colhendo o Conselho resultados os mais auspiciosos, que asseguram a posse, em breve prazo, de uma documentação valiosíssima sôbre os mais diversos aspectos do território brasileiro.

Conseguiu ainda o C.N.G. a sistematização dos trabalhos cartográficos e bem assim generalizar a adoção, na administração do país, de um quadro da divisão regional do Brasil no qual se teve em vista o agrupamento de Unidades Federativas realmente ligadas por ocorrências geográficas dominantes e características, e que apresentam aspectos comuns formadores de conjuntos peculiares.

A atuação da ala geográfica do I.B.G.E. apresenta-se ainda de considerável importância no aperfeiçoamento do pessoal dos serviços cartográficos, tanto da capital do país como dos Estados, através de cursos de acentuada feição prática.

Noutro campo mais largo de influência, está cooperando decisivamente para que retome sua regularidade a realização bienal dos Congressos Brasileiros de Geografia, o primeiro dos quais nesta nova fase, reünido em Florianópolis, alcançou o mais brilhante êxito. O contacto com os geógrafos e com todos os cultores da geografia, em nosso meio,

é, aliás, mantido pelo Conselho graças a diversas iniciativas culturais e, sobretudo, à publicação regular da *Revista Brasileira de Geografia*. Essa função agregadora do C.N.G. tem ainda agora um papel saliente na arregimentação e na preparação psicológica dos geógrafos brasileiros em face do estado de guerra; mantém-nos em vigilância contra os inimigos da Pátria e concita-os ao maior esfôrço pela Vitória.

Mas, ainda não mencionei a maior parte das tarefas que o órgão centralizador das atividades geográficas nacionais está realizando, nem todos os seus serviços de campo e de gabinete, tais como, entre os primeiros, a participação direta nos trabalhos de demarcação dos limites entre Minas Gerais e Goiaz, o concurso prestado à expedição científica promovida pela Divisão de Geologia e Mineralogia do Ministério da Agricultura ao Estado de Mato Grosso, e as pesquisas levadas a efeito nos arredores de Goiânia. Entre os trabalhos de gabinete, quero destacar ainda, além dos necessários ao preparo da Carta Geral, a que já me referí, numerosos mapas, cartogramas e gráficos de interêsse para o estudo da geografia brasileira, a coleta de uma excelente documentação geográfica, a elaboração do *Dicionário Geográfico Brasileiro*, já em franco andamento, e, em cumprimento do Decreto-lei n.º 3 599, de 6 de Setembro do ano passado, os estudos para a sistematização da nomenclatura das estações ferroviárias e a eliminação da duplicata dos nomes de povoados e demais localidades.

A reünião, em 1942, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, verificou-se, como a do Conselho Nacional de Estatística, na nova capital goiana, onde se encontraram delegados dos governos regionais, representantes dos Ministérios interessados e um numeroso grupo de especialistas. Estes últimos ministraram um proveitoso Curso de Informações. Foram debatidos, nessa oportunidade, os assuntos de maior relevância e atualidade para os serviços geográficos brasileiros, especialmente em face de problemas da segurança nacional.

Com uma firme e patriótica decisão, e graças, também, ao apoio dos geógrafos brasileiros e de ilustres mestres estrangeiros ora no Brasil, o Conselho vem realizando uma obra por todos os títulos digna de aprêço, cumprindo satisfatòriamente os objetivos que o Presidente VARGAS teve em vista, quando reüniu em 1937, ao órgão já então incumbido da centralização dos serviços estatísticos, um aparêlho destinado à centralização dos serviços geográficos, de modo que uns e outros se auxiliassem e completassem recìprocamente, assegurando, por essa forma, um conhecimento cada vez melhor do Homem e da Terra do Brasil.

O recenseamento geral de 1940

Vinte anos depois da realização do quarto recenseamento geral do Brasil, cujas indagações compreenderam apenas os aspectos demográfico, agrícola e industrial, coube ao Estado Nacional empreender a operação censitária de maior envergadura já tentada na América do Sul, não apenas pelo grande volume da massa de população a recensear, mas

pela extensão e profundidade das indagações, em sete diferentes censos: o demográfico, os econômicos — agrícola, industrial, comercial, de transportes e comunicações e de serviços — e o social.

Foi um cometimento arrojado, com o qual o Govêrno demonstrou sua alta e honrosa confiança na entidade centralizadora das atividades estatísticas e geográficas do país. E, para o Instituto, constituiu uma oportunidade para pôr à prova a experiência que vinha realizando, das virtualidades da cooperação inter-administrativa, e, ao mesmo tempo, aferir os grandes préstimos que em tal oportunidade poderia esperar dos sistemas por êle mantidos na pesquisa constante das realidades nacionais. De fato, foi preciosa a colaboração prestada, para os trabalhos básicos indispensáveis ao lançamento dos censos, pelos serviços geográficos e estatísticos, do mesmo modo que a estes aproveitará fundamentalmente o resultado das investigações censitárias.

Para um país como o nosso, a que faltava inteiramente aquilo que o saüdoso mestre BULHÕES CARVALHO, "Fundador da Estatística Geral Brasileira", chamava de "tradição censitária", o Recenseamento Geral de 1940 constituiu uma corajosa emprêsa, cuja organização e execução recomendam a competência dos técnicos brasileiros. Valeu, também, por uma prova da boa receptividade do povo em relação às iniciativas de legítimo interêsse nacional, e revelou, ainda, um sadio clima de confiança e apreciável espírito público nas diversas camadas sociais. A absoluta ausência de dissenções políticas permitiu que a coleta censitária se processasse em todo o país sem choques de qualquer natureza, quase não se fazendo uso, senão em raríssimos casos, das medidas penais previstas na legislação competente.

Os trabalhos do Recenseamento, dirigidos por um reputado cientista patrício, o Professor J. CARNEIRO FELIPE, foram na sua fase preparatória e são ainda agora orientados por uma ilustre comissão de técnicos, com a colaboração de eminentes figuras representativas da cultura nacional.

Sob a direção imediata do Sr. RAFAEL XAVIER, cujas qualidades de organizador já foram postas em relêvo noutros importantes setores da administração pública, estão em vigoroso andamento, na respectiva Divisão Técnica, os serviços de crítica final, codificação e apuração mecânica.

São impressionantes algumas das revelações que os resultados preliminares propiciam, exprimindo o notável ritmo de progresso do Brasil contemporâneo. Êsses testemunhos teriam de constar, evidentemente, de um enorme volume de questionários, cuja coleta, crítica e apuração assumem um vulto jamais excedido por outro empreendimento técnico-administrativo de nossa história, deixando a perder de vista o dos trabalhos do censo de 1920. De fato, o crescimento verificado na população — de 30 para 41 e meio milhões —, no total de propriedades agrícolas — de 600 mil para cêrca de 2 milhões —, na soma de estabelecimentos industriais — de pouco mais de 13 500 para aproximada-

mente 52 300 —, para só falar nas indagações comuns a ambos os recenseamentos, bem assim o aprofundamento dessas pesquisas, como já referí, deram lugar a que a tarefa de agora assumisse tão vastas proporções.

No entender dos especialistas, não seria possível obter de uma operação censitária maiores proveitos, quanto à revisão das estimativas há longo tempo em curso, do que os alcançados com o primeiro censo do Estado Nacional. Por outro lado, sentem todos quantos estão a par da profundidade das indagações dos inquéritos lançados, que o material, dentro em breve ao dispor dos administradores e dos estudiosos, é de uma riqueza inestimável, e tanto mais sugestivo quanto se refere, em parte, a aspectos — até então inteiramente ignorados — do *complexus* de um país jovem, em um período importantíssimo de sua história.

Não tenho dúvida em afirmar que tão minucioso balanço da vida brasileira ficará como um dos notáveis serviços prestados ao país pelo benemérito govêrno GETÚLIO VARGAS e que exercerá uma decisiva influência na obra de reconstrução nacional a que se entrega a atual geração.

Outras realizações

Há ainda uma série de fatos na vida do Instituto, não enquadrados no campo de especialização técnica das três alas da entidade e que nem por isso são menos significativos. Refiro-me à expressiva atuação cívica e cultural por êle desenvolvida nestes últimos anos, com uma notável repercussão dentro e fora do país. Haja vista sua participação nas comemorações do "Dia do Município" e do cinqüentenário da Encíclica *Rerum Novarum;* em congressos internacionais — como o VIII Congresso Científico Americano e o II Congresso Interamericano de Municípios — com resultados tão desvanecedores para o bom nome do Brasil; na I Conferência Nacional de Educação, à qual dedicou um excelente documentário de mais de 1 200 páginas, depois distribuído a milhares de estudiosos e interessados no país e no estrangeiro; e na campanha pelo prevalecimento integral do acôrdo ortográfico firmado entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa, e oficializado pelo nosso Govêrno.

Não deve ser esquecida, entre as iniciativas do Instituto, a distribuïção feita a tôdas as escolas primárias do Brasil, de um mapa do território nacional, na escala de 1:6 500 000, provendo assim dessa indispensável peça de equipamento escolar inúmeras classes do interior que ainda não a possuíam.

Dentro dessa ordem de atividades, quís o Instituto empregar o seu melhor empenho para que realçasse tôda a grandiosidade do acontecimento nacional que devia ser, e realmente foi, a inauguração da nova capital de Goiaz. Coube-lhe promover e coordenar iniciativas que resultaram no "batismo cultural" de Goiânia e entre as quais se incluíram

a II Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística, excelente demonstração de trabalho e inteligência do povo brasileiro, e o VIII Congresso Brasileiro de Educação, realizado pela Associação Brasileira de Educação, sob os auspícios do I.B.G.E.

Quero ressaltar, ainda, a atuação do Instituto em prol do fortalecimento das relações interamericanas e da união dos estatísticos brasileiros, pelos laços de uma cordial solidariedade, aos estatísticos de tôda a América. Enquadra-se nessa ordem de propósitos a cooperação que êle vem procurando assegurar ao Instituto Interamericano de Estatística, criado em Washington em 1940, com o fim de estimular a cooperação científica no domínio estatístico, no Continente, e em cuja presidência se encontra um estatístico brasileiro, ou seja o próprio secretário geral do I.B.G.E.

Inspira-se, igualmente, nos melhores objetivos de confraternização cultural e solidariedade humana a adoção do Esperanto como língua auxiliar do Instituto, bem como a sua inclusão entre as disciplinas compreendidas no programa do Curso de Aperfeiçoamento destinado ao funcionalismo estatístico federal e regional.

Não desejo encerrar as referências às iniciativas e empreendimentos do Instituto sem aludir a um antigo objetivo cuja consecução tem sido retardada em virtude de certas circunstâncias especiais. Trata-se da construção — já concedida pelo Senhor Presidente da República, em Decreto-lei de Junho de 1940 — do Palácio do Silogeu Brasileiro. Essa iniciativa dotará a capital do país de um edifício público de extraordinárias proporções, no qual passarão a ter sede a Secretaria do Instituto e os seus serviços anexos, as cinco repartições ministeriais integradas no seu sistema, importantes departamentos administrativos federais e as prestigiosas instituïções que já ocupam o atual edifício do Silogeu Brasileiro, além de várias outras entidades de objetivos diretamente culturais ou que sejam, de modo indireto, colaboradoras da obra divulgadora e educativa da entidade.

Por outro lado, será mantida permanentemente no Silogeu uma Exposição Brasileira de Educação e Cultura, a qual ocupará grande área no edifício a construir. Também figura no plano do Palácio a instalação do Planetário Cruzeiro do Sul — que talvez ainda venha a ser o primeiro da América Latina — destinado a fins de recreio popular educativo, uma vez que ministrará aos seus freqüentadores o ensino da astronomia e da cosmografia.

O "Ideário Cívico" do I.B.G.E.

Mencione-se também, neste passo, a admirável sementeira de idéias emanada dos estudos dos nossos técnicos, visando os mais altos objetivos de reconstrução nacional e já bem conhecida como "ideário cívico do I.B.G.E.". Neste se destacam a transferência imediata da capital da República para Belo Horizonte e a redivisão política do Brasil, afim de assegurar equivalência territorial às Unidades da Federação, bem assim várias outras providências complementares, tais como a divisão

departamental ou consorciamento de Municípios, com o estabelecimento de uma rede de cêrca de duzentos centros metropolitanos; a multiplicação de Colônias-Escolas, plano êsse cuja oportunidade foi demonstrada pelas conclusões do VIII Congresso Brasileiro de Educação; a organização do Exército do Trabalho, instrumento a um só tempo de prevenção social, educação e assistência e colonização intra-fronteiras, vale dizer, de defesa nacional; a aplicação do princípio da cooperação inter-administrativa, plenamente vitorioso na coordenação dos serviços estatísticos e geográficos, a alguns dos demais setores da administração pública, tais como o da educação, da assistência social, do fomento agrícola, da ampliação do sistema rodoviário e da arrecadação fiscal.

No terreno educacional, aliás, já constituiu um passo dos mais significativos, nesse sentido, o Convênio do Ensino Primário recentemente firmado, embora essa feliz iniciativa não tivesse compreendido tôdas as medidas que a experiência do Instituto estaria a aconselhar e que, a título de sugestão, foram fixadas pelo Conselho Nacional de Estatística, na Resolução em que consignou os seus aplausos ao Govêrno pela convocação das Conferências Nacionais de Educação e de Saúde.

O I.B.G.E. e o estado de guerra

As tarefas a cargo do Instituto teriam, necessàriamente, de submeter-se a um novo ritmo, em face da situação de emergência em que se encontra o país. Várias providências nesse sentido foram postas em prática, afim de acelerar a execução dos trabalhos que mais de perto interessem aos problemas de nossa defesa.

Reveste-se da maior importância, dentre elas, as que decorrem do Decreto-lei n.º 4 736, de 23 de Setembro último, baixado justamente para atender à necessidade, em que nos encontramos, de melhor assegurar o êxito das nossas estatísticas em geral e, especialmente, das que devem ser o fundamento da orientação da política econômica e da segurança nacional.

O Instituto vem dando plena execução aos levantamentos previstos naquele diploma legislativo, e que compreendem não sòmente os estoques de determinados produtos, como outros índices econômicos de importância fundamental para a racionalização da política de guerra do país. Cumpre reconhecer, aliás, que os esforços da estatística brasileira teem encontrado franco espírito de colaboração da parte das classes conservadoras, também elas sensíveis ao dever que a todos nos cabe, na atual emergência.

Por meio de comunicados reservados, transmite o Instituto às autoridades interessadas os resultados dêsses levantamentos, cujo significado para a mobilização econômica e militar do país tem sido ressaltado em vários e expressivos pronunciamentos.

O Decreto-lei n.º 4 736, entretanto, não se limitou a estabelecer as disposições julgadas necessárias para garantir a perfeita regularidade do levantamento da produção e dos estoques. Fixou ainda uns tantos

princípios que, não sòmente completam, como ainda valorizam extraordinàriamente os fundamentos legais da atuação do Instituto. Inclui-se entre êles, por exemplo, o que se refere à unificação das pesquisas estatísticas, de modo a evitar a duplicidade de coleta e reduzir o trabalho informativo das fontes a que recorrem os serviços estatísticos oficiais.

Foram muito oportunas, também, as disposições relativas à normalização do levantamento da estatística das correntes internas de comércio, ou seja das trocas verificadas entre as diversas Unidades da Federação pelas vias fluviais, terrestres e aéreas. É êsse, aliás, um objetivo que o Instituto vem procurando alcançar desde 1936. Afastadas as últimas dificuldades que se antepunham à sua consecução, disporá o país, dentro em breve, de seguros elementos, apurados mensalmente, sôbre êsse expressivo aspecto da economia nacional.

O importante diploma legislativo de Setembro último ainda consagra, de maneira bastante expressiva, o princípio da cooperação inter-administrativa, ao prever a realização de acordos especiais entre o Instituto e os Governos dos Estados, Distrito Federal e Território do Acre, afim de que possa o primeiro assegurar aos órgãos estatísticos regionais a assistência administrativa e técnica que lhes dê a requerida eficiência. Por meio dêsses acordos, o órgão ou os órgãos estatísticos a que os mesmos se referirem passarão a ser administrados e dirigidos pelo Instituto, ficando estipuladas as medidas financeiras e administrativas que os governos compactuantes se comprometerem a tomar afim de assegurar o êxito da gestão delegada, bem assim a contribuïção informativa que lhes deva ser prestada pelo I.B.G.E.

Por outro lado, no caso de não serem satisfatórias as atividades de qualquer dos órgãos regionais de estatística, depois de utilizados os meios corretivos autorizados na Convenção Nacional de Estatística e se o respectivo govêrno não julgar conveniente a realização do acôrdo previsto, o Conselho Nacional de Estatística assegurará o êxito das estatísticas que estiverem comprometidas pelas deficiências não sanadas, determinando, em resolução devidamente fundamentada, a transferência dos aludidos levantamentos para a responsabilidade direta da Secretaria Geral do Instituto, por intermédio das suas Inspetorias Regionais, criadas no Decreto-lei n.º 4 181, de 16 de Março de 1942.

Recurso ao princípio federativo

A êsse respeito, aliás, ocorrem-me algumas considerações que, decerto, não serão inoportunas. Conservando-se integralmente fiel às sábias diretrizes que lhe foram traçadas, o Instituto é, apenas, um grande quadro federativo, dentro do qual são chamados a cooperar, mediante vínculos contratuais e na forma que êles próprios assentarem em comum, todos os governos e entidades privadas que executam serviços estatísticos de interêsse social.

Como tenho acentuado em outras oportunidades e desejo fazê-lo ainda agora, seria um equívoco o supor que essa cooperação tolhe a autonomia das entidades compactuantes ou de qualquer modo restringe a

sua autoridade sôbre os serviços estatísticos compreendidos em sua órbita de competência. Ao contrário; tôda a atuação do Instituto orienta-se no sentido de virtualizar e reconhecer aquela autonomia, mediante o apêlo às fórmulas contratuais, livremente aceitas, sempre que se tem em vista consolidar a obra realizada ou avançar mais um passo no esfôrço intensivo de aperfeiçoamento da estatística brasileira.

Nem mesmo a pressão de fatos novos, como os que se registram na hora presente, em que a estatística e a geografia são chamadas a ter ativa participação no esfôrço de guerra do país, levou ainda o Govêrno Federal a qualquer iniciativa que — embora plenamente justificável pelas circunstâncias — pudesse vir a ser encarada como sendo uma restrição ao direito que assiste às demais órbitas de govêrno de manter os seus serviços próprios de estatística. Aí está o exemplo do importante Decreto-lei n.º 4 181, que consubstanciou um admirável plano, surgido por iniciativa do Estado Maior do Exército e assentado em colaboração com o Conselho Nacional de Estatística.

Apesar de todos os progressos verificados, desde a criação do Instituto, na organização estatística do país, ainda não fôra possível assegurar aos seus levantamentos certos requisitos essenciais de profundidade, segurança técnica e atualização, em virtude dos diversificados níveis de eficiência dos órgãos coletores da matéria prima, ou sejam as Agências Municipais. Impunha-se, por conseqüência, que se acudisse a êsse ponto fraco do sistema. Sòmente assim ficaria assegurado plenamente — nesta fase de mobilização econômica e militar — o levantamento dos dados fidedignos e atuais que a estatística civil brasileira precisa e deve colocar ao alcance dos órgãos técnicos responsáveis pela nossa defesa e pela obra de reconstrução econômica em que se empenha o govêrno, afim de que o país veja bem resguardados os seus interêsses — do ponto de vista material e moral — nesta hora grave dos destinos dos povos.

Dêsse modo, a Lei n.º 4 181, destinando-se a assegurar à estatística geral brasileira — e à estatística de interêsse militar, em particular — a eficiência requerida, abriu perspectivas novas à organização estatística municipal, sem que fôsse necessário impor qualquer novo onus aos cofres dos Estados e Municípios ou de qualquer sorte comprometer o espírito federativo, que tanto nos empenhamos em resguardar.

A solução satisfatória foi proporcionada pela aplicação do princípio convencional, permitindo que a responsabilidade técnica e administrativa dos serviços municipais de estatística seja assumida pelo Instituto sem que tais serviços deixem de ser "municipais", isto é, órgãos da administração das comunas, visto como o Instituto, sendo uma entidade para-estatal instituída solidàriamente pela União, pelos Estados e pelos Municípios, vai gerí-los em nome e por delegação dos respectivos governos, de modo que continuem a colaborar com estes e com os governos do Estado e da União.

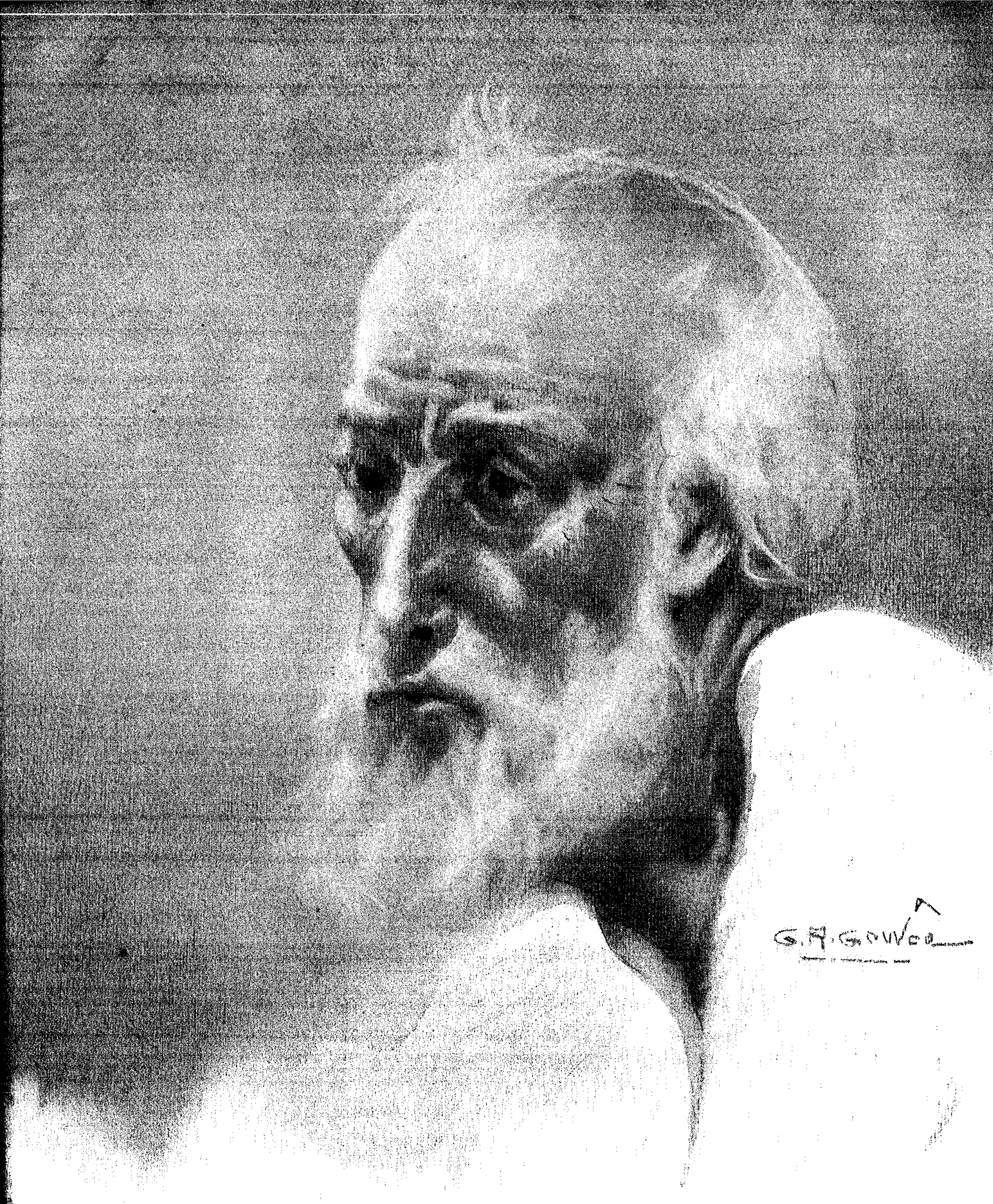
Essa orientação, que a ninguém prejudica ou constrange e a todos beneficia, porisso que rigorosamente baseada na forma convencional e visando atender a exigências prementes de altos interêsses nacionais, só podia merecer geral aceitação, por parte da opinião pública e dos governos das Unidades Federadas e dos Municípios, uma e outros patriòticamente empenhados em assegurar inteira solidariedade a todo esfôrço ou iniciativa que visem, antes de tudo, assegurar ao Brasil os elementos necessários à sua sobrevivência e ao crescente fortalecimento de sua unidade.

Os Convênios de Estatística Municipal foram assinados nos vinte Estados e no Território do Acre e bem assim ratificados, pelos respectivos governos regionais, em tôdas as Unidades Federadas, e pelos governos dos Municípios, tudo como previu ou determinou a lei federal n.º 4 181.

O Instituto já deu conta às autoridades militares, diretamente interessadas na execução do importante diploma legislativo, de como esta se processou em todo o país. Aguarda apenas seja baixado pelo Senhor Presidente da República o decreto final de ratificação dos Convênios firmados e das demais providências dele decorrentes.

Isso feito, será iniciada a administração direta das Agências, que, como ficou dito, mesmo sob o novo regime, continuarão a ser órgãos municipais e a serviço dos respectivos governos, tendo por missão enviar os dados que colijam aos Departamentos Estaduais e trabalhando sob a direção dêstes. Apenas passarão a ter bem maior eficiência, por isso que os seus levantamentos obedecerão a um plano rigorosamente nacional e contarão com dois novos fatores de êxito: melhor aparelhamento material e pessoal mais bem remunerado, além de escolhido segundo critérios rigorosos, quanto à idoneidade intelectual e à aptidão técnica.

Conclusão Como se vê por esta resenha, larga e profunda, sob vários aspectos, é a atuação exercida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em sete anos de existência efetiva. Fiel à missão que lhe cabe, na atual fase de renovação de tôdas as fôrças vivas do país, êle procura integrar-se cada vez mais nas diretrizes do programa de ação técnica e cultural que lhe traçou o Presidente GETÚLIO VARGAS, sob cuja vigilante assistência se desenvolvem as suas atividades. E serve, por essa forma, à comunhão nacional, por isso que concorre, pelo melhor conhecimento do meio físico e pela intensificação da pesquisa estatística, para a integral consecução dos ideais de progresso e felicidade coletiva que inspiram o esfôrço construtor de todos os brasileiros de boa vontade.



Cabeça de velho

"CABEÇA DE VELHO"

O programa da segunda comemoração do "Dia do Estatístico", do qual constam números de canto, música e declamação, a cargo de elementos da grande família ibgeana, demonstra a perfeita compatibilidade entre o virtuosismo artístico e a eficiência necessária à execução das áridas tarefas cumpridas, com inexcedível dedicação, pelos servidores do Instituto

O belo estudo "Cabeça de Velho", aqui reproduzido, é da autoria de um estatístico, GABRIEL AUGUSTO DE GOUVÊA, que tem o seu nome entre destacados concorrentes ao Salão de Belas Artes e presta bons serviços profissionais à repartição central de estatística do Ministério da Educação e Saúde

Num gesto de cordial solidariedade profissional, o artista ofereceu essa expressiva "sanguínea" à comunidade ibgeana, para que a ofertasse ao seu digno chefe, o Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, na data aniversária da entidade organizada e presidida por êsse ilustre brasileiro.

J CARNEIRO FELIPPE
(Presidente da Comissão Censitária Nacional)

O RECENSEAMENTO GERAL DE 1940 E O INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

A NECESSIDADE da realização dos recenseamentos decenais foi reconhecida, desde o Império, pelo legislador brasileiro, atento às recomendações dos Congressos Internacionais de Estatística e aos bons resultados da experiência norte-americana. Se as disposições fixadas na letra expressa das leis e dos regulamentos tivessem tido, nesse caso, a consagração prática que a sua promulgação devia impôr aos responsáveis pela administração do país, a seqüência das operações censitárias ter-se-ia apresentado, desde o primeiro Recenseamento Geral do Brasil, procedido a 1.º de Agôsto de 1872, com a mesma regularidade da série dos levantamentos realizados, a partir de 1790, nos Estados Unidos da América do Norte.

Recenseamentos Gerais do Brasil Razões de ordem financeira e, mais decisivamente talvez, razões de ordem política obstaram, entretanto, que os recenseamentos gerais em nosso país se sucedessem por decênios, dificultando dessa forma, pela desigualdade dos períodos intercensitários, a reconstituïção logística do crescimento da população e o estudo retrospectivo de seu ritmo. O observador familiarizado com as nossas velhas praxes administrativas poderá ainda atribuir o mal repontado à falta de vozes, com autoridade e prestígio, que conclamassem, no devido momento, a atenção do Govêrno para a relevância do empreendimento censitário, não só em face de imperativo legal, como pela vantagem que de sua execução adviria para fins imediatos e objetivos futuros. Assim, seja pela perspectiva de elevados encargos ou ambiência de intranqüilidade criada por agitações políticas, seja também pela falta de ressonância dos apelos e conselhos das organizações estatísticas ou, ainda, desinterêsse dos poderes públicos oriundo da incompreensão dos benefícios que proporcionam a posse e o estudo de uma farta documentação censitária, o certo é que ao Brasil não foi dado, nos anos de 1880, 1910 e 1930, realizar o seu recenseamento geral, embora previsto em lei.

Recenseamento Geral de 1940 Em 1940 o panorama da administração brasileira oferecia condições mais favoráveis à realização do 5.º Recenseamento Geral da República. Comemorava-se, naquele ano, o primeiro decênio da Revolução de Outubro, cujo programa de inovações se fazia sentir, por tôda parte, em felizes reações contra a rotina e em esforços audazes desenvolvidos para defrontar e resolver velhos problemas que, sendo fundamentais para o progresso do país, tinham permanecido à margem das realizações de antigos regimes. Entre as criações novas do Govêrno instalava-se, em 1936, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e êste, em menos de cinco anos, já lograra estender por todo o território nacional os efeitos de sua ação construtiva, melhorando as condições das repartições de estatística existentes, criando centenas de outras, orientando-lhes os métodos de coleta, auxiliando-as com recursos em

pessoal e material, coordenando-lhes as atividades e prestigiando-as por meios condignos, a começar pela demonstração da eficiência expressa no valor das informações dadas à publicidade.

Os resultados conseguidos na campanha em prol da racionalização das estatísticas permanentes e na reestruturação de seus órgãos executivos — federais, estaduais e municipais — faziam ressaltar, entretanto, a falta dos elementos censitários que dão vida e relêvo às apurações ânuas e lhes completam a significação. O Conselho Nacional de Estatística, sensível à premência com que se impunha a execução do Recenseamento Geral de 1940, tanto mais necessário quanto não se efetuara o de 1930, em conseqüência de crise política, aprovou a Resolução n.º 50 e preparou as bases da operação cuja urgência o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística encareceu em memorial submetido à consideração do Presidente da República, em anexo à aludida Resolução.

Em 2 de Fevereiro de 1938 sancionou o Govêrno o Decreto-lei n.º 237 que, regulando o início dos trabalhos do aludido recenseamento e conferindo fôrça de lei às normas propostas na citada Resolução, determinou as providências preparatórias da operação e os aspectos sôbre os quais deveriam incidir as indagações censitárias. A êsse Decreto-lei seguiram-se diversos outros atos que dotaram o aparêlho incumbido da execução dos serviços do recenseamento não só de uma estruturação consentânea com os seus altos objetivos, como dos recursos financeiros e preceitos legais indispensáveis para que, com autonomia e autoridade, pudesse desenvolver com segurança seus trabalhos. O Decreto-lei n.º 969, de 21 de Dezembro de 1938, que dispõe sôbre os recenseamentos gerais do Brasil, atribuindo à Comissão Censitária Nacional, integrada no sistema do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e constituída para cada operação decenal, a missão de organizar-lhe o plano e assistir sua execução, igualmente instituiu o Serviço Nacional de Recenseamento como órgão executivo da Comissão responsável pela operação de 1940, que foi regulamentada pelo Decreto-lei n.º 2 141, de 15 de Abril de 1940.

O I.B.G.E. e a operação de 1940

Depreende-se, de quanto ficou exposto, a decisiva influência da grande instituïção coordenadora da estatística brasileira no sentido de prevenir que mais uma lacuna, na série dos recenseamentos decenais do país, viesse agravar a falta dos censos de 1880, 1910 e de 1930. As sugestões oportunas do Instituto encontraram, na hora da intensa reconstrução que o Brasil atravessa, ambiente propício para que produzissem o desejado efeito. Dirigidas a uma administração clarividente, foram elas aceitas com o propósito de garantir o pleno êxito do empreendimento a que se destinavam, êxito ora representado pela coleta de material abundantíssimo, já em apuração no Serviço Nacional de Recenseamento, e constituído por uma preciosa documentação sôbre aspectos, em grande parte inéditos, de muitas das realidades e possibilidades do Brasil.

À previdência do Instituto e às medidas que tomou, com oportunidade e acêrto, deve o Recenseamento Geral de 1940 sua realização na data prefixada e, também, à conta daquela entidade muito há que levar do espírito de cooperação que lhe presidiu à execução. Na Comissão Censitária Nacional tiveram assento os membros da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística e, dessa forma, as Resoluções daquele órgão orientador dos trabalhos censitários foram discutidas amplamente e só adotadas após longos debates em que os diri-

gentes dos nossos principais serviços federais de estatística fizeram ouvir, com plena autoridade, seus pareceres e advertências. Durante tôda a fase de coleta do material nunca faltaram ao Serviço Nacional de Recenseamento o apôio moral e a assistência com que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ampara e estimula as iniciativas das repartições integradas no seu sistema. Diretores de Departamentos Regionais de Estatística e técnicos consagrados pela sua ação eficiente nos Estados, como delegados do Instituto, transferiram-se de suas funções normais para assumir, naquele Serviço, postos da maior responsabilidade, trazendo-lhes a luz de sua experiência, e a mesma atitude tiveram muitos dos Agentes de Estatística aproveitados nas Delegacias Municipais, onde prestaram uma colaboração eficiente e dedicada.

A participação do seu funcionalismo adestrado, no decurso de tôdas as fases do recenseamento, em serviços de planificação, direção e execução, constitui uma das formas mais expressivas da assistência técnica prestada pelo Instituto àquele empreendimento, ao mesmo tempo que evidencia até que ponto levou o seu espírito de cooperação, privando-se temporàriamente do concurso de seus profissionais para enriquecer os quadros do Serviço Nacional de Recenseamento que, nascido sob seu patrocínio, sob suas vistas conseguiu os resultados de que a comunidade brasileira, dentro em breve, poderá aquilatar o valor e a significação. Mas, a resenha dos auxílios prestados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ao Recenseamento Geral de 1940 ficaria incompleta se não fosse salientada a colaboração inestimável do Serviço Gráfico, a cujo cargo esteve a impressão de questionários, folhetos de leis, instruções e material de propaganda. A pontualidade com que se desempenhou das incumbências, que lhe foram cometidas, e a perfeição dos trabalhos que executou, confirmam o lisonjeiro conceito de que desfruta pelo seu equipamento modelar e pela sua direção provecta.

Bastam tais reconhecimentos para justificar o regozijo com que os responsáveis diretos pela execução do Recenseamento Geral de 1940 registram a efeméride comemorativa da instalação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, cuja existência, curta embora, já se assinala em notáveis realizações a bem do melhor conhecimento das condições existenciais do Brasil.

HEITOR BRACET
(Diretor do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política e vice-presidente do I B G E)

O ÓRGÃO CENTRAL DE ESTATÍSTICA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

ANTES de dar início a uma bosquejada memória sôbre a influência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no progresso do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política, a meu cargo, seja-me lícito valer-me da oportunidade para, sincera e alegremente, registrar as minhas congratulações, não só com os dirigentes e auxiliares do I.B.G.E. e os meus colegas diretores das organizações federais e regionais de estatística, mas também com tôda a numerosa família estatística brasileira, cada um de cujos membros, na União, no Estado ou no Município, acompanhará o meu pensamento votivo pela passagem do sétimo aniversário daquele Instituto.

Retrospecto histórico

O Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política, não só por ter hoje essa designação nova e, por isso mesmo, pouco conhecida; mas também pelo fato de figurar no quadro administrativo do Ministério da Justiça — o que é ainda uma novidade, pois perdura no subconsciente da grande massa que a estatística oficial é uma função do Ministério da Agricultura; — por tudo isto poderá parecer, à primeira vista, que aquele Serviço é de criação recente na administração federal, quando, em verdade, a um mero golpe de vista na história da estatística oficial brasileira, verifica-se que o atual Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política, atenta a sua finalidade precípua, nada mais é que a continuação remodelada da primeira repartição de estatística criada no país.

Lancemos ao passado aquele rápido golpe de vista.

A lei n.º 1 829, de 9 de Setembro de 1870, concretizando antigos anseios governamentais exteriorizados em alvarás da Regência, avisos ministeriais e outros atos, constituiu-se, então, por assim dizer, a viga mestra do edifício estatístico que hoje se ergue sob a cúpola do I.B.G.E.

Aquela lei, em seu pequeno articulado, dava um passo avançadíssimo para a época, primeiro, determinando que se efetuasse o recenseamento geral da população do país, de dez em dez anos, depois, autorizando a criação de uma diretoria geral de estatística e, finalmente, instituindo o registro de nascimentos, casamentos e óbitos. Meses após, isto é, em 12 de Janeiro de 1871, era assinado o Decreto n.º 4 576 que, aprovando o respectivo regulamento, criava e instalava a primeira "Diretoria Geral de Estatística".

Alguns anos de ensaio estatístico, certamente entravado por imensas dificuldades — que, aliás, ainda hoje não são de todo estranhas às nossas coletas, — inspiraram aos poderes governamentais uma disposição inserta na lei orçamentária n.º 2 940, de 31 de Outubro de

1879, segundo a qual ficava extinta a "repartição" e o govêrno autorizado a transformá-la em uma simples "secção" da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, o que, de fato, se deu nos têrmos do Decreto n.º 8 341, de 17 de Dezembro de 1881. Alguns anos mais tarde, o Decreto n.º 1 130, de 2 de Janeiro de 1890, restaurou e reorganizou a Diretoria Geral de Estatística que, em 1892, passou a figurar no quadro administrativo do então Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, sob cujos auspícios viveu e cresceu até ser transferida, em 1909, para o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, criado naquela época.

A vida da repartição restaurada foi longa e fecunda sob a administração do novo Ministério. As atividades dêsse órgão técnico deram-lhe, nesse período, uma posição de merecido destaque. Já, então, as altas autoridades da República entreviam a alçada a que poderiam atingir os inquéritos estatísticos na solução dos problemas de administração do Estado.

O primeiro *Anuário Estatístico,* abrangente dos principais aspectos da vida brasileira no qüinqüênio 1908-1912, foi uma das realizações de vulto da Diretoria Geral de Estatística subordinada ao novo Ministério. Êsse *Anuário,* cuja publicação só foi terminada em 1927, é, ainda hoje, um riquíssimo repositório de informações relativas ao território nacional e sua população, às atividades econômicas e financeiras, aos cultos, à assistência social, à repressão da criminalidade, à instrução, etc.

O recenseamento geral da República, efetuado em 1920, foi também uma das realizações marcantes daquela Diretoria que, certa de enfrentar inúmeros obstáculos, não vacilou em assumir a exclusiva responsabilidade do grande inquérito, felizmente coroado de êxito.

Retomando, depois disso, o ritmo de suas atividades normais, entre as quais sempre preponderou a do tombamento estatístico nos nascimentos, casamentos e óbitos ocorridos em todo o território nacional, a Diretoria Geral de Estatística só deixou de figurar no quadro administrativo do Ministério da Agricultura para, de acôrdo com o Decreto n.º 19 667, de 4 de Fevereiro de 1931, integrar o Departamento Nacional de Estatística, subordinado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

O Departamento reünia, sob uma única direção, todos os serviços federais de estatística geral, concretizando-se, assim, a idéia dominante da centralização. Mas êsse conceito viveu, felizmente, muito pouco tempo, porque três anos mais tarde os propugnadores da boa estatística viram realizado o seu ideal: a descentralização dos serviços, condicionados estes a uma coordenação permanente e sistemática, sob a égide de um órgão técnico superior, nos moldes do que foi criado com a designação de Instituto Nacional de Estatística, conforme o Decreto n º 24 609, de 6 de Julho de 1934, e, depois, transformado no atual Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — I.B.G.E.

A extinção do Departamento correspondeu ao seu desdobramento em várias diretorias de estatística, administrativamente subordinadas aos diversos Ministérios, conforme a natureza dos assuntos atribuídos por lei a cada uma: daí a inclusão, no quadro do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, daquela que, denominada primeiro "Diretoria de

Estatística Geral", Decreto n.º 24 689, de 12 de Julho de 1934, figura hoje, por fôrça do Decreto-lei n.º 1 360, de 20 de Junho de 1939, com o nome de "Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política".

Mau grado tantas reformas e a profunda modificação imposta ao nome, o atual "Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política", dadas as suas finalidades precípuas, nada mais é que a continuação, remodelada, da antiga "Diretoria Geral de Estatística", cuja invocação corresponde, antes de tudo, a um preito de saudade a dois mortos ilustres que ali se revelaram apóstolos de dever e patriotismo, como o foram JOSÉ LUIZ SAIÃO DE BULHÕES CARVALHO e OZIEL BORDEAUX RÊGO.

Na fase posterior à criação do Instituto O novo sistema legal, adotado em boa hora para proporcionar ao país as condições favoráveis ao progressivo desenvolvimento da estatística, não constituiu uma excrescência na alta administração, como pareceu a alguns, nos primeiros momentos; não seria, outrossim, um super-ministério, como se teria insinuado também, por se supor, sem maior análise, que o Instituto, nascido em berço palaciano e apadrinhado pelo próprio Presidente da República, viria, fatalmente, a absorver as atividades administrativas não só das repartições federais que constituem o seu núcleo central, mas também das instituïções filiadas, na União ou nos Estados. Ao contrário disso, o Instituto é o resultado da união de todos êsses elementos que, "ramificando-se pelas várias órbitas do poder público e interferindo mesmo no campo da iniciativa privada, permanecem subordinados às suas normais vinculações administrativas e políticas, sem restringir nem constranger — antes virtualizando-a — a autoridade dos órgãos governativos de que dependem" (discurso proferido pelo Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES no dia 29 de Maio de 1941).

Como que para reafirmar os desígnios do Instituto nesse sentido, aliás já expressos no articulado da lei (Decreto n.º 24 609), a Convenção firmada em 11 de Agôsto de 1936 fixou que, na órbita federal, o govêrno não tomará "nenhuma providência restritiva da autonomia" das repartições que formam o núcleo central do Instituto, e que, no âmbito regional — cláusula sexta: — "os governos federados responsabilizam-se pelas providências imediatas e suficientes para que, nas administrações que superintendem, o principal órgão do Instituto seja uma repartição ou departamento central de estatística da mais ampla autonomia e da mais alta hierarquia que as respectivas organizações permitam".

Antes do advento do Instituto Nacional de Estatística — depois Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, — podiam contar-se, na minúscula série dos números dígitos, as Unidades Políticas do Estado Federal que dispunham de serviços de estatística em condições de corresponder ao conceito das respectivas atividades.

Convencionando, assinando acordos e resoluções, cumprindo e promovendo o cumprimento das cláusulas do pacto inter-administrativo firmado em 11 de Agôsto de 1936, nos têrmos do artigo nono da Carta Constitucional de 1934, pôde o Instituto, em curto prazo, proclamar o êxito de seus esforços, registrando o fato auspicioso de não haver mais, no Brasil, uma única Unidade Federada que não possua

um serviço central de estatística, organizado, eficiente e capaz de registrar as peculiaridades da respectiva região, como elemento-parcela para que o país possa coligir e coordenar tôda a estatística brasileira.

Filiadas tôdas essas repartições novas ou reformadas ao Instituto e, portanto, irmanadas às suas congêneres federais, os entendimentos e permutas diretas entre umas e outras vitalizaram, por assim dizer, a estatística nacional.

O plano prático das campanhas estatísticas pôs em movimento, desde logo, tôdas as Juntas Executivas e repartições centrais, no sentido de se elevar ao máximo a contribuïção dêsses órgãos "que formam a parte nuclear do sistema regional, com o qual o sistema federal desde logo compartiu solidàriamente as responsabilidades e os encargos da estatística brasileira". As repartições federais — e, entre elas, o Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política, — obrigaram-se a fornecer a todos os Departamentos de Estatística dos Estados os modelos de fórmulas e questionários e demais elementos necessários aos múltiplos inquéritos de sua competência, para que cada um, depois de meticuloso exame, dissesse de que se poderia encarregar e que garantias ofereceria a respeito.

As respostas não se fizeram esperar e foram tôdas de molde a se concluir que o Instituto concretizara, em benefício da nacionalidade, o preconício da COOPERAÇÃO.

Descerrara-se o véu que encobria a visão dos horizontes novos.

De âmbito eminentemente nacional, de vez que as suas atividades se ramificam por todo o território do país, alcançando as mais longínquas e recônditas localidades onde se realizem fenômenos que hajam de ser apreciados estatìsticamente, na esfera de sua competência privativa, o Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política vinha multiplicando dia a dia o seu trabalho, já na formação de novos cadastros, ou ainda na coleta penosa e difícil da unidade estatística indispensável à estruturação tabular. Distendida, porém, a rede tecida com os fios da cooperação, as maiores dificuldades foram vencidas, embora ainda haja muito por fazer; mas se o sistema adotado propiciou, é certo, a consecução de uma boa parte do programa, o que resta virá a seu tempo. Estruturado no princípio da descentralização e afeiçoado à configuração geográfica do país, o Instituto está apto a eliminar outras lacunas, desde que não lhe venha a faltar o apoio que merece e lhe tem sido dispensado pelos poderes públicos.

Conclusão "Obra humana, está sujeita a contingências humanas que não permitem a perfeição senão como ideal, o que implica a continuïdade do esfôrço, afim de melhorar. Aquí, porém, interferem os efeitos da realidade, os ensinamentos da experiência, as induções da crítica sem preconceitos e lugares comuns. Não bastam órgãos em perfeito estado de funcionamento — o que é ainda relativo —, nem recursos pródigos, — o que não há. Aliás, tudo isso perderia muito de eficiência sem o concurso de outros elementos que é mister se terem em conta". "A criação das entidades estatísticas regionais transportou a coleta dos dados para os centros onde êles se elaboram,

sistema que, evidentemente, melhor se amolda às condições do meio, tão distantes e diferenciadas são as diversas regiões do país. Os Departamentos Estaduais de Estatística e os Agentes Municipais formam vasta rede de captação, com acesso fácil a todos os recantos, circunstância que deveria assegurar mais rápido e exato processamento dos inquéritos estatísticos. E' bem provável que também sofram restrições de recursos e deficiências de organização; mas não são essas, com certeza, as verdadeiras causas de resultados menos satisfatórios. O maior obstáculo oposto à coleta dos dados reside na desorganização ou inexistência de registros regulares, dos quais depende, substancialmente, a expressão quantitativa dos fatos". (Relatório do S.E.D.M.P. — 1941)

Mas o I.B.G.E. está alerta e tudo fará para proporcionar a êste e a todos os serviços de estatística do país, os meios de darem pleno desempenho de seus encargos e bem servir ao Brasil.

JOÃO DE LOURENÇO
(Diretor do Serviço de Estatística Econômica e Financeira)

QUADRO GERAL DAS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE ESTATÍSTICA ECONÔMICA E FINANCEIRA, SOB O REGIME DE CENTRALIZAÇÃO PELO I.B.G.E.

DECANO do sistema estatístico nacional centralizado no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Serviço de Estatística Econômica e Financeira resulta do antigo serviço especial de estatística comercial na Alfândega do Rio de Janeiro, criado pelo Decreto n.º 3 547, de 8 de Janeiro de 1900, no govêrno do Exm.º Sr. Dr. CAMPOS SALES. Com a denominação de Diretoria de Estatística Comercial, reformada pelo Regulamento anexo ao Decreto n º 9 288, de 30 de Dezembro de 1911, veio funcionando o antigo órgão estatístico do Ministério da Fazenda até a vigência do Decreto n.º 1º 667, de 4 de Fevereiro de 1931. Nessa data, foi transferido ao recem-criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Pelo Decreto n.º 24 036, de 26 de Março de 1934, volta, entretanto, a integrar, de modo definitivo, o quadro das repartições técnicas do Ministério da Fazenda a Diretoria de Estatística Econômica e Financeira, cujas atribuïções, ainda vigentes, estão compreendidas entre os arts. 39 e 47, do citado Decreto. Atribuindo à referida Diretoria a organização das estatísticas a que se refere o art. 41 do Decreto n.º 24 036, encerrou outro texto legal — o Decreto n º 24 600, de 6 de Julho de 1934, — o período de atividade individual do órgão estatístico do Ministério da Fazenda.

Em igual data, criara o Decreto n.º 24 609 o Instituto Nacional de Estatística. Para o quadro das repartições centrais da nova entidade passou a Diretoria de Estatística Econômica e Financeira como órgão incumbido de proceder às apurações constantes dos arts. 41, e 44 a 46, do Decreto n.º 24 036. Dois estatutos legais consolidaram a feição técnico-jurídica atual da repartição como órgão integrante do sistema estatístico nacional. Refere-se o primeiro — o Decreto-lei n.º 218, de 26 de Janeiro de 1938 — à mudança de nome do Instituto Nacional de Estatística para o de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estabelecendo, a seguir, a padronização das repartições centralizadas, o Decreto-lei n.º 1 360, de 20 de Julho de 1939, fixa a denominação atual, resultante da substituïção do nome "Diretoria" pelo de "Serviço", extensiva aos demais órgãos federais congêneres. Assim teve início a fase de atividade dêste Serviço, sob o regime atual de filiação técnica ao órgão estatístico central.

Estrutura interna atual do serviço O Decreto n.º 24 036, de 26 de Março de 1934, constitui a lei de organização do Serviço. Fixa, para a apuração dos algarismos de interêsse econômico e financeiro, a seguinte estrutura interna:

a) Sub-Diretoria de Importação;
b) Sub-Diretoria de Exportação;

c) Sub-Diretoria de Estatística Econômica;
d) Sub-Diretoria Financeira.

Acrescentam-se às quatro Sub-Diretorias, além das dependências de natureza administrativa — Secretaria, Almoxarifado, Arquivo e Portaria — as seguintes secções técnicas em que, por necessidade da eficiência administrativa, se agrupam e metodizam serviços existentes cuja dispersão prejudicava essa eficiência:

Secção de Sistematização e Pesquisas;
Secção de Divulgação e Documentação;
Secção de Mecanização.

A evolução progressiva dos serviços, dentro do atual regime, deve ser examinada através das atividades inerentes a cada dependência da repartição. Serão, assim, focalizadas, no setor próprio, as medidas a que se reportam Resoluções do Conselho Nacional de Estatística, visando o aperfeiçoamento das estatísticas apuradas. De modo geral, tiveram relações diretas com a repartição os atos deliberativos abaixo enumerados:

Resolução n.º 41, de 14 de Julho de 1937 (Art. 3.º), sôbre a sistematização dos dados da exportação inter-estadual.

Resolução n.º 51, de 17 de Julho de 1937, visando plano para aperfeiçoamento das estatísticas do comércio inter-estadual.

Resolução n.º 73, de 18 de Julho de 1937 (Indicação XXXIII, Capítulo XIII do Anexo à mesma), sôbre o registro da propriedade imobiliária.

Resolução n.º 75, de 18 de Julho de 1938, modificada pela de n.º 158, de 22 de Julho de 1939. Fixa disposições para a apresentação tabular da estatística brasileira.

Resolução n.º 78, de 18 de Julho de 1938. Orienta iniciativas tendentes ao conhecimento pelas administrações regionais dos dados elaborados no atual Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

Resolução n.º 90, de 19 de Julho de 1938. Define o valor comercial declarado, recomendando-o como o mais conveniente ao conteúdo das estatísticas comercias.

Resolução n.º 97, de 19 de Julho de 1938. Dispõe providências para organização da estatística da importação inter-estadual.

Resolução n.º 109, de 19 de Julho de 1938. Assenta diretrizes complementares relativamente à estatística do comércio inter-estadual.

Resolução n.º 116, de 14 de Julho de 1939. Sugere diretrizes para a racionalização do quadro dos órgãos executivos centrais.

Resolução n.º 145, de 22 de Julho de 1939. Articula providências para a sistematização dos dados do comércio inter-estadual.

Resolução n.º 146, de 22 de Julho de 1939. Prevê o estabelecimento de um sistema de classificação de mercadorias para a apuração da estatística do comércio inter-estadual.

Resolução n.º 193, de 22 de Julho de 1941. Provê à organização de estatísticas sôbre a distribuïção da riqueza e das rendas nacionais.

Resolução n.º 212, de 24 de Julho de 1941. Provê ao levantamento de estatística industrial.

Resolução n.º 219, de 24 de Julho de 1941. Dispõe sôbre a elaboração do Código Nacional de Mercadorias.

Resolução n.º 225, de 26 de Julho de 1941. Provê à nova Divisão Regional do Brasil fixada pelo Conselho Nacional de Geografia.

Resolução n.º 229, de 26 de Julho de 1941. Dispõe sôbre a organização de um barômetro econômico nacional.

Resolução n.º 230, de 26 de Julho de 1941. Fixa medidas concernentes à articulação e ao aperfeiçoamento da Estatística do Registro Geral de Imóveis.

Resolução n.º 234, de 4 de Julho de 1942. Recomenda providências para o levantamento das estatísticas da navegação.

Resolução n.º 247, de 4 de Julho de 1942. Dispõe sôbre a organização da "Nomenclatura Brasileira de Mercadorias".

Dos atos da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística merecem menção especial os seguintes:

Resolução n.º 105, de 7 de Fevereiro de 1941. Traduz o pronunciamento do Conselho Nacional de Estatística sôbre as normas fixadas para os boletins do Serviço.

Resolução n.º 139, de 25 de Agôsto de 1942. Dispõe sôbre a divulgagação de elementos estatísticos e dá outras providências.

Resplução n.º 141, de 4 de Novembro de 1942. Baixa instruções gerais para a execução dos inquéritos econômicos de que trata o Decreto-lei n.º 4 736, de 23 de Setembro de 1942.

De iniciativa da atual direção, a Resolução n º 105, de 7 de Fevereiro de 1941, da Junta Executiva Central, constituiu o ponto de partida para a padronização e sistematização geral dos boletins e do seu reajustamento aos fins a que se destinam. Não seria conveniente figurar períodos quadrienais ou qüinqüenais para confronto dos algarismos em boletim de divulgação freqüente, destinado, sobretudo, a fixar aspectos atuais da economia do país. Requeria ainda a segurança da exposição estatística critério definitivo para o registro do pêso e do valor dos produtos comerciais. Excetuados os casos especiais de mercadorias inconversíveis ao sistema métrico ou previstas em disposições do Decreto n.º 15 813, de 13 de Novembro de 1922, impunha-se o registro do pêso líqüido.

De maior alcance, entretanto, é a fixação do valor em moeda nacional. Processos de conversão cambial conduzem a resultados diversos. A própria instabilidade das cotações das moedas estrangeiras desaconselha inteiramente o critério do registro duplo do valor, nocivo não só à comparabilidade dos dados como à visão da marcha evolutiva do fenômeno econômico. Assim, a apresentação do valor em moeda estrangeira viria acarretar as mesmas conseqüências da duplicidade de apuração. Além de dirimir êsses inconvenientes, a Resolução n º 105 reservou aos boletins anuais do comércio exterior a inclusão de quadros retrospectivos do valor e do volume global das trocas mercantís, abrangendo o último decênio. Obedeceu a semelhante critério a revisão do boletim anual "Quadros Estatísticos".

Estatísticas do comércio exterior Resultam essas estatísticas da atividade convergente das Sub-Diretorias de Importação e de Exportação. Assim como a Resolução n.º 105, citada, lhes regula a apresentação formal extensiva às demais estatísticas, a Resolução n.º 78, de 18 de Julho de 1938, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, fixa medidas tendentes à sua distribuïção pelas administrações regionais. Não só para atender ao duplo propósito mas ainda às exigências da atualização dos algarismos, impunha-se preliminarmente executar um plano geral de racionalização dos serviços de modo a articular produtivamente as tarefas atribuídas às diversas secções.

A fatura consular é o documento de coleta utilizado na apuração do movimento importador. Obedece ao modêlo do Regulamento baixado com o Decreto n.º 22 717, de 16 de Maio de 1933. De tipo mais ou menos estável, a fatura apresenta apenas um inconveniente sério no preenchimento dos fins a que se destina. Está freqüentemente sujeita a retardamento devido às vicissitudes várias do tráfego internacional. Imprecindível se torna manter persistente contacto com os consulados brasileiros nos diversos continentes.

Instrumento de coleta do movimento exportador do país, cinge-se a guia de exportação para o exterior ao modêlo *B*, do Regulamento baixado com o Decreto n.º 15 813, de 13 de Novembro de 1922. Postergado pela ordem n.º 78, de 19 de Março de 1923, do Ministério da Fazenda, passou a vigorar por fôrça da circular n.º 30, de 12 de Julho de 1939, do mesmo Ministério. O caráter específico da medida excluiu, entretanto, a solução de um problema decisivo ao cômputo exato do comércio interno: a adoção do modêlo destinado à apuração das trocas por cabotagem. Contam-se as estatísticas do comércio exterior entre as que se acham rigorosamente em dia. Divulga-as o Serviço, sob contrôle, através dos boletins mensais, dos comentários mensais e dos boletins anuais.

Estatísticas afetas à Sub-Diretoria Econômica Essa Sub-Diretoria procede à apuração dos seguintes setores do comércio interno: Comércio de Cabotagem, Movimento Marítimo e Produção Industrial sujeita ao imposto do consumo.

Persistente esfôrço vem exigindo a adoção de modêlo de guia adaptável à apuração do comércio de cabotagem, em face da inexecução do Decreto n.º 15 813, de 13 de Novembro de 1922 Para êsse fim vem funcionando uma comissão de estudos integrada com funcionário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Trata-se de assunto previsto pelo Conselho Nacional de Estatística. O art. 3.º da Resolução n.º 109, de 19 de Julho de 1938, aconselha o uso generalizado das guias de exportação dentro de tipo adequado ao registro dos dados do comércio inter-estadual.

Procedeu, preliminarmente, o Serviço ao estudo retrospectivo da legislação para lançar as bases de modêlo recomendável. Passaram-se, assim, em revista, os dispositivos do Decreto n.º 7 473, de 29 de Julho de 1909; do Regulamento da Marinha Mercante baixado com o Decreto n.º 10 524, de 10 de Outubro de 1913; da Lei n.º 3 202, de 5 de Janeiro de 1917; da Lei n.º 4 555, de 10 de Agôsto de 1922, finalmente, do Decreto n.º 15 813, de 13 de Novembro de 1922. Do exame feito, resultou a conveniência de restabelecer o modêlo consubstanciado no último texto legal. Veio atender a semelhante ponto de vista o Decreto-lei n.º 4 736, de 23 de Setembro de 1942, que não só restaurou o modêlo *A*,

do Decreto n º 15 813, mas ainda incumbiu o órgão executivo do Conselho Nacional de Estatística de propor o plano de racionalização e uniformização das guias de exportação em geral. Essa tarefa, ora em prosseguimento, encontra largo cabedal de experiência do Serviço, procurando-se contornar *de visu* as dificuldades surgidas à apuração das estatísticas das correntes mercantis por deficiência no respectivo documento de coleta. Verifica-se que as lacunas encontradas decorrem, sobretudo, de dois fatores: diversidade de modêlo e utilização indevida das guias em face dos textos legais que as regulam.

Modêlo diverso apresentam as guias de comércio exterior e de cabotagem em confronto com os modelos adotados na apuração do comércio inter-estadual. Filiam-se as primeiras ao Decreto n º 15 813. De formato diverso, preenche a segunda categoria os fins estatísticos do modêlo oficial. Legislação específica — o Decreto-lei n.º 419, de 11 de Maio de 1938 — regula as guias de exportação do Distrito Federal.

A utilização de guias suscita dúvidas à distinção dos setores de comércio. Casos há em que ocorrem mercadorias sujeitas simultâneamente à guia de exportação para o exterior e guia para localidades brasileiras. Acontece freqüentemente que mercadorias vendidas ao estrangeiro têm de vencer percurso costeiro não devendo figurar no comércio interno. De acôrdo com o Decrto n.º 15 813, de 13 de Novembro de 1922, a guia de cabotagem, em tais casos, registrará como destino a localidade e o país estrangeiro para onde foi vendida a mercadoria, figurando como "trânsito" o último pôrto brasileiro de embarque

Dispondo, entretanto, sôbre a navegação entre os portos e aeroportos nacionais, o Decreto-lei n.º 2 538, de 27 de Agôsto de 1940, permite, em situação idêntica, o uso de guia de exportação para o exterior (guia de longo curso), desde que seja declarado o pôrto estrangeiro de destino. À guisa de medida preparatória, conseguiu o Serviço, em cooperação com a Diretoria das Rendas Aduaneiras, que as guias de exportação para o exterior, compreendidas no art. 1.º do Decreto-lei n º 2 538, incluissem o registro da cláusula "com baldeação" para característica devida dos setores de comércio.

A adoção dos modelos de guia de exportação, dentro das normas fixadas pelo Decreto n.º 15 813, de 13 de Novembro de 1922, representa inestimável serviço prestado à estatística nacional. Conduz diretamente à coleta conveniente dos elementos do setor de cabotagem como condição preliminar, indispensável ao cômputo do comércio interno.

A apuração global das permutas mercantís internas está prevista desde o Decreto n.º 7 473, de 29 de Julho de 1909. Têm relação com o assunto as Resoluções de nos. 41, 51, 97, 109, 145, 146, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, nas quais são fixadas medidas tendentes à apuração do comércio inter-estadual. A rearticulação das providências aí estabelecidas se fará em face do Decreto-lei n.º 4 736, citado, que prevê a apuração de todo o comércio interno a cargo do Serviço. Nos têrmos do mesmo Decreto-lei, entretanto, as estatísticas das correntes comerciais se acham provisòriamente centralizadas no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Foram refundidas as estatísticas do movimento marítimo. Novos estudos visaram não sòmente rever mas ainda ampliar as informações exigidas nas listas organizadas de conformidade com os têrmos do art. 14, do Decreto n.º 7 473, de 29 de Julho de 1909. Inserindo os dados sôbre entrada e saída de embarcações, a nacionalidade da bandeira, a distribuïção e a nacionalidade das emprêsas armadoras nos diversos portos, as estatísticas do movimento marítimo, a partir de Dezembro

de 1940, passaram a abranger o movimento portuário mensal do Rio de Janeiro e de Santos. As listas reorganizadas incluem dados referentes à tonelagem, ao combustível, à carga, à equipagem, ao número de passageiros. Está previsto plano de levantamento da estatística de construções navais para completar a do movimento marítimo. Foram revistos os itens suscetíveis de dificultar a consulta aos algarismos apurados. Ficou assim estabelecido o registro do pôrto de procedência primitiva e de destino final da mercadoria Essa exigência visa evitar a inclusão, em longo curso, de navio brasileiro procedente do estrangeiro, passando a figurar no movimento de cabotagem o percurso restante em mar litoral. Vinha persistindo essa lacuna não obstante o art. 3 do Decreto n º 10 524, de 23 de Outubro de 1913, segundo o qual o navio nacional procedente do estrangeiro, embora escalando portos nacionais, continuará classificado em navegação de longo curso desde que transporte carga de origem estrangeira Segue-se às ampliações introduzidas nas listas do movimento marítimo a reclassificação dos portos brasileiros, atualmente em número de 99, feita mediante consulta ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e à Diretoria das Rendas Internas.

A visão numérica das correntes comerciais do país não deve prescindir das estatísticas de frete cuja importância não pode ser estimada apenas pela contribuïção dos transportes nos resultados do balanço mercantil Considerando o alcance que representa o conhecimento da parcela do transporte marítimo no preço da mercadoria e como instrumento básico na elaboração dos tratados comerciais, planejou êste Serviço, desde o início de 1941, a apuração das estatísticas de frete. Retardou, entretanto, êsse desiderato a situação anômala das guias de exportação, ficando a apuração do frete circunscrita ao comércio exterior. Está em preparo um boletim anual, em que figuram os algarismos sôbre o total do frete, o montante do frete por portos, bandeiras, países e segundo as classes de produtos. No que diz respeito ao comércio de cabotagem, a apuração do frete pende da adoção da guia de modêlo *A*, estabelecida pelo Decreto n º 15 813, de 13 de Novembro de 1922, ora vigente nos têrmos do art 14 do Decreto-lei n º 4 736, de 23 de Setembro de 1942. O modêlo referido exige o registro do frete, o que possibilitará o levantamento de estatísticas aptas à verificação do transporte nas correntes mercantís.

A elaboração das estatísticas da produção industrial sujeita ao imposto do consumo — terceiro setor de atividade da Sub-Diretoria Econômica — atende aos objetivos colimados na Resolução n º 212, de 24 de Julho de 1941. Imprecindível à avaliação das possibilidades do país, ressentia-se essa estatística da variedade de discriminações. Vinha sendo apurada através dos documentos de arrecadação do imposto do consumo, de forma vária, de modo a prejudicar a regularidade dos levantamentos e das designações que os mapas estatísticos devem registrar. Comissionara o Serviço um funcionário afim de estudar, junto às delegacias fiscais de São Paulo e Belo Horizonte, o meio direto de eliminar os inconvenientes de coleta e de regularizar o recebimento dos relatórios das Delegacias Fiscais. Das informações obtidas, resultou a impossibilidade de atualizar as mencionadas estatísticas dentro do sistema de coleta baseado nos relatórios das Delegacias Fiscais, dependentes, por sua vez, das informações fornecidas pelos agentes fiscais do Imposto do Consumo.

Com base na Resolução n º 212, foi organizado um plano de apuração anual da estatística da produção industrial, encaminhado a estudo pela Diretoria das Rendas Internas. Não se tratava, todavia, da solu-

ção completa do assunto, tanto mais que persistia a lacuna originária da irregularidade na remessa dos relatórios fiscais, documento de coleta não de todo satisfatório.

Pareceu conveniente e oportuno modificar o primeiro plano, tendo em vista que o art. 2.º, letra *h*, do Decreto-lei n.º 4 736, de 23 de Setembro de 1942, possibilita o aperfeiçoamento das estatísticas da produção industrial, de modo a torná-las mensais e atualizadas. O plano suplementar prevê a organização de questionários sôbre o número de estabelecimentos industriais registrados com discriminação do número de operários e da fôrça motriz. Compreende o registro da quantidade e do valor da produção mensal bem como da produção entregue a consumo, incluído o montante do imposto arrecadado.

A despeito dos inconvenientes do sistema de coleta, foram ultimados dois boletins anuais da produção industrial, referentes a 1938/1940. Até 1914, o imposto do consumo abrangia 14 categorias de produtos industriais. Estendeu-se posteriormente a esfera tributária a 44 produtos até que o Decreto-lei n.º 739, de 24 de Setembro de 1939, que aprova o regulamento para a arrecadação e fiscalização do imposto do consumo, passa a discriminar 41 categorias. Nesta base, são feitas as apurações do Serviço.

Estatísticas afetas à Sub-Diretoria Financeira

De conformidade com o que estabeleceu o Decreto n.º 24 036, de 26 de Março de 1934, a Sub-Diretoria Financeira procede atualmente à elaboração das estatísticas seguintes: Movimento Bancário; Caixas Econômicas; Registro Geral de Imóveis; Custo de Vida na Cidade do Rio de Janeiro; Dados e Índices Econômicos e Financeiros relativos ao Distrito Federal e à Cidade de São Paulo; Quadros Estatísticos; Estatísticas Econômicas.

A ampliação da estatística bancária visa torná-la não sòmente registro completo das operações de crédito, mas ainda instrumento capaz de aferir o surto das medidas de financiamento e a nacionalização crescente dos estabelecimentos estrangeiros. No início da atual direção, passaram a ser divulgados mensalmente um boletim impresso e outro mimeografado em que são referidas discriminadamente tôdas as Unidades Federativas, em vez das praças de maior vulto. Seguiram-se outras ampliações, como as que dizem respeito ao destaque dos algarismos relativos ao Banco do Brasil, à discriminação dos totais referentes aos depósitos compulsórios estabelecidos pelo Decreto-lei n.º 3 077, de 26 de Fevereiro de 1941.

Exige, contudo, o aperfeiçoamento da estatística bancária a adoção de modêlo de balancete capaz de permitir visão completa das operações realizadas. Atendendo ao desdobramento possível da apuração, em face do art. 175, do Decreto-lei n.º 2 627, de 26 de Setembro de 1940, o modêlo referido foi submetido à consideração do Banco do Brasil. Resultou da crítica feita a redução das contas, sobretudo dos empréstimos em conta corrente, afim de não ficarem sobrecarregados de trabalho os estabelecimentos bancários. Acha-se o referido modêlo pendente da aprovação pela Diretoria Geral da Fazenda Nacional. Não só atende às considerações apresentadas mas ainda satisfaz os requisitos da apuração. Os balancetes atuais do Banco do Brasil, assim como dos principais estabelecimentos bancários do país, já obedecem ao modêlo projetado, cuja adoção definitiva pende apenas de pronunciamento oficial.

Paralelamente à divulgação das estatísticas bancárias, prossegue o aperfeiçoamento das estatísticas sôbre Caixas Econômicas. Abrangem os algarismos apurados as entidades autônomas que funcionam em Pernambuco, Rio de Janeiro, Distrito Federal, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Quanto aos demais Estados, ficam os elementos de informação dependentes das Delegacias Fiscais.

É levantada a referida estatística com base nos mapas fornecidos às Caixas Econômicas Federais autônomas e às Delegacias Fiscais. Assim, a remessa dos documentos preenchidos, pôsto que regular, segue dois trâmites que levam a retardamento da coleta.

Mediante a cooperação com o Conselho Superior das Caixas Econômicas, vem sendo apurado o movimento anual dos depósitos, das entradas, dos juros capitalizados, das retiradas, das diferenças das entradas sôbre as retiradas, em 31 de Dezembro de cada ano. É dado ainda o movimento anual de cadernetas resgatadas, emitidas e em circulação, na mesma data. Cresce o ritmo dos serviços de apuração. Em 1941, expedira o Serviço 64 mapas a preencher às Caixas Econômicas nos Estados, excluindo os que remeteu ao Conselho Superior das Caixas Econômicas com o intuito de lançar as bases da publicação mensal do movimento de empréstimos e depósitos das caixas autônomas O ano de 1942 registra o número de 72 mapas distribuídos para preenchimento, recebidos nesse período anual, além da remessa de 62 balancetes de modêlo projetado neste Serviço, nos quais se incluem outros itens das principais operações dessas instituïções. Êsses balancetes visam à apuração de uma estatística mensal em que as operações das caixas federais autônomas serão referidas simultâneamente às do movimento bancário. Semelhante objetivo será conseguido uma vez ultimada a padronização dos serviços de contabilidade das Caixas Econômicas. Em vista do retardamento da remessa do documento de coleta ainda está sendo concluída a estatística anual de 1942.

Abrange atualmente dois setores o levantamento da estatística imobiliária: transmissões de imóveis e inscrições hipotecárias. Constituem documento de coleta os formulários preenchidos pelos cartórios das Unidades Federativas. Os dados relativos ao Distrito Federal são obtidos diretamente por funcionário designado para êsse fim.

Vem do Decreto n.º 946, de 7 de Julho de 1936, que regula a Convenção Nacional de Estatística, o primeiro passo para o levantamento da estatística imobiliária. O art. 9, parágrafo 13, do citado Decreto, inclui entre os objetivos visados pelos serviços estatísticos nacionais a melhoria intensiva dos registros oficiais, especialmente dos registros civil e da propriedade imobiliária. Posteriormente focalizou o assunto o Capítulo XIII, Indicação XXXIII, do Anexo à Resolução n.º 73, de 18 de Julho de 1938, do Conselho Nacional de Estatística. Dentre outros itens, inseria o referido capítulo o registro geral da propriedade sob o duplo aspecto do número e do valor das inscrições e transcrições Procedia inicialmente o Serviço à apuração anual relativa ao número e ao valor das inscrições hipotecárias e das transmissões imobiliárias, constituindo objeto de coleta qüinqüenal os dados mais discriminados como os referentes à situação do imóvel, à forma do título, à espécie do credor hipotecário, ao prazo, aos juros, etc.

A Resolução n.º 230, de 26 de Julho de 1941, estabeleceu medidas tendentes à articulação e ao aperfeiçoamento da estatística imobiliária. Iniciou, desde então, o Serviço a coleta anual das transmissões de imóveis, com discriminação dos itens constantes dos formulários distribuídos aos cartórios das Unidades Federativas, nos têrmos do art. 3.º, da citada Resolução. A estatística de transmissões constitui, todavia, setor sèriamente atingido pelo atraso na remessa dos documentos preenchidos. Não responderam ao inquérito sôbre a propriedade imobiliária, relativo aos anos de 1940 e 1941, os cartórios informantes dos Estados do Amazonas, Maranhão e São Paulo. Não houve a remessa de inquéritos preenchidos de 1940, por parte dos cartórios do Piauí, Ceará, Paraíba, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Goiaz. Quanto ao ano de 1941, estão em falta os Estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Baía, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Contornando os inconvenientes de atraso, recorre o Serviço aos órgãos locais que levantam a estatística imobiliária nos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Embora as diligências feitas, só está atualizada a estatística imobiliária do Distrito Federal, cuja apuração se realiza mensalmente. É esperada a remessa pontual dos documentos preenchidos, uma vez generalizada a observância do Decreto-lei n.º 4 462, de 10 de Julho de 1942, por parte dos cartórios informantes de todo o país, integrados nas finalidades estatísticas das informações exigidas.

Em situação idêntica à de transmissão de imóveis, a estatística de registro de hipotecas só está atualizada relativamente ao Distrito Federal. Os últimos algarismos sôbre hipotecas estaduais se referem a 1939, ainda assim excluídos os Estados de Minas Gerais, Ceará e Rio Grande do Sul, que não remeteram ao Serviço os questionários preenchidos, relativos àquele ano.

Teve início em 1912 a elaboração da estatística do Custo de Vida no Distrito Federal, baseada no orçamento mensal para a manutenção de uma família de 7 pessoas. Como é natural, no decorrer de tão largo período, modificaram-se profundamente as condições econômicas. Numerosos produtos se incorporaram ao consumo diário. Novas utilidades vieram integrar as necessidades econômicas do homem urbano, causando elevação crescente do seu nível de vida. Estava prevista a reforma indispensável à fixação das séries realmente representativas do conjunto das utilidades básicas. Todavia, a Resolução n.º 147, de 22 de Julho de 1939, do Conselho Nacional de Estatística, incumbe o órgão estatístico do Ministério do Trabalho do levantamento da estatística do custo de vida em todo o país. Posteriormente, o art. 1.º da Resolução n.º 203, de 24 de Julho de 1941, estabelece a inclusão, a partir de Janeiro de 1942, nos inquéritos sôbre o custo de vida, de indagações especiais referentes a alimentação, habitação, vestuário, farmácia e médico.

Era assim o custo de vida objeto de duas estatísticas cujos resultados não podiam coincidir por diversidade de método. Impunha-se a unificação da coleta ou a suspensão da estatística aquí apurada. Veio enquadrar-se semelhante ponto de vista no Decreto-lei n.º 4 736, de 23 de Setembro de 1942, que ordena evitar duplicidade de apuração Afim de poder proceder à revisão dos produtos basilares, submeteu o Serviço à deliberação do Conselho Nacional de Estatística se ainda competia à sua alçada prosseguir na apuração das cifras referentes ao custo da vida no Distrito Federal, quando outro órgão estatístico vem levantando os índices do custo da vida em todo o país. Foi o assunto objeto da Resolução n.º 141, de 2 de Outubro de 1942, da Junta Executiva Central, estabelecendo o acôrdo direto entre esta repartição e o Ser-

viço de Estatística da Previdência e Trabalho, tendo em vista a unificação das pesquisas estatísticas do custo de vida e da situação econômica das classes trabalhadoras em face dos respectivos salários.

A reforma da estatística do custo da vida aquí apurada é tarefa cuja solução pende de entendimento com o órgão estatístico do Ministério do Trabalho.

Solução análoga requer a estatística sôbre preços, também prevista na órbita de atividade do Serviço de Estatística do Ministério do Trabalho, pela Resolução n.º 147, de 22 de Julho de 1939. Projetava o Serviço o plano de um boletim relativo aos preços por atacado e a retalho, no Distrito Federal e em São Paulo, incluídos os valores médios dos produtos importados, exportados e dos artigos do comércio de cabotagem. O boletim referido está sendo objeto de novo exame, em vista da impossibilidade de obter, em tempo, as informações necessárias à coleta.

Sob a atual direção, teve início, em 1941, a divulgação do boletim mensal "Dados e Índices Econômicos e Financeiros relativos ao Distrito Federal e à Cidade de São Paulo", destinado a servir de base a um barômetro econômico nacional como instrumento de ação do poder público e da iniciativa particular. O boletim referido foi objeto de consulta ao Professor GIORGIO MORTARA. Opinou o Consultor Técnico da Comissão Censitária Nacional que o cálculo de índices mensais adotado na aludida publicação deveria "ser prosseguido, ampliado e melhorado". Tratou do assunto o Conselho Nacional de Estatística que, pela Resolução n.º 229, de 26 de Julho de 1941, assentou a colaboração dos órgãos centrais e regionais integrados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no sentido de possibilitarem ao Serviço os informes necessários à ampliação e melhoria das indicações econômicas e financeiras já divulgadas mensalmente em relação ao Distrito Federal e à Cidade de São Paulo. Cogita o Serviço de acrescentar às ampliações introduzidas no boletim a partir de 1942 os índices mensais e anuais sôbre os produtos alimentícios, o preço das matérias primas essenciais à indústria e da produção de artigos que representam a tendência do capital fixo, tais como cimento, ferro e aço, carvão, madeiras de construção. A escolha dêsses elementos se harmoniza com o exame feito nas publicações estrangeiras. A propósito do assunto, insere a revista *Anales de Economia y Estadística*, da Colômbia, n.os de 4 e 20 de Março de 1942, o estudo dos índices do movimento econômico daquele país, como valioso subsídio à nova publicação. Trata-se da visão atual e retrospectiva da economia local sob os aspectos da produção, do comércio financeiro, dos preços e do custo da vida. O registro numérico devidamente discriminado dêsses setores também proporcionará as indicações típicas da conjuntura, excluído, entretanto, o exame retrospectivo em face do aspecto atual, predominantemente dinâmico, dos algarismos coligidos. À margem, entretanto, das providências que visam apresentar um conjunto de séries apto a produzir os propósitos da Resolução n.º 229, três elementos avultam cuja inclusão imediata se impõe. Referimo-nos às séries sôbre a taxa de juros, os dividendos e os coeficientes da renda nacional. O conhecimento dêsses elementos é de indiscutível valor para as pesquisas econômico-financeiras.

No que diz respeito às estatísticas sôbre rendimentos, fixa a Resolução n.º 193, de 22 de Julho de 1941, do Conselho Nacional de Estatística, o plano para conhecimento dos coeficientes da renda nacional. Êsse

objetivo será conseguido mediante articulação do Serviço com a Divisão do Imposto de Renda, dentro do que estabelece o art. 41, letra *h*, do Decreto n.º 24 036, de 26 de Março de 1934.

A série anual dos "Quadros Estatísticos", bem como o boletim impresso mensal "Estatísticas Econômicas", completam o quadro das publicações especiais sôbre estatísticas econômicas e financeiras. Como no boletim "Dados e Índices Econômicos e Financeiros relativos ao Distrito Federal e à Cidade de São Paulo", as cifras aí reünidas não resultam de apuração originária do Serviço mas de informações colhidas nos vários órgãos da administração pública e em entidades autárquicas ou oficiosas. Fez-se a remodelação geral dos "Quadros Estatísticos" de modo a ficar delimitada a parte econômica do boletim, do aspecto pròpriamente financeiro.

Continha a antiga edição extensos períodos retrospectivos do comércio do país. Preferível, entretanto, a visão conjunta atual ou próxima dos setores mercantís ao registro de sua marcha evolutiva durante mais de meio século, digna de ser examinada, sobretudo, do ponto de vista histórico. Assim, em substituïção aos longos retrospectos numéricos, seguiu-se a distribuïção dos algarismos em dois períodos: um de dez anos e outro trienal. Procedeu-se, por outro lado, à inclusão de novos elementos de interêsse econômico e financeiro tais como as cifras referentes às correntes migratórias no período de 1932/1941 e ao movimento das Caixas e Institutos de Aposentadorias e Pensões. Outras alterações se referem à separação discriminada das cifras do comércio exterior e de cabotagem e à inclusão de novo quadro que expõe o movimento geral de embarcações, conforme se trate de navegação de longo curso ou de cabotagem.

Publicação especial, o boletim semestral "Estatísticas Econômicas" também foi remodelado na atual gestão. Constitui objeto de reforma selecionar as séries capazes de sintetizar a vida econômica do país e de suas tendências através das flutuações das cifras mensais. Em função dêsse intüito, foram retiradas as séries de publicação improvável no decurso de um mês; por conseguinte, de divulgação incompleta no fim do período semestral. Introduziram-se os algarismos do balanço mercantil do país e dos índices do comércio exterior. Procedeu-se à discriminação dos 10 principais produtos do comércio exterior e de cabotagem, e ao desdobramento, em dois resumos — "Meios de Pagamento" e "Compras de Ouro por parte do Govêrno Federal" — do quadro único, anteriormente sob o título "Meio Circulante e Compras de Ouro por parte do Govêrno Federal".

Secção de Sistematização e Pesquisas

De início, sentiu a atual direção a necessidade de um órgão destinado a assentar em base técnica e sistemática a planificação dos elementos de coleta e as apurações especìficamente conferidas por lei ao Serviço. A repartição possui copiosíssimo material que fornece amplo setor de atividade à pesquisa estatística. Incumbe-lhe, além da feitura dos boletins, proceder convenientemente ao lançamento de inquéritos, à crítica dos documentos preenchidos, às apurações que possibilitam verificar o sentido das cifras e, conseqüentemente, o rumo da economia do país. Impõe-se ainda, como elemento subsidiário de valor para a atualização das cifras, a apresentação de estudos ou de medidas relacionadas com a racionalização dos serviços.

Reunindo vários encargos que visam, de modo sumário, à mais estreita articulação do Serviço, como departamento técnico especializado, com os demais órgãos do Ministério da Fazenda e com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, como entidade no mesmo integrada, a Secção de Sistematização e Pesquisas começou a funcionar como auxiliar imediato da direção do Serviço e à guisa de experiência a ser utilizada no ante-projeto do Regulamento interno da repartição. Assim vem procedendo, na situação "de fato", à padronização dos documentos de coleta, a reclamações às fontes de coleta, à atualização e sistematização dos boletins.

Incluem-se entre os trabalhos de padronização dos documentos de coleta a reforma das guias de exportação, das faturas consulares, listas do movimento marítimo, balancetes bancários, relatórios das Delegacias Fiscais.

Deve constituir tarefa subsidiária de não menor alcance no que diz respeito à planificação dos demais instrumentos de coleta, lançar inquéritos em condições de atrair a cooperação do público, exigir informações claras e precisas e de modo a evitar a dualidade não só penosa para o informante mas ainda nociva à estatística, por conduzir à duplicidade de apuração. É ainda indispensável à pontualidade das informações e à correção das deficiências no documento de coleta, a organização de um serviço sistemático de reclamações. Essa medida vem encontrar apoio no Decreto-lei n.º 4 462, de 10 de Julho de 1942, que institui a obrigatoriedade dos informes estatísticos. Começou imediatamente a funcionar êsse Serviço, com a expedição de circular de instruções às Alfândegas do país no sentido de recusarem guias de exportação deficientemente preenchidas. Todavia, é preferível despertar o espírito de cooperação do informante, instruiudo-o no preenchimento dos questionários em que assentam os inquéritos estatísticos. Não interessa pròpriamente à estatística multar o mau informante, quando de boa fé. Reservar-se-iam, assim, as penalidades previstas no Decreto-lei n.º 4 462, de 10 de Julho de 1942, às infrações cometidas por evidente negligência ou má vontade. Será, em tais casos, cientificada a repartição aduaneira competente para punir a infração ou caberá recurso ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

No que diz respeito à atualização dos boletins, vem estabelecendo o Serviço programas anuais de divulgação de estatísticas. Na base estabelecida, foram remetidos à Imprensa Nacional, em 1941, 112 originais, de que foram tirados 97 250 exemplares distribuídos ao público.

O Serviço vem distribuindo regularmente as suas publicações mensais mimeografadas. Prazos foram ainda fixados para a entrega, pôr parte das diversas secções, dos originais destinados à mimeografia e à composição pela Imprensa Nacional.

Durante 1942, cresceu consideràvelmente o número de publicações impressas e mimeografadas. A sua divulgação, entretanto, ficou sujeita às medidas de contrôle geral previsto na Resolução n.º 139, de 25 de Agôsto de 1942, da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística e aprovada pelo Senhor Presidente da República. O Relatório de 1942, em impressão, fixa o aspecto geral das publicações do Serviço no ano findo, testemunhando o esfôrço feito no sentido do registro progressivo dos setores econômicos do país.

Estenderam-se os serviços de reforma geral dos boletins mensais e anuais à sistematização da exposição estatística, à ordenação dos quadros, por espécie de publicação, à uniformização da nomenclatura

dos produtos. Atendem as alterações feitas às normas prescritas pela Resolução n.º 75, de 18 de Julho de 1938, do Conselho Nacional de Estatística, posteriormente modificada pela de n.º 158, de 22 de Julho de 1939. Normas especiais de padronização estão, entretanto, consubstanciadas na Resolução n.º 105, de 7 de Fevereiro de 1941, da Junta Executiva Central. Incluiu-se o registro das apurações sub-totalizadas por zonas geo-econômicas do país.

A mudança de exposição por fôrça das alterações introduzidas aconselhou a conveniência de inserir nota explicativa de qualquer divergência ocorrida no confronto dos boletins revistos com os anteriores. É a nota explicativa elemento indispensável à elucidação da consulta às cifras, sobretudo, quando houve mudança de critério na apuração, tendentes ao aperfeiçoamento estatístico. A escolha de método, as alterações aparentes, produzidas no curso do fenômeno econômico apenas em virtude da adoção de método mais apropriado, são elementos que merecem devidos esclarecimentos pela nota explicativa como subsídios indispensáveis à credibilidade das cifras apuradas e ao sentido real das correções.

De aspecto mais amplo, as introduções aos boletins mensais e anuais expõem as diversas fases da elaboração estatística, de par com o desenvolvimento dos trabalhos atribuídos às diversas secções. Aludem aos critérios adotados na classificação, bem como aos esclarecimentos necessários sôbre o documento de coleta. Vulgarizam as finalidades estatística das faturas consulares, dos modelos de guia de exportação, das listas de movimento marítimo, do balancete bancário e demais instrumentos de coleta estabelecidos por lei.

Dentro do esquema geral de reforma, decorrente da Resolução n.º 105, de 7 de Fevereiro de 1941, da Junta Executiva Central, iniciaram-se os trabalhos de revisão dos boletins mensais impressos e mimeografados, bem como das publicações anuais. Foram assim refundidas as estatísticas anuais do comércio exterior, divulgadas, até 1940, através dos boletins resumos e dos boletins gerais. Passou o boletim geral — "Comércio Exterior do Brasil" — a ser desdobrado em 5 volumes. A edição revista possibilita mais ampla visão do comércio externo. Dois volumes da série aludida — o IV e o V — destinam-se, respectivamente, ao cômputo do comércio exterior por países e por portos, segundo as mercadorias.

Precedendo os boletins gerais de caráter definitivo, as publicações mensais são antes resumo do comércio externo. Reunem, com êsse objetivo, os quadros dos principais produtos da importação e da exportação, escolhidos segundo as classes que avultam em valor. É propósito do Serviço estabelecer a revisão trienal do quadro dos principais produtos afim de excluir as classes de movimento mercantil inexpressivo.

Também foi objeto de revisão geral, paralela à das estatísticas do comércio exterior, o boletim anual do comércio de cabotagem referente a 1941. Introduziram-se novos elementos para ampliação e melhoria dessa estatística. Procedeu-se à revisão dos agrupamentos preponderantes e à inclusão, no movimento geral de cabotagem, do valor médio por unidade de mercadoria.

Atendendo às exigências de formato do boletim, a quantidade passou a ser consignada em toneladas e o valor em Cr$ 1 000, diversamente do registro adotado no boletim do comércio exterior, nos quais

os itens referidos são expressos, respectivamente, em quilogramas e em Cr$ 1, conforme dispunham os manifestos de carga.

Tanto no comércio exterior como no setor de cabotagem, mantem-se o critério de ressaltar os produtos preponderantes. Êsse critério deu em resultado a incorporação inicial aos principais produtos de exportação para o exterior, de 20 artigos preponderantes, passando assim o número daqueles de 44, em 1940, para 64 em 1941. Esta cifra foi elevada para 102, em 1942, passando, finalmente, a 114 principais produtos a discriminação prevista para exportação nos boletins do ano corrente.

No rol das mercadorias importadas, 40 passaram a figurar, em 1941, dentre as consideradas principais. Atingiu assim a 79 o número dos produtos preponderantes contra 39, em 1940. Em 1942, os boletins mensais do comércio exterior passaram a enumerar 117 principais produtos quanto à importação, mantendo-se essa discriminação para 1943, por não haver mercadoria com acréscimo digno de nota. Quanto ao comércio de cabotagem, os boletins mensais inseriram, em 1942, 187 produtos principais. Com o acréscimo de 5 novas classes, elevou-se o seu número para 192, em 1943. O critério de destaque dos produtos preponderantes não colide com o propósito de estabelecer a revisão trienal das principais mercadorias constantes dos boletins mensais do comércio exterior de cabotagem.

Secção de Mecanização Papel preponderante cabe aos serviços mecânicos na atualização das cifras apuradas. O maior rendimento e eficiência dos trabalhos exigiu, desde logo, a substituïção de material inadequado por outro mais atual. As providências no sentido da renovação do aparelhamento Hollerith vêm sendo expostas nos relatórios anuais do Serviço.

A apuração mecânica está circunscrita às estatísticas do comércio exterior e de cabotagem, aguardando-se plano de mecanização da estatística bancária. As restrições impostas à importação no exterior, em face do regime de prioridades, repercutem prejudicialmente no reajustamento do material às necessidades do Serviço. Não obstante, prossegui o fornecimento, sob registro, de quadros estatísticos especiais por motivo da situação de guerra.

Secção de Documentação e Divulgação Data da Conferência dos Chanceleres americanos, realizada em Janeiro de 1942, o intuito de impedir a divulgação de informes ou dados referentes aos produtos estratégicos Listas discriminativas dos artigos atingidos foram inicialmente organizadas para respectiva omissão dos boletins.

Em face da possibilidade de serem estimados, por dedução feita das cifras globais, os produtos visados pelas medidas de defesa nacional, opinou o Serviço pela suspensão das publicações impressas do comércio exterior, estabelecida a tiragem dos boletins mimeografados para distribuïção reservada. Tôdas as medidas de restrição ficaram, entretanto, condicionadas à Resolução n.º 139, de 25 de Agôsto de 1942, da Junta Executiva Central, visando ao contrôle geral das estatísticas nacionais.

Para cumprimento das medidas estabelecidas, restringiu-se a distribuïção dos informes estatísticos, ora subordinada diretamente ao Gabinete, aos pedidos escritos e devidamente autorizados Por êsse motivo,

os encargos da Secção de Documentação e Divulgação estão adstritos à revisão de provas das publicações impressas mimeografadas dentro do plano de reforma geral dos boletins.

Cooperação mais estreita com o I.B.G.E. Dois empreendimentos traduzem mais estreita cooperação do Serviço com o órgão estatístico central: a reforma da classificação de mercadorias e a campanha estatística lançada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Desde 1941, constituiu-se uma comissão para estudo destinado à revisão do código nacional de mercadorias em face do que dispunha a Resolução n.º 219, de 24 de Julho de 1941, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística. Fêz-se o confronto de diversos boletins estrangeiros do comércio exterior com as tarifas alfandegárias de cada país e com a Lista Mínima de Mercadorias da Sociedade das Nações. O exame comparativo aconselhou modificar a classificação brasileira no sentido de adaptá-la à nomenclatura de Genebra. Semelhante critério não excluía, todavia, o intuito de registrar as cifras do nosso comércio externo sem prejuízo para o confronto com as séries anteriores.

Os estudos iniciais conduziram a outras modificações que foram presentes à Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, reünida em Goiânia em Julho de 1942. Tratou, então, do assunto a Resolução n.º 247, de 4 de Julho de 1942, daquela Assembléia Geral, determinando, entre outras medidas, fôsse reconstituída a comissão anterior, de modo a ficar integrada com um funcionário da Secretaria Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, designado pela Junta Executiva Central.

Prossegue a nova comissão nos trabalhos de reforma do código nacional de mercadorias, bem como da racionalização das guias de exportação nos têrmos do Decreto-lei n.º 4 736, de 23 de Setembro de 1942.

A partir da Resolução n.º 86, de 18 de Julho de 1938, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, vem sendo realizada a apuração diretamente centralizada no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística das ocorrências de interêsse nacional sob o múltiplo aspecto fisiográfico, demográfico, social, cultural, político-administrativo e econômico-financeiro.

Pela natureza das respectivas atribuïções, o Serviço participa na campanha estatística nacional instituída pelo órgão central coligindo os dados constantes dos inquéritos sôbre correios e telégrafos, portos, campos de pouso, ferrovias, rodovias, viação urbana, cartórios, estabelecimentos bancários, firmas importadoras e exportadoras, mercados públicos.

Dentro do plano traçado, acha-se concluída a apuração e a crítica dos prontuários de 1940 e 1941, que chegaram ao Serviço por intermédio do órgão central. O Rio Grande do Sul deixou de remeter inquéritos preenchidos, referentes a 1940. Não completaram a remessa anual os Estados de Santa Catarina, Ceará e Baía. A conclusão das tarefas, no que se reporta à campanha estatística de 1940 e 1941, assim depende da presença dos prontuários restantes ao Serviço que ora procede à retificação das informações consideradas ambíguas.

Conclusão Tende a ampliar-se consideràvelmente o âmbito das atividades do Serviço de Estatística Econômica e Financeira, ora sumariadas.

Crescem as atribuïções do Serviço à medida que se abrem novas perspectivas à economia do país em fase, como a atual, de excepcional relêvo histórico.

Instrumento orientado na estreita articulação das riquezas nacionais, dentro do sistema de cooperação político-administrativa, centralizado no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Serviço de Estatística Econômica e Financeira deve ficar aparelhado não só para recolher os elementos definidores do rumo da economia interna mas ainda para conhecimento dos resultados obtidos com a política econômica do Govêrno. Preside essa mesma política à transformação ecológica dos vales do Amazonas e do Rio Doce; promove a instalação da grande siderurgia; substitui a monocultura pela policultura; abre novo horizonte à produção industrial; lança novos esquemas rodoviários e ferroviários; descortina, enfim, a perspectiva de prosperidade inédita com a conclusão dos acordos que revertem na mobilização geral dos imensos recursos do país.

A. R DE CERQUEIRA LIMA
(Diretor do Serviço de Estatística da Produção)

A ESTATÍSTICA DA PRODUÇÃO EXTRATIVA E AGRO-PECUÁRIA

A REORGANIZAÇÃO da estatística federal, operada em 1907 no Ministério da Viação e Obras Públicas, marcou o início de uma éra de notável desenvolvimento do importante setor da administração pública, cuja indiscutível relevância o govêrno de então mostrou alcançar com inteiro descortino. Ampliou, com efeito, o campo de atribuïções do órgão que reformava, dotando-o de um corpo técnico recrutado com esmero, o qual viria a constituir a sementeira de valores que se projeta em verdadeira grandeza no plano dos dias presentes, a trabalhar valorosamente pela causa da estatística brasileira.

Passou, assim, a Diretoria Geral de Estatística a responder pelas investigações que resultassem na expressão numérica dos fatos observados em tôdas as manifestações da vida nacional, excetuados, apenas, o intercâmbio comercial com o exterior e o promovido pela navegação de cabotagem, em cujo levantamento estatístico já vinha atuando eficientemente a Diretoria de Estatística Comercial, repartição que é hoje o Serviço de Estatística Econômica e Financeira, do Ministério da Fazenda.

Com êsse pesado encargo, foi aquela repartição transferida, em 1910, para o Ministério da Agricultura Indústria e Comércio, pasta que se criava principalmente para velar pelos interêsses da produção ligada à exploração direta do solo, no Brasil "essencialmente agrícola" de então, pois poucas seriam as providências reclamadas pela indústria, que, a bem dizer, ensaiava tìmidamente os primeiros passos. E, por isso, muito seria de desejar-se do órgão incumbido da estatística geral do país, como instrumento de medida das atividades superintendidas pela pasta cuja estrutura passava a integrar. E, efetivamente, muito deve o Brasil à repartição que encerrou o seu ciclo em 1930. Porque, afora os valiosos trabalhos, publicados ou inéditos, deixados sôbre assuntos diversos — instrução pública, finanças, transportes e comunicações, demografia, administração — e a tarefa hercúlea de realizar o recenseamento de 1920, foram seus os primeiros levantamentos realizados entre nós, para determinação do efetivo dos rebanhos e para o cômputo das safras de produtos agrícolas, como expressão do resultado das atividades agro-pastoris em todo o território nacional. Nesse último mister foi a Diretoria Geral de Estatística sucedida pelas repartições que, sob várias denominações, têm tido o encargo do fomento agrícola, na administração federal, as quais, como aquela, colheram resultados proporcionais aos recursos disponíveis, nem sempre podendo estender sua atuação a todos os produtos que, pela sua importância econômica, deveriam estar compreendidos nas investigações.

Ontem e hoje Tais realizações, às vezes acoimadas de pouquidão, teem de ser apreciadas no tempo e no espaço. Quem — dispondo hoje da rádio-telefonia, só posteriormente a 1930 tornado um meio eficiente de comunicação, e dos milhares de quilômetros da rede telefônica interurbana e interestadual — comparar a extensão da nossa atual rede rádio-telegráfica e postal-telegráfica, que alcança a quasi totalidade dos Municípios brasileiros, prestando um serviço que se pode qualificar de excelente, com a situação de há um quarto de século; quem — gozando tranquila comodidade a bordo de um avião que lhe permite transportar-se, em um tempo que se mede por horas, aos mais longínquos centros de população brasileira — não se esquecer de que os primeiros quilômetros de estrada de rodagem se construïram na República a começar de 1920; quem confrontar a rede ferroviária de hoje, com a que tinhamos há 25 e 30 anos; quem não estiver despercebido do enorme desenvolvimento das linhas de navegação costeira nos últimos quatro ou cinco lustros; quem tiver observado, como conseqüência dêsse progresso material, o indiscutível progresso cultural das populações dos pequenos centros e a transformação operada nos métodos e propósitos das administrações locais, que substituiram a preocupação política pelo interêsse administrativo e que gradual e ràpidamente se vão tornando menos esquivas e mesmo hostís aos apelos que lhes dirigem os responsáveis pelas operações estatísticas; quem formular tais considerações e tiver em vista as dificuldades quasi irremovíveis que ainda hoje se opõem aos trabalhos dessa natureza, há-de sentir-se irresistìvelmente compelido a elevar o pensamento e volvê-lo para reverenciar a memória e bendizer o denodado e diuturno esfôrço daqueles que tanto fizeram, parecendo realizar tão pouco.

A criação da Diretoria de Estatística da Produção As reformas introduzidas na administração pública, em seguida aos acontecimentos políticos de 1930, com a criação de duas novas pastas ministeriais, Educação e Saúde, e Trabalho, Indústria e Comércio — providência com a qual se encarou resolutamente a solução de prementes problemas sociais — encaminharam a organização estatística no sentido da descentralização executiva, solução que o extraordinário desenvolvimento do país, em todos os campos de atividade, vinha reclamando, para o fim de atribuir-se o encargo dos levantamentos estatísticos a órgãos autônomos que agissem na órbita dos diferentes Ministérios.

Assim é que — já existentes as repartições centrais dos Ministérios da Fazenda, do Trabalho e da Educação — coube à clarividência do Ministro JUAREZ TÁVORA, por ocasião da grande reforma de 1933, dos serviços afetos à pasta da Agricultura, criar o órgão que se incumbiria de levantar com regularidade e sistemàticamente a estatística da produção extrativa e da produção agro-pecuária. Começando a funcionar sem demora, iniciou a sistematização dos dados retrospectivos que se encontrassem esparsos em relatórios, mensagens, monografias, artigos de imprensa, trabalho em que conseguiu remontar a 1920, para muitos produtos, ao mesmo tempo que organizava o plano de ação sistemática.

Os levantamentos empreendidos Em relação à produção extrativa não foram grandes as dificuldades a vencer para conseguirem-se, em breve tempo, os primeiros resultados, relativamente a um número apreciável de produtos.

O mesmo não se dava, porém, com a produção agro-pecuária, terreno de difícil penetração e que, pràticamente, estava para ser desbravado, na grande maioria das Unidades da Federação, pois àquele tempo sòmente em Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Baía funcionavam serviços centrais de estatística, providos ainda assim de exíguos recursos, que não permitiam uma atuação em profundidade, nos múltiplos assuntos de que deviam tratar.

Era, assim, imperioso o lançamento de uma rede de centros dos quais convergissem as informações primárias, o que foi conseguido com relativo sucesso em virtude da solicitude de um numeroso contingente de agricultores, criadores, negociantes, cuja colaboração gratuita e prestimosa permitiu ao país o primeiro visionamento da produção agrícola e pecuária em sua expressão quantitativa de conjunto. E' bem de ver que tal situação precisava ser modificada, pois em virtude da crescente exigência, por parte da administração e do público, de dados cada vez mais minudentes e oportunos, a repartição não poderia precindir de se prolongar em órgãos de percepção local, que agissem a tempo certo e em ritmo cadenciado, condições que, é claro, não seriam de esperar-se na situação então vigente. E da mesma necessidade se ressentiam outras repartições de estatística do govêrno federal, bem como as das administrações regionais, que se foram criando em virtude da Convenção Nacional de Estatística. Impunha-se, em outras palavras, a extensão a todo o país da solução já experimentada, com êxito, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, e consistente na criação de agências ou delegacias locais, as quais sob o nome de Agências Municipais de Estatística começaram, de fato, a ser instaladas nos demais Estados e no Território do Acre, desde o advento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — acontecimento que jámais deixará de ser o ponto culminante na história da estatística nacional.

Os benéficos efeitos prefigurados não se fizeram esperar: à medida que as Agências se instalaram, foi-se tornando possível a realização de inquéritos diretos nos Municípios, o que, evidentemente, contribuiria para obterem-se dados com uma aproximação que as indagações indiretas não possibilitam e, sobretudo, a discriminação da produção pelos Municípios produtores, o que é da maior importância. Êsses resultados, referindo-se a 28 produtos agrícolas, vêm sendo conseguidos já em alguns Estados, embora sem a oportunidade com que devem ser divulgados. E tomam-se providências para que nos demais a situação se harmonize com a que se observa nos primeiros. Assim é que, com a assistência direta da Secretaria Geral do I.B.G.E., já foram lançados os impressos e instruções por meio dos quais será iniciada êste ano a previsão das safras, empreendimento com o qual entraremos na fase final de aperfeiçoamento da estatística agrícola e cujos resultados são o elemento básico para orientação de negócios e para a planificação dos transportes.

Bem diversa é a situação relativa à estatística pecuária, na parte concernente aos produtos derivados.

O assunto pode ser considerado definitivamente resolvido com a implantação do regime instituído pelo Decreto-lei n.º 1 633, de 28 de Setembro de 1939, e em virtude do qual todo estabelecimento que se dedique à indústria dos produtos de origem animal é obrigado a manter a escrituração de um livro de modêlo especial, fornecido pela repartição, à qual deve remeter uma cópia autêntica (carbono) do respectivo

movimento mensal. De fato, iniciada a execução de tal norma em 1941, já a coleta das informações referentes a 1942 se encerra dentro dos quatro primeiros meses de 1943. E é de prever-se que, com um ano mais, tal encerramento se dê, em condições normais, no máximo ao têrmo do primeiro trimestre do ano seguinte àquele a que se referir o inquérito. Nada mais se poderá exigir, em matéria de pontualidade, tendo-se em vista que dos distritos mais afastados a correspondência por via terrestre ou marítima gasta até 90 dias para atingir a Capital da República.

Os excelentes resultados assim colhidos, aconselham a aplicação do mesmo princípio a outros ramos de atividade. Por êsse motivo já foi expedido o Decreto-lei n.º 4 462, de 10 de Julho do ano passado, que tornou extensiva a tôdas as fontes de informação, às quais for aplicável, a norma fixada no Decreto-lei anterior. E, ainda este ano, deverão enquadrar-se nesse regime, para o que já se acha em preparo tipográfico o material impresso, as usinas descaroçadoras de algodão, as fábricas de óleos vegetais, os moinhos de trigo e, a seguir, as demais atividades industriais prepostas ao beneficiamento de produtos agrícolas e extrativos.

Conclusão Tal é, em rápida síntese, a situação atual da estatística agrícola, cujo levantamento não teria sido viável sem o inestimável concurso dos Departamentos Estaduais de Estatística, das Prefeituras e dos Agentes Municipais.

O. G. DA COSTA MIRANDA

(Diretor do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho)

O ÓRGÃO CENTRAL DE ESTATÍSTICA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO

A BREVE resenha da organização a que obedece a atividade que desenvolve o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho vale apenas como o desejo de materialmente patentear uma colaboração que é solicitada. Noutras palavras; traduz a satisfação de mera formalidade.

O grande valimento da obra que nos integra no conhecimento pleno da nossa realidade, encerrando o longo e triste período das estimativas precárias e conjeturas audaciosas, pertence ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. E' a verdade. Não há negar que as repartições, federais e estaduais, operam em ritmo crescente de produção; mas, não encubramos que o rendimento obtido, rendimento que avulta em quantidade e auspiciosamente se aprimora em qualidade, pouco, quase nada, representaria, se não encontrasse o apoio e patrocínio que, atenta e vigilantemente, lhes dispensa a meritória entidade presidida pela clarividência do Sr. Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES.

Não é frase em que se disfarce o gabo dos elogios mútuos; antes, é a afirmação sincera de justo reconhecimento. Bastará atender a que o bom êxito de uma investigação, exclusivamente, não depende do cuidado técnico que a cerque no seguimento das fases que vão do ato de lançamento ao fêcho que a conclua. Fica, e fica em boa parte, dependente da atenção que lhe dispense o informante. Ora, o informante é a massa, e a massa com a acuïdade instintiva da multidão sabe discernir sôbre o alcance e a oportunidade da colaboração que lhe é encarecida, prestando-a, se algo lhe desperta a confiança, discreta, se não maliciosamente, esquecendo-a se pressente que lhe falta o sentido construtor do interêsse coletivo.

Paralelamente, as contingências da nossa evolução, talvez explicáveis pela extensão da orla marítima e alcantilado das serras imponentes que a acompanham, retardaram a penetração prática e definitiva no interior bravio e exuberante, forçando-nos a um estágio de civilização litorânea, em que o homem, colocado na orla da praia, melhor sonhava com os primores das velhas e longínquas cidades, que a linha do horizonte escondia, do que sentia a palpitação fremente da selva que o convidava a partilhar das riquezas que guardava no solo fecundo e acolhedor. Conseqüência: se a um toque mais violento, despertando, voltava-se para o ambiente que se lhe abria em redor, quase sempre, o golpe da surpreza ou rudemente o castigava com o pessimismo doentio, ou traiçoeiramente o maniatava com o otimismo da exaltação. Um ou outro, negava-lhe o sênso que dita e conduz a ação objetiva. E

o devassamento, assegurando a posse que herdamos pela conquista, epopéia em que os nossos maiores se imortalizaram para o orgulho e pujança dos nossos descendentes, reclamava compreensão, evidenciando que compreensão é conhecimento.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, admirável realização do Excelentíssimo Senhor Presidente GETÚLIO VARGAS, empreendendo a obra que nos integra no conhecimento pleno da nossa realidade, não se contenta em velar pelos órgãos específicos que o constituem, porque, superiormente, chama a si o encargo de movimentá-los e dirigí-los nos esforços que redobra pela causa do Brasil.

Histórico e evolução do S.E.P.T.*

O Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (S.E.P.T.), cujo nome atual provém do espírito padronizador que sancionou o Decreto-lei n.º 1 360, de 20 de Junho de 1939, conforme o esquema geral de trabalhos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de que é membro na qualidade de "repartição central", é o antigo Departamento de Estatística e Publicidade criado pelo Decreto n.º 24 600, de 6 de Julho de 1934.

A sua história, contudo, é longa, alcançando o ano de 1931, por fôrça do Decreto n.º 19 667, de 4 de Fevereiro de 1931, que, dando a primeira organização ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, criou nele o Departamento Nacional de Estatística, com a fusão da Diretoria Geral de Estatística Comercial do Ministério da Fazenda.

Por Decreto de 16 de Fevereiro de 1932, que tomou o n.º 21 047, foi aprovado o seu regulamento, competindo-lhe através das suas sete secções cuidar da estatística territorial e demográfica, da estatística política e administrativa, da estatística do comércio de importação, exportação e cabotagem, da estatística agrícola e industrial e das estatísticas sociais, compreendendo especialmente os assuntos relativos à organização do trabalho e da previdência social.

A descentralização dos serviços a cargo cada qual do Ministério onde melhor seriam atendidos, como conseqüência da norma racional que passou a nortear a estatística nacional, indicava nova estrutura para o Departamento Nacional de Estatística, o que foi feito pelo Decreto n.º 24 600, de 6 de Julho de 1934, que extinguiu no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o Departamento Nacional de Estatística, criando no mesmo Ministério o Departamento de Estatística e Publicidade e passando alguns dos seus encargos aos Ministérios da Fazenda, Justiça e Negócios Interiores e Agricultura.

A necessidade de dispor o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio de um órgão divulgador próprio dos serviços de estatística industrial e social, apresentou-se ao legislador, e ditou as razões justificadoras da medida, entre as quais é de salientar a do desenvolvimento da estatística social, o novo campo a que o órgão recem-criado devia aplicar-se de preferência.

---

* As notas que se seguem foram elaboradas pela Assistência Técnica do S E P T.

Como se não bastasse, o Decreto n.º 24 609, de 6 de Julho de 1934, criando o Instituto Nacional de Estatística, hoje Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em obediência ao princípio de especialização técnica no regime de cooperação, centralizada por órgão federal, atribuiu ao Departamento de Estatística e Publicidade a organização e sistematização de tôdas as estatísticas concernentes à assistência social, ao trabalho, e as que se relacionarem com os demais objetivos abrangidos no programa do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. E' a finalidade do S.E.P.T.

Ao par das atribuïções cometidas ao S.E.P.T., o Decreto n.º 24 600 deu-lhe como organização três secções, a superintendência da Biblioteca, do Almoxarifado e das Oficinas Gráficas do Ministério. Leis posteriores, porém, ampliaram as atribuïções do S.E.P.T., quer no campo da estatística, em particular, quer no campo da administração em geral, proporcionando-lhe maior amplitude de ação, sem a quebra da estruturação que lhe demarcou o Decreto n.º 24 609. Da mesma forma, dispositivos legais diversos conferiram a outros órgãos do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio a superintendência da Bibliotéca e do Almoxarifado, transferindo para a Imprensa Nacional as Oficinas Gráficas, tudo de acôrdo com as normas racionais de trabalho, que estão sendo implantadas na administração brasileira.

Atualmente, o S.E.P.T. é constituído por três secções, uma das quais, de caráter administrativo, se ocupa particularmente de todo o movimento de processos e papéis que nele transitam.

A Direção Geral do S.E.P.T. conta, ademais, com a Assistência Técnica, a Secção de Cartografia, a Secção de Publicidade e a Secção Mecanizada, organismos criados para bem atender o volume sempre crescente de atribuïções e cometimentos que lhe são dispensados pelos dois setores sob que atua: o do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Esquema das atribuïções e realizações do S.E.P T.

Setor Técnico

- Representação
  - Do M T. I C na Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística
  - Do M T. I. C nas exposições nacionais e estrangeiras (Nova Iorque, Toronto, São Paulo, Ceará, Pernambuco e Goiânia)
  - Do M. T. I. C. nos congressos nacionais de estatística
- Apurações
  - Movimento estatístico dos diversos Departamentos do M T. I. C.
  - Lei dos 2/3 (Decreto-lei no 1 843, de 7 de Dezembro de 1939)
  - Inquérito industrial do Departamento Nacional da Indústria e Comércio
  - Movimento migratório do Departamento Nacional de Imigração
  - Movimento estatístico das Delegacias Regionais do Trabalho
  - Movimento estatístico dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões
- Inquéritos
  - Inquéritos da "Campanha Estatística" do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
  - Salário Mínimo (Decreto-lei no 399, de 30 de Abril de 1938)
  - Remuneração condigna dos Professores
  - Custo da vida (permanente)
  - Sindical (permanente)
  - Acidentes do Trabalho (permanente)
- Cadastros.
  - Sociedades por ações (Decreto-lei no. 2 627, de 26 de Setembro de 1940)
  - Preços dos gêneros de primeira necessidade
  - Sindical
  - Industrial
  - Indústria fabril

Setor Administrativo

- Pessoal
  - Lotação
  - Contrôle de frequência
  - Contrôle da produção
  - Movimento
- Material
  - Dotação
  - Conservação e limpeza
  - Distribuição
  - Arrolamento
- Expediente
  - Movimento de protocolo
  - Informação de processos
  - Pesquisas
  - Autuações
  - Correspondência
- Outros encargos
  - Superintendência da execução da Lei do Salário Mínimo no Brasil (art 36 do Decreto-lei no 399, de 30 de Abril de 1938)
  - Registro das Sociedades por Ações (Decreto-lei no 2 627, de 26 de Setembro de 1940)
  - Registro dos Acidentes do Trabalho
  - Registro das doenças ditas profissionais
  - Superintendência da execução da Lei de Abono de Família (art 17 do Decreto no 12 299, de 22 de Abril de 1943)

Setor Cultural

- Publicações
  - **Boletim** do M T I C (desde 1934, com tiragem mensal de 5 000 exemplares)
  - **Coleção de leis trabalhistas**
  - **As condições de vida das classes operárias no Recife**—JOSUÉ DE CASTRO
  - **Fiação e Tecelagem**—(Curso organizado pelo Centro Industrial de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro)
  - **O cobre na economia nacional**—ALFEU DINIZ GONÇALVES
  - **Estudo sôbre o curare**—LEOPOLDO DE LIMA E SILVA
  - **Quotas imigratórias**—Departamento Nacional do Povoamento
  - **Direito industrial e legislação do Trabalho**—IRINEU DE MELO MACHADO
  - **A indústria do papel**—EURICO TEXEIRA DA FONSECA
  - **Missão Econômica Brasileira ao Japão**—Ministro SALGADO FILHO
  - **Intercâmbio comercial nipo-brasileiro**—COSTA MIRANDA
  - **Plano de Assistência e Previdência**—FIORAVANTI DI PIERO e LUTERO SARMANHO VARGAS
  - **O problema da mecanização**—COSTA MIRANDA
  - **Curso de oceanografia, pesca e piscicultura**—ARMANDO PINA
  - **Justiça e assistência ao trabalhador nacional**
  - **Salário Mínimo**
  - **Custo da Vida**
- Conferências
  - Sôbre Legislação (1940/1941)—4
  - Sôbre Estatística (1940/1941)—4
  - Sôbre o homem (194C/1941)—4
  - Sôbre a terra (1940/1941)—4
- Curso de Estatística — Realizado em 1940 com a assistência de mais de 50 funcionários não só do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, como também de outros Ministérios e órgãos paraestatais
- Museu Social — Acha-se localizado no 3 º andar do Palácio do Trabalho e constitui permanente exposição dos trabalhos gráficos oriundos do S E. P T

CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO
(Secretário Geral do Conselho Nacional de Geografia e Diretor do S. G E F)

O SERVIÇO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA FISIOGRÁFICA

A ESTATÍSTICA poderia ser definida, em um conceito geral e singelo, como a expressão numérica dos fatos.

Assim entendida, nela encontra sentido a estatística territorial, porque é o território um fato digno de registro, como quantos outros tão variados nos agentes e na apresentação.

Desperta de logo a atenção, porém, a especialidade dessa estatística que tem por objeto um fato, de variação mínima, quase insensível no tempo.

Tanto mais que, na sua missão utilitária, o aparêlho estatístico se desenvolve quase todo na pesquisa da atividade humana, nos seus múltiplos aspectos, que importa à ciência, à técnica e sobretudo à administração conhecer.

Em outras palavras, o sentido usual da estatística é o registro no tempo; daí a singularidade dessoutra estatística, a territorial, que se ocupa do registro no espaço.

Há técnicos que lhe negam o atributo do método porque, dizem, como o território não varia quase, uma vez conhecida qualquer expressão numérica do território, sob qualquer dos seus aspectos físiográficos, ela não é susceptível de alteração, não precisa mais ser pesquisada, não interessa mais ao estatístico militante.

Não é tanto assim: a estatística territorial não é tão imutável, quanto parece à primeira vista.

A alterar-lhe os valores, há o processo do conhecimento do próprio território, — alteração de aperfeiçoamento —; há realmente a variação no tempo, embora segundo ciclos longos, que cumpre ser apreciada sobretudo no caso dos registros dos fatos territoriais em que a ação do Homem pode manifestar-se, como o revestimento florístico e outros — alteração evolutiva —; e, finalmente, há a atender a particularidade de que cabe à estatística territorial orientar o desdobramento adequado dos valores numéricos de qualquer fenômeno segundo os ambientes fisiográficos, indispensável à fecunda interpretação geográfica dos fatos — alteração da distribuïção espacial no tempo —, a que não pode fugir a estatística na sua finalidade científica.

Analisem-se êsses três motivos.

A dependência da estatística territorial à cartografia é essencial, obrigatória, porque a cartografia oferece miniaturas do território que a estatística traduz em números adequados. Raramente, os valores territoriais são obtidos no campo, por medições, a se transformarem

diretamente em estatísticas. As medições no campo permitem a elaboração dos mapas, e êsses, devidamente manipulados, dão origem às estatísticas.

Nem se compreenderia doutra forma: o mapa é o documento do geógrafo.

O progresso da estatística territorial — em extensão e em profundidade — está pois na dependência direta e absoluta do progresso da cartografia; portanto, não pode uma ser analisada, sem a consideração da outra, não se pode tratar de estatística do território sem atender ao desenvolvimento da técnica cartográfica.

Os fatos territoriais, por outro lado, variam, mesmo aqueles de caráter fisiográfico, em que predominam as fôrças físicas da Natureza. Deixando de lado aqueles fenômenos de evolução muito lenta, como os geológicos, os geomorfológicos, os isostáticos, os climatológicos e outros, merecem ressaltados uns tantos fatos do território, cuja evolução é mais rápida, a bem dizer sensível no tempo, como, por exemplo, aqueles em que aparece a vida: a distribuïção do tapete vegetal, sobretudo na variação decorrente da ação destrutiva ou construtiva do Homem; os deslocamentos das ocorrências dos animais, em função da marcha da civilização e de fatores biológicos que lhes são peculiares; a transformação da paisagem pela mão do Homem

Finalmente, a Geografia é fundamental na interpretação estatística, porque raro é o fenômeno social, político ou econômico que possa ser bem conhecido, sem a consideração dos fatores ambientais em que se desenvolve. Daí a importância científica da distribuïção espacial dos fenômenos, entendido o espaço não só na expressão concreta do chão, como também das características fisiográficas do território. o sub-solo, o solo, o relêvo, a vegetação, a fauna.

O administrador, o político, o sociólogo, o economista, o cientista não se satisfazem com os dados que lhes esclareçam a situação atual quantitativa e a evolução no tempo e numérica de qualquer fenômeno que hão-de pesquisar; necessàriamente êles quererão conhecer o comportamento do fenômeno no espaço, e pesquisar-lhes as causas da dispersão geográfica. É que as condições geográficas equacionam o fundamento físico dêsses fenômenos.

Daí a importante tarefa que à estatística territorial cabe, no sentido de pesquisar em minúcia as características físicas e humanas do território, para preparar os planos de enquadramento regional ou fisiográfico, na forma adequada a cada fenômeno.

1933, o ano dos fundamentos

Na história da estatística territorial brasileira, reponta fundamental o ano de 1933, que inaugurou um decênio de fecundas realizações.

Pelo Decreto n.º 22 984, de 25 de Julho de 1933, foi incluída na reforma geral do Ministério da Agricultura a criação da Diretoria de Estatística da Produção, tendo por 1.ª secção, a Secção de Estatística Territorial, cujas atribuïções regulamentares o Decreto n.º 23 979, de 8 de Março de 1934, fixou nos seguintes têrmos·

"Artigo 111.º — Cabe à 1.ª secção:

1 — reünir documentações sôbre o território nacional, mediante coleta, crítica, fichamento e arquivamento dos dados geográficos for-

necidos pelas repartições federais, estaduais e municipais e por instituïções particulares;

II — organizar uma mapoteca do território nacional, tanto quanto possível completa e racional, principalmente quanto à agricultura do país;

III — elaborar trabalhos cartográficos padrões, mediante a execução tècnicamente rigorosa de cartas-tipos do território nacional, totais e parciais, gerais e especiais;

IV — promover, junto às administrações estaduais e municipais, investigações sôbre a geografia de regiões mal conhecidas, sistematizando as instruções respectivas;

V — instituir um serviço permanente de estatística territorial, mediante participação nos inquéritos estatísticos da D.E.P. e em correspondência com as repartições e instituïções que se ocupem do mesmo objetivo;

VI — estudar as características fisiográficas das regiões do país, visando principalmente a produção agrícola;

VII — executar trabalhos de desenho da D.E.P., mediante a representação gráfica e cartográfica, rigorosa e sugestiva, dos resultados de suas investigações estatísticas."

No mesmo ano de 1933, foi constituída pelo Govêrno uma comissão inter-ministerial que, sob a orientação do então Ministro da Agricultura, Major Juarez Távora, estudou o plano geral da coordenação das atividades estatísticas brasileiras, mais tarde tornado realidade, com o Decreto n.º 24 609, de 6 de Julho de 1934, que criou o Instituto Nacional de Estatística.

O Instituto veio ensejar largas possibilidades ao desenvolvimento da estatística territorial, por isso que abriu horizontes ao progresso da cartografia brasileira.

Tanto assim que, em evolução crescente e rápida, foi criado com o Decreto n.º 1 527, de 24 de Março de 1937, o Conselho Brasileiro de Geografia, incorporado naquele Instituto, que passou a chamar-se "Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística", denunciando no próprio nome a presença dos dois Conselhos Nacionais que o integram.

O Conselho Nacional de Geografia empenhou-se vivamente no desenvolvimento da repartição federal de estatística territorial, e promoveu, com a Resolução n.º 28, de 19 de Julho de 1938, da sua Assembléia Geral, a ampliação e a autonomia administrativa da repartição, o que plenamente se efetivou com o Decreto-lei n º 782, de 13 de Setembro de 1938, que "transforma provisòriamente a Secção de Estatística Territorial, da Diretoria de Estatística da Produção, no Serviço de Coordenação Geográfica, com as funções de Secretaria Geral do Conselho Nacional de Geografia e órgão dos serviços geográficos da Comissão Censitária Nacional".

Com a Resolução n º 31, de 8 de Fevereiro de 1939, o Diretório Central do Conselho baixou o Regulamento do Serviço de Coordenação Geográfica, que solenemente se instalou, como repartição autônoma, diretamente subordinada ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 15 de Março de 1939.

Graças a providências tão eficazes, oportunas e adequadas, o serviço federal de estatística territorial desenvolveu-se extraordinàriamente, tornou-se autônomo, partilhando das vantagens dum regime autárquico e — o que é importante — prosperou em uma feliz ambiência geográfica e cartográfica.

Situação atual Presentemente denomina-se "Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica", em virtude do Decreto-lei n.º 1 360, de 20 de Junho de 1939, que, estabelecendo disposições padronizadas para as repartições centrais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, lhe mudou o nome primitivo e lhe fixou destino ministerial, após terminados os trabalhos do Recenseamento de 1940 que lhe determinara a atual situação especial.

O esquema estrutural anexo revela bem a organização e o mecanismo de trabalho do Serviço, como repartição central do Conselho.

O esquema obedece a disposições gráficas convencionais:

1) os órgãos ligados por linhas horizontais são deliberativos e opinativos, concentrando-se na autoridade administrativa do mesmo nível;

2) os órgãos ligados por linhas verticais são executivos e se superpõem hieràrquicamente,

3) os trabalhos desdobram-se segundo três planos — o da Presidência do Instituto, de superintendência; o do diretor do Serviço, de gerência; o dos órgãos internos, de execução;

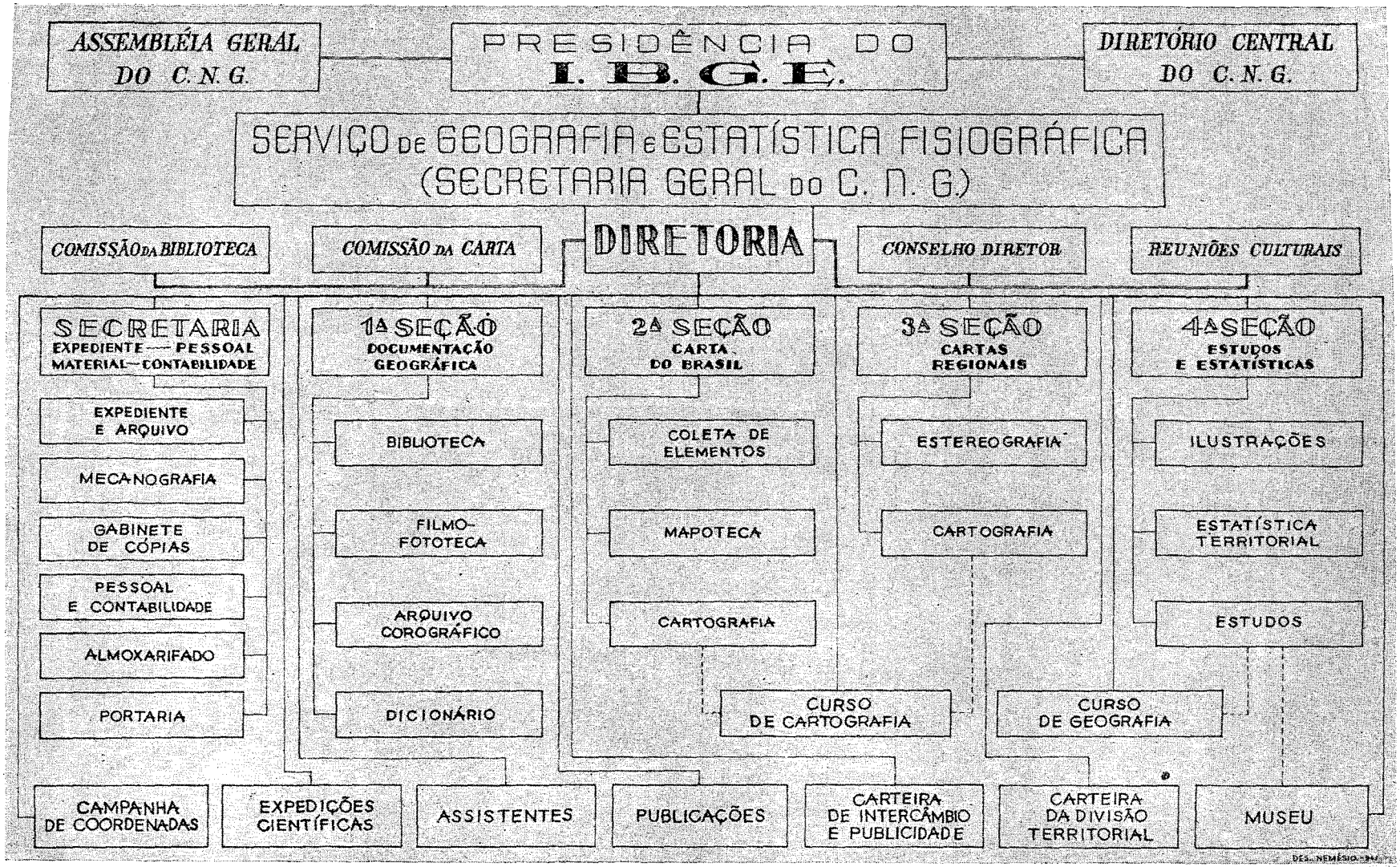
4) o tipo e o corpo de letras são os mesmos para os órgãos de igual função;

5) interligam-se os órgãos internos de correspondência direta.

Em síntese, verifica-se que, *superentendido* pelo Presidente do Instituto, cujas determinações decorrem das deliberações tomadas pela Assembléia Geral e pelo Diretório Central do Conselho, e *dirigido* pelo diretor, que por sua vez é assistido por Comissões técnicas, consultivas e culturais, *executa* o Serviço trabalhos complexos de administração, de documentação geográfica, de cartografia e de geografia, dos quais resultam estatísticas territoriais crescentes em importância, em vulto, em profundidade e em minúcia.

Perspectivas O Decreto-lei n.º 1 360, de 20 de Junho de 1939, previu que o Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica passaria para o Ministério da Viação e Obras Públicas, uma vez terminados os trabalhos do Recenseamento Geral de 1940, e também que, lá, além das estatísticas territoriais lhe caberia o levantamento das estatísticas de transportes e comunicações.

Entretanto, no seio do Instituto as dignas representações do Ministério da Aeronáutica e do próprio Ministério da Viação e Obras Públicas suscitaram importantes questões, resultando disso deliberações dos órgãos competentes do Conselho Nacional de Geografia e do Conselho Nacional de Estatística, pelas quais os estudos estão se orientando em novos moldes, mais amplos e mais adequados.


ASSEMBLÉIA GERAL DO C. N. G.
PRESIDÊNCIA DO I. B. G. E.
DIRETÓRIO CENTRAL DO C. N. G.
SERVIÇO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA FISIOGRÁFICA (SECRETARIA GERAL DO C. N. G.)
COMISSÃO DA BIBLIOTECA
COMISSÃO DA CARTA
DIRETORIA
CONSELHO DIRETOR
REUNIÕES CULTURAIS
SECRETARIA
EXPEDIENTE — PESSOAL MATERIAL — CONTABILIDADE
EXPEDIENTE E ARQUIVO
MECANOGRAFIA
GABINETE DE CÓPIAS
PESSOAL E CONTABILIDADE
ALMOXARIFADO
PORTARIA
1ª SEÇÃO
DOCUMENTAÇÃO GEOGRÁFICA
BIBLIOTECA
FILMO-FOTOTECA
ARQUIVO COROGRÁFICO
DICIONÁRIO
2ª SEÇÃO
CARTA DO BRASIL
COLETA DE ELEMENTOS
MAPOTECA
CARTOGRAFIA
3ª SEÇÃO
CARTAS REGIONAIS
ESTEREOGRAFIA
CARTOGRAFIA
4ª SEÇÃO
ESTUDOS E ESTATÍSTICAS
ILUSTRAÇÕES
ESTATÍSTICA TERRITORIAL
ESTUDOS
CURSO DE CARTOGRAFIA
CURSO DE GEOGRAFIA
CAMPANHA DE COORDENADAS
EXPEDIÇÕES CIENTÍFICAS
ASSISTENTES
PUBLICAÇÕES
CARTEIRA DE INTERCÂMBIO E PUBLICIDADE
CARTEIRA DA DIVISÃO TERRITORIAL
MUSEU
DES. NEMÉSIO

Efetivamente, em conseqüência do resolvido pela Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia com a Resolução nº 127, de 9 de julho de 1942, estão sendo processados os estudos para a constituïção de duas repartições federais: uma, de geografia, diretamente subordinada ao Conselho, a encarregar-se dos trabalhos geográficos, cartográficos e de estatística territorial, em maior escala, e com desenvolvimento adequado dos trabalhos de campo, sobretudo com os modernos recursos da aerofotogrametria; outra, de estatística, no Ministério da Viação e Obras Públicas, para levantar as importantes estatísticas brasileiras de viação, transportes, comunicações, obras públicas.

O Ministério da Viação e Obras Públicas, inteiramente solidário com êsse ponto de vista, constituiu uma comissão (Portaria nº 970, de 3 de Dezembro de 1942) para estudar a organização do novo serviço ministerial de estatística, composta dos Engenheiros JOAQUIM LICÍNIO DE SOUSA ALMEIDA e MOACIR MALHEIROS FERNANDES SILVA e do Sr. JÚLIO XAVIER DA SILVA MOURA

Por seu turno, o Conselho estuda a organização da sua repartição central, em ampliação adequada e vigorosa da atualmente existente.

Animadoras, pois, são as perspectivas; e, praza a Deus, que dessa feita se dê o passo definitivo para a solução completa e duradoura do problema da Geografia nacional, tão delicado e complexo, e no qual envolto está o progresso da estatística territorial brasileira.

JANSEN DE MELO

(Diretor do Serviço Federal de Bio-Estatistica)

A ATUAÇÃO DO SERVIÇO FEDERAL DE BIO-ESTATÍSTICA NAS ESFERAS ESTATÍSTICA E SANITÁRIA

NO prefácio do seu muito conhecido livro *Vital Statistics*, o Professor G. C. WHIPPLE chamava a atenção dos sanitaristas americanos para o fato de que a habilidade de usar a bio-estatística no trabalho de saúde pública é parte importante do treinamento para o exercício da profissão sanitária. Para o sanitarista, a bio-estatística mede a saúde do povo e reflete as condições higiênicas do meio; orienta as atividades sanitárias e avalia seus resultados; constitui valioso instrumento científico para elucidação dos problemas da medicina preventiva de cujo progresso é poderoso fator.

Os serviços responsáveis pela defesa da saúde pública devem se manter vigilantes, prontos para agir aos primeiros sinais de perigo. Mas para uma pronta e eficiente ação, precisam ter pronto e completo conhecimento da ocorrência de fatos vitais, particularmente com respeito à doença e à morte.

Por isso mesmo o sanitarista, a se guiar pelos dados bio-estatísticos, tem sido comparado ao meteorologista a consultar seus instrumentos, atento a alterações do tempo, a ameaças de tempestade.

E' verdade que a Saúde Pública dispõe de arma própria para descoberta de doenças transmissíveis e defesa contra epidemias: a notificação de casos, ainda que suspeitos apenas, pelo médico e outros responsáveis. Mas os conhecimentos assim obtidos, ainda que fôssem completos — o que não são — não bastariam. As informações que o registro de óbitos fornece sôbre as causas de morte e outras circunstâncias são importantes elementos para estudo do modo de ocorrência das doenças em geral bem como para ação contra elas. O registro de nascimentos também fornece informações valiosas, especialmente para o higienista empenhado no combate à mortalidade infantil.

No Brasil, o serviço de registro civil está incluído na organização judiciária, ao passo que nos Estados Unidos da América do Norte êle funciona quasi sempre no Departamento (ou no Conselho) de Saúde estadual, — o que muito facilita à autoridade sanitária o conhecimento da ocorrência de nascimentos e óbitos.

A XI Conferência Sanitária Panamericana, realizada em Setembro do ano próximo passado no Rio de Janeiro, recomendou, reforçando um pronunciamento da Conferência anterior, em Bogotá, "a criação e manutenção, em cada uma das repúblicas americanas, nos seus serviços de saúde, de um órgão tècnicamente aparelhado para a coleta, compilação e análise dos dados bio-demográficos e outros mais que tenham relação com a saúde pública". Entre nós, sempre existiu um órgão dêsses no serviço sanitário federal. O mesmo acontece com os

serviços estaduais de saúde, com exceção de dois Estados onde o órgão bio-estatístico foi transferido da repartição sanitária para a estatística, devendo-se, entretanto, reconhecer que os inconvenientes daí resultantes são, na prática, atenuados pela estreita cooperação entre as diferentes repartições.

Em 1941, o Departamento Nacional de Saúde, que desde 1943 vinha alargando o seu raio de ação, antes absorvida pela capital da República, sofreu nova reestruturação, ficando com maior atuação sôbre os problemas de caráter nacional e maior poder de coordenação das atividades sanitárias, de caráter oficial e privado, em todo o território brasileiro.

O programa do Serviço Foi então a antiga Secção de Bio-estatística do Departamento, que a tarefa de apurar os dados do Distrito Federal absorvia, substituída pelo atual Serviço Federal de Bio-estatística, com um vasto programa de ação nacional.

São pontos principais dêsse programa:

a) cooperar para a instituïção e progressiva ampliação no território brasileiro de "áreas de registro", em que se assegure o registro efetivo, exato, individual e imediato, em certificados uniformes de, pelo menos, noventa por cento dos nascimentos e óbitos;

b) providenciar junto às autoridades dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, sôbre o cumprimento das normas já fixadas e das que venham a ser estabelecidas para o levantamento e a apuração da bio-estatística;

c) obter, com os necessários esclarecimentos, analisar e interpretar os dados estatísticos de maior importância, sob o ponto de vista da higiene e saúde pública e relativos a todo o país;

d) planejar e realizar estudos e investigações sôbre assuntos de estatística sanitária de interêsse nacional ou regional;

e) obter, com os necessários esclarecimentos, analisar e interpretar os dados bio-estatísticos de maior importância relativos aos estabelecimentos nosocomiais, especialmente hospitais gerais, sanatórios, leprosários e instituïções de assistência a psicopatas,

f) incentivar a adoção pelos estabelecimentos nosocomiais de métodos uniformes de registro e apuração de dados vitais,

g) cooperar para a organização de serviços de registro e estatística em estabelecimentos nosocomiais;

h) planejar e realizar estudos e investigações sôbre assuntos de estatística nosocomial de interêsse nacional ou regional.

A cooperação do I.B.G.E. Articulado com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ao qual compete a coordenação e a orientação geral do trabalho estatístico no país e sob cujo influxo tem feito a estatística brasileira tão notável progresso nestes últimos anos, o Serviço mantém estreita cooperação com os órgãos especializados dos departamentos de saúde estaduais.

Com exceção do Distrito Federal, cujos dados bio-estatísticos continuam a ser levantados em primeira mão pelo Serviço, êste recebe regularmente dos Estados os informes de maior interêsse obtidos pela apuração local.

Sendo imperativo distinguir entre os dados suficientemente exatos e aqueles que, por falhos, são pràticamente inaproveitáveis, o Serviço se limita a obter informações mais detalhadas das capitais e das cidades maiores, onde há mais recursos, inclusive de diagnóstico.

Para as demais localidades, teremos de nos contentar por algum tempo com dados reduzidos, procurando, entretanto, estender a colheita ao maior número possível de Municípios. Irá sendo assim estabelecida uma base mínima, porém firme, sôbre a qual poderá ser construída a área de registro.

Começando com as capitais, cidades e vilas, iremos abrangendo os Municípios e, finalmente, cobriremos os Estados.

Já teremos, entretanto, progredido muito quando dispusermos de dados satisfatórios sôbre o obituário das sedes de todos os Municípios do Brasil.

Amparado pelo Resolução n.º 106, de 19 de Julho de 1938, do Conselho Nacional de Estatística, que aprovou um padrão para o levantamento e apuração da bio-estatística brasileira e já se tornou lei em 16 Estados (Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Baía, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso), o Serviço vem recebendo informes sôbre os principais fatos vitais de um número sempre crescente de Municípios. Insignificante antes de 1937, êsse número subiu de 70 naquele ano a 147, 258, 521 e 722 nos anos seguintes, chegando em 1942 a 1 110, isto é, alcançando cêrca de 70% dos Municípios do Brasil.

De acôrdo com o padrão acima referido, os dados do registro civil são colhidos pela Agência Municipal de Estatística; esta os comunica à repartição sanitária local para utilização imediata, restituídos à Agência Municipal, são os dados por esta enviados à repartição central de estatística que, extraindo sumàriamente o indispensável aos fins da estatística geral, remete-os ao serviço de bio-estatística do Estado para apuração detalhada; êste, por sua vez, fornece os resultados de sua apuração às repartições regionais interessadas na matéria, ao Serviço Federal de Bio-estatística do Departamento Nacional de Saúde e ao Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política do Ministério da Justiça.

As publicações do Serviço O Serviço mantém um Boletim Mensal, impresso, em que se reunem informes de maior interêsse, dando-se preferência a resultados de estudos em que se procura utilizar os dados colhidos no território nacional. A distribuïção, porém, dêste Boletim se acha atualmente restrita, em virtude da Resolução n.º 129, de 25 de Agôsto de 1942, que, levando em conta o estado de guerra, dispõe sôbre a divulgação de elementos estatísticos. O Serviço prepara também, regularmente, um Resumo Semanal, mimeo-

grafado, contendo dados de particular importância, sob o ponto de vista sanitário, referentes a todas as capitais brasileiras, resumo êste especialmente destinado aos que maior urgência teem dessa informação.

Foi retomada a publicação de Anuários, suspensa desde 1928, achando-se no prelo o de 1929-1932.

Conclusão Na campanha pelo aperfeiçoamento da bio-estatística brasileira há um ponto a exigir particular atenção.

E' muito grande o número de óbitos cuja causa não é apurada. E isto se verifica até nas principais cidades. O número de óbitos de causa indeterminada e mal definida é tão avultado em certas capitais que chega a infirmar o cálculo de mortalidade por doenças especiais.

Até bem pouco, sòmente Recife, Salvador, Rio e São Paulo dispunham de serviço de verificação, com autópsia sistemática, dos óbitos ocorridos sem assistência médica. Estão, entretanto, organizando tal serviço mais quatro capitais (Belém, Teresina, Fortaleza e Niterói), e o Departamento Nacional de Saúde vem-se empenhando por que êsse exemplo seja seguido pelas outras capitais e por cidades de maiores recursos. Já foi organizado pelo Serviço o padrão a que se deve amoldar a verificação de óbitos.

Merece destaque o fato do Serviço estar cuidando, pela primeira vez no Brasil, do levantamento regular de estatísticas de morbidade e mortalidade nos principais hospitais de diferentes regiões do país, colhendo assim elementos para estudo da nosologia brasileira.

M A TEIXEIRA DE FREITAS
(Diretor do Serviço de Estatística da Educação e Saúde)

O ÓRGÃO DE ESTATÍSTICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, ANTES E DEPOIS DO I.B.G.E.

A HISTÓRIA do Serviço de Estatística da Educação e Saúde, só de três anos mais longa do que a do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, tem-se desenvolvido, por assim dizer, paralelamente à do órgão centralizador da Estatística Brasileira e muitas vêzes com ela se confunde, tanto na semelhança dos objetivos, como na consecução prática de determinados planos de trabalho. Veja-se nisso a decorrência natural do fato de terem essas instituições identidade de origem: duas iniciativas inspiradas pelo mesmo pensamento de govêrno do Ministro FRANCISCO CAMPOS, o fundador do Ministério da Educação.

Em memorável mensagem dirigida, em Novembro de 1932, aos chefes dos Governos Regionais, sôbre a execução do Convênio Nacional de Estatísticas Educacionais e Conexas, o Presidente GETÚLIO VARGAS acentuava que havia trazido para o Govêrno, e os fatos a estavam confirmando, a convicção de que "todo esfôrço de reerguimento da nacionalidade depende fundamentalmente dos rumos e da intensidade que assumir nossa política educacional, pois que, sem o levantamento do nível da cultura intelectual e moral do povo, toda obra de civilização fracassará ou terá resultados insignificantes e sem profundidade".

Êsse interêsse pela valorização cultural das novas gerações brasileiras, de tantas outras maneiras também demonstrado, terá constituído, sem dúvida, um dos fatores básicos para que fôsse justamente a criação do Ministério da Educação e Saúde, ainda em Novembro de 1930, uma das primeiras medidas a assinalar a fase de profunda reconstrução político-administrativa do país iniciada naquele mês, com o advento do govêrno revolucionário. Mas, conforme ressaltava no mesmo documento, com a sua lúcida visão das necessidades brasileiras, o eminente Chefe da Nação, "o assentamento de um plano orgânico e suficientemente amplo, de medidas governamentais, em que estreitamente cooperem as três linhas de fôrça de nossa estrutura política, não será possível enquanto o país não conhecer exatamente, isto é, com atualidade, minúcia e verdade, o alcance da obra educacional que já se realiza, suas falhas, suas possibilidades e toda a extensão do esfôrço que ainda precisa empregar, tendo em vista nossas profundas diferenciações geográficas e sociais". E êsse conhecimento — está ainda na mensagem presidencial — só poderia ser obtido mediante estatísticas rigorosas e suficientemente compreensivas, que não tinhamos até então podido organizar, a despeito, como é de justiça reconhecer, de todos os esforços empreendidos, através de tentativas como, por exemplo, a que o Brasil ficou a dever ao escrúpulo profissional, à cultura técnica e à inexcedível capacidade de realização de OZIEL BORDEAUX RÊGO.

Por isso mesmo, o pensamento inspirador da criação do Ministério sòmente veio a ter atendidas de modo integral suas magníficas virtualidades quando, regulamentada a estrutura do novo órgão, pelo Decreto n.º

19 560, de 5 de Janeiro de 1931, dela constava uma Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação, ou seja o atual Serviço de Estatística de Educação e Saúde, segundo a denominação que passou a prevalecer desde 8 de Setembro de 1939, em cumprimento às normas padronizadoras baixadas pelo Conselho Nacional de Estatística.

Itens de um programa

No primeiro comunicado distribuído à imprensa, ainda em princípios de 1931, e com o qual deu início a um largo plano de divulgação cultural, cujos resultados foram os mais auspiciosos, a própria Diretoria enumerava em têrmos de síntese os pontos principais do vasto programa que lhe fôra cometido, na estrutura do novo Ministério. Êsse programa assim era resumido, em linhas gerais:

I — realizar a coleta dos fatos que melhor possam exprimir as condições da coletividade brasileira no que respeita ao estado cultural e físico;

II — levantar o quadro dos recursos que, para torná-las mais favoráveis, oferece o Estado ou a iniciativa particular, pela multiplicação de centros de cultura, instituïções de assistência médica e de estabelecimentos destinados a recrear o espírito, aumentando o cabedal científico e elevando o nível estético das populações,

III — traduzir numèricamente, para maior facilidade da análise e dos confrontos, os resultados de suas indagações;

IV — proporcionar ao exame dos técnicos os elementos indispensáveis para aferição dos progressos verificados ou possíveis de se verificar;

V — exibir, pela apresentação gráfica, a gênese e as tendências dos fenômenos que indicam a situação do país no que concerne à saúde física dos seus habitantes e ao desenvolvimento educacional;

VI — coligir quaisquer elementos de elucidação esparsos nas publicações estrangeiras e que contenham subsídios úteis, sugerindo a adaptação ao nosso meio de medidas eficazes sancionadas pela experiência dos povos mais adiantados;

VII — instruir as autoridades e o público em geral pela propaganda, baseada em cifras convincentes, de iniciativas já realizadas e consagradas pelo êxito, em matéria de instrução e saúde pública, no interior do país ou fora de suas fronteiras.

Súmula de iniciativas e realizações

O que tem sido a ação desenvolvida, dentro dessa ordem de objetivos, está demonstrado em documentos de origem e data diversas, a traduzir um permanente esfôrço de realização, no qual o devotamento e a capacidade de trabalho de abnegados colaboradores operaram, por assim dizer, verdadeiros milagres, para suprir as deficiências resultantes não só da falta de recursos correspondentes à importância da missão a cumprir, como do reduzido quadro de pessoal.[1]

Dentre êsses documentos, cumpre destacar, por exemplo, a resenha retrospectiva do Serviço de Informações e Publicidade, a cargo da Diretoria, e que, "como repositório útil de sugestões aos vários depar-

[1] O Decreto n.º 19 560, de 5 de Janeiro de 1931, que regulamentou a Secretaria de Estado, atribuiu à Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação o seguinte quadro, que permaneceu sem alteração durante quase todo o período anterior à lei do reajustamento do funcionalismo público: 1 diretor geral; 2 diretores de secção; 2 primeiros oficiais; 2 segundos oficiais; 5 terceiros oficiais; 2 datilógrafos.

tamentos do Instituto", foi anexada à Resolução n º 45, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística; as peças que a Resolução n º 119, da mesma Assembléia, mandou incluir nos Anais do Instituto, pela sua significação para o conhecimento dos fatos que deram origem à criação da entidade e influíram em sua estrutura definitiva; a obra *A Administração Pública e a Estatística*, editada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda em 1941, e cuja segunda parte, intitulada "A missão do órgão estatístico da Educação e Saúde", foi divulgada na REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, ano II, número 8.

A resenha retrospectiva, sobretudo, constitui uma síntese altamente expressiva do empenho com que a Diretoria, a despeito da falta de recursos especiais, procurou executar o seu programa de ação, mediante não apenas o levantamento das estatísticas do ensino e da assistência médico-sanitária, segundo um plano nacional sistemàticamente delineado, senão também de uma campanha publicitária do mais largo alcance educativo e, por isso mesmo, útil ao progresso da comunidade social.

Vejamos, em rápidas indicações, o que se contém nessa breve súmula, como realizações da Diretoria, enquanto a seu cargo estiveram, ou seja de 1931 a 1936, os Serviços de Informações e Publicidade do Ministério: organizou o primeiro *Anuário de Educação e Saúde Pública*, entregue à circulação vários anos depois e cujo segundo número chegou a ter a sua elaboração muito adiantada, havendo sido sustados os respectivos trabalhos, pela evidente inutilidade de tal esfôrço, uma vez que a sua edição seria, senão impossível, pelo menos excessivamente retardada; iniciou a publicação do Boletim trimestral do Ministério, dele distribuindo quatro números, em dois volumes; deu início à elaboração e publicação dos Relatórios Gerais do Ministério; promoveu a publicação de outros trabalhos relativos a assuntos educacionais e culturais, contribuindo mesmo, algumas vêzes, para a sua elaboração; prestou intensa cooperação, devidamente apreciada pelas instituïções interessadas, a diversos organismos internacionais, como sejam o Instituto Intelectual da Liga das Nações, a Repartição Internacional do Trabalho, a Repartição Internacional de Educação, de Genebra, a União Panamericana, de Washington, e várias outras; elaborou artigos, notícias, memórias e outros elementos informativos, para que o Brasil figurasse em publicações de circulação internacional; colaborou ativamente para o êxito de vários congressos, entre os quais o Congresso Panamericano de Geografia e História, reünido no Rio de Janeiro em 1932, os sucessivos Congressos de Educação, promovidos pela Associação Brasileira de Educação a partir de 1931, e o Primeiro Congresso Brasileiro de Ensino Regional, reünido na Baía em 1935, sob os auspícios da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres; contribuiu com trabalhos de sua própria elaboração, ou com memórias obtidas de pessoas autorizadas, para importantes certames internacionais; participou diretamente dos trabalhos de organização de diversas exposições de administração, educação e estatística, promovidas pela A.B.E., entre as quais a Primeira Exposição Nacional de Educação e Estatística, realizada nesta capital, com inesperado êxito, em 1936, — iniciativa a que deu vitoriosa continuïdade o importante certame levado a efeito em Julho último na cidade de Goiânia, como parte do "batismo cultural" da mais jovem das capitais brasileiras; sugeriu, em promoção ao Ministro, a simplificação ortográfica, em ordem a facilitar o ensino da língua vernácula, e participou ativamente da campanha em favor dêsse objetivo, por meio, principalmente, de um inquérito especial nos meios educacionais e cul-

turais, para demonstrar a tendência favorável ao prevalecimento da reforma, sugeriu a colaboração de certos serviços públicos de finalidades científicas nas atividades do ensino superior; procedeu aos estudos que serviram de subsídio à decretação de medidas concernentes ao aproveitamento da cinematografia para fins educativos, sugerindo e projetando ainda a criação do Serviço Nacional de Cinematografia Educativa; alvitrou aos governos regionais a criação de serviços especializados de estatística e inspirou o aviso do Ministério, concitando êsses mesmos governos a promoverem a sistematização dos serviços de bibliotecas, arquivos e museus; teve a iniciativa da circular ministerial e da propaganda subseqüente, relativas à organização regular, pelos governos municipais, do *Anuário de Legislação e Administração dos Municípios;* prestou todo o concurso possível à Associação Brasileira de Educação, auxiliando, em particular, o útil serviço de publicidade que êsse sodalício manteve, durante longo tempo, em forma de "comunicados à imprensa"; contribuiu para a realização, em todo o Brasil, dos atos comemorativos da Semana de Educação; cooperou com a Sociedade dos Amigos de Alberto Tôrres, para que, conforme lhe sugerira, publicasse um jornal instrutivo — *O Educador Rural* — destinado a distribuïção gratuita entre as populações do interior; prestou todo o concurso ao seu alcance à obra da Cruzada Nacional de Educação; sugeriu a criação do Serviço Nacional de Intercâmbio Bibliográfico, e bem assim, em várias promoções, a instituïção de um órgão técnico destinado a velar pelo desenvolvimento e fiscalização da difusão cultural, idéia consagrada depois pelo artigo 22 do Decreto n.º 21 240, de 4 de Abril de 1943, que nacionalizou o serviço de censura cinematográfica e criou a "taxa cinematográfica" para a educação popular; assumiu o encargo de distribuir a *Revista Nacional de Educação,* acolhida com vivo interêsse em todo o país, propôs constituísse uma das finalidades do Instituto de Cultura Popular (projetado com o seu concurso) a instalação de um Planetário, como centro de recreio útil à instrução popular; inspirou a campanha, coroada de êxito em vários Estados, tendente a tornar recìprocamente validos os diplomas concedidos pelas Escolas Normais das diversas Unidades da Federação; conseguiu a criação do Corpo de Correspondentes do Ministério nos Estados, visando, principalmente, o intercâmbio de informações; promoveu a organização de um Corpo de Informantes Municipais que, como o de Correspondentes, cooperava gratuitamente com a Diretoria, orientou e coordenou os debates da Quarta Conferência Nacional de Educação, reünida em 1931, e de cujas deliberações resultou o Convênio para a uniformização das estatísticas educacionais e conexas, celebrado ainda naquele ano, normalizou o serviço de informações estatísticas sôbre o ensino no Brasil, destinadas aos anuários internacionais, assegurando ainda a satisfação de grande número de pedidos formulados por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, para atender a Embaixadas ou instituïções estrangeiras ou às nossas missões diplomáticas, no Exterior; distribuíu gratuitamente, no país e no estrangeiro, cêrca de meio milhão de publicações diversas; favoreceu, no que esteve ao seu alcance, o desenvolvimento do estudo do Esperanto, no país; promoveu, em Dezembro de 1931, a reorganização da Sociedade Brasileira de Estatística; realizou intensa propaganda em favor das "Vilas Escolares", ou sejam grandes educandários rurais em regime especial de internato ou semi-internato, lançou, com a colaboração da Sociedade dos Amigos de Alberto Tôrres, o plano para a fundação de uma Colônia Agrícola Modêlo, no vale do São Francisco, animando ainda, pelos seus comunicados, e auxiliando diretamente, com o oferecimento de publicações e a remessa gratuita de material apropriado, a benemérita campanha realizada pela mesma

Sociedade, em prol dos Clubes Agrícolas Escolares; provocou sugestões insistentes do Ministério, junto aos governos regionais e municipais, no sentido de ser levantada, ainda que em começo precàriamente, a cartografia corográfica dos Municípios; encaminhou uma aproximação, que deu apreciáveis resultados, entre o Estado Maior do Exército e dois sodalícios culturais — a Associação Brasileira de Educação e a Sociedade dos Amigos de Alberto Tôrres — daí resultando a constituïção de uma comissão de representantes dos mesmos sodalícios e da Liga de Defesa Nacional, para o fim de elaboração, infelizmente interrompida, de um ideário cívico de organização, educação e defesa nacional; atuou insistentemente, de várias formas, no sentido de provocar medidas governativas dos Estados, visando o desdobramento e a racionalização das atividades das diretorias ou departamentos regionais de educação; lançou a idéia, depois adotada pelo Instituto, da construção, sem onus para o Tesouro, do "Palácio do Silogeu Brasileiro"; propôs ao Govêrno, como recurso adequado à solução, em têrmos amplos, dos problemas educacionais, a realização de uma Convenção Nacional de Educação, cujas bases chegaram a ser fixadas em Decreto de 1934, tendo ainda elaborado o projeto dessa Convenção e dirigido os entendimentos com os Governos Regionais, deles obtendo plena aquiescência quanto à sua participação na competente Assembléia convencional; realizou inquéritos sôbre os vencimentos do magistério primário e, em tôrno dos resultados obtidos, fêz tenaz propaganda a favor da melhor remuneração dos mestres brasileiros, sôbre a base de aumentos automáticos em função do tempo e do merecimento, com gratificações especiais de função; lançou a inovação da criação de um corpo de funcionários técnicos nos serviços de estatística; tomou a iniciativa de reiteradas sugestões aos Governos Regionais, no sentido de serem criadas revistas especializadas de educação, editadas pelas respectivas diretorias de ensino; fêz insistente propaganda da "Semana dos Fazendeiros", na Escola Agrícola de Viçosa, e, depois, do "Mês Feminino", no mesmo estabelecimento, tendo lançado também o alvitre da "Quinzena Universitária" e desenvolvido apreciável propaganda em favor da criação de Escolas Normais Rurais; divulgou repetidamente sugestões sôbre o envio de Missões Culturais ao interior do país e dentro dessa ordem de objetivos cooperou ativamente com a Sociedade dos Amigos de Alberto Tôrres para o êxito das suas Semanas Ruralistas; propagou a idéia de editar o Ministério revistas técnicas de educação e efetuou vitoriosa propaganda a favor da criação e desenvolvimento dos serviços que visassem a larga utilização escolar do fonógrafo, do cinema e do rádio; lançou a iniciativa, que não pôde continuar por falta de recursos, da organização de edições padronizadas de gravuras avulsas, relativas a todos os aspectos brasileiros merecedores de vulgarização; tentou repetidamente, embora sem resultado prático, fazer vitoriosa a idéia da organização, a seu cargo, de uma Exposição Permanente, complemento da Biblioteca Central do Ministério, onde fôssem documentadas, por meio de elementos adequados (fotografias, *maquettes*, esquemas, mapas, gráficos diversos), as realizações brasileiras, em matéria de educação, cultura, saúde pública e assistência médico-social; prestou o concurso ao seu alcance à propaganda em benefício da educação física e das Colônias de Férias; lançou, na administração federal, a prática da vulgarização dos resultados estatísticos por meio de comunicados à imprensa, redigidos de maneira a tornar acessíveis à mentalidade popular as conclusões que os números possibilitam.

Dois volumes há pouco editados pelo I.B.G.E., *Educação e Saúde* e *Instruindo e Divulgando,* estão intimamente ligados às atividades do Serviço de Estatística da Educação e Saúde. O primeiro reúne duzentos e doze comunicados distribuídos pela própria repartição de 1931 a 1941, e o segundo, duzentos comunicados da A.B.E., elaborados em grande número com a colaboração dos técnicos do Serviço. Aliás, a divulgação sistemática, em notas de imprensa, das estatísticas que iam sendo elaboradas, foi um dos recursos de publicidade de que se valeu a repartição, nos primeiros anos de seu funcionamento.

Em face das dificuldades com que lutava para a edição tipográfica, não só dos trabalhos estatísticos, como de outros, cuja ampla circulação consultaria o interêsse público, apelou ainda a então Diretoria para o *Diário Oficial,* como veículo de divulgação dos trabalhos que realizava, e fêz distribuir numerosos opúsculos mimeografados, nos quais apresentava também estudos culturais e sociais, antes de lhe ser possível executar, pelo menos com relativa regularidade, como ora o faz, o plano de publicações que esteve desde cedo nas cogitações de sua chefia. Dentre essas publicações, merece relêvo especial a série *O Ensino no Brasil,* já em seu quinto volume, e na qual veem sendo sistemàticamente apresentados os elementos numéricos relativos à estrutura e funcionamento de nosso aparelho educacional, obtidos com a execução do Convênio de 1931.

O S.E.E.S. em face do Instituto

Dessa breve resenha retrospectiva já emergem, com a poderosa objetividade dos fatos, testemunhos bastante eloqüentes sôbre os numerosos pontos de referência em que, tanto em seu conteúdo político e ideológico, como nos próprios recursos de execução prática, a obra do órgão estatístico do Ministério da Educação confunde-se e identifica-se com o admirável plano de realizações a que o Instituto se propôs. A História, todavia, reconhecerá ainda outros subsídios inestimáveis, através dos quais melhor se assinala essa concordância de objetivos e propósitos, uns e outros colocados sob o signo do mesmo pensamento de organização e unidade nacional.

Tenha-se em vista, antes de tudo, que a impressionante experiência de cooperação inter-administrativa das três órbitas do govêrno, de cujas virtualidades é o Instituto concretização magnífica, teve a sua gênese vitoriosa no Convênio de Estatísticas Educacionais e Conexas, celebrado em Dezembro de 1931, já como fruto do ambiente criado pela atuação da Diretoria. No seu permanente contacto com os meios administrativos, técnicos e culturais brasileiros, o atual Serviço de Estatística da Educação e Saúde não se limitava a defender e propagar idéias que se incorporaram depois ao "ideário cívico" do Instituto· realizava ativa e tenaz propaganda em favor da própria criação do Instituto e, uma vez triunfante a campanha, já se apressava em propor ao Govêrno a convocação da Convenção Nacional de Estatística, visando "aproveitar, para a racionalização da estatística geral brasileira, as experiências resultantes do Convênio de 1931, relativo às estatísticas educacionais".

Além do que, foi um dos diretores de secção da D.G.I.E.D. quem sugeriu a promulgação, em Maio de 1931, de uma "lei de estatística", destinada a abrir novos rumos às atividades estatísticas do país. Posteriormente, valeu-se dessa proposta o diretor do atual Serviço de Estatística da Educação e Saúde, para, em cumprimento ao despacho ministerial e fixando mais uma vez certas idéias por que se batera desde o

início de sua vida pública, indicar a federação dos serviços estatísticos brasileiros em um sistema *sui generis* — o Instituto Nacional de Estatística e Cartografia — como a única solução conveniente, em face dos atordoantes problemas que dificultavam a normalização, em têrmos sistemáticos, das nossas pesquisas estatísticas e cartográficas.

Como se vê, tendo concorrido, na órbita de suas possibilidades, para estabelecer, no tocante à estatística, um regime de perfeita solidariedade entre a administração federal e as administrações regionais, até a fixação das disposições orgânicas para a execução e desenvolvimento dos respectivos serviços (Decreto n.º 24 609, de 6 de Julho de 1934, que criou o Instituto Nacional de Estatística), a repartição continuou a prestar sua colaboração às iniciativas que culminaram na instalação da nova entidade e na realização da Convenção Nacional de Estatística, em Julho de 1936, vindo a integrar-se, finalmente, no sistema estatístico brasileiro, como um dos órgãos executivos centrais da ala federal.

Proclamemos, todavia, que os esforços com que o órgão estatístico do Ministério da Educação contribuiu para que a idéia da criação do Instituto se impusesse aos meios técnicos e administrativos do país, e ainda para que o prestígio da nova organização cedo se consolidasse, através de realizações concretas, tiveram a melhor das compensações. Foram contribuïções desinteressadas para uma obra da mais alta brasilidade e cujos resultados, beneficiando decisivamente tanto a nossa ordem administrativa como a própria comunhão social, vieram assegurar novos fatores de êxito à própria repartição que neles modestamente cooperou.

O S.E.E.S. e o Conselho Nacional de Estatística

As finalidades e as realizações do S.E.E.S. foram objeto de vários pronunciamentos do Conselho Nacional de Estatística nas suas reüniões plenárias anuais, dos quais resultaram providências benéficas, seja para o aperfeiçoamento dos trabalhos, seja para melhor aproveitamento da cooperação inter-administrativa, seja, finalmente, para estímulo dos servidores da estatística e do Brasil, nesse setor.

Cumpre destacar, inicialmente, a Resolução n.º 7, da Assembléia Geral de 1936, que definiu, conforme adiante se verá, o campo de competência do Serviço, no plano geral de levantamento das estatísticas brasileiras.

Na reünião de 1937, a Assembléia teve um pronunciamento altamente lisonjeiro em relação ao S.E.E.S. Consignando, pela Resolução n.º 45, particular aprêço aos serviços de publicidade mantidos por diferentes órgãos do Instituto, e encarecendo a conveniência de se valorizarem êsses serviços quanto possível, o C.N.E. aplaudiu o esfôrço realizado, durante o sexênio em que existiu, pelo Serviço de Informações e Publicidade a cargo da Diretoria de Estatística do Ministério da Educação e Saúde, e fêz votos por que, segundo expressões textuais, fôsse imitado aquele patriótico esfôrço. Para registro nos Anais da entidade, "como repositório útil de sugestões aos vários departamentos do Instituto", foi anexado à Resolução em causa o relatório referente aos trabalhos do aludido órgão.

Visando a delimitação da competência e das responsabilidades das três repartições de âmbito nacional diretamente interessadas no

levantamento da bio-estatística, a Resolução n.º 54, de 1937, dispôs sôbre a conveniência de um acôrdo entre as repartições centrais de estatística dos Ministérios da Justiça e da Educação e o Departamento Nacional de Saúde.

Ainda no mesmo ano de 1937, que foi o de sua primeira sessão ordinária, a Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística dirigiu, na Resolução n.º 62, votos congratulatórios ao Govêrno Federal e especialmente "ao Ministério da Educação e Saúde — pelo labor persistente da sua Diretoria de Estatística, não só na fiel execução do Convênio Inter-administrativo de 1931 para a organização das estatísticas sanitárias e de assistência médico-social, mas ainda pelo êxito que alcançaram seus serviços de informações, propaganda e publicidade cultural durante o sexênio em que estiveram a cargo da mesma Diretoria." A aludida Resolução conteve caloroso apêlo ao Govêrno da República, no que se refere ao M.E.S., objetivando "a rápida integração do quadro e o conveniente aparelhamento da sua Diretoria de Estatística."

De grande importância para as atividades da repartição foi a Resolução n.º 76, de 18 de Julho de 1938, pela qual foi aprovada para todos os efeitos da estatística geral brasileira, *ad-referendum* da segunda reünião do Convênio Inter-administrativo de Estatísticas Educacionais e Conexas, a classificação do ensino adotada pela então Diretoria de Estatística do M.E.S. Da mesma data, aliás, é uma recomendação do alto colégio dirigente do Instituto aos órgãos regionais incumbidos de colaborar no levantamento da estatística educacional, no sentido de uma participação mais desdobrada nos respectivos trabalhos, na forma já prevista no Convênio de 20 de Dezembro de 1931.

A revisão dêsse Convênio, cujo texto se anexou à Resolução n.º 115, para estudo dos funcionários da estatística, foi objeto de providências da Assembléia, em sua sessão de 1939.

Para os fins de padronização dos respectivos serviços, como previu o Decreto-lei n.º 1 360, de 20 de Junho de 1939, ao Serviço de Estatística da Cultura e Assistência Médico-Social (denominação fixada pelo referido diploma legislativo) foi sugerida, pela Resolução n º 116, também de 1939, a seguinte composição: 1.ª Divisão — Estudos e publicidade; 2.ª Divisão — Estatística do ensino primário; 3.ª Divisão — Estatística do ensino não primário; 4.ª Divisão — Estatística cultural; 5.ª Divisão — Estatística do serviço social.

A Resolução que mandou incorporar nos anais do Instituto os principais documentos referentes às primeiras iniciativas em prol da criação efetiva do sistema estatístico brasileiro, e que teve o n.º 119, incluiu entre êsses documentos os seguintes: a exposição de 22 de Maio de 1931, do Sr. HEITOR ELOY ALVIM PESSOA, assistente-técnico da antiga Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação, sugerindo a promulgação de uma "lei de estatística", destinada a ser o estatuto orgânico da estatística brasileira; a promoção de 31 de Julho, da mesma Diretoria, ao então Ministro da Educação, apoiando a sugestão acima citada e pedindo para ela a atenção do Govêrno da República; o relatório da mencionada repartição, datado de 5 de Fevereiro de 1932, apresentando o projeto mandado organizar por despacho ministerial de 1.º de Agôsto do ano precedente.

Igual honra mereceram do C.N.E., para estudo recomendado aos profissionais da estatística brasileira, as sugestões contidas no memorial dirigido, em 1937, pelo diretor do órgão de estatística do Ministério da

Educação ao Conselho Nacional de Educação, atribuindo-lhes a Resolução n.º 139, o caráter de "exemplo das úteis contribuïções que a observação estatística pode oferecer ao Poder Público, e tendo em vista ao mesmo tempo o seu relevante alcance prático, mesmo sob o ponto de vista dos interêsses diretos do sistema estatístico educacional".

Muito expressivo foi o gesto do C.N.E., na reünião de 1941 da sua Assembléia Geral, autorizando a Presidência do Instituto, pela Resolução n.º 188, a fazer editar, em volume, nas oficinas gráficas da entidade, a coleção dos "comunicados" distribuídos à imprensa pelo Serviço de Estatística da Educação e Saúde, nome que passou a ter a repartição em virtude do Decreto-lei n.º 1 585, de 8 de Setembro de 1939.

E largamente estimuladora foi ainda a Resolução n.º 205, aprovada na mesma sessão, que louvou o Estatístico Classe K, do Ministério da Educação e Saúde, GERMANO G. JARDIM, pela elaboração da monografia *A Administração Pública e a Estatística,* na qual foram reünidos interessantes informes sôbre as finalidades e o programa do S.E.E.S.

Particularmente proveitosa às finalidades da repartição foi a Resolução n.º 215, de 24 de Julho de 1941, na qual o Conselho de Estatística dirigiu encarecido apêlo aos governos federal, estaduais e municipais, no sentido de ser tornada efetiva, por parte dos estabelecimentos de ensino públicos e particulares, sob sua jurisdição, a obrigatoriedade para o fornecimento de informações destinadas aos levantamentos estatísticos, mediante adoção dos seguintes preceitos:

I — A remessa de informações em questionários devidamente preenchidos, para os levantamentos estatísticos do ensino primário geral, deverá ser feita pelos dirigentes dos respectivos estabelecimentos, públicos e particulares, em boletins mensais, dentro da primeira quinzena subseqüente ao mês a que se referirem.

II — Para os levantamentos estatísticos do ensino não primário, a remessa de informações será feita apenas em um boletim anual até 15 dias após o encerramento do ano letivo.

III — Verificada a falta de cumprimento das obrigações constantes dos itens anteriores, as repartições pagadoras, mediante comunicação do órgão competente, suspenderão o pagamento de vencimentos, gratificações, auxílios e subvenções aos responsáveis pelos estabelecimentos faltosos, até que satisfaçam as aludidas obrigações.

Campo de competência da repartição

Ao estabelecer as normas gerais para a colaboração dos sistemas estatísticos regionais com o federal, a Resolução n.º 7, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, de 30 de Dezembro de 1936, atribuiu à repartição central de estatística do Ministério da Educação o quinto setor de investigações, cadastros e levantamentos, assim constituído:

Situação econômica — 1 — Propriedade intelectual (científica, literária e artística).

Situação social — 1 — Logradouros públicos (vias públicas, praças, parques, bosques, hortos, jardins, cemitérios, etc.); 2 — Pavimentação; 3 — Arborização e ajardinamento; 4 — Iluminação; 5 — Abastecimento d'água; 6 — Esgotos sanitários; 7 — Limpeza pública; 8 — Balneários, piscinas, lagos artificiais, canais, estadiuns e outros me-

lhoramentos urbanos; 9 — Serviços preventivos de saúde pública; 10 — Campanhas sanitárias; 11 — Assistência médica hospitalar; 12 — Assistência médica em ambulatórios; 13 — Assistência escolar.

Situação cultural — 1 — Ensino e educação; 2 — Bibliotecas; 3 — Museus; 4 — Monumentos históricos e artísticos; 5 — Belas artes; 6 — Teatros e outras casas de diversões; 7 — Associações culturais (científicas, literárias, artísticas, educativas, cívicas, recreativas e desportivas); 8 — Institutos científicos; 9 — Arquivos públicos; 10 — Imprensa periódica; 11 — Rádio-difusão; 12 — Aspectos culturais das indústrias bibliográfica, fonográfica e cinematográfica; 13 — Exposições, congressos e conferências; 14 — Missões científicas e culturais; 15 — Excursionismo.

Alargara-se, com essa distribuïção de assuntos, o âmbito das atividades indagadoras da repartição. Mas, teria sido pràticamente infrutífero pôr o novo esquema em ação com o exíguo quadro de que então dispunha a Diretoria, se em boa hora não houvesse o Govêrno atendido à representação do Conselho Nacional de Estatística, no sentido de ser relotada a repartição com alguns novos elementos de trabalho, o que se efetivou pela Lei n.º 284, de 28 de Outubro de 1936. Apesar disso, — e não obstante a Lei n.º 378, de 13 de Janeiro de 1937, que, ao dar nova organização à Secretaria de Estado, determinou a transferência de certas atividades de informação e divulgação para novo Serviço de Publicidade do Ministério —, não foram poucas as dificuldades a vencer, na execução de tarefas mais extensas, implícitas no setor da Educação e Saúde, de conformidade com o esquema geral dos assuntos estatísticos

Estrutura e pessoal Tendo em vista a reforma ministerial de 1937, que dispôs sôbre o funcionamento da então Diretoria, dando-lhe funções exclusivamente estatísticas, distribuíram-se as responsabilidades técnicas da repartição por quatro sub-divisões.

Conveniências de ordem interna sugeriram que as duas secções técnicas primitivas e os demais serviços fôssem desdobrados na seguinte organização, cuja efetivação, em regimento especialmente elaborado, aguarda decisão superior: I — Secção de Estatística do Ensino em Geral; II — Secção de Estatística do Ensino Primário, III — Secção de Estatística das Atividades Culturais; IV — Secção de Estatística do Bem-estar Social; V — Secção de Estudos e Documentação; VI — Secção de Contrôle e Administração.

E' essa, atualmente, a estrutura do S.E.E.S., que opera com o pessoal constante do esquema abaixo, compreendendo-se no quadro respectivo os funcionários do Ministério e os elementos postos à disposição do Serviço pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística:

Pessoal (Distribuïção segundo a procedência)	Do quadro do Ministério — Efetivos	45
	Do quadro do Ministério — Interinos	6
	Extranumerários mensalistas	3
	Contratados pelo I B G E	22
	Total	**76**

Atividades técnicas Graças ao auxílio proporcionado pelo Instituto, desde que o Conselho Nacional de Estatística voltou as suas vistas para o reaparelhamento dos órgãos executivos centrais, foi possível dar maior desenvolvimento às investigações estatísticas, no campo de competência da repartição, bem como realizar inquéritos que antes não puderam ser iniciados sequer.

Com efeito, o ano de 1936 — em que se verificou a instalação do Instituto, criado dois anos antes — assinalou-se na história do Serviço pela colaboração com as demais repartições integradas no sistema da entidade central, quando esta encaminhava providências de grande alcance para harmonização das atividades estatísticas nas três ordens autônomas da administração do país. Dêsse trabalho cooperativo resultaram, naquele ano, duas realizações da maior importância para a fase que então se iniciava na estatística brasileira: o preparo e publicação do *Anuário Estatístico do Brasil,* Ano II, 1936, e a Primeira Exposição Nacional de Educação e Estatística.

Em 1937, prosseguindo em seus esforços para auxiliar o encaminhamento definitivo das atividades da nova organização, o Serviço ainda contribuiu para o preparo dos contingentes numéricos que figuraram no *Anuário Estatístico,* Ano III, e respectivas separatas, e, posteriormente, estendeu a sua colaboração a outras publicações e trabalhos diversos do Instituto, confiados ao seu péssoal técnico.

No campo de indagações afeto à repartição, novos rumos foram traçados às respectivas atividades, uma vez asseguradas maior extensão e profundidade e melhores garantias de êxito aos trabalhos dos órgãos federais e regionais, pelas diretrizes fixadas na Convenção Nacional de Estatística.

Quando o processo de coleta de informações passou a obedecer às normas estabelecidas nas primeiras Resoluções da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, reünida em Dezembro de 1936, o Serviço preparava e distribuía, anualmente, quase cem mil questionários sôbre diversos aspectos da vida escolar, cultural e médico-sanitária do Brasil, para elaboração das respectivas estatísticas. Com exceção das estatísticas relativas ao ensino, à assistência aos enfermos e às despesas públicas com a cultura e a saúde, que continuaram no regime antigo, todos os demais inquéritos se submeteram ao plano estabelecido na Resolução n.º 14 para a Campanha Estatística de 1937 e início da atuação do Instituto. Os cadastros passaram a ser organizados tendo por base as fórmulas do Caderno A editado e distribuído por êste último e preenchido pelas Agências Municipais de Estatística. Do Caderno B extraíam-se os elementos informativos para as estatísticas sem regime especial de coleta, referentes a todos os Municípios do Brasil. Posteriormente, algumas pesquisas passaram a ser feitas também mediante as fôlhas do Caderno C, preenchido pelas próprias repartições centrais regionais, de conformidade com as instruções do Conselho Nacional de Estatística.

Dentre os inquéritos que não sofreram alteração em seu processo de coleta, destacava-se o da estatística educacional, executada desde 1932 dentro de um plano coerente e de grande extensão, estabelecido no Convênio de Estatísticas Educacionais e Conexas, de modo a permitir a mais circunstanciada análise do movimento educacional brasileiro. Nos têrmos dêsse Convênio, ficou incumbida a União, pelo órgão da Diretoria, de realizar os inquéritos necessários ao levantamento da estatística do ensino profissional (especializado e não especializado, em todos os graus e categorias) e do ensino geral, com exclusão do pré-primário e do primário, compreendendo a totalidade dos estabelecimentos de instrução referentes a êsses ramos didáticos; a cargo das Unidades Federadas, com igual generalidade e quanto aos respectivos territórios, ficou a organização da estatística do ensino geral pré-primário e primário. Estava dado assim um passo de inestimável alcance para a sistematização definitiva das nossas estatísticas educacio-

nais, mediante compromissos formais assumidos recìprocamente e pelos quais se diferenciavam atribuïções e responsabilidades, canalizando todos os esforços no sentido de um único objetivo: o conhecimento exato, completo e atual da realidade educacional do país, compreendida sob os múltiplos aspectos em que se desdobra.

Pela síntese do quadro seguinte pode-se ter uma idéia do que seriam as responsabilidades da repartição e o pêso dos encargos decorrentes do já considerável vulto das atividades escolares em 1936:

ESPECIFICAÇÃO			Número
Organização didática	Unidades escolares		39 110
	Corpo docente		96 167
Movimento escolar	Matrícula	Geral	3 063 522
		Efetiva	2 589 345
	Frequência		2 114 349
	Aprovações em geral		1 372 506
	Conclusões de curso		226 206

Em numerosas tabelas, contendo os dados apurados sôbre a organização administrativa do sistema educacional, o efetivo dos estabelecimentos de ensino, o respectivo aparelhamento e o movimento didático, de conformidade com os compromissos assumidos por fôrça do Convênio, essas estatísticas já nos fornecem os seguintes resultados gerais para 1941:

ESPECIFICAÇÃO			Número
Organização didática	Unidades escolares		47 779
	Corpo docente		118 537
Movimento escolar	Matrícula	Geral	3 786 089
		Efetiva	3 173 304
	Frequência		2 650 794
	Aprovações em geral		1 770 582
	Conclusões de curso		334 450

NOTA — Estes dados ainda estão sujeitos a ratificações

Bastará o confronto dêsse quadro com o anterior para se ter uma idéia do desdobramento do trabalho estatístico que o aumento, de ano para ano, de milhares de unidades escolares e suas atividades didáticas acarreta ao S.E.E.S.. No que lhe compete privativamente nesse setor, como nos demais, onde também se tem verificado grande ampliação nos diferentes grupos de instituïções e serviços, a repartição se vem desobrigando dos encargos com a eficiência desejável, utilizados os meios de ação ao seu dispôr, muito embora estejam tais meios ainda aquem do necessário para o completo aproveitamento das possibilidades estatísticas na esfera da educação e saúde.

E' possível, todavia, fazer ainda expressivo confronto das atividades do Serviço, antes e depois do I.B.G.E.

Até 1936, das estatísticas culturais compreendidas no programa da repartição, afora as do ensino, haviam sido coletadas e apuradas, ou simplesmente compiladas apenas, as dos seguintes assuntos: diplomas profissionais (1923 a 1935); registro de professores (1935); bibliotecas (1934); museus (1933); exposições de belas artes (1934); diversões

(1933); associações culturais (1933); escotismo (1933); arquivos públicos centrais (1933); imprensa periódica (1933); rádio-difusão (1935); despesas públicas com a assistência cultural (1933). No que concerne às estatísticas da situação social pertinentes ao setor de competência da repartição, haviam sido levantadas as de assistência médico-sanitária (1933 e 1934) e as das despesas públicas com essa mesma assistência em 1933. Em 1936 arrolaram-se 1 372 estabelecimentos de assistência hospitalar e outros serviços de saúde. Na parte relativa aos melhoramentos urbanos, mais não fôra possível obter além da simples compilação de alguns dados do recenseamento de 1920, em tabelas que se destinaram ao *Anuário Estatístico do Brasil* correspondente a 1936.

A partir de 1937, desobrigado da responsabilidade que lhe cabia, em relação aos serviços de informações, biblioteca e publicidade do Ministério, pôde o S.E.E.S. consagrar suas atividades ao maior desenvolvimento das investigações estatísticas, como órgão cooperador do Instituto. Assim, por exemplo, a série de assuntos urbanísticos passou a ser levantada, com aperfeiçoamento progressivo, abrangendo informações sôbre melhoramentos e serviços locais, em todos os Municípios brasileiros, tais como: logradouros públicos, segundo a espécie e seus melhoramentos; iluminação pública e domiciliária; prédios, abastecimento d'água, exgotos domiciliários, calçamento, arborização, ajardinamento, limpeza das vias públicas e remoção domiciliária do lixo, cemitérios, balneários, bosques, hortos e parques públicos. As últimas apurações dêsses inquéritos, levantados segundo os elementos dos Cadernos A e B, referem-se aos anos de 1939 e 1940.

As estatísticas sôbre as despesas públicas da União, dos Estados e dos Municípios com a assistência cultural e médico-sanitária continuaram no regime de coleta direta, e os últimos inquéritos para 1940 e 1941 acham-se na fase de revisão final. Os levantamentos sôbre os registros profissionais foram concluídos com referência ao ano de 1942. Também está sendo feito um levantamento especial sôbre as condições da bibliografia didática, atualmente adotada no ensino secundário, e completam-se as pesquisas sôbre a produção literária e artística em geral. Apura-se, igualmente, o movimento de missões leigas, congressos, conferências, exposições e escotismo.

A estatística médico-sanitária, completa em tôdas as fases e modalidades de investigação das atividades nosocomiais do país, tal como a do ensino, vem sendo mantida com regularidade de 1933 até agora, mediante coleta de informações feita diretamente pela repartição.

Quanto aos demais assuntos a cargo do Serviço, está sendo concluída a apuração dos levantamentos referentes a 1941, achando-se em fase de coleta e crítica os resultados dos inquéritos relativos ao ano de 1942.

Conclusão Encerrada esta breve súmula, em que apenas falaram os fatos, há de haver lugar, ainda, para duas palavras finais, que bem podem ser de justiça e confiança.

Acentui-se, antes de tudo, que, se mérito houve no trabalho realizado, êsse é devido ao ambiente criado às atividades estatísticas pela atuação do Instituto e à dedicação invariável do corpo de funcionários do Serviço de Estatística da Educação e Saúde.

Entregando-se com inexcedível devotamento à carreira estatística — na qual a paciência, perseverança e espírito de sacrifício constituem virtudes imprecindíveis — tudo teem dado de si, êsses funcionários, para que a obra empreendida com o objetivo de medir a extensão e intensidade dos esforços do país, nos setores da Educação e Saúde, alcance os seus nobres fins, contribuindo para a valorização física e moral do homem brasileiro.

A realização do programa do S.E.E.S. encontra ainda os melhores fatores de êxito na cooperação inestimável que lhe prestam os órgãos das administrações regionais, sobretudo os que, pela natureza das respectivas atribuïções, com êle mantêm contacto direto e permanente. Sem o concurso prestimoso e diligente dos responsáveis por êsses órgãos — dentre os quais é de justiça ressaltar os diretores dos Departamentos Regionais de Estatística e dos serviços especializados de estatística educacional — longe estaria a repartição central de estatística do Ministério da Educação e Saúde de corresponder ao vulto e responsabilidade das tarefas que lhe cabem.

A nacionalização das Agências Municipais de Estatística, em boa hora levada a efeito através dos Convênios já realizados em todo o país entre o Instituto e os governos regionais e locais, abre perspectivas novas à atuação das oficinas estatísticas brasileiras. Tudo nos induz a esperar confiantemente que decorram, do regime a que serão submetidos os serviços estatísticos municipais, condições de êxito e eficiência capazes de assegurar aos seus levantamentos as características de amplitude, profundidade e atualidade necessárias ao crescente aperfeiçoamento do trabalho admirável que o Instituto vem realizando, nessa vitoriosa arrancada em prol da auto-revelação do Brasil.

AMARO SOARES DE ANDRADE
(Chefe do Departamento de Estatística do Lloyd Brasileiro)

A VIDA ESTATÍSTICA DO LLOYD BRASILEIRO

TORNA-SE um problema difícil estudar desde 1889, data de sua fundação, a vida estatística do Lloyd Brasileiro

Os elementos de investigação com que poderíamos contar foram destruídos em 1931, no incêndio de seus arquivos Ùltimamente, com auxílio de velhos e dedicados funcionários, é que se vem conseguindo recuperar aos poucos a coleção dos Relatórios anuais

Os que nos teem chegado às mãos são de épocas irregulares, não oferecendo ainda os necessários elementos informativos e de orientação, para se fazer quaisquer investigações seguras sôbre êsse passado

Já conseguimos obter os Relatórios de 1898, da administração MANUEL FRANCISCO CORREIA, de 1916, quando diretores os Comandantes ANTÔNIO MÜLLER DOS REIS e CARLOS DE CASTILHO MIDOSI, de 1917, do Dr GABRIEL OSÓRIO DE ALMEIDA; de 1919, do Engenheiro FREDERICO CÉSAR BURLAMAQUI; de 1923 a 1926, do inesquecível administrador Comandante CANTUÁRIA GUIMARÃES, e, finalmente, de 1932, do Comandante FIRMINO DE CARVALHO SANTOS

Naquele primeiro trabalho, os dados estatísticos apresentados limitavam-se a inexpressivos agrupamentos de números sôbre transportes de passageiros e cargas, sem finalidade certa, mas comprovando que, naquela época, a estatística não era assunto que merecesse importância, para a devida orientação administrativa do Lloyd Brasileiro

Iniciativas sem continuïdade

Tendo conseguido, felizmente, um trabalho, hoje raro, o *Relatório da Comissão do Patrimônio,* apresentado em 1922 ao Ministro da Viação, trabalho êsse da autoria de UBALDO LOBO, podemos considerá-lo um roteiro seguro da árdua, cheia de altos e baixos, mas gloriosa luta do Lloyd Brasileiro até então. Trata-se de uma *Notícia Histórica e Avaliação dos Bens* dessa Emprêsa

Pelo que alí é relatado, das lutas, das inconstâncias, surprêsas e flutuações administrativas, desde a fundação do Lloyd Brasileiro, observamos que, entre inúmeros administradores, se destaca, pela tenacidade e extraordinária visão dos problemas marítimos, BUARQUE DE MACEDO, que jogou tôda sua imensa fortuna, tôda sua capacidade e penetração de homem de negócio e de estadista, até a morte, no engrandecimento do Lloyd Brasileiro

Foi um êmulo de MAUÁ, de REBOUÇAS e de TEÓFILO OTONI. Um homem que viveu e lutou fora da época Nos dias de hoje é que teríamos necessidade que existisse

Pelas suas realizações, seus fracassos e patriótica tenacidade, conseguiu demover a apatia dos homens de govêrno, quando, assumindo a inteira responsabilidade de reaparelhar modernamente o Lloyd Brasileiro, encontrou da parte do Ministro da Viação, Dr. LAURO MÜLLER, inteiro apoio para os seus intentos.

Pensava como êle, o Ministro, que era indispensável ter o Brasil a sua frota comercial, e, convencido de que eram de pouco valor as unidades náuticas do Novo Lloyd, declarava que era preciso *fundar* uma nova frota, justificando o projeto com estas palavras, extraídas de seu Relatório, de 1905:

"Militam para fazê-lo (fundar a nova frota comercial) razões de tôda ordem que não se podem dizer se interessam mais à nossa expansão comercial ou ao nosso prestígio político. Ausente dos portos estrangeiros, deficiente na nossa costa, a navegação brasileira caminhará para o seu aniquilamento, até nos nossos grandes rios, se os poderes públicos não a criarem como uma das maiores manifestações do nosso prestígio e o instrumento mais poderoso de nossa expansão comercial."

Para chegar a esclarecer os políticos, convencendo-os da necessidade de dotar-se o Brasil de uma frota nova e principalmente de se tomar a peito essa monumental remodelação administrativa e material da Emprêsa, certamente BUARQUE DE MACEDO deveria ter contado com serviços de estatística bem organizados

Por outro lado, quem sabe se a falta de uma organização perfeita dêsses serviço não terá sido o motivo de seus fracassos administrativos?

Pelos Relatórios de 1916 até 1919, concluímos que os dados estatísticos já começavam a orientar em parte os administradores da época.

Também é de justiça ressaltar a administração BARBOSA LIMA, que, em 1919, deu início a um fecundo programa de organização de estatística no Lloyd Brasileiro, tendo sido suas, aliás, as seguintes palavras, conforme constam de um dos Relatórios: "desburocratizá-lo e moralizá-lo".

Para assim agir, traçou imediatamente um plano desenvolvido e orgânico, cuja responsabilidade de execução foi confiada ao Sr GUIDO DE BELENS BEZZI, com o concurso do Sr. M. A. TEIXEIRA DE FREITAS, então funcionário da Diretoria Geral de Estatística

Na administração Cantuária

De 1923 a 1926, com a orientação do Comandante CANTUÁRIA GUIMARÃES, pode-se afirmar que a estatística do Lloyd Brasileiro ingressou numa era de renovação em todos os sentidos Foi o grande segrêdo de sua fecunda administração, a sua grande arma, que lhe permitiu soerguer a Emprêsa em pouco tempo e aproveitar o imenso patrimônio latente, proporcionando-lhe êxito financeiro, sem entravar os superiores interêsses econômicos da produção e do comércio, antes lhes dando a preeminência que mereciam nas questões e na orientação da navegação nacional

Infelizmente, êste seu grande esfôrço pouco durou A tragédia que lhe custou a vida, em 1927, logo desorganizou tudo que tinha realizado em benefício do prestígio da estatística, como mola de contrôle das administrações bem intencionadas

O último relatório, em 1932

Em 1932, o Comandante FIRMINO DE CARVALHO SANTOS conseguiu apresentar o último Relatório do Lloyd Brasileiro, composto sòmente de cifras e de alguns diagramas Compreendia que sem estatística não podia administrar; êle, que tanto se bateu, através de interessantes estudos pela imprensa, em prol da solução dos vários problemas do Lloyd, que sentia estarem sendo perturbados e relegados após a brilhante fase CANTUÁRIA.

Mas, sem dispor dos elementos informativos destruídos pelo incêndio de 1931, sem poder contar com a continuïdade daqueles preciosos dados, lutando ainda contra a desorganização natural nos primeiros instantes da Revolução, e sentindo fracassar a sua administração, o Comandante FIRMINO DE CARVALHO soube em tempo afastar-se da direção da Emprêsa.

Daí por diante, não se envidou nenhum esfôrço para atingir a meta desejada Os problemas da estabilização política, econômica e social do país, refletindo-se na navegação, sòmente permitiram que se pudesse manter até 1941 um serviço de estatística, a bem dizer, para fornecer com regularidade os dados coletados, sem nenhum estudo que pudesse servir de elemento seguro à melhor orientação dos dirigentes da Emprêsa

Sob a atual administração Finalmente, a atual administração do Comandante MÁRIO CELESTINO — Agente Geral na América do Norte, e, portanto, pela sua permanência de longos anos nos Estados Unidos, afeito à estatística, que representa a base e o segrêdo do êxito americano em tôdas as iniciativas e realizações — procurou, desde logo, dotar o Lloyd Brasileiro de uma organização que correspondesse às suas finalidades e responsabilidades, em face da navegação nacional, principalmente no que toca às exigências da guerra

Ao reconhecer que a estatística no transporte marítimo não tem tido o mesmo progresso que se verifica em outros ramos das indústrias dos transportes, chegamos à conclusão de que, talvez por ser o transporte marítimo um campo de pesquisas de certo modo árido e onde se chocam grandes interêsses, é que não tenham os estudiosos procurado dedicar-se com afinco aos seus problemas

Se olharmos o início e o progresso da navegação desde épocas remotas, verificaremos que a construção naval e a construção de aparelhos de navegação evoluiram de maneira assombrosa, enquanto que a estatística, que é a bússola do administrador, pouco foi cuidada nesse período

A construção de navios foi completamente revolucionada, conseguindo-se quase o impossível

A arte de navegar foi provida de maravilhosa aparelhagem, o que trouxe o máximo de segurança nas rotas traçadas, permitindo que se soubesse a qualquer momento quando o navio navega em águas perigosas, quando se aproximam as tempestades e quando tem de varar portos sob cerração

Enquanto o Comandante do navio e os construtores foram cercados de instrumentos e plantas modernissimas, os dirigentes da exploração comercial dos navios ficaram improvisando métodos de administração, pois não acreditaram que a estatística — bússola da administração e dos negócios — pudesse ter o mesmo fim de indicar "as águas perigosas, as tempestades e os nevoeiros" da parte econômico-financeira

Enquanto o Comandante lança no diário náutico as providências que tomou para salvar o patrimônio sob sua responsabilidade, pois tudo previa, o administrador, que não tem orientação estatística, procura lançar no seu diário os atos e os fatos administrativos de maneira que possam dar uma aparência de que os maus negócios não tiveram por base a sua orientação

Compreendendo que sem estatística não podia administrar, o atual Diretor do Lloyd tomou a si a enorme e oportuna iniciativa de dotar a Emprêsa de uma aparelhagem dêsses serviços, compatível com as justas necessidades da administração.

Depois de estudos iniciais, a cargo de um técnico, entregou a direção do Departamento de Estatística a um dos próprios elementos de seu quadro de pessoal, que logo solicitou e conseguiu aprovação da Diretoria, para que fossem filiados os serviços do Lloyd Brasileiro ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, como medida asseguradora do entrosamento dêsses serviços às modernas normas da estatística nacional Outrossim, essa filiação garantiria para o futuro a indispensável continuïdade de ação, no caso de que em outras fases administrativas porventura não seja a estatística encarada como base das administrações.

Em 29 de Maio de 1942, quando se assinava o compromisso de filiação, o nosso programa ainda estava em sua fase embrionária

Hoje, num esfôrço ininterrupto, já conseguimos levantar as suas bases, com solidez bastante para suportar o edifício planejado, que, talvez, venha proporcionar novos rumos à estatística dos transportes marítimos

O plano em execução

Êsse plano obedece, em linhas gerais, à divisão em dois grandes setores: *a*) Estatística Financeira; *b*) Estatística Técnica

A parte financeira, em resumo, foi idealizada para suprir as deficiências contabilísticas dos saldos totalizados, os quais em nada adiantavam ao administrador, para fins de orientação

Assim, criaram-se normas para a classificação das despesas, afim de que se pudesse saber a qualquer momento em que despesas incorreríamos para conseguir uma receita prevista, quais os custos dos diversos serviços a serem executados; quais os índices para os cálculos de fretamento e exploração dos navios, e, finalmente, determinarmos qual a relação que existe entre as taxas de frete e o custo dos transportes

Ainda mais, procurando fazer o que a maioria dos dirigentes de Emprêsas de navegação julgam impossível: — fixar o orçamento de sua receita e despesa, discriminar as verbas de custeio, de maneira que se tornem evidentes as suas incidências, para evitar que sejam mantidas em estoques mercadorias desnecessárias, conhecer as vantagens da aquisição de materiais adequados, em qualidade e preços, ficar aparelhado, enfim, a atender com precisão tôdas as consultas que forem formuladas.

A parte técnica, em síntese, compreende o navio, o pôrto, as oficinas, as embarcações auxiliares

Para estabelecer normas para estudos do navio, tomamos por medida de tempo a viagem redonda ou completa Essa viagem foi dividida em quatro partes, a saber: *a*) operação do pôrto; *b*) operações de carga; *c*) operações de mar; *d*) operações indiretas.

Nas operações do pôrto, procuramos conhecer os números básicos dos seus diversos serviços, afim de obter os elementos indispensáveis aos estudos comparativos

Assim, procuramos saber, quanto a cada pôrto, os processos de trabalho, o seu aparelhamento, o número de toneladas movimentadas em uma hora, o custo de uma tonelada movimentada, o tempo gasto em manobras de atracações, o tempo perdido em marés, a produção em toneladas do terno-hora (estiva e tropa).

Em relação às operações de carga, é nosso objetivo conhecer os consumos do navio, operando na carga e descarga, o total de toneladas movimentadas por hora, o valor de uma tonelada movimentada

Quanto às operações de mar, temos em mira determinar os consumos do navio de barra a barra, tabelas de distâncias, aproveitamento dos espaços destinados a passageiros e carga, a velocidade, a idade, o tipo, a capacidade.

Na parte referente às operações indiretas, está compreendido tudo que possa influir na exploração do navio.

Do pôrto, procuramos determinar os números índices da sua capacidade de produção, número de navios, aparelhagem, tonelagem movimentada por portos de procedência e de destino; por natureza do despacho, transbordos, trânsitos, espécies das mercadorias exportadas, embalagens, número de volumes, etc

As oficinas de reparos foram estudadas de maneira que nos dessem os coeficientes de produção necessários à orientação do administrador, tais como, entre outros: *a*) número de H P correspondentes a cada operário; *b*) capital correspondente a cada operário; *c*) salário médio anual de cada operário, *d*) valor da produção bruta por operário; *e*) relação entre a produção e o capital; *f*) relação entre o total dos salários pagos e o valor da produção bruta, *g*) produção bruta, menos os salários, por operário; *h*) capacidade de produção; *i*) preços de custo; *j*) tempo-padrão para certas obras

Das embarcações auxiliares procuramos conhecer o seu aproveitamento em toneladas-hora, as toneladas movimentadas, os seus consumos quando paradas ou operando, preço de uma tonelada movimentada, etc

Com as retificações sucessivas dos números bases que forem sendo conseguïdos, teremos, no fim de certo número de anos, índices mais ou menos estáveis, que, certamente, muito influïrão nos objetivos do administrador

Enfim, estamos procurando fazer uma estatística que realmente acompanhe a vida do navio em todos os seus detalhes, desde a sua construção até a sua baixa

Além dêsse programa já iniciado, delineou-se, ainda, um vasto plano de censos técnico-econômicos dos diversos portos e regiões do país, afim de se conhecer e facilitar o andamento dos vários serviços da Emprêsa, em face das modernas exigências no método da exploração do comércio marítimo, esteio e demonstração da pujança industrial e econômica de um país moderno.

Conclusão Eis o que conseguimos realizar, para fazer jús à confiança depositada no Departamento e colaborar com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, participando, assim, do esfôrço renovador que desenvolve o nosso país e que nos permitirá sentir, muito em breve, a firmação de sua emancipação econômica.

SEGISMUNDO MELLO
(Chefe da Secção de Estatística do Departamento Nacional do Café)

A ESTATÍSTICA DO CAFÉ

Controlar a produção, o transporte, o comércio e a exportação do café sem a bússola norteadora de dados estatísticos, seria o mesmo que dirigir aeronaves sem o concurso dêsses modernos instrumentos de navegação aérea e sem as informações radiográficas fornecidas por essas maravilhosas organizações que, em técnica aviatória, se denominam infra-estrutura — JAYME GUEDES

ADMINISTRADOR e economista de larga visão, não é de se estranhar que o Sr. JAYME GUEDES, em relatório de 30 de Abril de 1943, revelasse aos Srs membros do Conselho Consultivo do Departamento Nacional do Café um dos mais significativos fatores da grande segurança impressa aos negócios da poderosa autarquia que dirige, assim mostrando o conceito em que tem a Estatística, como elemento de orientação e contrôle.

Aí estão também os motivos por que, ao invés de se contentar com o registro sistemático das ocorrências que se relacionam com o atual sistema de escoamento e exportação do produto, o D N C , como também frisou o seu atual Presidente, vem procurando dotar a respectiva Secção de Estatística de todo o aparelhamento com que possa ampliar o programa de ação para ela inicialmente delineado, dentro daqueles objetivos

O plano que vinha sendo executado

Um levantamento da lavoura cafeeira do país, com os detalhes das superfícies ocupadas, números de árvores, por idade, capitais invertidos em terras, benfeitorias e pertences, safras do último qüinqüênio, trabalhadores, segundo a idade, sexo e nacionalidade, etc , teve começos em 1939, transformando-se num cadastro permanente de cafeïcultores, em que figuram, agora, 184 808 propriedades agrícolas, com 2 303 429 221 cafeeiros Os métodos de revisão postos em prática, através de outros serviços existentes na própria Secção, permitem a constante retificação dos principais registros dêsse cadastro, independentemente de novos trabalhos de coleta *in-loco,* sempre onerosos e difíceis.

A segunda fase dos apanhados de que se ocupa a Secção de Estatística do D N C compreende a estimativa da safra cafeeira, trabalho cuja execução é feita à vista das observações de onze peritos avaliadores, que percorrem os diversos Municípios, nos meses de Fevereiro a Abril de cada ano A partir de 1943, um grupo de informantes locais (dez para cada Município), está sendo constituído para depor sôbre as condições climatéricas antes e depois da passagem do funcionário do D N C , com o que as variações meteorológicas podem ser computadas no final, para o cálculo das colheitas de café, em cada Estado. Êsses informantes locais, indicados pelos Prefeitos, dentro do critério de volume das respectivas colheitas, capacidade, prática da lavoura e acentuado espírito de cooperação, têm preferência para o recebimento de tôdas as publicações editadas pelo D N C., as quais lhes são enviadas também com o pedido de crítica. Não podemos deixar de confessar-nos muitíssimo satisfeitos com os resultados que êsse intercâmbio com os homens da lavoura nos vem proporcionando e pela

boa compreensão dos nossos propósitos que manifestam, sendo de esperar que daí surjam os melhores efeitos para a perfeição das estatísticas agrícolas do café.

Controladas, dêsse modo, a safra provável, as plantações, etc., cabe ao Serviço do Censo da Produção Exportável, feito com base numa via não negociável do conhecimento ferroviário, em cujo verso a Estrada exige que o embarcador declare o nome do produtor do café, apurar as quantidades que cada Município vende para despacho, segundo os produtores, estradas de ferro transportadoras, fretes pagos, estações de embarque, etc , etc

Percorridas as três etapas, das plantações, safras e circulação do café no país, a saída do produto para o exterior é levantada à vista de uma via da guia da Fiscalização do Banco do Brasil, obtendo-se os detalhes do "valor", "seguro", "frete", "firma importadora", "navio transportador", segundo as emprêsas a que pertencem e estas por nacionalidade, mediante a junção daquele documento com uma via não negociável do conhecimento marítimo e a própria fatura consular, obtida também por intermédio do Banco do Brasil

Sábias disposições legais, conferindo ao D.N C atribuïções amplas para regulamentar o transporte do café no território nacional, possibilitam a obtenção de um contrôle seguro da circulação da rubiácea no país, através dos registros em que se baseia a Secção para os levantamentos indicados A regulamentação, porém, se vem limitando aos Estados que têm produção comerciável, motivo por que o comércio interestadual de café não pode ser integralmente levantado, com a desejável segurança, sem o concurso das demais Repartições de Estatística do Brasil.

Amplia-se o campo de atuação

Filiando-se, recentemente, ao I B G.E , no entanto, a Secção de Estatística do D N C , por acôrdo de 23 de Novembro de 1942, assumiu os onus e vantagens da reciprocidade de auxílio existente entre os Órgãos do Sistema Estatístico Brasileiro, presos pela Convenção de 11 de Agôsto de 1936 Com isso, pôde traçar planos mais amplos para os trabalhos que precisa executar, completando os levantamentos da produção, circulação e exploração do produto-base da economia nacional, feitos, em muitos casos, com os rigores de verdadeira contabilização.

As exportações efetuadas de uma para outra Unidade Federada do Nordeste e Norte, sôbre as quais, por não possuírem produção comerciável, é limitada a fiscalização do D N C ; os preços de venda por atacado e no varejo, do café crú ou torrado e moído; o consumo local, de grande interêsse para o lançamento dos planos de ampliação do mercado interno, cuja capacidade máxima está longe de ser atingida, etc , passaram a constituir tarefa do D N C , que, ao iniciar o levantamento do comércio interestadual do café, antes de firmar os critérios a seguir, reüniu os dados disponíveis nas seguintes Repartições: *a*) Agência do D N C. (comércio de cabotagem) ; *b*) Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda (comércio de cabotagem) ; *c*) Repartições locais do Departamento Nacional de Portos e Navegação (comércio de cabotagem) ; *d*) Departamentos Estaduais de Estatística; *e*) Serviços Estaduais de Café.

Não é preciso se diga que, pela diversidade dos métodos de registro, de fontes de informações, etc., quasi nunca se harmonizavam as estatísticas do comércio interestadual de café de duas das Repartições indicadas, cabendo, assim, ao D N C , como maior interessado no assunto e agora ligado, pela sua Secção de Estatística, aos demais Órgãos do Sistema Estatístico Brasileiro, em virtude do acôrdo de 23 de Novembro de 1942, articular um plano que permitisse a unificação dos resultados de trabalho.

Uma troca constante de informações foi promovida e vários acertos se fizeram, combinando-se a conferência freqüentes dos levantamentos de cada Repartição, com o que é de esperar advenham grandes progressos aos trabalhos empreendidos.

A par dos registros estatísticos assim feitos sôbre o café do Brasil, desde a produção até a exportação, outros muitos são mantidos sôbre o comércio de café no exterior, pelo Setor de Comércio Internacional da Secção de Estatística, com base nas informações dos Escritórios do D.N.C , no estrangeiro, dos Consulados Brasileiros, publicações oficiais dos diversos países, da Liga das Nações, do Instituto de Agricultura de Roma, do Bureau Internacional do Trabalho, etc.

A estrutura da Secção de Estatística Para a execução de todos os seus serviços, incluindo a organização de atlas estatísticos, anuários, etc., a Secção especializada do D N C dispõe dos seguintes setores, com um total de setenta e cinco funcionários, além de serviços correspondentes nas sete agências do Departamento Nacional do Café:

I — Chefia.

II — Setor de Cadastro de Cafeïcultores

III — Setor de Censo da Produção Exportável

VI — Setor de Comércio Interestadual de Café.

V — Setor de Exportação

VI — Setor de Comércio Internacional de Café.

VII — Setor de Desenho.

Conclusão Neste número da REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, comemorativo do sétimo aniversário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, gentilmente convidado a dar os novos planos dos trabalhos da Secção que eventualmente dirigimos, nós o fazemos de bom grado, para reafirmar a nossa esperança de que, sob a influência unificadora do I B G E , o Sistema Estatístico Brasileiro continue a impor-se, sempre mais, como poderoso órgão técnico da maior projeção no Continente.

AS BANDEIRAS

ALVIM PESSOA

Partindo de S. Vicente
Para as montanhas do Poente,
Em gigantesca ascensão
Demandando as cordilheiras,
As temerárias bandeiras
Entraram pelo sertão...

Milenárias atalaias,
Guardando dos Himalaias
As Oréades gentís
Que sorriam debruçadas
Por sôbre as serras douradas,
Erguiam-se os alcantís.

E, assombrados, pareciam
Indagar o que queriam
Entre as brumas, os Briaréus
Que, de chapada em chapada,
Subindo uma imensa escada,
Se aproximavam dos Céus

Filhos rebeldes da terra,
Iriam levar a guerra
Às divindades pagãs,
Quando galgavam montanhas
Reproduzindo, em façanhas,
A epopéia dos Titãs?

Anteus de uma nova raça
Indiferentes à ameaça
Dos gênios das solidões,
Marchando sempre para o alto
Onde se ostenta o Planalto
Que domina os chapadões,

O sonho que os atraía,
Seguindo do astro do dia
A rota no céu de anil,
Era erigir na esplanada
Em que finda aquela escada
A almenara do Brasil!

Era, daquele terraço,
Difundir por todo o espaço,
Uma torrente de luz
Que eterna, em seu jôrro forte,
Banhasse, do sul ao norte,
A Terra de Santa Cruz.

E confirmasse, fulgindo
Por todo o Brasil infindo,
O que dizem, na oração
Com que despertam as matas,
As vozes das cataratas
No mistério do sertão.

Aquela chama divina
Hoje a montanha ilumina
E se eleva para Deus:
Goiânia... Flama de vida!
No altar da Pátria acendida
Pelos novos Prometeus!

Teu esplendor se derrama
Sôbre o vasto panorama
Que comandas no Pamir
De onde anuncias a aurora
Com que sonharam outrora
As bandeiras do Porvir!

Abrindo as asas de prata
Por sôbre o verdor da mata
Que veste a Serra do Mar
Parte a aeronave em que vejo
Deslizar como um lampejo
Uma alma gloriosa a voar...

Pomba do Espírito Santo,
Que se elevou de um recanto
Da Guanabara gentil,
Rumando para o Ocidente
Irá pousar docemente
No coração do Brasil!

Irá levar ao Planalto
As bênçãos que Cristo do alto
Do rochedo colossal,
Dominando a terra e os mares,
Envia através dos ares
Ao Brasil continental!

"AS BANDEIRAS"

Neste número dedicado ao Dia do Estatístico, *é grato à REVISTA abrir colunas à divulgação de uma inspirada página de poesia.*

Escreveu-a um estatístico dos que na sua profissão mais assinalados serviços teem prestado ao Brasil — o Sr. HEITOR ELOY ALVIM PESSOA *— sôbre um motivo patriótico particularmente caro aos ideiais cívicos do I.B G.E. Declamou-a, pela primeira vez em público, na solenidade da inauguração de Goiânia, distinta dama participante da caravana conduzida pela entidade às comemorações daquele histórico acontecimento — a Sra.* LAURO SAMPAIO, *espôsa do representante da Baía à Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, então reünida na nova metrópole.*

O ALEXANDER DE MORAIS

(Do Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento)

O RECENSEAMENTO DE 1940 DO PONTO DE VISTA DA TÉCNICA CENSITÁRIA *

I PARTE

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

1. Formas originárias do registro estatístico

INICIATIVA remotíssima em matéria de balanço dos recursos concernentes à vida e à defesa das coletividades humanas; primeira das operações de levantamento demográfico de que há memória histórica, e mesmo presunção pré-histórica; prática de muito anterior ao próprio têrmo "estatística" sob qualquer dos múltiplos conceitos em que tem sido e é empregado; — o recenseamento figura entre as mais primitivas manifestações da atividade humana claramente orientada no sentido do conhecimento quantitativo das massas. Neste particular, distingue-se êle, fundamentalmente, dos registros de nascimentos e óbitos, que, havendo constituído, também, marcos de partida na evolução dos processos especializados de observação dos fatos ditos coletivos ou coletivamente típicos, só na metade inicial do século XVI vieram a ser efetivamente utilizados para a descrição numérica de tais fatos com a primeira compilação de estatísticas semanais referentes às mortes ocorridas na cidade de Londres. Se, não obstante essa circunstância, deixarmos de lado outras realizações mais antigas, por deficiência de notícias seguras sôbre os respectivos desígnios, podemos considerar os *censi* e as *diptycha mortuorum,* de prática corrente entre os Romanos, como formas originárias, perfeitamente caracterizadas, do registro estatístico, sob cada um dos dois grandes aspectos em que ainda hoje se processa: o *registro reflexo,* tradicionalmente seguido nas *operações censitárias,* e o *registro automático,* correntemente adotado no *levantamento dos nascimentos, matrimônios e óbitos.* E apresentando, mesmo na técnica atual, uma finalidade estatística mais imediata que os automáticos, os registros reflexos particularizam-se, como é sabido, por se executarem sob a responsabilidade direta dos próprios órgãos encarregados de apurar os informes, o contrário ocorrendo em relação aos automáticos, promovidos em geral por entidades distintas daqueles órgãos e com objetivos administrativos de outras ordens.

2. Recenseamento, censo e levantamento

Derivando-se do étimo *censere,* que deu as palavras *recensement,* em francês, *census,* em inglês, e *censimento,* em italiano, dois têrmos, "recenseamento" e "censo", incorporaram-se ao nosso vocabulário usual, não apenas técnico

* Conferência pronunciada em Dezembro de 1941 no Centro de Estudos da Sociedade Brasileira de Estatística, em São Paulo

senão também popular, sem adquirir desde logo, entretanto, sentidos distintos e, de per si, claramente definidos. Daí, as rápidas considerações que julgamos oportuno expender em tôrno do conteúdo das aludidas designações, examinando-lhes o objeto e a compreensão, em face dos antecedentes históricos que, de sua origem a nossos dias, teem caracterizado a execução dos empreendimentos censitários e orientado as conceituações dos doutrinadores no assunto, para, finalmente, aludir às tendências que, a respeito, o nosso Recenseamento Geral de 1940 tentou deixar nìtidamente acentuadas. Inicialmente, parece fora de dúvida, os recenseamentos tiveram, como objeto de sua aplicação específica, a população. Não a abrangendo sempre, todavia, com igual amplitude, deixaram muitas vêzes de considerá-la em sua integralidade, para ater-se, apenas, por exemplo, àquela parte da massa demográfica de um país apta para as armas, ou, especialmente, à presente em suas terras de origem. Foi esta última variante, como é sabido, que levou a Belém, de Judá, precisamente há 1941 anos, o casal de Nazaré, para a vinda ao mundo do Salvador no lugar exato em que as profecias lhe haviam antevisto o berço. Não se restringiram, além disso, apenas, à compreensão do objeto as sucessivas variações de conteúdo do têrmo, mas ao próprio objeto, em si. Êste, desde cedo, vê-se estendido da *população* aos respectivos *bens*, como base à repartição equitativa de encargos fiscais, dando, sob êste aspecto, origem ao registro administrativo a que hoje denominamos *cadastro*. Destinado, sobretudo, a identificar a capacidade tributária de cada cidadão, tal registro tornou-se, por isso mesmo, incompatível com as legítimas finalidades a seguir atribuídas à estatística, em sua função de descrever as propriedades dos grupos, e não as características individuais dos respectivos componentes. A equiparação dos censos a operação genuìnamente estatística só se pôde completar, assim, com o excluir o cadastro das preocupações vinculadas aos seus objetivos precípuos. A nosso ver, porém, isso não importou, como pretende FELICE VINCI, numa limitação de compreensividade dos modernos recenseamentos em face das iniciativas análogas, promovidas na antigüidade, mas, antes, consubstanciou a depuração de objeto de que dependia a sua utilização no estudo dos fatos coletivos concernentes à vida social dos homens. Efetivamente, foi aquele pretenso empobrecimento de conteúdo que, criando a possibilidade de tornar estritamente confidenciais as declarações prestadas para fins censitários, permitiu, com o correr dos tempos, viessem os recenseamentos a constituir processo dos mais úteis à prática da chamada *Estatística Administrativa*, como tal entendendo, de acôrdo com a conceituação de GUINCHARD, "a aplicação do método estatístico a cada campo de importância direta para a sociedade e sua administração". Assim chegaram os recenseamentos à alta complexidade de objeto que hoje os caracteriza. Tornando-se aos poucos abrangentes, em maior ou menor escala, de tôdas aquelas manifestações julgadas de interêsse para as iniciativas governamentais ou ligadas ao exercício das funções privativamente conferidas ao Estado, acabaram por ter definitivamente incorporados ao seu conteúdo, além dos fatos puramente demográficos, os econômicos, os culturais, os sociais, etc. A tal ampliação de aspectos, suscetíveis de fixação censitária, procurou atender recentemente a terminologia brasileira, de modo, a meu ver, hábil e adequado, atribuindo sentidos distintos, embora entre si correlatos e complementares, aos vocábulos "recenseamento" e "censo", até então usados como sinônimos mais ou menos próximos Refletindo a tendência, o Decreto-lei nº 969, de 21 de Dezembro de 1938, que firmou a realização decenal dos recenseamentos brasileiros, dispôs, no parágrafo primeiro de seu artigo inicial, que "cada recenseamento abrangerá, em censos distintos, realizados simultâneamente, os aspectos demográficos, econômicos e sociais do país".

Buscando fundamentar tècnicamente a diretriz assim esboçada, e assentar pontos de vista definitivos em tôrno do assunto, já tentei alhures adaptar, ao desdobramento de sentidos visado, a caracterização clássica atribuída por BENINI

às operações censitárias através das três palavras *periodicidade, simultaneidade* e *universalidade*. No presente ensejo, para tanto, sem dúvida, mais propício que o anterior, parece útil retomar a questão e precisar, com mais pormenores e algumas alterações, o pensamento inicial. Comecemos por considerar compreendidas na condição "universalidade" três idéias diferentes, e não sòmente duas, como o faz BENINI, para quem ela se reduz, apenas, a "não excluir dos registros nenhuma classe de pessoas, nem parte alguma do território". E' o que proporíamos denominar, respectivamente, *universalidade quanto ao objeto* e *universalidade quanto ao espaço,* convencionando, ainda, de passagem, abranger, sob o primeiro daqueles dois aspectos, não apenas *classes de pessoas,* mas também *classes de fatos,* considerados em *uma só ordem* (*unicidade de objeto*) ou *em várias ordens* (*pluralidade de objeto*). A terceira idéia a incorporar à condição "universalidade" é a que diz respeito à adoção de instrumentos de registros perfeitamente idênticos no conteúdo e homogêneos no preenchimento, como exigência fundamental do ponto de vista teórico-científico do empreendimento. Assim, a uniformidade do plano e da execução das operações, daí decorrente, integraria o sentido da condição em aprêço, constituindo a *universalidade quanto à técnica*.

Com base na terminologia, ora esboçada, seriam, então, inerentes a qualquer operação censitária duas das três condições examinadas: a *simultaneidade* dos *registros* e a sua *universalidade,* esta sob o tríplice ponto de vista do *espaço,* da *técnica* e do *objeto*. Distinguir-se-ia, a seguir, o *censo* pela *unicidade* de *objeto* e o *recenseamento,* indiferentemente, pela *multiplicidade* dêste, pela condição complementar da *periodicidade,* ou, ainda, pela ocorrência simultânea de ambas. Dêsse modo ficariam as características técnicas de BENINI em perfeito acôrdo com as tendências que recentemente se manifestaram entre os nossos profissionais, no sentido de considerar o *recenseamento,* pela multiplicidade de aspectos que, modernamente, envolve, *um conjunto de censos distintos,* simultânea e periòdicamente executados, cada um com o seu campo específico de aplicação.

As reflexões precedentes reduzem os censos às meras operações de registro, que constituem o fundamento de tôda a prática estatística, descrevendo-o simplesmente como uma variante do que, nessa prática, genèricamente se denomina "coleta", segundo a terminologia introduzida na técnica brasileira pelo nosso patrício DIAS CARNEIRO para exprimir o *relevement* dos franceses e a *rilevazione* dos italianos. Isto coincidiria, no fundo, com o próprio ponto de vista doutrinário que considera os empreendimentos censitários puras formas de atividade estatística, de cuja organização administrativa permanente apenas se separam pela extrema amplitude dos informes a apurar, ao lado, às vêzes, da finalidade particularizada que se lhes atribui. Outros não haverão sido, por certo, os motivos que teem levado a integrar, num conjunto distinto daquela organização, a seqüência de fases que completam o ciclo da observação estatística aplicada aos fatos coletivos correspondentes a uma consistência no espaço, considerada quer eventualmente, quer com periodicidade polienal. Sòmente por isso, talvez, os têrmos recenseamento e censo passaram a incluir, em sua acepção lata, as três operações características de uma única e mesma atividade, da qual, em essência, não passam de simples modalidades: *coleta de informes, elaboração de dados e exposição de resultados*.

Tècnicamente, porém, nada se oporia, parece, ao uso do têrmo *censo* para exprimir simplesmente a primeira dessas operações, no caso particular dos *fatos dotados de consistência no espaço,* isto é, com sentido definido num dado momento, reservando-se a designação *levantamento* para *os fatos dotados de consistência* no tempo, isto é, que só adquirem significado no decorrer de um período cronológico. Como há, de outro lado, acentuada propensão em aplicar

a coleta reflexa às consistências no espaço e a automática, às consistências no tempo, por motivos, aliás, óbvios, não seria ilógico confundir, em sentido restrito, *censo* com *coleta reflexa* e *levantamento* com *coleta automática*.

São questões que bem poderiam oferecer matéria a interessantes discussões de seminário neste Centro de Estudos da Sociedade Brasileira de Estatística, quando por outro motivo não fôsse, pelo menos como pretexto para a aproximação, cada vez mais necessária, entre os técnicos da especialidade e o contacto, cada vez mais íntimo, entre os membros da classe a que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística confiou o aperfeiçoamento de uma das atividades administrativas mais correspondentes, no Estado Moderno, à preocupação dos respectivos dirigentes pelo bem comum dos cidadãos sob sua jurisdição. Para justificar iniciativas no sentido apontado, bastaria ter presente a advertência de FELICE VINCI, formulada nos seguintes têrmos: "Não é de admirar que, ao fim de determinada pesquisa científica ou prática, as palavras se encontrem definidas, podendo ser oportuno atribuir-lhes um significado um tanto diverso daquele que é adotado no falar usual".

II PARTE

A TÉCNICA CENSITÁRIA EM SEUS FUNDAMENTOS

1. Técnica censitária e aspectos correlatos

De um modo geral, podemos compreender como técnica a forma de conduzir a determinado *fim* uma seqüência de operações, utilizando *meios* parcialmente previstos, porém suscetíveis de adaptações mais ou menos profundas nas suas sucessivas fases de aplicação. Sem pretender descambar para o terreno delicado das conceituações puras, mas pela conveniência de distinções claras tendentes a circunscrever o pensamento aos têrmos precisos de exposição, permitir-nos-iamos admitir uma diferença essencial entre o que, neste passo, denominamos *técnica* e o que, concomitantemente, ficaria compreendido sob a designação de *método*. Enquanto êste envolve, mais particularmente, um conjunto de normas fixas, de regras invariáveis, para tôdas as suas hipóteses ou fases de aplicação, aquela, *a técnica,* orientando-se por simples *preceitos,* ditados mais pela *prática* anterior ou pelo *bom senso,* quando não por *intuïção puramente pessoais,* age dentro de planos que, embora preestabelecidos em todos os seus pormenores, são passíveis de alterações, de maior ou menor amplitude, em face das circunstâncias de *tempo,* de *espaço* e de *matéria,* numa permanente adaptação dos *meios disponíveis aos fins a atingir*. Em palavras mais chãs, permissíveis dentro do espírito em que se acha colocada a questão: o cálculo de um promédio estatístico, escolhido prèviamente como valor representativo mais apropriado a determinada massa de fatos, numèricamente expressos, funda-se num *método,* pois obedece invariàvelmente às mesmas regras, no Brasil como na China, em 1920 como em 1940, numa seriação de salários como numa distribuïção de medidas antropométricas. A forma de conduzir um censo, entretanto, constitui, mais pròpriamente, uma *técnica,* por isso que tem de ser cuidadosamente estudada e firmada em cada região, em cada época e em cada ordem de fatos, sem embargo ainda das inevitáveis adaptações que as circunstâncias locais e os casos particulares venham a exigir no próprio decorrer dos registros. Assim caracterizado, em largos traços e para efeitos limitados exclusivamente à presente exposição, o sentido atribuído ao vocábulo, resta ainda aduzir um esclarecimento. Por *técnica censitária,* de modo particular, compreende-se, em prosseguimento, a forma especializada de conduzir um censo, apenas na parte atinente às operações de coleta reflexa, que,

constituindo-lhe o fundamento e a essência, levaram, há pouco, a insinuar uma aproximação entre os respectivos conceitos. Além disso, no exame do Recenseamento de 1940 do ponto de vista de tal técnica, será ela encarada sob cada um dos dois aspectos em que pràticamente se desdobra: como *técnica censitária de preparação,* dominando as iniciativas da fase a que proporíamos chamar *precensitária,* e como *técnica censitária de execução,* orientando o decurso das operações de registro, a que nos permitiríamos denominar *fase censitária pròpriamente dita.*

2. Técnica de preparação e trabalhos da fase precensitária

A técnica censitária de preparação compete orientar, na fase precensitária, as quatro ordens de trabalhos, a seguir discriminados:

a) projeto dos instrumentos de registro;

b) organização dos cadastros;

c) zoneamento censitário;

d) formação do ambiente

Embora constituindo preocupações que se interpenetram, são tais operações separadamente conduzidas, sucedendo-se a intervalos convenientes, pois não é possível iniciar um arrolamento cadastral sem a prévia fixação, pelo menos, do conteúdo geral dos registros pretendidos, nem proceder ao zoneamento censitário antecipadamente à execução dos cadastros, como não é possível, também, promover a formação de um ambiente sem aludir às finalidades atribuídas às indagações a serem solicitadas

3. Projeto dos instrumentos do registro

O projeto dos instrumentos de registro constitui, assim, o ponto de partida de tôda a atividade precensitária e deve ser considerado sob os múltiplos aspectos pertinentes à questão. O primeiro dêstes diz respeito à distinção dos instrumentos de registro em *dois tipos fundamentais*:

a) os *instrumentos básicos,* que, sob uma das designações correntes de *boletim, cédula, ficha, questionário* ou *formulário,* são especialmente destinados ao *registro dos informes* concernentes a cada unidade censitária,

b) os *instrumentos auxiliares,* que, sob uma das designações correntes de *lista, caderneta* ou *mapa,* são mais particularmente utilizados para registros de elucidação, complementação, suplementação, contrôle ou apuração expedita.

A segunda questão a considerar no projeto dos instrumentos de registro diz respeito à *formação dos quesitos,* para orientar-lhe o encaminhamento, há as *recomendações clássicas* da metodologia estatística, que levam em conta, além de pormenores de ordem meramente técnica, condições e requisitos de fundo psicológico e jurídico Estabelecem tais recomendações que, antes de mais nada, se definam convenientemente as *unidades censitárias* e se fixem, a seguir, as *modalidades* que, nas mesmas, devam ser perquiridas Relativamente a estas, prudentemente aconselha, como requisito psicológico, que se permaneça nos limites estritamente suficientes às finalidades visadas, afim de não fatigar os informantes, e que se evite ferir-lhes o fôro íntimo ou neles provocar receios de qualquer espécie, como sejam o do recrutamento militar ou o das agravações tributárias, capazes de provocar as mais profundas deturpações da verdade. Neste particular, teem papel capital todos os recursos adequados a evidenciar,

de modo claro, os intuitos puramente estatísticos dos registros, pela ausência, sempre que possível, de pormenores dispensáveis em matéria de identificação ou individualização.

Definidas as unidades censitárias, fixadas as modalidades a registrar e, como conseqüência, o conteúdo dos quesitos, vem a *escolha* do *papel* destinado à impressão das indagações a serem respondidas pelos respectivos informantes. Não é êste assunto de somenos importância e tem de levar em conta, de um lado, as qualidades gráficas do papel e de outro o formato dos modelos, que, além de econômicos do ponto de vista do aproveitamento do material, devem ser adequados às manipulações por que terão de passar desde o seu preenchimento até a final elaboração de seus dados. Qualidades gráficas fundamentais, no caso, são, pois, a resistência aos esforços e dobragens prováveis, a impressão nítida e bem distribuída e o bom comportamento aos riscos a tinta de escrever.

A *disposição dos quesitos,* no corpo do impresso, também tem de merecer a atenção dos técnicos e, do ponto de vista do *conteúdo das indagações,* deve satisfazer às seguintes condições· ordenação lógica do conjunto, grupamento em secções, segundo os nexos de aproximação, ausência de repetições, que não sejam absolutamente indispensáveis a fins de esclarecimento ou contrôle, proporcionamento de respostas objetivas, e, sobretudo, acessíveis aos informantes, de preferência um *sim,* um *não* ou um *número* Do ponto de vista da sua *distribuïção* na fôlha impressa, é necessário levar em conta a facilidade de execução das anotações e das ulteriores operações de crítica e codificação

As *instruções para preenchimento* constituem parte complementar de todo instrumento de registro. Indispensáveis como orientação aos informantes e agentes de coleta, condiciona-se à sua precisão e clareza um objetivo capital de qualquer levantamento censitário, qual seja a uniformidade de interpretação, própria a facilitar a codificação ou classificação das respostas e a permitir a homogeneidade de resultados, essencial a tôda análise comparativa dos fatos. Podem considerar-se dentro de duas variantes gerais, cada qual com os seus requisitos próprios, conforme se trate de *instruções para o público* ou *para o pessoal censitário*: às primeiras, além das finalidades pròpriamente técnicas, cabe a finalidade psicológica de predispor favoràvelmente o espírito dos informantes, com as elucidações que lhes preste sôbre os objetivos visados pelas indagações, relacionando-os ao seu próprio interêsse individual

Convém que o fornecimento de instruções aos agentes censitários, encarregados de promover o preenchimento dos impressos, seja suficientemente antecipado, afim de permitir-lhes o estudo acurado de suas atribuïções e o esclarecimento oportuno de tôdas as dúvidas concernentes à execução dos registros.

4 Organização dos cadastros

Constituem os *cadastros* listas de identificação e sumária descrição das unidades censitárias definidas nas instruções baixadas, isto é, de tudo quanto exista, na área sujeita ao recenseamento, em matéria de edificação, domicílio, propriedade agro-pecuária, estabelecimento industrial ou comercial, etc Destinam-se a possibilitar quatro importantes tarefas: execução do zoneamento censitário, conhecimento, por espécies, com suficiente aproximação, da quantidade de instrumentos de registro a distribuir, fixação do roteiro a ser seguido na sua distribuïção e ulterior recolhimento e, finalmente, contrôle de possíveis omissões ou excessos, no concernente às unidades registradas. Mais do que alhures, são essenciais os cadastros nos países, como o nosso, de larga diluïção territorial, sem outras fontes de conhecimento aproximado das situações locais, tendo aí funções perfeitamente comparáveis às do reconhecimento estabelecido na técnica ferroviária para o lançamento de linhas em regiões desprovidas de cartas

descritivas dos aspectos topográficos, planimétrico e altimétrico, das faixas situadas entre as localidades a serem ligadas pelo traçado. Repetindo idéias desenvolvidas em outro ensejo, as palavras a seguir resumem a importância atribuível aos cadastros *para fins censitários no Brasil*: "Sem o cadastro, pode-se equiparar o recenseamento a um salto no escuro, que a prudência técnica aconselha evitar, pois é daquele arrolamento prévio que resultam os meios que permitem conduzir o empreendimento com a devida firmeza e a necessária segurança".

5. Zoneamento censitário

Como *zoneamento censitário* entendemos a divisão de um território, sujeito a recenseamento, em áreas parcelares, suficientemente reduzidas e precisamente definidas, no âmbito de cada uma das quais o encargo de promover a obtenção de informes possa ser afeto a um único agente recenseador, acumulando ou não registros de mais de um censo Êsse parcelamento, dentro das divisões e subdivisões administrativas, facilita e assegura a chamada "amarração de serviço", destinada a prevenir possíveis duplicidades de registro ou eventuais choques entre agentes censitários.

6. Formação do ambiente

Consiste êste trabalho da fase precensitária em preparar a receptividade pública à execução dos registros mediante uma propaganda adequada e oportuna. Pode esta distinguir-se, no que interessa a técnica do levantamento, em *propaganda subjetiva* ou de *formação,* de finalidade psicológica, visando despertar a confiança e o entusiasmo do informante, como elemento passivo das indagações, e *propaganda objetiva* ou de *execução,* de finalidade instrutiva, destinada a assegurar a habilitação e a compreensão do declarante, como parte ativa do empreendimento

A *imprensa,* o *rádio,* o *cinema,* os *cartazes, folhetos* e *prospectos,* as *inscrições* em *veículos, paredes* e *pisos* são alguns dos recursos materiais que tem a seu dispor, em nossos dias, a propaganda de formação do ambiente propício ao inteiro êxito de qualquer operação censitária.

A cooperação de determinadas organizações sociais pode, a êste propósito, ser da maior utilidade. A da Igreja, pela palavra autorizada do clero, inclui-se entre as de mais extensa e eficiente atuação em todos os múltiplos campos a serem cobertos pelos recenseamentos, como a das associações profissionais e classistas pode constituir valioso apoio na órbita especializada do censo que mais particularmente lhes diga respeito. A escola representa, também, instrumento de larga difusão junto às famílias, pelo aproveitamento hábil da natural vibratilidade infantil ante os grandes movimentos e pela função orientadora, que é capaz de exercer, entre as populações menos cultas

7. Técnica de execução e operações da fase censitária pròpriamente dita

A técnica censitária de execução orienta as grandes operações características da fase censitária pròpriamente dita e, de um modo geral, pode ser considerada nos quatro planos seguintes:

a) expedição e distribuïção do material a ser utilizado;

b) preenchimento dos instrumentos de registro;

c) recolhimento e crítica inicial dos instrumentos preenchidos,

d) devolução do material ao órgão central de elaboração.

8. Expedição do material

O cálculo, com base nos cadastros disponíveis, das quantidades de instrumentos de coleta, por espécie e segundo os destinos, deve preceder ao respectivo empacotamento em volumes padronizados, contendo número redondo de impressos, e em lotes complementares, menores.

Os pacotes são usualmente acondicionados em caixotes de madeira, de tamanho também padronizado, e de tal modo fechados que a sua abertura nos locais de utilização lhes permita o ulterior aproveitamento para a devolução do material recolhido. O acondicionamento dos impressos em envólucro impermeável constitui, sem dúvida, precaução de todo justificável, quando se possa recear a exposição dos mesmos às intempéries ou naufrágios. Quanto à *expedição,* pròpriamente dita, é necessário que se processe de modo a permitir a chegada tempestiva do material ao seu destino, isto é, nem retardada nem prematura, em relação à data fixada para o preenchimento, por isso que a sua exposição aos riscos de extravio ou deterioração deve ser o menos demorada possível.

O rigoroso contrôle do conteúdo de cada volume de material remetido é indispensável ao bom andamento dos trabalhos, permitindo providências rápidas da parte de seus expedidores ou consignatários, nas múltiplas iniciativas a tomar, durante a operação, para suprir faltas ou extravios, preparar os agentes de coleta e organizar a distribuïção oportuna e ordenada dos impressos.

9. Distribuïção aos declarantes

A distribuïção dos instrumentos de registro aos declarantes deve ser considerada sob dois aspectos: o do *local* e o da *data* de entrega. Quanto ao primeiro, há uma dupla modalidade: a *distribuïção domiciliária,* com a entrega na própria residência do informante, mediante *portador especial* ou *via postal,* prática esta já aplicada, mas em limites restritíssimos, ou a *distribuïção central,* com entrega em *locais fixos,* onde deverão ser os questionários procurados pelas pessoas sujeitas à prestação dos informes Quanto à data da entrega, poderá preceder à fixada como referência para as declarações, com ela coincidir ou sucedê-la. A entrega sobremodo antecipada aumenta os riscos de extravio dos impressos nos domicílios dos informantes, pelos descuidos a que, em geral, se expõem as obrigações proteláveis· a entrega na própria data seria, sem dúvida, o ideal, mas pràticamente só é realizável com o emprêgo de meios extensíssimos de atuação: a entrega posterior à data é admissível em regiões de difíceis comunicações e população esparsa, nas quais a dupla visita de um portador, para a entrega antecipada dos impressos e seu ulterior recolhimento, seria, se não impraticável, ante as delongas de prazo, pelo menos absolutamente contrária à econômia. Aí, a entrega, o preenchimento e o recolhimento podem coincidir, convindo apenas que o trabalho de registro se inicie, em cada setor censitário, rigorosamente na data do censo ou, o mais tardar, nos primeiros dias que se lhe seguem. Nestes casos, evidentemente, não há, em princípio, uma entrega de questionários, mas simples contacto entre o declarante e o recenseador que, pessoalmente, vai inscrevendo as respostas obtidas

10. Preenchimento dos questionários

O preenchimento dos questionários pode ser atribuído ou aos próprios declarantes ou aos agentes recenseadores Não é, apenas, o nível cultural das populações que leva a preferir esta ou aquela alternativa, conforme possa, à pri-

meira vista, parecer; na América do Norte, por exemplo, cabe ao *census taker* registrar, do próprio punho, as respostas recebidas dos declarantes. E', sem dúvida, processo mais suave para o público, que se vê dispensado de ler instruções, nem sempre suficientes para lhe esclarecer tôdas as dúvidas, e, tècnicamente, tem a grande vantagem de submeter a uma interpretação uniforme, por assim dizer, oficial, o sentido das indagações

O preenchimento deveria, teòricamente, verificar-se sempre na própria data do censo; pràticamente, convém que, pelo menos, nela seja iniciado em cada setor censitário, prosseguindo, neste caso, por um período suficientemente breve para permitir a perfeita reconstituïção dos fatos correspondentes ao momento exato fixado para sua observação. O que parece chocante, neste particular, é o preenchimento antecipado dos questionários; entretanto, foi uma alternativa regulamentarmente admitida no censo da população da cidade de Buenos Aires, em 1936, para as pessoas que pretendessem ausentar-se antes da data fixada, com a exigência, é certo, de comunicarem, ulteriormente, qualquer eventual mudança no quadro registrado.

Nas tolerâncias locais e eventuais de preenchimento, em tôrno de uma data, é preciso ter sempre em vista o grau de estabilidade da massa a recensear: sem maiores inconvenientes, pode-se assim, dilatar, nas zonas suburbanas, de população mais sedentária, o período de registro, que, entretanto, deve ser o mais rápido possível nos grandes centros populacionais, sujeitos a variações de estrutura permanentes e sensíveis De outro lado, a ampliação dêsse período apresenta inconvenientes muito menos sérios nos censos econômicos, cujas unidades não teem a mobilidade característica das pessoas e em que o assentamento cronológico dos fatos, mais que a situação momentânea dos indivíduos, constitui o fundamento, a chave, dos informes que se possam pretender

Obter o preenchimento dos questionários não é, por vêzes, tarefa das mais fáceis, pela incompreensão e má vontade, mesmo, dos respectivos informantes: os meios suasórios devem, entretanto, ser sempre preferidos aos coercitivos em face das restrições ou recusas O espírito de sacrifício dos recenseadores e a reserva de paciência dos recenseandos são, antes de mais nada, as condições precípuas de êxito na obtenção dos registros previstos.

11. Recolhimento e crítica inicial

O recolhimento dos instrumentos, antecipadamente distribuídos, deve, também, ser o mais imediato possível, iniciando-se logo no dia seguinte ao fixado para o preenchimento e completando-se em prazo mínimo. Dêsse modo, previnem-se os extravios a que as protelações de entrega dão ensejo e facilitam-se as retificações e acréscimos exigidos por uma crítica inicial dos instrumentos recolhidos, tornando-se quaisquer indagações complementares tanto mais eficientes quanto mais prontamente buscadas

Atendo estas considerações apenas aos pontos essenciais do assunto, indicaremos uma diretriz a nosso ver fundamental: o recolhimento deve processar-se de modo absolutamente ordenado, sem perturbar as separações de âmbito territorial, naturalmente estabelecidas, afim de poder aproveitá-las na classificação dos fatos no espaço a que o trabalho de apuração terá de proceder preliminarmente.

III PARTE

A FASE PRECENSITÁRIA DO RECENSEAMENTO DE 1940

1. Duplicidade de órgãos

O Recenseamento Geral de 1940 desenvolveu-se através de dois grandes órgãos, ambos integrados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a Comissão Censitária Nacional, como dirigente, e o Serviço Nacional de Recenseamento, como executante.

No concernente à técnica censitária, couberam ao primeiro dêsses dois órgãos, entre outras iniciativas peculiares à fase precensitária, os seguintes trabalhos fundamentais: *fixação* da *data* e do *esquema geral* da operação, *discussão* minuciosa e prolongada dos *instrumentos de registro* a adotar, *orientação* da *montagem* de todo o *aparêlho censitário* e da *propaganda* destinada à formação do ambiente. Ao Serviço Nacional de Recenseamento, entre as múltiplas funções de ordem administrativa e técnica de sua competência, incumbiram, precìpuamente, duas operações da fase precensitária, a *organização* dos *cadastros* e o *zoneamento censitário,* bem como tôdas as *operações* da *fase pròpriamente censitária,* antes examinadas A seu cargo ficaram, também, as *instruções para preenchimento* dos instrumentos de registro aprovados pela Comissão Censitária Nacional.

2 Data do Recenseamento

A fixação, a 1.º de Setembro, da data dos diversos censos promovidos em 1940 repetiu a do recenseamento levado a efeito em 1920 e a marcada para a malograda operação de 1930, coincidindo, ainda, o seu mês com o do recenseamento estadual de São Paulo, em 1934. Ao iniciar suas atividades, a Comissão Censitária Nacional já a encontrou estabelecida em Resolução da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, baixada sob o nº 50, da reünião ordinária de 1937 Tais antecedentes não lhe pareceram, entretanto, suficientes para considerar o assunto encerrado, o que a levou a deter sôbre êle inicialmente a sua atenção, examinando as convenções internacionais e, por fim, consultando os órgãos regionais de estatística, quanto à época julgada mais oportuna à execução dos registros sob o ponto de vista das condições sociais e meteorológicas do meio E' evidente que, dada a vastidão territorial do Brasil, não era possível pretender um acôrdo unânime de tôdas as respostas: pela sua complexidade, a questão chegou a deixar de ser nacional para tornar-se local, havendo o Estado do Amazonas sugerido dupla data, uma para os afluentes da margem norte e outra para os de margem sul do grande rio Atendendo, então, à recomendação atinente à simultaneidade dos registros, decidiu a Comissão Censitária Nacional manter a data fixada na Resolução nº 50 que, satisfazendo à maioria das respostas recebidas, já se havia tornado, por assim dizer, tradicional. Essa data, consoante não poderia deixar de ser num meio como o nosso, foi desde logo admitida, não em seu conceito puramente teórico, como data exata de execução dos registros, mas em seu sentido prático, de data de início simultâneo da coleta em todo o país e de referência comum para quaisquer declarações prestadas.

3. Esquema geral da operação

O esquema geral da operação compreendeu sete grandes censos e cinco inquéritos complementares, constantes das chaves abaixo.

- **I—Censo Demográfico**
  - 1 Edificação
    - a) Prédios
    - b) Domicílios
  - 2 População
    - a) Indivíduos
    - b) Famílias
- **II—Censo Agrícola**
  - 1 Exploração direta do solo
    - a) Agricultura
    - b) Pecuária
  - 2 Indústrias rurais
    - a) Extração de produtos naturais
    - b) Beneficiamento de produtos de origem vegetal e anima
- **III—Censo Industrial**
  - 1 Indústrias de transformação
    - a) Indústrias metalúrgicas
    - b) Indústrias químicas
    - c) Indústrias mecânicas
    - d) Indústrias têxteis
    - e) Outras indústrias manufatureiras
  - 2 Indústrias especiais
    - a) Pesca
    - b) Exploração mineira
    - c) Construção civil
    - d) Imprensa e artes gráficas
    - e) Produção e distribuïção de energia
- **IV—Censo Comercial**
  - 1 Comércio de mercadorias
    - a) Comércio por atacado, a varejo e misto
    - b) Atividades auxiliares do comércio
  - 2. Comércio de valores
    - a) Crédito, seguros e capitalização
    - b) Valores mobiliários e imobiliários
- **V—Censo dos Transportes e Comunicações**
  - 1 Transportes
    - a) Aéreos, marítimos e fluviais
    - b) Ferroviários
    - c) Rodoviários
  - 2 Comunicações
    - a) Postais
    - b) Telegráficas e radiotelegráficas
    - c) Telefônicas e radiotelefônicas
- **VI—Censo dos Serviços**
  - 1. Pessoais
    - a) Ofícios de trato corporal
    - b) Oficinas de confecção e reparação
  - 2. Coletivos
    - a) Casas de alojamento e de alimentação
    - b) Casas de diversão
- **VII—Censo Social**
  - 1 Organizações urbanas
    - a) De higiene e confôrto
    - b) De segurança
    - c) De defesa médico-sanitária
    - d) De repressão ou regeneração
    - e) De objetivos funerários
  - 2 Instituïções sócio-culturais
    - a) Beneficentes e de assistência
    - b) Sindicais
    - c) Desportivas
    - d) Recreativas
    - e) Educativas
    - f) Culturais
    - g) Religiosas
- **VIII—Inquéritos complementares**
  1. Matérias primas
  2. Climatologia e epidemiologia
  3. Retrospecto econômico e cultural
  4. Prospecção técnico-econômica e social dos Municípios
  5. Custo da vida

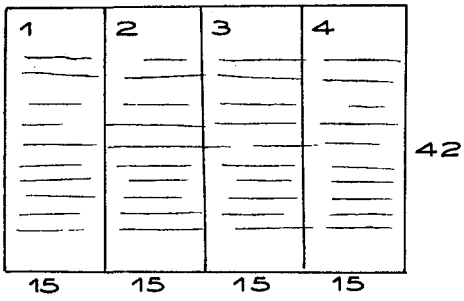
4. Espécies de instrumentos de registro

Os instrumentos básicos de registro adotados em definitivo, após exhaustivo estudo e ampla discussão dos modelos propostos pelos técnicos especializados da Comissão Censitária Nacional, dentro das bases por ela fixadas, constituíram, em cada censo, dois grupos distintos, o dos *questionários gerais* e o dos *questionários especiais,* para aplicação, os primeiros, nos casos mais correntes e os segundos, nos mais raros.

Dos *instrumentos auxiliares* estabelecidos, as *cadernetas dos agentes recenseadores,* e, entre estas, sobretudo a do *censo demográfico,* foram, sem dúvida, os de papel mais destacado, enfeixando, em si, o máximo de funções geralmente atribuídas a esta espécie de modelos de registro· orientação, contrôle, complementação e apuração sumária. Ao demais, coube à *caderneta* do *agente recenseador* do *censo demográfico* a função específica de fornecer dados concernentes ao levantamento da edificação, em seu duplo aspecto predial e domiciliário, com informações concomitantes sôbre as condições de vida nos lares brasileiros, quanto ao confôrto e o bem estar dos moradores De um modo geral, às cadernetas dos diversos censos couberam papéis importantíssimos, assim distribuídos: para o *agente recenseador,* recurso mnemônico, registro e contrôle do próprio trabalho; para as *autoridades censitárias locais,* fiscalização do agente recenseador e apurações preliminares referentes ao meio; para o *órgão central,* contrôle geral da operação e apurações sumárias de resultados provisórios; para o *conteúdo do próprio censo,* finalmente, informações complementares, por vêzes de grande riqueza, como no censo demográfico

5. O formato dos instrumentos de registro e as qualidades do papel

FIG 1



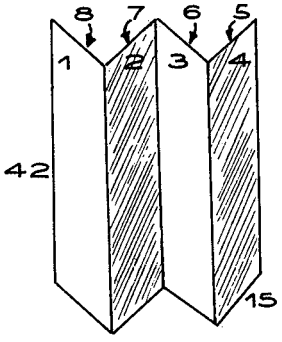


FIG. 2

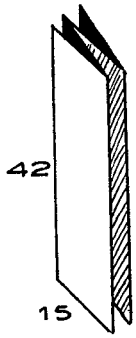


FIG 2A

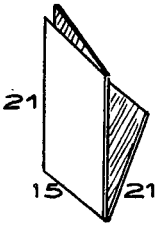


FIG 3

O formato dos questionários gerais foi cuidadosamente escolhido, no sentido de lhes proporcionar condições apropriadas ao seu manuseamento cômodo e eficiente em tôdas as operações a que tivessem de ser submetidos, desde a

distribuïção até o arquivamento final. Completamente aberto, cada questionário geral constitui uma fôlha de 61x42 cm, (fig. 1), abrangendo quatro colunas iguais, que, dobradas em fole, se sobrepõem em quatro camadas formando fôlhas de 15x42 cm, (fig. 2), cada uma com campos de registro nas duas faces; dobrado o conjunto novamente a meio da sua altura, chega-se ao formato final de oito fôlhas sobrepostas, com as dimensões de 15x21 cm, (fig. 3). O Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística foi dotado de máquinas especiais, de alta velocidade, adequadas a executar, com rapidez e precisão, a dobragem completa.

Os demais modelos, quer de questionários especiais, quer de instrumentos auxiliares, foram todos estabelecidos de tal modo que, com o número máximo de dobras previsto, fôssem sempre redutíveis às dimensões padrão de 15x21.

O preenchimento dos questionários do tipo geral, desenvolvendo-se segundo as sucessivas faces de registro na ordem numérica esquematizada, (fig. 2), pode, assim, ultimar-se sem a abertura completa da fôlha impressa e mediante, apenas, a conveniente sobreposição de suas partes em laudas de 42x15 cm. E', sem dúvida, um manuseio mais cômodo do que o dos formatos adotados nos Censos de 1936, da cidade de Buenos Aires, em que, por exemplo, as cédulas de "família" e de "convivência", com as dimensões respectivas de 37x84 cm, e 44x84 cm, comportavam assentamentos desdobrados em linhas com 80 cm de comprimento.

A fiscalização das qualidades gráficas do papel adquirido foi das mais rigorosas, sobretudo no concernente à isenção de madeira, à dobragem e à colagem, com análises auxiliares de laboratório e estudo estatístico de amostras.

6. Disposição dos quesitos e instruções para preenchimento

A disposição dos quesitos, no corpo do impresso, obedeceu a dois tipos gerais. O boletim de família, que constituiu o principal instrumento básico do *Censo Demográfico,* reservou uma coluna para cada pessoa registrada e distribuiu os quarenta e cinco quesitos segundo as linhas, representando uma quebra de tradição na matéria, motivada pelo grande número de indagações propostas; o *Questionário Geral do Censo Agropecuário* aproximou-se bastante, nesta parte, do tipo norte-americano, completando os dos *Censos Industrial* e *Comercial* a uniformidade de composição dos instrumentos de coleta dos censos econômicos.

As instruções formuladas para preenchimento e execução dos registros destinaram-se, como é mais conveniente no Brasil, aos recenseadores, de modo mais imediato e direto do que aos recenseandos. Estes, em certos casos, como nos Censos Demográfico e Agrícola, encontraram, em miniaturas dos respectivos questionários, ilustrações e esclarecimentos das declarações a prestar; para os Censos Industrial e Comercial não houve organização de miniaturas devido à grande variedade dos modelos, constando dos próprios questionários as indicações essenciais. As *instruções especiais* para os Agentes Recenseadores, porém, constituíram a parte principal da orientação fornecida a quantos tiveram o encargo de preencher instrumentos de registro distribuídos na grande coleta censitária de 1.º de Setembro de 1940.

7. Organização dos cadastros

A organização dos cadastros mereceu, da direção do Serviço Nacional de Recenseamento, particular atenção, e, além de encargo funcional das delegacias censitárias nos Municípios, foi objeto de iniciativas especiais. O cadastro

predial-domiciliário, constituindo referência comum, pode-se dizer, para todos os censos, era expressamente recomendado à execução mediante *registro direto,* nas capitais e cidades mais evoluídas, para a identificação prévia, por construções, das unidades demográficas e econômicas. Tal importância se lhe atribuiu que, no Distrito Federal, foi executado pelo próprio órgão central do sistema censitário, sob o nome de "locação predial", realizando a perfeita localização das unidades em seu logradouro e número, o que exigiu um emplacamento especial de tôdas as habitações clandestinas dos morros e favelas cariocas.

Nos censos econômicos, também organizaram-se cadastros porém de modo indireto, pela utilização dos registros fiscais disponíveis, modalidade pouco adequada ao cadastro predial domiciliário, que, além da simples localização de domicílios, deveria fornecer certas características dos imóveis não incluídas, habitualmente, nos livros de lançamento dos respectivos impostos.

8. Zoneamento censitário

O Decreto-lei n.º 311, de 2 de Março de 1938, dispondo sôbre a divisão territorial do Brasil, estabeleceu critérios racionais de parcelamento e de terminologia para a delimitação uniforme das diversas circunscrições judiciário-administrativas do país, de modo a integrá-las, em áreas contínuas, na respectiva célula do organismo nacional — o Município. Sob êste aspecto, foi uma medida preliminar do mais efetivo alcance para os censos de 1940, pelo sentido unitário a que tais empreendimentos devem conformar todos os pormenores de sua organização e execução.

De acôrdo com o aludido texto de lei, haviam ficado estabelecidos, como unidades de sucessivo parcelamento do território nacional para fins administrativos, o Estado, o Município, o Distrito, a zona e os quadros urbano, suburbano e rural. O recenseamento, ampliando os elementos de referência no espaço assim estatuídos, considerou ainda a localidade, o bairro, o logradouro, o quarteirão e até a face dêste, a qual consubstanciava a "unidade estatística pequena e homogênea", preconizada como ideal pelos técnicos da Prefeitura de São Paulo por seu representante na Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística. Com êsses elementos complementares de situação no espaço, procurou-se realizar o que, em gíria técnica, se denomina brevemente "amarração", entendida esta como identificação segura do fato com o meio, não apenas para fins de contrôle de serviços, senão também para pesquisas posteriores, essenciais sobretudo do ponto de vista demográfico. Quanto menores e mais homogêneas as unidades estatísticas utilizadas, mais específicas as proporções de derivação a que elas podem conduzir, havendo os aludidos técnicos paulistas ilustrado plenamente o assunto ao considerarem distribuïções da população da capital do Estado, respectivamente por distrito e por quarteirão, para estudo do zoneamento das adjacências da Avenida Pedro I A densidade da população, calculada com base na área do Distrito de Paz, fôra, aí, bastante intensa, tornando-se, ao contrário, muito escassa, em referência aos quarteirões, o que os levou a considerar esta última como "densidade demográfica específica".

Do mesmo modo que as diferentes unidades de parcelamento administrativo se reünem no *Município,* como circunscrição fundamental da estrutura, as unidades de referência censitária se agrupam para compor uma unidades básica, denominada *setor censitário*. Formando uma extensão territorial, perfeitamente delimitada em todo o seu perímetro e não abrangente de mais de um distrito, nem igualmente de qualquer das partes dêste previstas no Decreto-lei

n.º 311, o setor censitário constituiu uma subdivisão básica para fins de coleta, no interior da qual os registros de informes atinentes ao censo demográfico deveriam ter ficado afetos a um único agente recenseador, cumulativamente ou não com os de qualquer outro censo. Nas situações rurais, o caso usual foi o dos setores de coleta cumulativa, isto é, com um único agente para todos os censos, pelas distâncias a vencer.

Como princípio da divisão em setores, estabeleceu-se a extensão territorial que compreendesse, em média, trezentas unidades censitárias, indiferentemente, domicílios ou estabelecimentos econômicos de qualquer espécie. Para prevenir eventuais exceções ao princípio de unidades da coleta censitária, ficaram, também, regulamentarmente estabelecidas as normas e bases a serem seguidas na delimitação das Unidades Políticas, inclusive e, especialmente, no caso de reivindicações de fronteiras, chegando-se a constituir em território à parte, para fins censitários, a região da Serra dos Aimorés, objeto de litígio entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

9. Formação do ambiente

Não aludiremos aqui senão ao papel cívico-patriótico que teve, na formação do ambiente censitário de 1940, a imprensa do país, quer como uma expressão do reconhecimento a sua dedicação, quer como preito de estrita justiça ao seu desinterêsse. E essa participação, numa das tarefas essenciais ao êxito do empreendimento, tanto foi da grande imprensa, cheia de matéria publicitária e, pois, de espaço sempre exíguo, como dos pequenos jornais do interior, que, mau grado muitas vêzes seus modestíssimos recursos, remeteram à Comissão Censitária Nacional os primeiros exemplares de seus periódicos com porte à sua própria custa.

Dispensamo-nos, relativamente à propaganda do recenseamento geral de 1940, de maiores comentários, porque o assunto já foi exposto em reünião do núcleo central da Sociedade Brasileira de Estatística, no Rio de Janeiro, pelo próprio diretor da Divisão de Publicidade do Serviço Nacional de Recenseamento, à qual esteve afeta a tarefa de formação do ambiente.

10. Instrumentos de coleta do ponto de vista das recomendações clássicas da metodologia estatística

A caracterização das unidades censitárias constituiu matéria de acurados estudos a que procedeu a Comissão Censitária Nacional em observância de um dos preceitos mais basilares da metodologia estatística. Estabeleceu-se, dêsse modo, uma noção de família, baseada não apenas na convivência, em uma mesma habitação ou parte de habitação, de pessoas ligadas a um chefe por laços tanto de parentesco, quanto de simples subordinação doméstica, — já distinta, portanto, da correspondente ao sentido biológico, — mas ainda considerou-se como compreendida no têrmo qualquer pessoa que residisse sozinha. O *domicílio coletivo* ficou claramente diferençado do *particular* pela natureza da dependência entre o respectivo chefe e os demais moradores, a qual passou a fundar-se em meras relações ordenadas no sentido do disciplinamento da convivência e da realização de fins não domésticos. Nos Censos Industrial e Comercial, procurou-se introduzir uma nítida separação entre a unidade jurídico-administrativa, a *emprêsa,* e as unidades técnicas de operação, os *estabelecimentos.* Análoga bipartição, entretanto, não pareceu oportuna, em relação ao Censo Agrícola, onde a unidade adotada foi apenas o imóvel rural, caracterizado por uma continuïdade de terras, sujeitas à exploração econômica de um

único responsável imediato. Tôdas essas preocupações, ora sumàriamente focalizadas, bem denotam o cuidado que houve em observar as recomendações fundamentais da metodologia estatística, ao definir as unidades censitárias.

De acôrdo, também, com elas, o caráter confidencial dos registros, além de expressamente assegurado, foi objetivamente evidenciado por duas particularidades: dispensa dos nomes completos nos boletins de família, à exclusão do de seu chefe, talvez com prejuízo para ulteriores trabalhos de crítica, e adoção do boletim individual, a ser preenchido pelas pessoas presentes, na data do recenseamento, em domicílios coletivos e entregue ao respectivo rsponsável no envólucro fechado, adrede fornecido pelo órgão censitário. Um outro pormenor, perfeitamente conforme às recomendações ora focalizadas, encontra-se nas instruções para o preenchimento do quesito "côr", nos boletins demográficos, formuladas nos seguintes têrmos: "Responda-se "preta", "branca", "amarela" sempre que fôr possível qualificar o recenseado segundo o característico previsto no quesito 6. No caso de não ser possível essa qualificação, lance-se um traço horizontal no lugar reservado para a resposta". Evitaram-se, dêsse modo, declarações evasivas, nem sempre correspondentes à realidade, que, por isso mesmo, não seriam menos prejudiciais à apreciação dos fatos do que a própria omissão do informe aleatório. Não se pense, contudo, que tal diretriz foi tomada às pressas, sem um exame profundo das responsabilidades assumidas perante os interessados em fixar a extensão dos caldeamentos étnicos, na evolução demográfica do país: é que a Comissão Censitária Nacional acabou reconhecendo, em suas discussões, que satisfariam, mais de perto, à natureza científica da pesquisa investigações representativas promovidas a qualquer tempo, sôbre núcleos populacionais sujeitos a contrôle direto da assistência médico-sanitária oficial, como os colégios, grupos escolares, quartéis e outras coletividades similares. À mesma ordem de considerações prende-se a prudência usada nas indagações atinentes aos males físicos: não incluindo, entre êles, a debilidade mental, para ater-se ùnicamente à surdo-mudez e à cegueira, evitou a Comissão Censitária Nacional, novamente, perquirições talvez mais cruéis e geradoras de restrições do que conducentes a resultados reais. Numa impressão superficial, poderia parecer, a quem confrontasse os questionários do censo demográfico com os dos censos econômicos, e muito especialmente com os do industrial e do comercial, que, neste particular, as diretrizes da Comissão Censitária Nacional não hajam sido uniformes, porquanto as indagações desceram, nos dois últimos, a características muito mais íntimas do que naqueles. Entretanto, é preciso ter em vista serem coisas bem diversas o respeito à dignidade humana e aos interêsses mercantís, no nosso estado social presente, em que a atividade das organizações econômicas se tornou de tal modo devassada pela administração pública, no exercício de suas atribuïções fiscais, que, neste ponto, o segrêdo já deixou de ser a alma do negócio, consoante pretendia o velho brocardo.

As situações de fato e de direito tiveram também a sua influência na preparação dos instrumentos de coleta.

No quesito relativo ao estado civil, por exemplo, só foram expressamente indicadas as situações de direito estatuídas em nossos códigos, o que não impediu mandassem as instruções substituir a resposta "desquitado" pela resposta "divorciado", no caso de cônjuge estrangeiro de casal constituído e dissolvido segundo leis estrangeiras. Uma distinção foi, também, introduzida no quesito referente à "Condição no domicílio em relação ao chefe de família", para levar em conta, de modo explícito, a santificação dos lares brasileiros pelo matrimônio religioso e assinalar, também, como elementos exóticos, as uniões contraídas, perante autoridades estrangeiras, por brasileiros já casados em seu

país. As instruções para preenchimento dos questionários do censo demográfico estabeleceram, nesse intuito, a resposta "cônjuge", acompanhada das letras "R" ou "E" correspondentes, de per-si, a cada uma das duas alternativas assinaladas. Resguardando, dêsse modo, a constituïção estável da família brasileira, em seus fundamentos, jurídico e tradicional, não perdeu, entretanto, de vista a Comissão Censitária Nacional, que, para estudar o fato físico-biológico da fecundidade feminina, no Brasil, teria de jogar com a procriação ilegítima para atender a situações de fato encontradiças no país com freqüência de ordem perfeitamente apreciável.

Os preceitos legais, em virtude mesmo de particularidades antes assinaladas, tiveram influência ainda mais ampla na organização dos censos econômicos. A chamada lei dos dois terços, por exemplo, permitiu dispensar, nos questionários, a discriminação do pessoal ocupado, estrangeiro, e a formulação dos quesitos concernentes à constituïção das emprêsas foi completamente orientada pela respectiva jurisprudência. No decorrer do preparo dos instrumentos de registro, ocorreram duas iniciativas, em matéria de legislação, que não puderam deixar de preocupar à Comissão Censitária Nacional a modificação da lei das sociedades anônimas e a separação dos varejos das pequenas oficinas. Quanto à primeira, a sua promulgação, em época posterior à fixada para os censos, não determinou maiores preocupações: a segunda, entretanto, se aplicada, teria ocasionado grandes perturbações ao projetado Censo dos Serviços, pelas naturais reservas que provocaria, na fase de transição de regime, de parte dos declarantes atingidos por seus dispositivos.

Para não alongar, em demasia, a presente exposição, não estenderemos mais as rápidas considerações expedidas acêrca da aplicação geral, aos instrumentos de registro organizados para o Recenseamento Geral de 1940, das recomendações clássicas da metodologia estatística, passando a examinar, a seguir, algumas peculiaridades entre as julgadas mais dignas de nota nos diversos censos.

11. Algumas peculiaridades atinentes aos questionários do Censo Demográfico

A indagação da idade, proposta em duplo quesito, despertou críticas, até certo ponto compreensíveis, mas de todo improcedentes, porque a adoção apenas de um deles não permitiria atingir as finalidades visadas. E' fato sabido que os nossos homens do interior, e mesmo muitas vêzes os da cidade, desconhecem, senão a data, pelo menos o ano de seu nascimento, só podendo, em geral, indicar idades presumíveis. Respostas em tais condições, porém, se admissíveis, na impossibilidade de maior precisão, para a distribuïção de populações por grupos de idades, seriam inaproveitáveis como base para tabelas de mortalidade, tão necessárias em nosso meio, onde as taxas de seguros obedecem a tarifas estabelecidas para regiões de características bem mais onerosas que as próprias do nosso país e cujo cálculo atuarial se condiciona ao conhecimento preciso das datas de nascimento. Do mesmo modo, a tríplice indagação, "profissão", "ramo de atividade da ocupação" e "local de trabalho", a muitos pareceu envolver excesso de minúcia: entretanto, foi o único meio, encontrado pela Comissão Censitária Nacional, para contornar as dificuldades correntes na perfeita caracterização da população ativa entre nós, uma vez que a simples resposta ao quesito "profissão" nada forneceria de aproveitável num meio em

que a formação técnico-profissional do operário e a especialização de sua atividade só ùltimamente vem constituindo efetiva preocupação do Govêrno.

As pesquisas concernentes à fecundidade mereceram particular atenção dos organizadores do censo demográfico brasileiro de 1940 e foram conduzidas em moldes os mais simples possíveis, dispensando-se informações suplementares, inicialmente imaginadas, relativamente à duração e prolificidade das sociedades conjugais, atuais e anteriores à época das respectivas declarações Seguindo, até certo ponto, a técnica do recenseamento italiano de 1931, considerada por FELICE VINCI, "novidade de relêvo", fundaram-se no conhecimento dos seguintes dados: número total de filhos, discriminados em nascidos vivos e mortos, número dos filhos vivos na data do censo e idade da mulher por ocasião do primeiro parto, em vez da sua idade ao contrair o primeiro matrimônio, como o fêz o aludido recenseamento italiano, o que permitiu abranger as manifestações da natalidade ilegítima.

Os quesitos finais, envolvendo os moradores ausentes dos respectivos domicílios a 1.º de Setembro de 1940, destinaram-se a colhêr as referências indispensáveis ao cálculo das populações de *fato* e de *direito*.

12. Algumas peculiaridades atinentes ao questionário do Censo Agro-Pecuário

Uma inovação, introduzida nos questionários do Censo Agro-Pecuário de 1940, foi o registro das quantidades em unidades não uniformes, mas em medidas de uso local, com a indicação da respectiva espécie Assegurou-se, dêsse modo, a espontaneidade das informações e evitaram-se erros incontroláveis de conversão praticados por informantes e recenseadores. O assunto foi objeto de largos debates no seio da Comissão Censitária Nacional. Reconhecida a grande concentração de trabalho que aquela diretriz acarretaria ao órgão centralizador das elaborações, sòmente foi ela adotada após haver o exame da moderna aparelhagem de apuração mecânica em serviço no Instituto de Pensões e Aposentadorias dos Industriários mostrado a possibilidade da execução automática de tôdas as conversões, uma vez perfuradas, nos cartões, as quantidades nas medidas declaradas e os eqüivalentes metrológicos das respectivas unidades, obtidos em indagações especiais, diretas, pelos Delegados Municipais

Outra decisão de responsabilidade perante a técnica e a administração, tomada pela Comissão Censitária Nacional, ao elaborar o questionário agro-pecuário, foi a de omitir indagações concernentes às áreas semeadas. Preocupação fundamental dos levantamentos agrícolas em outros países, o informe concernente a tais áreas foi, entretanto, julgado de precária obtenção, em face da experiência estatística nacional e de injunções conhecidas do nosso recenseamento de 1920, por motivo, sobretudo, de se oporem os sistemas de culturas mistas, correntes em nosso interior, à espectativa de indicações fidedignas. Ainda neste passo, entre um dado destinado a confusões e a sua ausência, preferiu a Comissão Censitária Nacional ficar na realidade Sendo, entretanto, as áreas semeadas dado de efetiva utilidade, não apenas para controlar a produção apurada, mas ainda para calcular as taxas de rendimento médio das diversas espécies cultivadas, resolveu ela promover uma pesquisa paralela, destinada a suprir as referências de que abrira mão. Foi o Inquérito Técnico-Econômico de 1939, lançado por intermédio dos órgãos municipais de estatística, com o intuito de reünir esclarecimentos destinados a servir de base à crítica

ulterior dos instrumentos de coleta recolhidos, à homogenização das medidas registradas nas diferentes unidades locais e ao cálculo do rendimento médio unitário das respectivas culturas.

13. Algumas peculiaridades atinentes aos questionários dos Censos Industrial e Comercial

Ao preparar os questionários destinados aos Censos Industrial e Comercial, com os seus colaterais, dos Transportes e dos Serviços, teve a Comissão Censitária Nacional a constante precaução de conformar as indagações, tanto quanto possível, aos assentamentos correntes nas emprêsas e estabelecimentos econômicos, evitando, assim, apurações trabalhosas para os informantes ou lacunosas para os resultados pretendidos Caracterizaram-se, ainda, estes Censos pelo elevado número de modelos de questionários especiais, resultante do intuito de adaptar o texto dos instrumentos de registro às grandes classes de indústrias e dêsse modo facilitar ao máximo o seu preenchimento.

A discussão do questionário industrial no seio da Comissão Censitária Nacional suscitou duas questões fundamentais, cuja rápida rememoração deixará bem patente o extremo de ponderação com que foram examinados todos os assuntos, confrontando sempre as finalidades a atingir com as possibilidades de responder dos declarantes.

A primeira dessas questões girou em tôrno do seguinte ponto deveriam as indicações da transformação industrial restringir-se apenas aos "produtos finais", isto é, destinados ao mercado, ou abranger, além dêsses, os "produtos intermediários", isto é, destinados a ulterior transformação na própria unidade produtora, como "matérias primas intermediárias"? Tratando-se, por exemplo, de um estabelecimento téxtil, que prepara o fio para a sua tecelagem, conviria promover registros concernentes à dupla produção de fio e de tecido ou apenas ao tecido final? A alguns pareceu, talvez com razão, que a grande maioria dos nossos industriais não teria elementos seguros para tal separação, enquanto outros mantinham opinião contrária. Em têrmos precisos, a questão foi a seguinte: decidir qual o preferível, dentre dois critérios sugeridos para levantamento da "produção industrial" e das "matérias primas consumidas". Conforme o primeiro deles, seriam indicados só os produtos "finais", e as matérias primas "iniciais", em relação à unidade produtora, excluindo-se todos os "intermediários", entre essas e aqueles; conforme o segundo, ao contrário, seriam indicados, quanto aos produtos, quer os "finais", quer os "intermediários", e quanto às matérias primas, quer as "iniciais", quer as "intermediárias". A vantagem do segundo critério consistia em permitir o cálculo do valor da transformação industrial, separadamente para cada estágio, tanto no caso de estabelecimento único, elaborando tôdas as fases, como no de estabelecimentos diversos, elaborando um cada fase, ao passo que o critério dos têrmos extremos só tornaria possível essa determinação no caso de unidades diferentes para cada fase da transformação. O registro exclusivo das "matérias primas iniciais" e dos "produtos finais", a alguns parecera menos difícil de conseguir por mais acessível à maioria dos declarantes, e, desde que o dado pretendido fôsse o "custo unitário", satisfaria por completo às necessidades, visto tratar-se de elemento perfeitamente suscetível de perquirição apenas representativa A decisão da Comissão Censitária Nacional foi, entretanto, no sentido do conhecimento simultâneo de "iniciais" e "intermediários", cabendo aos resultados con-

seguidos na coleta evidenciar até que ponto a orientação encontrou, nos registros dos recenseandos, os subsídios indispensáveis à prestação dos informes solicitados.

A discriminação, por origem, da matéria prima consumida figurou entre os aspectos, também, desde logo, focalizados pela Comissão Censitária Nacional, que examinou, detidamente, a dupla fórmula de indagação sugerida declaração separada das duas parcelas, "materias primas nacionais" e "matérias primas estrangeiras", ou do "total" e de "uma das parcelas", a de "matéria primas estrangeiras". Pronunciou-se a Comissão Censitária Nacional favoràvelmente à segunda variante, atendendo a uma dupla razão: a maior facilidade em obter o consumo total, sobretudo tratando-se de materiais já adquiridos em misturas de composição não raro ignorada pelos consumidores, e a importância do conhecimento, tão exato quanto possível, dêsse total, ao que não parecia propícia uma obrigação de desdobramento em parcelas muitas vêzes só passíveis de determinação estimada. Daí, a orientação final, que consistiu em solicitar, ao lado da matéria "prima total consumida", a "parte de matéria prima estrangeira" porventura incluída no todo, tendo em vista, ainda, que, se deficientes os resultados conseguidos, haveria a estatística permanente do nosso comércio internacional, como recurso de suplementação ou contrôle.

14. Considerações finais

Com a exposição em largos traços, ora concluída, das particularidades mais notáveis introduzidas nos instrumentos de coleta do Recenseamento Geral de 1940, fica encerrado o exame da técnica de preparação seguida na sua fase precensitária. Restaria, agora, considerá-lo, do ponto de vista da técnica de execução, durante a fase censitária pròpriamente dita, a qual, aliás, salvo os imprevistos, é sempre, em suas linhas mestras, conseqüência da primeira. A perda de contacto do detentor da palavra, no momento, com o decorrer da coleta e o seu desconhecimento dos relatórios concernentes às respectivas operações de todo justificam, porém, não se estenda êle além dos aspectos focalizados. O estudo dêsses relatórios e a análise dos instrumentos de registro preenchidos podem ser reputadas iniciativas capitais para uma perfeita apreciação da forma de reagir dos informantes às indagações propostas. Evidenciar-se-ão, assim, as principais origens das deficiências eventualmente observadas, se a redação dos quesitos, se o exagêro de indagações, se a falta ou imprecisão de normas ou outro qualquer pormenor indispensável ao pleno êxito do empreendimento. E' um trabalho pelo qual bem poderiam interessar-se os Centros de Estudo da nossa Sociedade Brasileira de Estatística e, ao sugerí-lo, ofereço-me para dele participar da melhor forma por que me seja dado fazê-lo.

Há uma consideração apressada, porém, que se torna justo desde já remover, porque fundada num espírito de desconfiança das próprias fôrças, incompatível com os ideais de aperfeiçoamento de que se não podem alhear os povos dispostos a manter-se à altura da sua época. Sob êste ponto de vista, a simples apreciação do esquema, estabelecido pela Comissão Censitária Nacional para o Recenseamento Geral de 1940, bem como as sumárias considerações expendidas sôbre a sua fase precensitária, cabalmente justificam haver sido o mesmo proclamado a investigação mais profunda e ampla levada a efeito, não apenas no Brasil, mas na América do Sul Não foi, entretanto, a pura sedução do grandioso que, nesse sentido, orientou os organizadores do empreendimento censitário de 1.º de Setembro do ano findo. Foi, antes de tudo, um imperativo

do momento histórico do Brasil e do Mundo, face às transformações radicais por que passam, em todos os seus setores, as estruturas políticas e nacionais e que já estimulara os Sete Censos do México, a êsse tempo em plena fase de preparação. Foi, ainda, por certo, a preocupação de remover, em definitivo, a repetida afirmação de "país sem estatística". Foi, finalmente, e, talvez, principalmente, o espírito de análise científica dos problemas sócio-demográficos introduzido nos diferentes setores da administração pública brasileira, graças à mentalidade que se veio formando entre os respectivos técnicos Sob êste aspecto, grande se nos afigura a responsabilidade de São Paulo, que, pelas suas iniciativas e realizações, tende naturalmente a puxar sempre para o superlativo todos os movimentos oficiais de âmbito nacional

Não cabe, entretanto, indagar aquí se a técnica de preparação seguida no Recenseamento Geral de 1940 deva ser acoimada de exagêro, pela amplitude e profundidade atribuídas ao esquema censitário adotado As críticas, censuras e condenações, sem fundamento objetivo, são próprias dos apaixonados e dos leigos, aos quais devem ser deixadas. A nós, meus colegas do Centro de Estudos da Sociedade Brasileira de Estatística em São Paulo, o que cumpre é proceder, com base naquele estudo de relatórios e naquela análise de informes registrados, a que se acaba de aludir, a um exame do efetivo êxito, das possíveis deficiências patenteadas pelos instrumentos de registro utilizados, afim de que a experiência adquirida possa servir de orientação a qualquer futuro empreendimento censitário promovido no país A nós compete, ainda, trabalhar pela formação dessa mentalidade estatística tão indispensável entre os declarantes como entre os pesquisadores dos fatos coletivos de interêsse público. Para isso, as qualidades de São Paulo já se acham comprovadas e a sua autoridade, no caso, chega a constituir outorga de direito, conseqüente de uma tradição censitária afirmada ainda em recentes empreendimentos, como o Recenseamento Estadual de 1934 e o Recenseamento Municipal de Limeira, em 1938 O primeiro, particularmente, ofereceu ao Brasil essa inequívoca demonstração de probidade técnica que consistiu em admitir uma população recenseada, inferior, em mais de um milhão, à oficialmente calculada, numa época em que isso acarretava sensível diminuïção de influência nos órgãos legislativos federais. Provocando, por tal motivo, a revisão das estimativas populacionais levada a efeito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em seus primeiros trabalhos, São Paulo, com o seu gesto de esclarecido civismo e bem compreendido patriotismo, preparou o espírito público e as esferas administrativas do país para receber, sem maiores reservas, êsse resultado de pouco mais de quarenta e um milhões em tôrno do qual a apuração sumária, já procedida, mostra que devia gravitar a população do Brasil a 1.º de Setembro de 1940, data do seu quinto Recenseamento Nacional. E mais: a organização da estatística do comércio interestadual, por vias terrestres, que, em pouco tempo, vosso órgão regional fez surgir, por bem dizer do "nada", para manter compromissos solenemente assumidos na Convenção Nacional de 1936, é outro testemunho da capacidade realizadora dos técnicos paulistas Como garantia segura do que deles se pode esperar, no estudo objetivo dos nossos problemas sócio-demográficos, — neste conjunto englobando os referentes à vida nacional em seu tríplice aspecto, demográfico, econômico e social, — aí estão, ainda, os valiosos centros de pesquisas da Sub-Divisão de Documentação Social e Estatísticas Municipais do Departamento de Cultura da Municipalidade da Capital, o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado, as Secções de Estatísticas do Instituto de Higiene e da Bôlsa de Mercadorias de São Paulo, em relação aos quais permitir-nos-emos citar, apenas, dentre as realizações de nosso conhecimento pessoal,

a iniciativa das apurações demográficas por face de quarteirão, os fundamentos da estatística do tráfego e dos transportes rodoviários, a determinação dos centros de gravidade, territorial e populacional, do Estado e o levantamento dos estoques de mercadorias básicas. Assim, meus colegas do Centro de Estudos da Sociedade Brasileira de Estatística em São Paulo, a jornada cultural e prática a que vos propusestes e de que me destes a honra de participar, no momento da partida, será, por certo, pelos meios e antecedentes resumidos, das mais fecundas e proveitosas, muito longe, pois, do padrão acanhado que vos pude aqui oferecer. Há de ser, entretanto, galhardamente vencida, por grandes que se vos entolhem as responsabilidades assumidas. E não havereis de nela fraquejar, porquanto tereis, no vosso pensamento, a cada passo que completardes, a lembrança de que São Paulo deu ao Recenseamento Geral de 1940, a vida de GUSTAVO DE GODOY FILHO, de que São Paulo deu ao Brasil, pelas mãos do Embaixador MACEDO SOARES, o Instituto Nacional de Estatística, de que São Paulo deu ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o presidente que sàbiamente dirige os destinos da estatística nacional e de que São Paulo, finalmente, tem gravado no escudo de suas armas: "Pro Brasilia fiant eximia!".

R NOBRE PASSOS
(Diretor do Departamento de Geografia e Estatística)

SÍNTESE HISTÓRICA DA CRIAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO D.G.E. DO ACRE

DADOS os compromissos que o Território do Acre assumiu na Convenção Nacional de Estatística, de 11 de Agôsto de 1936, vinham sendo objeto de especial atenção os serviços de estatística, que as grandes dificuldades do meio, acrescidas da falta de auxílio financeiro, impossibilitavam, no momento, fossem devidamente organizados, para a sua necessária incorporação ao sistema em vigor no país.

É fácil de compreender o que representa para o Território do Acre, como para todos os Estados da União, um órgão que assegure conhecimento exato de suas realidades — controlador e orientador das possibilidades de tôda ordem, sôbre que assentam as realizações capazes de contribuir para o progresso e engrandecimento da região.

O panorama da vida complexa e acidentada do Território poderia ser observado pelo administrador em todos os seus detalhes, através das estatísticas, para sofrer, com acêrto, as necessárias mutações exigidas pela civilização.

Compreendidos dessa forma os altos objetivos de tão importante serviço para a administração pública, o Dr EPAMINONDAS MARTINS, então Governador do Território, não mediu sacrifícios para a obtenção dos meios que lhe permitissem dar ao Acre os benefícios incontestes de uma estatística bem organizada. Mas, só o esfôrço e a dedicação poderiam levar a bom têrmo os trabalhos cujos traços gerais já estavam delineados

Breve retrospecto Foi durante a administração do Dr EPAMINONDAS MARTINS, que se instalou, a 24 de Maio de 1937, a Junta Executiva Regional de Estatística, criada pelo Decreto territorial nº 112.

No ano anterior, pelo Decreto nº 21, de 17 de Setembro, já fôra aprovada a criação das Agências Municipais de Estatística, que, destinadas a fornecer informações relativas a todos os Municípios do Território, constituiriam um sistema devidamente centralizado pela Junta Executiva Regional.

Tal medida foi a primeira iniciativa para em 1938 ser criado, em caráter de emergência, pelo Decreto nº 104, de 6 de Outubro, o Departamento de Geografia e Estatística, que veio substituir a Secção de Estatística da extinta Diretoria de Educação e Biblioteca.

Entretanto, não contava o govêrno do Acre, em seu orçamento para aquele exercício, com uma verba especial que atendesse as despesas necessárias à manutenção do Departamento recem-criado, mas apenas com a importância de Cr$ 23 250,00, que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística pôs à sua disposição, e o auxílio suplementar de Cr$ 12 000,00 atribuído pela Junta Executiva Central e destinado à instalação do novo órgão, que seria o centro do sistema estatístico-geográfico acreano, previsto na Convenção Nacional de Estatística.

O Instituto enviou um técnico, encarregado da instalação e encaminhamento dos serviços e orientação dos mesmos dentro das normas do Sistema Estatístico Brasileiro. E todo o ano de 1939 foi uma fase de intenso trabalho de adaptação e de ingentes esforços em pról de um aperfeiçoamento sempre crescente.

Funcionava então o Departamento em uma das salas do Palácio Rio Branco, com apenas quatro funcionários.

A Presidência do Instituto, autorizada pelo Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, despendeu Cr$ 8 000,00 na aquisição do material imprescindível de que foi imediatamente provido o Departamento

A solicitude com que o I.B.G E. manteve essa assistência direta e contínua ao govêrno do Acre, foi a pedra de toque que sustentou, defendendo-a de todos os embates, a estrutura do organismo estatístico regional, em crescimento.

Pela proposta orçamentária apresentada pela Junta Executiva Regional, foram solicitados ao govêrno nacional os créditos indispensáveis à instalação definitiva do Departamento de Geografia e Estatística E, graças ao interêsse com que o govêrno do Acre se votara à causa da Estatística e ao auxílio imediato do Instituto, foi, pelo govêrno nacional, entregue ao Território a dotação solicitada.

Novas conquistas Estava vencida a primeira fase de labor, tão fecunda em realizações. Era justo que tais empreendimentos tivessem o êxito merecido, comparável à extensão dos obstáculos que foram transpostos. E os êxitos foram compensadores.

O ano de 1940, logo de início, se apresenta favorável ao plano de organização do setor estatístico.

A 24 de Janeiro, pelo Decreto n.º 12, foi criado definitivamente o Departamento de Geografia e Estatística, cujo regulamento, que o vem integrar no sistema estatístico federal, é aprovado pelo Decreto n.º 99, de 24 de Maio de 1940.

Em seguida, ampliou-se a composição da Junta Executiva Regional, que, com o Diretório Regional de Geografia e o Departamento de Geografia e Estatística — órgão central — integra a estrutura do sistema geográfico-estatístico acreano.

O quadro do pessoal da repartição foi elevado a dezessete funcionários.

O Departamento passou a funcionar em novo prédio, devidamente aparelhado com o material indispensável aos serviços, que o Instituto, continuando o seu programa de assistência — o que vem fazendo até hoje —, adquiriu e doou ao Território.

Pelos Decretos n.º 216, de 24 de Dezembro de 1940, e n.º 217, da mesma data, foram criados, respectivamente, o Serviço de Estatística Educacional, para funcionar anexo ao Departamento de Educação e Cultura, e a Secção de Estatística Policial Criminal e Judiciária, anexa ao Departamento de Segurança Pública.

A ação bem orientada do D G.E começou a fazer-se sentir com o máximo de eficiência nos serviços do Recenseamento, cujos resultados, no Acre, excederam tôdas as expectativas.

E' dever de justiça salientar a atuação do Dr EPAMINONDAS MARTINS, em cuja administração, fecunda em empreendimentos, a estatística do Acre foi levada à consecução dos seus altos objetivos.

A galhardia com que foi mantido o serviço de Navegação Aérea Inter-Municipal, quando as dificuldades eram quase insuperáveis, e o auxílio inestimável que tal realização trouxe ao Recenseamento e tôdas as atividades estatísticas no Acre, bastaram para dar àquela administração a medida de seu justo e reconhecido valor.

A existência do Departamento de Geografia e Estatística é uma afirmação de constância, tenacidade e ação produtiva, conjugadas em pról do soerguimento do Acre, pela solução dos problemas regionais.

A notável eficiência dessa Repartição foi testemunhada pelo Dr ALBERTO MARTINS, Diretor da Secretaria Geral do I B.G.E , que, por ocasião de sua visita ao D G.E., em fins de 1940, o definiu, dirigindo-se ao Secretário Geral do Instituto, como um Departamento cùja "organização técnica e burocrática o coloca à altura dos mais eficientes órgãos executivos do sistema estatístico nacional".

Centralização de serviços Longe, entretanto, de ficar extasiado ante os louros dos primeiros triunfos, continuou o D G E. no seu vasto programa de ação, a merecer a confiança, o apoio irrestrito e a cooperação do I. B. G. E.

Criou-se a 1.º de Julho de 1941, pelo Decreto nº 159, a Secção de Bio-Estatística, que deveria funcionar anexa ao Departamento de Saúde Pública.

Melhorou-se o aparelhamento da Repartição, graças ao material adquirido com o auxílio atribuído pelo Instituto.

Pelo Decreto nº 103, de 1º de Julho de 1942, já no decurso da administração do Capitão OSCAR PASSOS, para maior unidade de direção foram os diferentes serviços especializados de estatística, que funcionavam em outras repartições do Território, centralizados no Departamento, sendo por essa ocasião grandemente ampliado o seu quadro de funcionários, de maneira a permitir o fiel cumprimento dos compromissos assumidos pelo govêrno na Convenção Nacional de Estatística.

Resoluções aprovadas A Junta Executiva Regional de Estatística e o Diretório Regional de Geografia, desde o início de suas atividades até os dias presentes, aprovaram setenta e duas Resoluções, que muito contribuíram para o aperfeiçoamento do sistema estatístico acreano. Dentre elas se destacam as relacionadas no ementário seguinte:

Resolução n.º 2 — "Sugere ao govêrno do Acre a criação do órgão central do sistema estatístico acreano e dá outras providências"; nº 4 — "Fixa a divisão do Território em zonas fisiográficas", nº 6 — "Apresenta sugestões sôbre a reforma do Registro Civil"; nº 7 — "Propõe modificação no quadro do Departamento de Geografia e Estatística", nº 9 — "Apresenta contribuïção à reforma da lei orgânica do Território"; nº 20 — "Aprova os modelos dos quadros da estatística de exportação e importação", n.º 21 — "Aprova os modelos dos quadros da estatística demógrafo-sanitária"; nº 35 — "Fixa normas para a aprovação da estatística da exportação"; nº 39 — "Propõe ao govêrno do Acre a aprovação de fôlhas suplementares do Cadastro Comercial"; n.º 40 — "Estabelece a lista da classificação de mercadorias a ser utilizada na apuração da estatística da importação"; n.º 54 — "Institui em caráter anual um "Curso de Estatística", para os funcionários do sistema regional, e dá outras providências"; n.º 58 — "Encaminha ao govêrno do Território o ante-projeto do

decreto dispondo sôbre o levantamento das estatísticas administrativas"; n.º 59 — "Encaminha ao govêrno do Território o ante-projeto do decreto que institui o livro de registro de hóspedes nos hotéis e casas de hospedagem"; nº 61 — "Provê às comemorações do "Dia do Estatístico".

Conclusão Os trabalhos geográfico-estatísticos continuam a desenvolver-se satisfatòriamente em todo o Território, sendo de justiça salientar a colaboração patriótica das Agências Municipais de Estatística, notadamente a de Sena Madureira.

Os serviços se veem processando em um ambiente de compreensão digno dos melhores aplausos, tendo já desaparecido as reações negativas do meio, que se fizeram sentir nos primeiros anos de existência do Departamento de Geografia e Estatística.

Tendo sido vencidas as etapas iniciais e conquistado o clima necessário ao bom funcionamento do sistema, a estatística, compreendida, como vem sendo, pelos acreanos, constituirá em futuro próximo o ponto de partida para as grandes realizações, que, sem dúvida, serão levadas a efeito nas extensas áreas que formam a nossa planície.

Contando apenas quatro anos de vida, o D.G E. é hoje, pela sua organização, pelo auxílio que vem prestando ao govêrno, mostrando-lhe, à evidência dos dados estatísticos, as realidades da região, a sentinela avançada do Acre longínquo, velando pelo maior engrandecimento da Pátria.

JÚLIO BENEVIDES UCHOA
(Diretor-geral do Departamento Estadual de Estatística)

EVOLUÇÃO DA ESTATÍSTICA NO AMAZONAS

> *" Mas os números não condescendem com as miragens Eles têm por missão, na estatística, condensar e revelar, sôbre os corpos sociais, aquelas verdades que a observação individual não pode alcançar E dizem-na eloqüentemente, austeramente, sem preconceitos e sem disfarces, doa a quem doer"* — M A. TEIXEIRA BE FREITAS

O ESTADO do Amazonas nunca se descuidou do problema estatístico. Iniciativas valiosas foram tomadas por seus governantes em várias épocas. Fracassadas umas, vitoriosas outras, ficou assinalado, porém, indelèvelmente no cenário amazônico a passagem de um grupo de idealistas, votados inteiramente à grandeza e opulência do imenso Vale, frente às questões numéricas.

Grandes visionários que sonharam com a Amazônia de hoje, ressurgida e forte, integrada no Estado Nacional, eu vos saúdo comovido, nesta hora de redenção para nossa terra !

Retrospecto histórico Em 1897, o Amazonas organizava sua repartição de Estatística, tendo sido baixado a 19 de Agôsto daquele ano o respectivo regulamento A repartição fôra criada pelo artigo 16 do Decreto-lei n º 120, de 21 de Julho de 1896.

Analisemos em largos traços o regulamento do primeiro serviço de estatística organizado entre nós.

Encarregar-se-ia a repartição do levantamento de dados estatísticos relativos ao estado físico, demográfico, político, administrativo, moral, intelectual, econômico, comercial e industrial

Os seus trabalhos estavam distribuídos por duas Secções, abrangendo a primeira os inquéritos: *a*) Justiça e política; *b*) Divisão política, administrativa e judiciária do Estado; *c*) Fôrça Pública, *d*) Obras públicas; *e*) Correios e telégrafos; *f*) Instrução pública e particular, *g*) Estudos e melhoramentos preventivos e de saneamento, *h*) Estatísticas diversas dos Estados brasileiros e do estrangeiro; *i*) Associações religiosas, beneficências públicas e particulares, montepio, hospitais, hospícios e asilos.

Previa o artigo 6 º a confecção de gráficos, observando-se nesse trabalho tôdas as inovações aprovadas pelos Congressos Internacionais de Estatística, segundo letra expressa do regulamento.

Pela segunda Secção transitariam os questionários que se ocupassem de: *a*) Finanças estaduais, empréstimos e dívidas; *b*) Indústrias extrativas, pastoril e agrícola, comercial e manufatureira; *c*) Viação e transporte, com-

preendendo caminhos de ferro, estradas e navegação, *d*) Caixas econômicas e montes de socorros, companhias de previdência e estabelecimentos bancários; *e*) Estado, quantidade, condições e movimento da população do Amazonas, em relação ao sexo, idade, côr, naturalidade, nacionalidade paterna e materna, estado civil, renda, religião, profissão, defeitos físicos, fogos ou famílias, tempo de residência no Estado; *f*) Nascimentos, casamentos e óbitos, colonização e catequese; *g*) Terras públicas e particulares.

Atendendo-se que o primeiro serviço de estatística do Amazonas foi instalado há quarenta e seis anos, quando a ciência dos números não havia atingido o grande desenvolvimento de hoje, não se pode negar que o plano de sua organização demonstra notável progresso, como se pode verificar do esquema geral de atribuïções das suas Secções técnicas.

Dirigia a repartição o Dr. MANUEL FRANCISCO DA CUNHA JÚNIOR, emérito conhecedor do assunto. Dele possuo em minha biblioteca esplêndido relatório, contendo inúmeros quadros estatísticos, inclusive o "Quadro demonstrativo das linhas de navegação dos principais rios do Amazonas, pontos de escala e distâncias em milhas de um pôrto a outro", que serviu de subsídio à confecção das *Tábuas Itinerárias do Amazonas,* arrojado empreendimento do Departamento Estadual de Estatística.

No relatório de CUNHA JÚNIOR, além dos quadros citados, vêem-se modelos de questionários destinados à indústria pastoril, finanças estaduais e municipais, instrução pública, movimento demográfico, estatística predial, todos êles confeccionados dentro da necessária técnica e bem adaptados aos levantamentos que se iam efetuar.

Não me posso furtar ao prazer de passar em revista os principais tópicos do precioso relatório a que me refiro, prestando, assim, justíssima homenagem à personalidade inconfundível de MANUEL FRANCISCO DA CUNHA JÚNIOR, que se pode cognominar de — Precursor da Estatística no Estado do Amazonas.

"E' hoje sabido" — escreve o ilustre estatista amazonense — "que a Estatística é uma espécie de bússola indicadora do verdadeiro caminho que deve ser trilhado pelo administrador bem intencionado e patriótico, afim de que êsse timoneiro da preciosa nau do Estado não a lance, desapercebido e incauto, nos escolhos terríveis, que ponteiam por todos os lados a política, tomada essa palavra na sua mais ampla acepção"

Possuía, como se vê, o diretor da primeira repartição amazonense de estatística, noção clara do que se deve entender por Estatística, como verdadeira arte de governar. Isso, note-se bem, há quarenta e seis anos, quando a Estatística no Brasil ensaiava ainda passos mal seguros, tratando-se, além disso, de uma repartição nova, sem equipe de técnicos especializados e localizada bem distante da capital da República.

O erudito autor do relatório que tenho sob as vistas discorre brilhantemente sôbre a história da Estatística e vai-nos dizendo que esta ciência, segundo documentos fornecidos pela História e Paleontologia, "apareceu desde as primeiras idades do mundo e teve saliente lugar no mais antigo dos livros — *O Pentateuco* — de MOISÉS, sob o nome de *Arithmi* — os números".

Encerra CUNHA JÚNIOR o capítulo histórico do importante trabalho, fazendo a seguinte pergunta:

"Onde foi que LOMBROSO, o grande inovador da Criminologia, e os seus ilustres continuadores, GAROFALO, FERRI, JARDE, etc., e tantos outros, encontraram os seus melhores elementos de trabalho, senão na Estatística das cadeias, dos hospitais, dos hospícios, etc.?"

Desejando organizar sob moldes eficientes e modernos a repartição entregue à sua responsabilidade, CUNHA JÚNIOR, que era um funcionário exato e meticuloso, começa imediatamente a execução do plano que havia traçado.

Feitas as comunicações do estilo, segundo suas próprias palavras, foi seu primeiro cuidado promover no mais alto grau a correspondência entre a repartição e os demais serviços congêneres, não só do Brasil, como dos principais países do mundo. São dirigidas circulares, pedindo permuta de publicações, à Diretoria de Estatística do Distrito Federal e a idênticos serviços das demais Unidades Federadas. Igual pedido é feito, em francês, às principais repartições de estatística do estrangeiro.

Informa-nos CUNHA JÚNIOR que, com as providências tomadas, pôde a repartição, dentro de pouco tempo, constituir magnífica biblioteca de obras nacionais e estrangeiras, destacando-se a Diretoria de Estatística do Estado de São Paulo, como a mais solícita em atender os seus pedidos.

Ainda em 1897, por Decreto n.º 211, de 22 de Dezembro, é criada a Estatística Judiciária, como serviço autônomo, sendo, porém, a 28 de Dezembro do ano seguinte, incorporado dito serviço à repartição de Estatística do Estado.

Continuando a digressão através da legislação estatística do Amazonas, vemos que o Decreto n.º 233, de 16 de Março de 1898, cria o Serviço de Estatística do Comércio de Exportação por Cabotagem, dando-lhe a necessária regulamentação. Tem o serviço completa autonomia, funcionando como órgão especializado, tal a importância que dava o govêrno amazonense à estatística comercial.

E' de inteira justiça fazer ligeira referência, nestas notas, aos serviços de estatística territorial e agrícola que tiveram no Estado boa execução e possuíam regulamentação apropriada.

A Lei n.º 761, de 7 de Outubro de 1914, funde em uma só repartição, sob a denominação de Arquivo, Biblioteca e Imprensa Pública, a Biblioteca, Estatística, Arquivo, Numismática e Imprensa Oficial

Permaneceu por muito tempo a fusão das repartições mencionadas na Lei n.º 761. Quanto à Estatística alí enquistada, perdera o idealismo de outros tempos. Retrogradara, positivamente. Tornara-se uma ciência inútil, decorativa. Os homens do govêrno não mais a consultavam A nau do Estado desgovernara-se Os números "falam" daquela época com infinita tristeza.

Em 1928, novo surto parece reanimar a Estatística no Amazonas. Cria-se, nesse ano, por Decreto n.º 214, de 19 de Dezembro, a Diretoria de Estatística, Museu e Numismática, cuja instalação se verifica a 1.º de Janeiro do ano seguinte.

A Diretoria criada não tem vida longa, pois que é extinta a 29 de Outubro de 1930. Durante a sua efêmera existência, nada realiza de duradouro e positivo, não passando mesmo do terreno burocrático.

Início de novo ciclo, em 1931 Estamos em 1930 Aproximava-se a realização da Quarta Conferência Nacional de Educação, auspicioso acontecimento que se efetua a 13 de Dezembro de 1931, na cidade do Rio de Janeiro, e que veio assinalar o início de um novo ciclo no movimento renovador da Estatística Nacional.

O Amazonas, convidado a tomar parte naquele grande certame, designa para seu representante o Dr. ÁLVARO BOTELHO MAIA, atual Interventor Federal, "ficando conferidos ao mesmo representante poderes para subscrever o Con-

vênio geral entre a União e os governos regionais no sentido de promover a respectiva cooperação, visando a melhoria e a padronização das estatísticas escolares".

A 20 de Dezembro, na capital da República, é assinado pelo delegado do govêrno federal e representantes dos governos regionais, o Convênio para o aperfeiçoamento e uniformização das estatísticas educacionais e conexas, o qual é ratificado imediatamente pelo chefe do Govêrno Provisório, por Decreto n.º 20 826, da mesma data. Igual atitude têm os governos estaduais.

O Capitão-Tenente ANTÔNIO ROGÉRIO COIMBRA, que se encontrava à frente da administração amazonense por ocasião da assinatura do memorável pacto, apressa-se a cumprir a Cláusula XXVII, e designa "as secções da Biblioteca e Arquivo Público para constituírem uma repartição especial com a denominação de B.E. e A.P. compreendendo as atribuïções regulamentares que lhes competirem e mais os serviços necessários à integral execução do referido Convênio, de acôrdo com as instruções oportunamente expedidas pelo govêrno".

Maior amplitude adquire depois o ato do Interventor ROGÉRIO COIMBRA com a criação de uma Secção de Informações e Estatística, subordinada à Diretoria do Arquivo, Biblioteca e Imprensa Pública. O ato de criação, que tem o número 1 462, de 15 de Abril de 1932, baixa também o regulamento da Secção

A Secção de Informações e Estatística nascera de uma exigência do Convênio, tendo por função precípua, portanto, a execução, no Estado, do dito Convênio.

Infelizmente, os trabalhos de natureza técnica apresentados pela Secção deixavam muito a desejar. Não foram cumpridas as instruções respectivas e o serviço assim executado não resistiu à menor crítica Todo o conjunto tabular de 1932 fica inutilizado, bem assim os referentes a 1933 e 1934 Torna-se necessário refazer totalmente o trabalho efetuado

Confusão de escolas com unidades escolares, escolas infantís com escolas maternais, prédios com estabelecimentos de ensino, aprovações com conclusões de cursos, ensino supletivo com ensino fundamental comum; inclusão do ensino não primário no ensino primário, a freqüência, em vários quadros, maior que a matrícula geral, a matrícula efetiva, às vêzes, superior à matrícula geral, — enfim, verdadeiro caos, no que se refere à execução do Convênio de 20 de Dezembro de 1931.

A Lei n º 51, de 31 de Dezembro de 1935, cria a Secção de Estatística Educacional, anexa à Diretoria Geral da Instrução Pública, atual Departamento de Educação e Cultura

Competia à Secção de Estatística Educacional "dar cumprimento às obrigações assumidas pelo Estado do Amazonas, conseqüentemente à assinatura do Convênio Estatístico celebrado em 20 de Dezembro de 1931, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e o Território do Acre".

Inicia o novo órgão os seus trabalhos com três funcionários: um encarregado, um auxiliar e um datilógrafo, quadro êsse aumentado por Lei n.º 134, de 22 de Outubro de 1936, de mais três auxiliares.

A partir da criação do D.E E. Finalmente, a Lei n.º 155, de 10 de Dezembro de 1936, cria o Departamento de Estatística do Estado, o qual teria "por fim coligir, elaborar, coordenar e publicar tôda sorte de informações estatísticas que se relacionem com o estado físico, demográfico, econômico, intelectual, administrativo e político do Estado, organizando diretamente os respectivos levantamentos, ou obtendo-os dos órgãos especializados à sua elaboração originária".

O importante diploma legislativo, que se pode considerar um marco de ouro na evolução da Estatística no Amazonas, reflete brilhante vitória dos postulados da Convenção Nacional de Estatística, reünida a 11 de Agôsto na cidade do Rio de Janeiro.

Aliás, a Lei n.º 155 autorizava o chefe do executivo estadual a regulamentar o Departamento, nos moldes traçados pela Convenção, dentro da consignação orçamentária para 1937.

Com a instalação do Departamento de Estatística a 1.º de Janeiro de 1937, estava vitoriosa a ação construtora e patriótica do Instituto Nacional de Estatística, transformado mais tarde em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

O Interventor ÁLVARO MAIA, grande amigo do Instituto e administrador de larga visão, não cessa um só instante de amparar e prestigiar o sistema regional de estatística, cercando-o de leis precisas e sábias.

Em Janeiro de 1937, instalara-se, como vimos, o Departamento de Estatística e durante todo o ano atos de grande relevância para os nossos serviços são referendados pelo chefe do executivo estadual.

Assim, é instituída a Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística; o Departamento de Estatística fica subordinado diretamente à Interventoria Federal; realiza-se o Convênio de Estatística, com a presença de todos os chefes dos Municípios amazonenses; tem nova organização o Departamento de Estatística, que passa a denominar-se Departamento de Estatística e Publicidade; é aprovado e ratificado o Convênio Estadual de Estatística, sendo publicado o texto respectivo no *Diário Oficial* de 29 de Dezembro.

No decorrer dos anos de 1938, 1939, 1940 e 1941, a legislação é, também, bastante rica, de molde a firmar definitivamente em bases sólidas a organização estatística do Amazonas.

No quadriênio acima, é regularizado o levantamento e apuração da bioestatística, que possui uma secção especializada no Departamento de Saúde; o Decreto-lei n.º 142 regulamenta a organização estatística do Estado e dá outras providências previstas na Convenção Nacional de Estatística; nos concursos para cargos públicos é incluída uma prova de noções elementares de Estatística; atribui-se ao Departamento Estadual de Estatística o levantamento da exportação de mercadorias e produtos, é baixado o regulamento dos serviços de estatística no interior do Estado; são estabelecidas normas sôbre o registro dos estabelecimentos particulares de ensino na Secção de Estatística Educacional, anexa ao Departamento de Educação e Cultura; é criado o registro estatístico na indústria dos produtos de origem animal.

Durante 1942, assina o govêrno estadual os atos abaixo enumerados: Decreto-lei 766, de 31 de Janeiro, que "cria o Serviço de Estatística Policial Criminal e Judiciária no Estado do Amazonas"; Decreto-lei 776, de 9 de Março, que "atribui ao Departamento Estadual de Estatística o levantamento das Estatísticas criminais e judiciárias"; Decreto-lei 779, de 12 de Março, que "obriga as repartições ou serviços públicos estaduais e municipais a levantar, com regularidade, tôdas as estatísticas administrativas compreendidas nos respectivos setores de serviço e dá outras providências"; Decreto-lei n.º 788, de 15 de Abril, que "cria uma Secção de Estatística Militar no Departamento Estadual de Estatística e dá outras providências"; Decreto-lei n.º 803, de 9 de Maio, que "determina a participação do Estado e seus municípios nos Convênios Nacionais de Estatística Municipal e dá outras providências"; Decreto-lei n.º 839, de

16 de Julho, que "ratifica e manda executar o Convênio Nacional de Estatística Municipal"; Decreto-lei n.º 882, de 29 de Setembro, que "cria dois cargos na Estatística Militar".

Dentre os Decretos-leis assinados, merecem destaque o que cria a Secção de Estatística Militar e o que "determina a participação do Estado e seus municípios nos Convênios Nacionais de Estatística Municipal", ambos em decorrência do Decreto-lei federal n.º 4 181, de 16 de Março de 1942.

Serviços estatísticos municipais

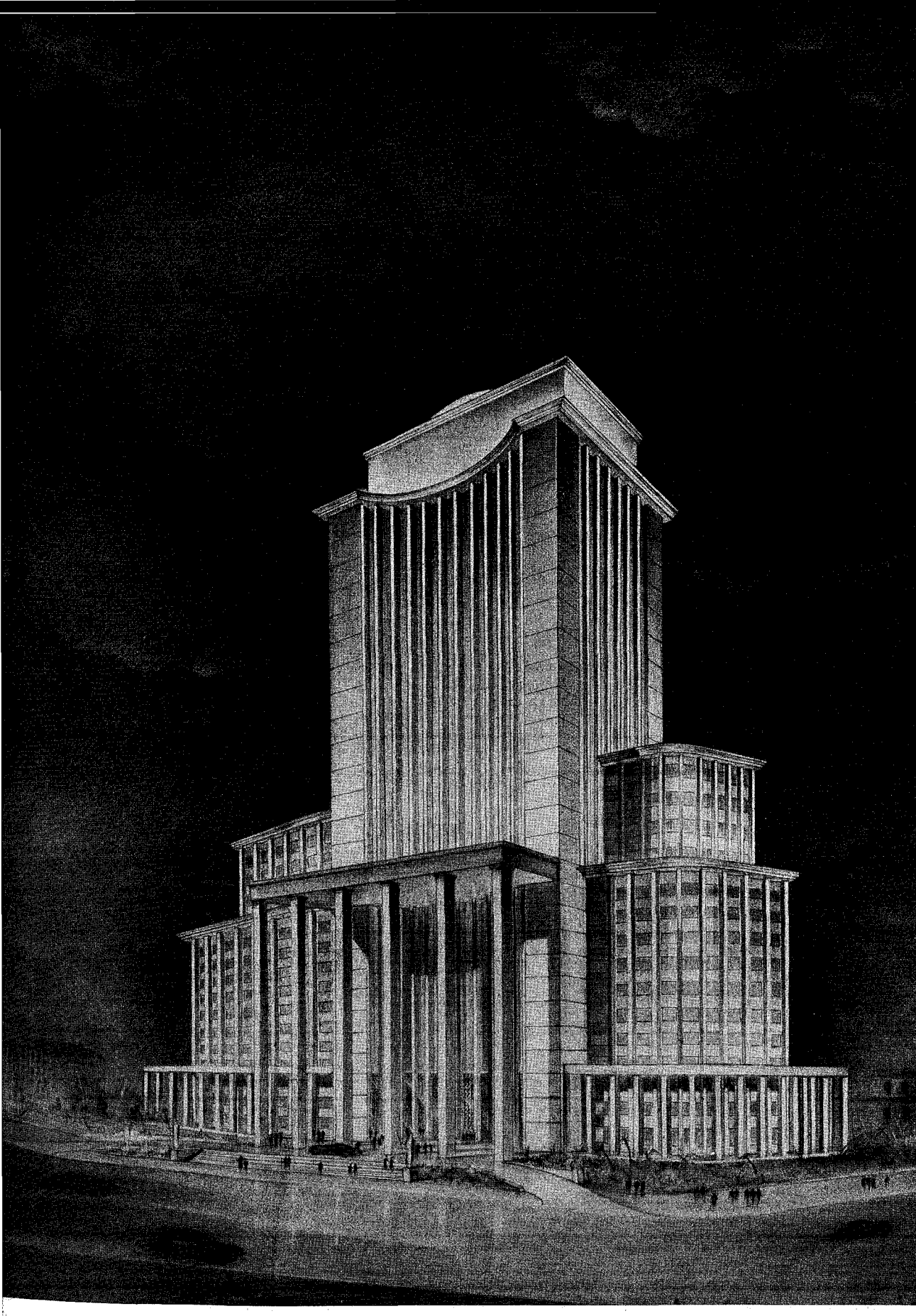
Quanto à estatística municipal, cabe-me afirmar — e o faço com satisfação — que, em Dezembro de 1937, estavam instaladas Agências nos vinte e oito Municípios do Estado, todos em regular funcionamento. Na capital, fôra criado o Departamento de Estatística do Município de Manaus por Lei n º 213, de 14 de Maio do referido ano. O Decreto-lei n.º 144, de 17 de Agôsto de 1940, altera a denominação do Departamento para — Departamento Municipal de Estatística — tendo em vista o disposto no artigo 3 º, da Resolução n.º 116, de 14 de Julho de 1939, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística

Conclusão

Longo já vai o trabalho que me propús a escrever em tôrno da evolução da Estatística no Amazonas, desde 1897, quando tem lugar a instalação da primeira repartição, até a presente data.

Nas desataviadas linhas que aí ficam, não tive a preocupação de fazer literatura. Observei os fatos através de publicações oficiais e procurei ressaltar a obra imperecível do mais antigo estatista amazonense, que foi MANUEL FRANCISCO DA CUNHA JÚNIOR. Isso quanto à fase pròpriamente histórica, onde avulta, como figura ímpar, aquele grande brasileiro, cujo nome pronuncio com um misto de respeito e admiração.

Nos dias que correm, tôda a gratidão, não só do Amazonas, como do país inteiro, se volta com justificado júbilo para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que está dando ao Brasil a Estatística que êle reclamava.



Projeto do Palácio do Silogeu Brasileiro

PALÁCIO DO SILOGEU BRASILEIRO

A Assembléia Geral do Conselho, em Resolução aprovada quando de sua segunda sessão ordinária, em Julho de 1938, manifestara à Associação Brasileira de Educação a solidariedade e os aplausos daquele Colégio, relativamente à proposta apresentada à decisão do Govêrno, para a construção do Palácio da Cultura, no local em que se encontra o atual Silogeu Brasileiro, e destinando-se às mesmas finalidades dêste, porém segundo um plano de maior amplitude e larga significação cultural

Atendendo, todavia, a que, apesar da concessão pleiteada nenhum onus acarretar ao Tesouro e oferecer, bem ao contrário, indiscutíveis vantagens para o interêsse público, — poderia a circunstância de ser o proponente uma entidade privada criar dificuldades à consecução do empreendimento, houve por bem aquela Associação, no patriótico objetivo de assegurar o êxito do empolgante plano organizado, colocar sob a responsabilidade do Instituto o movimento que vinha liderando, a êle transferindo, por essa forma, os onus e vantagens da iniciativa

Submetida a proposta ao exame e decisão dos órgãos de direção superior do sistema, sôbre ela se pronunciaram, favoràvelmente, em expressivas Resoluções, a Junta Executiva Central do Conselho, o Diretório Central de Geografia e a Comissão Censitária Nacional, — solidarizados os três Colégios na mesma atitude de plena aprovação ao projeto e imediata aceitação da transferência de iniciativa proposta para a construção do grande edifício destinado a ser o "Palácio do Silogeu Brasileiro"

Assim, coube à Presidência do Instituto encaminhar o assunto à consideração do Govêrno, afim de que fôsse concedida à entidade, sem onus para a União, a construção em causa e que, além de apresentar perfeita configuração jurídica, traria, conforme se enumerou na fundamentada exposição de motivos a que deu lugar, as seguintes vantagens:

a) assegurar ótima e definitiva instalação ao Instituto, isto é, à sua Secretaria e serviços anexos, aos seus dois Conselhos dirigentes — o Conselho Nacional de Geografia e o Conselho Nacional de Estatística, e ainda, durante a realização dos censos decenais, à Comissão Censitária Nacional e ao Serviço Nacional de Recenseamento;

b) permitir que se aproximem e melhor se articulem e padronizem, de certa maneira, as cinco repartições centrais do Instituto subordinadas a diferentes Ministérios, o que a estes só pode ser vantajoso, já por lhes evitar despesas de aluguel de prédio, já por lhes deixar grande área disponível nas respectivas sedes, onde há, por via de regra, escassez de espaço, em virtude do rápido desenvolvimento da administração federal;

c) oferecer também uma sede excelente para o Departamento de Geografia e Estatística, com a vantagem de sua aproximação dos demais órgãos do Instituto e benefício para os cofres da Prefeitura do Distrito Federal;

d) garantir sede ampla e confortável não só às instituïções culturais que já ocupam o atual edifício do Silogeu Brasileiro, mas ainda a várias outras, de finalidade diretamente cultural ou indiretamente colaboradoras da obra divulgadora e educativa do Instituto;

e) proporcionar ensejo à imediata instalação, nesta cidade, do Planetário "Cruzeiro do Sul" — o primeiro da América Latina e destinado a fins de recreio popular educativo e de ensino da astronomia e da cosmografia;

f) oferecer sede condigna, já não apenas às cinco repartições ministeriais de estatística, senão também a três importantes departamentos administrativos federais, a saber: o Departamento de Imprensa e Propaganda, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e o Departamento Administrativo do Serviço Público, todos carecentes de instalações definitivas, que só mediante grandes dispêndios poderiam ser obtidas;

g) levar a efeito, sem onus, nem para a União nem para as Unidades Federadas, uma realização inédita e de grande alcance cultural para o Brasil, qual seja a manutenção permanente, na Capital da República, de uma Exposição Brasileira de Educação e Cultura, ocupando extensa área no grande prédio a construir;

h) proporcionar à cidade do Rio de Janeiro um magnífico monumento, a embelezar um dos locais mais nobres desta metrópole e constituindo, ademais, um palácio que será, sem favor, pelas atividades que se destina a abrigar, um dos mais poderosos centros de irradiação cultural do Brasil e um elo admirável de união espiritual entre as várias regiões do país, os seus Governos e os seus diferentes grupos

Para ainda mais patentear a sua integral aprovção a êsse plano, "sem dúvida alguma feliz, uma vez que, sem qualquer onus para o Govêrno, enriquece a um só tempo o parque arquitetural da cidade, o patrimônio da União, o recurso de expansão cultural do Brasil e dos Estados, as possibilidades de ação de vários serviços públicos de maior importância e o prestígio e o poder de irradiação civilizadora do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística", — a Assembléia Geral do Conselho, ao reünir-se em Julho de 1939, teve, como já foi referido, novo e expressivo pronunciamento a respeito, recomendando, encarecidamente, aos órgãos federais, estaduais, municipais e particulares, integrantes do sistema estatístico nacional, que prestem todo o seu apoio à campanha que o Instituto lançar para realização do empreendimento

Pelo Decreto-lei nº 2 326, baixado a 20 de Junho de 1940, foi concedida ao Instituto a construção do Palácio, restando apenas seja pela Prefeitura do Distrito Federal desembaraçada a respectiva área, afim de que se encaminhem as demais providências, no sentido da consecução da importante iniciativa, a que a entidade espera dedicar todos os esforços, convertendo-a num dos relevantes objetivos do seu plano de ação

O "cliché" que se estampa na página anterior reproduz um dos projetos em estudo para o futuro Palácio do Silogeu Brasileiro, trabalho êsse devido à competência e capacidade artística do arquiteto SÉRGIO BERNARDO e elaborado por iniciativa e sob a direção da Secretaria Geral do Conselho Nacional de Geografia As linhas arquitetônicas dêsse projeto exprimem acolhimento, elevação e equilíbrio, de acôrdo com as finalidades do edifício

ADELINO DE SOUSA VASCONCELOS
(Assistente-Chefe do Departamento Estadual de Estatística)

O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA DO PARÁ E SUA EVOLUÇÃO

O AMBIENTE amazônico, pelos múltiplos, variados e heterogêneos aspectos de sua situação física, econômica e cultural, é e será ainda por longo tempo, um campo difícil ao rápido desenvolvimento da Estatística, requerendo esta um trabalho pertinaz, dinâmico e paciente, para que sejam vencidos os sérios obstáculos que defronta a cada passo

E' mister um lento mas constante esfôrço educativo de maneira a, com o tempo, criar-se um clima propício, dentro do qual, julgada a Estatística uma imperiosa necessidade, tudo se faça para vencer as dificuldades de ordem física que porventura lhe sirvam de barreira.

Êsse trabalho altamente cívico e patriótico, pelos seus elevados fins, vem sendo realizado pelo Departamento Estadual de Estatística.

Surgindo em fins de 1935, como entidade proposta a realizar uma tarefa inadiável, mas dificílima, ensaiou os seus passos tateando, apoiado por uns, malsinado por outros, deficiente, decerto, em sua estruturação primitiva e muito melhorado na atual, e pode-se afirmar, sem receio, que vem descrevendo uma trajetória se não verdadeiramente brilhante, pelo menos útil e eficaz no desempenho de sua missão, como órgão do Estado e do I B G E., facilitando ao govêrno e à coletividade meios para sua orientação e apreciação do desenvolvimento material do Pará

E', realmente, árdua a tarefa que tem a seu cargo e que, dia a dia, se vai tornando maior com o desenvolvimento das campanhas estatísticas lançadas pelo I B.G E , requerendo, certamente, um constante aumento de pessoal e material. De ano para ano precisa o Departamento de maior dotação orçamentária, o que felizmente tem sido atendido pelos governos na medida das possibilidades financeiras do Estado.

Experimentemos uma rápida e pálida análise da evolução estatística paraense no campo de atuação do D.E E , pela qual possamos constatar que alguma coisa de útil ao Estado se tem feito, capaz de justificar plenamente a existência do Departamento.

Recursos orçamentários Em primeiro lugar, comparemos os orçamentos de despesa de 1936 a 1943, para vermos que há, realmente, uma grande diferença entre ontem e hoje, atestando que os governos já compreenderam a utilidade da Estatística como um instrumento básico para sua orientação e, assim, veem procurando facilitar ao Departamento o desempenho de sua tarefa, com o aumento de recursos financeiros. E' o que está bem expresso no seguinte quadro:

I — Dotação orçamentária

ANOS	Pessoal (Cr$)	Material (Cr$)	Diversas despesas (Cr$)	Total (Cr$)
1936	116 400,00	3 000,00	—	119 400,00
1938	116 400,00	3 000,00	—	119 400,00
1939	116 400,00	3 000,00	—	119 400,00
1940	126 000,00	3 600,00	—	129 600,00
1941	129 600,00	8 600,00	80 060,00	218 260,00
1942	141 000,00	12 600,00	80 060,00	233 660,00
1943	251 400,00	12 600,00	80 060,00	351 260,00

Analisando-se o quadro acima, verifica-se que de 1936 a 1939 nenhuma alteração houvê, iniciando-se, porém, em 1941, um crescente aumento, para, em 1943, atingir uma já apreciável dotação, que representa a diferença de 194% sôbre 1936.

Pessoal Como conseqüência dessa melhoria de dotação orçamentária, pôde o Estado manter o pessoal constante do quadro seguinte:

II — Funcionários

ANOS	Pessoal fixo	PESSOAL CONTRATADO		Total
		Verbas do Estado	Verbas do I. B. G. E.	
1936	19	—	—	19
1937	19	—	—	19
1938	19	—	—	19
1939	19	—	—	19
1940	20	—	—	20
1941	19	—	3	22
1942	18	4	10	32
1943	29	4	5	38

Nada obstante não ter havido grande aumento de funcionários, a não ser nos dois últimos anos, puderam ser executados todos os serviços próprios ou *lançados por intermédio da repartição, como adiante se verá.*

Estruturação Em 1935, ao ser criado o então Instituto de Estatística do Pará, foi êle organizado apenas com duas secções: Economia e Demografia.

Era uma primeira organização, deficiente talvez, mas, de qualquer forma, assinalava o início de uma estruturação que se modificaria com o tempo, a experiência e a necessidade.

Não havia ainda a prática estatística, não havia ainda certa orientação técnica, aliás aquí como em qualquer outro Estado, capaz de dirigir uma estruturação desde logo completa e perfeita.

A boa vontade, o esfôrço, o entusiasmo, como fôrças criadoras, supriam as deficiências, e os trabalhos iam sendo atacados dentro das possibilidades do momento e das tremendas dificuldades do meio ambiente, até que o tempo, a experiência e o estudo permitiram o aperfeiçoamento dos dias de hoje, de modo a poder organizar-se o Departamento conforme o seguinte esquema demonstra:

I — GABINETE DO DIRETOR — Serviços sob sua imediata orientação:

1. Secretaria
2 Arquivo Geral e Biblioteca
3 Cartografia e Sala Expositiva
4. Mecanografia
5. Agentes Itinerantes

II — SECÇÕES

1. Primeira Secção Técnica — Estatística Militar.
2 Segunda Secção Técnica — Estatística referente à Situação Econômica.
3. Terceira Secção Técnica — Estatísticas referentes à Situação Física, Situção Demográfica, Situação Social, Situação Administrativa e Política.
4 Serviço de Estatística Policial e Judiciária Criminal.

Nota-se, portanto, uma grande diferença entre 1936 e 1943, na estruturação do D.E E , na qual foi adotado um plano de melhor divisão e racionalização dos serviços, capaz de produzir excelentes resultados

Serviços técnicos A árdua tarefa que vem realizando o Departamento, sem alardes e reclames, se não atingiu a perfeição desejada, deu um grande passo evolutivo, quer quantitativa, quer qualitativamente, de 1936 a 1943.

Nos primeiros tempos poucos serviços foram tentados e êsses mesmos não abundavam em pormenores, deixando muito a desejar; hoje, no que fazemos, procuramos a perfeição e a maior amplitude informativa Estamos longe de completar a nossa tarefa, mas temos a certeza de que chegaremos, embora devagar, a essa meta

A princípio levantava-se a exportação do Estado apenas por produto e destino; hoje, não sòmente a exportação é levantada com absoluta perfeição e minúcias, difìcilmente superadas, mas também a importação é apreciada de idêntica maneira, isto é, todos os aspectos são encarados quer quanto à origem do produto (regional, nacional e estrangeira) quer quanto às vias de transportes (marítima, fluvial, terrestre, aérea e postal), descriminando-se o meio de transporte (longo curso, cabotagem e pequena cabotagem) e em cada um segundo o destino (exportação) ou procedência (importação) e por firma.

Todos os documentos de despacho da exportação veem ter ao D.E.E mesmo das mais longínquas exatorias do Estado, de modo a não escapar à apuração nenhuma saída, havendo, portanto, absoluta exatidão.

Há dois anos que vem o Departamento levantando a produção agrícola e extrativa, lançando o seu inquérito por intermédio das Agências Municipais de Estatística, mas não obstante obter os dados necessários, estes se ressentem da falta de perfeita exatidão, não exprimem a realidade, porque baseados em estimativas nem sempre bem feitas.

E' que, infelizmente, as Agências, na quase totalidade, não estão, ainda, à altura da sua missão. Há, entretanto, a esperança de que melhorem com a execução, ainda não iniciada, do Convênio Nacional de Estatística Municipal, em virtude do qual a sua administração foi transferida ao Instituto.

Levantou-se o serviço de bio-estatstica desde os primeiros dias, estando organizado um fichário completo sôbre natalidade, morti-natalidade, mortalidade e nupcialidade, rigorosamente de acôrdo com o Departamento Nacional de Saúde Pública. Êste ano, porém, a apuração foi transferida para o Departamento de Saúde do Estado, ficando a cargo do D.E E apenas o serviço de coleta.

Temos executado com interêsse tôdas as tarefas a nós atribuídas pelo I.B G E , tais como as Campanhas Estatísticas dos cadernos A B e C e os diversos inquéritos dos serviços estatísticos federais, como sejam os referentes ao Custo da Vida, Estoques, Registro Mensal de Preços, Pesca, Cerâmica, Despesas com a Educação e Saúde, Hipotecas, Hospedarias, Incêndios, Desastres, Suicídios, Transmissão de Imóveis, Inquérito Metrológico, Culto, Assistência Médico-Sanitária Todos êsses inquéritos são executados com a regularidade possível pelo Departamento.

A Secção de Estatística Militar está fazendo o serviço de estoques (Decreto n.º 4 436), bem como o registro industrial (Decreto n.º 4 081), além do levantamento dos cadastros exigidos pelo seu regulamento.

E' uma série de serviços que veem sendo realizados a contento e atestando o esfôrço do Departamento em vencer todos os obstáculos para o desempenho de sua missão.

Conclusão Ninguém desconhece que a tarefa de qualquer departamento público na Amazônia é estupenda, em face das dificuldades e obstáculos que lhe são antepostos quer pelo meio físico — formidável, em seus aspectos complexos e atordoantes — quer pelo ambiente social, ainda mal consolidado, preso a uma economia rudimentar e de instrução quase nula.

A precariedade das comunicações e transportes e o problema da distância, que chega a ser desalentador na Amazônia, obrigam a um esfôrço tenaz e exaustivo, a uma constância ininterrupta e a uma paciência sem limites

Não há dúvida, porém, de que horizontes novos se descortinam para um futuro próximo com o ressurgimento da Amazônia. Se realmente fôr executado o programa de saneamento, de transporte, comunicações, fomento da produção, etc., e melhorado e aperfeiçoado o sistema de coleta de dados estatísticos, poderemos obter um real progresso e atingir uma perfeição estatística que nos permita exprimir em números exatos a complexa realidade amazônica

DJALMA FORTUNA
(Diretor do Departamento Estadual de Estatística)

A ESTATÍSTICA MARANHENSE

O MARANHÃO deve o aparelhamento de sua Estatística sob moldes técnicos ao advento do I B G.E., em 1936 Data dêsse ano a criação da Diretoria de Estatística e Publicidade, hoje Departamento Estadual de Estatística, órgão centralizador das atividades do Instituto, no sistema regional

Até então, aqueles trabalhos, de âmbito bastante restrito, eram processados numa das secções da repartição de Fazenda e utilizados em estudos de ordem administrativa na organização dos orçamentos Limitavam-se ao cômputo global da exportação e importação e aos dados da receita e despesa dos títulos da lei de meios.

Breve retrospecto Assumindo, em 1936, a administração do Estado, o Dr. PAULO MARTINS DE SOUSA RAMOS, foi sua instante preocupação zelar pela Estatística e dar-lhe organização compatível com o grau de aperfeiçoamento que deveria alcançar em todos os ramos de atividade.

Governante esclarecido e devotado ao estudo e solução dos magnos problemas que devem interessar o país, o Dr PAULO RAMOS assinalou o início de seu govêrno com a criação do serviço de Estatística, logo após a fundação do I.B G E.

A frase consagrada do Presidente GETÚLIO VARGAS, quando disse que "ninguém pode bem governar sem a existência de boas estatísticas", encontrou no ilustrado e esclarecido governante maranhense a verdadeira compreensão da grande verdade que encerra.

Dando exato cumprimento ao Decreto federal n º 24 609, tomou imediatas providências para que o Maranhão se fizesse representar na Convenção Nacional de Estatística de 1936, delegando poderes para a alta investidura ao eminente mestre da estatística brasileira Dr J L. BULHÕES CARVALHO.

Por Decreto n.º 24, de 9 de Setembro do mesmo ano, foi pelo Maranhão ratificado o Acôrdo, tendo aquele então Governador do Estado determinado estudos imediatos para a criação do órgão regional

Em 27 de Novembro daquele ano, por Decreto n º 44, foi criada a Diretoria de Estatística e Publicidade.

Em 19 de Fevereiro de 1937, estava instituída a Junta Executiva Regional, pelo Decreto n º 66.

A irradiação dos trabalhos estatísticos por todo o território maranhense foi objeto de imediato estudo e acertadas providências Para coordenar o plano de criação das Agências, foi convocado o Congresso de Prefeitos, que se reüniu na Capital, em 14 de Setembro de 1937, tendo por objetivo básico a assinatura do Convênio Inter-Municipal de Estatística Daí surgiu a criação das Agências em todos os Municípios com recomendação especial do govêrno de que fôssem providas sem demora de material e de pessoal selecionado que pudesse desde logo prestar a necessária colaboração ao órgão central regional

O Decreto n.º 30, de 22 de Janeiro de 1938, regulamentou o serviço das Agências Municipais, estabelecendo normas para seu funcionamento, de sorte a uniformizar as fontes primárias de coleta, donde advieram reais benefícios ao levantamento das estatísticas municipais.

Acompanhando *pari-passu* o desenvolvimento dos trabalhos no setor filiado ao I.B.G.E., o chefe do govêrno compreendeu, e de modo espontâneo, que a então Diretoria de Estatística, pela importância de sua finalidade, pela extensão e significativo valor dos trabalhos que vinha realizando, exigia instalações adequadas em prédio próprio e dotado de tôdas as condições que se faziam necessárias.

Por Decreto nº 107, de 26 de Agôsto de 1938, foi adquirido o edifício de largas proporções, situado no ponto central da Cidade, onde passou a funcionar a repartição regional.

O próprio está rigorosamente adaptado e dispõe de tão grandes acomodações que pôde acolher, sem qualquer prejuízo de seus serviços, a Delegacia Regional do Recenseamento, que funcionou em cinco de suas dependências, ocupando tôda a ala lateral.

Ampliando, cada vez mais, o campo de ação da Estatística, expediu o govêrno o Decreto-lei nº 281, de 21 de Junho de 1939, que prescreve normas para o levantamento e apuração da bio-estatística, no Maranhão

Em coordenação com a Diretoria de Saúde e Assistência, por intermédio do seu representante na Junta Regional, vem o D E E prestando àquele importante ramo da estatística eficiente concurso. Os serviços da bio-estatística, que se limitavam às apurações da Capital, estão já reünindo dados da quase totalidade do Estado, o que vem sendo feito por intermédio dos Agentes Municipais e com resultados os mais auspiciosos.

Em 18 de Dezembro de 1939, e por Decreto n.º 324, passou o órgão regional a denominar-se Departamento Estadual de Estatística, tendo sido transferidos os encargos da parte de publicidade a outro setor da administração. Pôde assim a antiga Diretoria de Estatística e Publicidade circunscrever suas atividades à parte puramente estatística, com o que lhe foi dada feição técnica mais consentânea com as finalidades de sua criação.

Estrutura As obrigações do Esquema Fundamental lançado pelo I B.G.E., acrescido de novos encargos atribuídos ao D E E , estão sendo executadas por quatro secções técnicas, com a seguinte distribuïção: 1ª Secção — Estatísticas Militares. 2ª Secção — *a*) Situação Física; *b*) Situação Econômica. 3ª Secção — *a*) Situação Demográfica; *b*) Situação Social; *c*) Situação Administrativa e Política; *d*) Estatística Policial e Judiciária Criminal. 4.ª Secção — Situação Cultural.

Estatística Educacional Em Dezembro de 1939, desejando dar aos serviços da estatística educacional uma nova orientação capaz de lhe assegurar perfeita ordem e execução, pleiteei e obtive do govêrno do Estado que a Secção de Estatística Educacional da Diretoria Geral da Instrução Pública passasse a funcionar junto ao D.E E.

Depois de dois anos de bons resultados em favor do pontual levantamento dessas estatísticas, voltei a me dirigir ao govêrno e dele obtive que o serviço em aprêço fôsse definitivamente incorporado ao Departamento

Nesse objetivo, a Interventoria Federal baixou o Decreto-lei n.º 603, de 17 de Abril, que incorpora definitivamente ao Departamento Estadual de Estatís-

tica os serviços a cargo da Secção de Estatística Educacional da Diretoria Geral da Instrução Pública e dá outras providências.

Uma vez incorporado o serviço da estatística educacional ao Departamento de Estatística, pôde êste tomar uma série de medidas em favor do pronto andamento dos formulários, os quais passaram a ser recebidos com mais pontualidade, graças aos auxílios da rede de Agências

A cooperação dos Agentes de Estatística, não sòmente no que concerne à distribuïção do material de coleta como também no que diz respeito ao seu recebimento e remessa imediata à Secção respectiva do Departamento, tem sido de valor inestimável, assegurando assim entrosagem perfeita e de resultados apreciáveis.

Estatística Comercial As estatísticas do movimento comercial, de interêsse imediato para as classes produtoras, são precisamente as mais solicitadas pelos órgãos técnicos e consultivos do país, associações comerciais, firmas e organizações do comércio e da indústria, os quais manifestam sempre grande interêsse na obtenção pontual de dados sôbre a importação, exportação e produção.

O D.E E. iniciou, em 1939, a divulgação do Cadastro Exportador do Estado, encerrando dados completos, por artigos, firmas e portos de destino.

O *Mercado Exportador* de 1941, divulgado nos primeiros dias de 1942, apresenta-se mais ampliado, reünindo gráficos comparativos dos diversos tipos de exportação e copiosa soma de informes que vieram enriquecer ainda mais a estatística maranhense.

Como separata dêsse volume, que foi o terceiro da série já publicada, o D E.E. distribui, pontual e mensalmente, dentro do Estado, fora dele e nas praças estrangeiras, boletins mimeografados, dando o movimento de exportação em cada mês.

Em 1942 foi feita completa reforma nesse serviço, estabelecendo-se classificações, segundo a proveniência e utilização dos produtos. Adotaram-se as seguintes classes, aliás já em uso no Serviço de Estatística Econômica e Financeira. Classe I — Animais vivos; Classe II — Matérias primas; Classe III — Gêneros alimentícios; Classe IV — Manufaturas

As correntes comerciais de exportação por via marítima e terrestre são rigorosamente controladas através das setenta e oito exatorias e quatro postos fiscais, estes situados em Floriano, Parnaíba, Teresina e Belém, mediante cooperação da Diretoria de Fazenda.

Registro Industrial O registro gratuito e obrigatório das indústrias que funcionam no Estado, criado pelo Decreto-lei estadual n.º 228, de 16 de Janeiro de 1939, esteve a cargo do D.E.E. até o mês de Junho de 1941, quando foi transferido para o Departamento Estadual de Indústria e Comércio, em virtude do Decreto-lei estadual n.º 503, de 26 de Junho de 1941, que criou essa nova repartição.

Em 1942, em face do Decreto-lei federal n.º 4 081, de 3 de Fevereiro, que reorganizou o registro obrigatório dos estabelecimentos industriais existentes no território nacional, o D E.E. passou a ter, novamente, sob sua responsabilidade êsse encargo, cuja superintendência está sendo exercida pelo Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Decreto-lei nacional n.º 4 181

Na conformidade da Resolução n.º 198, de 23 de Julho de 1941, da Assembléia Geral do C N.E., que dispõe sôbre a criação de Secções de Estatística Militar, nos Estados, a Interventoria Federal baixou o Decreto-lei n º 571, de 31 de Janeiro de 1942, criando, no Departamento Estadual de Estatística, aquele importante serviço, dadas as atuais circunstâncias e os objetivos imediatos da defesa nacional.

Em 17 de Abril, e de acôrdo com o Decreto-lei federal n.º 4 181, de 16 de Março de 1942, o chefe do govêrno maranhense baixou o Decreto n.º 138, que dá regimento àquela Secção.

Ainda em obediência ao Decreto-lei federal n º 4 181, o Estado do Maranhão tomou tôdas as providências em favor da assinatura do Convênio Nacional de Estatística Municipal. Foi mesmo uma das primeiras Unidades da Federação que dele participaram, o que se verificou por Decreto n º 140, de 19 de Maio de 1942.

Em 27 do mesmo mês foi solenemente assinado o Acôrdo. Por Decreto n.º 141, de 8 de Junho, a Interventoria Federal ratificou o Pacto e mandou fôsse o mesmo executado.

Todos os sessenta e cinco Municípios do Estado já baixaram os respectivos atos de ratificação, de sorte que o Maranhão se acha perfeitamente aparelhado para o exato cumprimento do importante Convênio.

Os inquéritos econômicos para a defesa nacional vieram encontrar o D E E. em situação favorável para executá-los sem grandes sacrifícios. Embora contando pouco mais de seis anos, já pôde o órgão regional proporcionar o auxílio de cadastros que constituem contribuïção apreciável não sòmente para o levantamento dos estoques como também para as estatísticas militares, de modo geral.

Estatística da Produção

Uma das estatísticas mais complexas dentre as que interessam a vida econômica do Estado, é, sem dúvida, a que diz respeito à produção.

Não é fácil, como parece à primeira vista, controlar com a desejada segurança a quanto monta a produção global de cada Estado, nela incluindo-se não sòmente os artigos vendidos para fora do Município e exportados mas também o cômputo seguro dos gêneros consumidos.

Com a nova organização a ser dada às Agências, talvez se possa empreender o levantamento da estatística de consumo por meios indiretos, em inquérito por domicílio e família, como entre os núcleos de trabalho rural, considerados no seu conjunto.

Enquanto não se alcança êsse objetivo, o D.E.E. lançou um inquérito em 1942, por meio de boletins trimestrais, incluindo os produtos remetidos para a Capital, enviados para outros Municípios, exportados para fora do Estado e consumidos dentro de cada unidade municipal.

A apuração dessa estatística, a ser feita em 1943, virá atender a uma instante necessidade que se impõe de há muito para o conhecimento pleno do quanto se produz e se consome nos sessenta e cinco Municípios do Estado.

Conclusão

Fiel aos compromissos assumidos, vem o órgão central regional, com o auxílio de uma plêiade de obreiros cheios de boa vontade e desejosos de bem servir, dando o máximo de seu esfôrço à Estatística Nacional.

E o penhor dêsse nobre objetivo vamos encontrar no prestígio decisivo, no apoio devotado que o ínclito chefe do govêrno maranhense, Dr. PAULO RAMOS, dispensa ao órgão central regional, a cujos trabalhos assiste com entusiasmo patriótico.

JOÃO BASTOS
(Diretor do Departamento Estadual de Estatística)

A ESTATÍSTICA DO PIAUÍ SOB O REGIME DE COOPERAÇÃO ÍNTER-ADMINISTRATIVA

A CRIAÇÃO da Diretoria Geral de Estatística, hoje Departamento Estadual de Estatística, assinala uma das mais felizes iniciativas do Dr LEÔNIDAS DE MELO, à frente dos destinos do Piauí São bem expressivas do interêsse com que o ilustre homem público procurou, desde o início de seu 'govêrno, dotar o Estado de serviços estatísticos à altura das necessidades regionais, as seguintes referências contidas em sua primeira mensagem ao Congresso, datada de 1 º de Junho de 1936:

"Criada pela Lei n.º 14, de 19 de Outubro do ano passado, está essa Diretoria prestando consideráveis serviços.

"Atendendo ao progresso que se tem verificado no Estado, necessário se fazia a organização de um Departamento encarregado de divulgar algarismos estatísticos que permitissem a exata observação das possibilidades do Piauí, em todos os setores de sua vida, não só cultural como econômico-financeira

"Julgo a Diretoria de Estatística acertàda criação do meu govêrno.

"*O Piauí-1935,* contendo os mais completos informes das atividades piauienses, é o primeiro trabalho dêsse Departamento e diz bem alto de sua real eficiência e utilidade."

Providências legislativas A partir de então, manifestou-se cada vez mais vivo o permanente empenho do govêrno do Piauí, no sentido de assegurar ao Estado um sistema estatístico moderno e eficiente Um rápido exame da legislação até agora baixada dar-nos-á, só por si, a visão nítida do integral prevalecimento dêsses propósitos, durante o período sob exame.

O Decreto estadual n º 1 703, de 2 de Setembro de 1936, mandou executar a Convenção Nacional de Estatística, aprovada e ratificada pelo govêrno federal com o Decreto n.º 1 202, de 11 de Agôsto do mesmo ano. Em decorrência daquele ato, a Diretoria Geral de Estatística passou a ser o órgão de centralização dos levantamentos estatísticos do Estado, com êle articulando-se, obrigatòriamente, as secções existentes ou que viessem a existir nos demais departamentos da administração estadual.

Alguns meses depois, instalava-se a Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística, na forma do Decreto estadual n º 1 709, competindo-lhe cumprir e fazer cumprir a Convenção de que o Estado fôra parte e as deliberações de caráter geral do Conselho Nacional de Estatística.

Em 17 de Novembro de 1938, o Decreto n.º 34 adotava a nomenclatura preconizada pelo I B.G E. para as repartições centrais de estatística, passando a ter a Diretoria a denominação, que ainda hoje vigora, de Departamento Estadual de Estatística. Outro importante Decreto era assinado a 22 daquele mês, sob o n.º 38, mandando adotar pelas Prefeituras o regulamento-padrão estabelecido pelo Instituto para as Agências Municipais de Estatística de todo o país.

Pelo Decreto n.º 52, de 29 de Março de 1938, teve cumprimento no Estado o importante diploma legislativo baixado pelo govêrno federal a 2 daquele mês, dispondo sôbre a sistematização do quadro territorial — administrativo e judiciário — da República.

Já em 27 de Dezembro de 1939, o Decreto n.º 223 ampliava a estrutura do Departamento com a criação de uma Secção de Estatística Militar, iniciativa essa, aliás, em que o Piauí precedeu tôdas as demais Unidades Federadas, antecipando-se de muito ao cumprimento do que preceituou a êsse respeito, em têrmos de obrigatoriedade, o Decreto-lei federal n.º 4 181, de 16 de Março de 1942. No ano seguinte, nova providência era tomada, visando assegurar o desenvolvimento do sistema estatístico do Estado: o Decreto n º 314, de 21 de Setembro, atribuía ao Departamento o encargo de organizar o Serviço de Estatística Policial-Criminal e Judiciária.

A compreensão da importância dos órgãos de coleta primária determinava, alguns meses depois, a promulgação de novas medidas, destinadas a beneficiar as Agências Municipais de Estatística Assim é que eram as mesmas reorganizadas pelo Decreto-lei n.º 394, de 18 de Junho, sendo dadas ainda outras providências, para torná-las mais eficientes.

O regimento da Secção de Estatística Militar foi baixado com o Decreto-lei n.º 510, de 20 de Abril de 1942.

Os altos objetivos de organização nacional que determinaram a promulgação, pelo govêrno da República, do Decreto-lei n.º 4 181, encontraram no Piauí, como não podia deixar de acontecer, um ambiente de simpatia e compreensão. As providências para a assinatura, no Estado, do Convênio Nacional de Estatística Municipal foram dadas pelo Decreto-lei n º 547, de 11 de Junho de 1942. Firmado o Convênio, tanto pelo govêrno estadual como pela totalidade dos governos municipais, foi o importante acôrdo ratificado e mandado executar, por fôrça do Decreto-lei n.º 606, de 31 de Agôsto de 1942.

Tôdas as providências foram tomadas ainda para o fiel cumprimento da legislação que dispôs sôbre o levantamento dos estoques e outros índices econômicos, atendendo às necessidades da mobilização do país.

Principais realizações

Não é fácil enumerar, pormenorizadamente, num simples artigo de revista, as proveitosas atividades até agora desenvolvidas pelo órgão central da estatística piauïense Tôdas as suas conquistas e realizações poderão ser colocadas, todavia, sob o signo de dois únicos fatores morais: no âmbito regional, o descortino e elevação de vistas da administração LEÔNIDAS DE MELO; no âmbito nacional, a ação estimuladora do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Tentaremos registrar, embora sucintamente, algumas daquelas realizações, dado o caráter documental que nos cabe imprimir a êste artigo Acentui-se de logo que o modesto órgão estatístico inicialmente sediado em duas pequenas salas, é hoje em dia uma repartição confortável e modelar, dispondo de uma organização perfeitamente consentânea com os seus fins Compreende cinco secções técnicas, a cargo das quais se encontram todos os levantamentos previstos no esquema fundamental da Estatística Brasileira, laboratório fotográfico, biblioteca e serviços de propaganda e publicidade Em sua sede funciona, além da Junta Regional do Conselho Nacional de Estatística, o Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia, criado pelo Decreto estadual n.º 1 722, de 10 de Setembro de 1937.

À Primeira Exposição Nacional de Educação e Estatística, realizada no Rio de Janeiro em Dezembro de 1936, mandou o Departamento uma contribuïção que deu lugar à seguinte nota, sobremodo honrosa, inserta no *Boletim do Ministério do Trabalho*: "O Piauí oferece à apreciação do público um bem encadernado

volume de dados sôbre a expansão comercial; a obra palpitante *Piauí — 1935;* uma *Sinopse Estatística;* uma multiplicidade de gráficos sôbre a vida escolar, etc.; o *Álbum de Teresina,* e outros reproduzindo os aspectos das edificações escolares, algumas notáveis pela sua beleza arquitetônica. O álbum corográfico municipal, ilustrado com vistas locais, é um primoroso trabalho que mereceu do Conselho Nacional de Estatística um significativo voto de aplauso". Foi intérprete dêsse aplauso o representante de São Paulo, Sr. FRANCISCO JARUSSI.

O Departamento concorreu, igualmente, à Feira de Milão, na Itália, apresentando publicações, mapas, gráficos, desenhos de carnaübeira e amostras do seu principal produto, a cêra Dessa participação no importante certame resultou para o órgão central da estatística piauïense um honroso "Diploma de Benemerência", hoje apôsto em sua Sala de Exposição.

O Estado tem participado de tôdas as sessões das Assembléias Gerais dos Conselhos dirigentes do Instituto, fazendo-se representar pelo Diretor do Departamento, que é também Secretário do Diretório Regional de Geografia.

As alas estatística e geográfica do I B.G E no Piauí, auxiliaram eficientemente a realização do Recenseamento Geral de 1940, procurando contribuir quanto possível para o êxito do empreendimento. Tôdas as deliberações dos Conselhos do Instituto são cumpridas com o maior empenho, valendo referir, por exemplo, as que se referem à elaboração das monografias municipais e aos estudos referentes à nomenclatura das estações ferroviárias.

Na Segunda Exposição Nacional de Educação, Estatística e Cartografia, levada a efeito como parte do "batismo cultural" de Goiânia, em Julho de 1942, esteve a cargo do Departamento o *stand* do Piauí, reünindo sugestivo conjunto de painéis, gráficos, fotografias, publicações, etc. Constituiu essa iniciativa magnífica propaganda de tudo quanto se tem feito, nos últimos anos, pela grandeza e prosperidade da região, contribuindo assim para alargar a obra de divulgação que o Departamento vem realizando sistemàticamente através do *Boletim Estatístico do Piauí* — publicação que, sob aplausos gerais, já entrou em seu nono ano de existência, com os melhores proveitos para o bom nome do Estado.

Merece referência, igualmente, o levantamento do novo mapa do Piauí, trabalho êsse realizado com o concurso do Conselho Nacional de Geografia e que se inscreve, sem dúvida nenhuma, entre as mais significativas realizações do Departamento.

O D E.E. mantém uma exposição permanente de gráficos, fotografias e produtos vegetais, sôbre a qual se teem manifestado lisonjeiramente quantos visitam a repartição.

Recursos orçamentários

A referência às verbas despendidas com os serviços estatísticos piauïenses, no período de 1936 a 1942, documentará de maneira expressiva os progressos verificados nesse importante setor administrativo, a partir da criação do I.B G E. Sem aludir aos valiosos auxílios do Instituto, essas verbas assim se distribuem pelos diferentes exercícios:

ANOS	Verbas (Cr$)	ANOS	Verbas (Cr$)
1936	44 920,00	1940	127 228,00
1937	68 144,00	1941	131 788,00
1938	93 744,00		
1939	107 924,00	1942	199 188,00

O orçamento do Estado para 1943 fixou em Cr$ 242 708,00 as despesas com os serviços de estatística.

Um honroso testemunho Antes de concluir, parece-nos oportuno transcrever expressivo trecho do relatório apresentado pelo Sr LEÔNIDAS DE MELO ao Sr. Presidente da República, em 1941. Vale êsse documento por uma síntese muito expressiva das realizações do sistema estatístico regional, além de constituir mais um testemunho da vigilante assistência do ilustre chefe do govêrno piauïense, em relação aos serviços estatísticos do Estado. São as seguintes as palavras de Sua Excelência:

"Desde a sua criação, que data de 19 de Outubro de 1935, vem o Departamento Estadual de Estatística prestando ao Estado os mais relevantes serviços. Instalado inicialmente em duas pequenas salas, a cada ano se ampliam as suas dependências e melhor se aparelham tôdas as suas secções para o desempenho de suas altas finalidades.

"Em 1939, foi dotado o Departamento de laboratório fotográfico indispensável aos serviços. Em 1940, foi acrescido da secção de estatística militar.

"Entre os grande serviços que assinalam a eficiência dêsse importante Departamento, podemos mencionar: *a*) organização de todos os gráficos, dados estatísticos, cartogramas, informações, etc , que lhe são freqüentemente solicitados pela União, Estados e Municípios, *b*) amplo trabalho fotográfico de propaganda do Estado; *c*) publicação dos volumes *Sinopse Estatística do Estado,* ns. 1, 2 e 3; *d*) preparo dos mapas municipais apresentados à Exposição realizada na capital da República, por ocasião do IV aniversário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *e*) trabalhos apresentados pelo Diretor do Departamento nos vários congressos realizados no Rio de Janeiro, *f*) trabalhos referentes ao Recenseamento Nacional de 1940; *g*) questionários diversos recebidos dos vários ministérios e órgãos da administração federal.

"E' de mencionar ainda o circunstanciado trabalho do Departamento no que diz respeito à sua colaboração nas atividades da Junta Regional do Conselho Nacional de Estatística e do Diretório Regional de Geografia, órgãos técnicos que funcionam com a maior regularidade e proveito à administração do Estado e à divulgação dos problemas que lhes são correlatos

"Devo mencionar aquí, e o faço com honroso prazer, a valiosa orientação técnica, além de auxílios materiais, que nos veem do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sem dúvida uma das mais altas e úteis instituïções do país, à qual consagro aquí os agradecimentos do Piauí, como de meu govêrno "

Conclusão Depois dêsse honroso testemunho, nada restaria acrescentar, como documentação do esfôrço com que a Estatística do Piauí procura bem cumprir a parte que lhe cabe, no admirável trabalho de organização nacional empreendido pelo Instituto. As palavras aquí reproduzidas, encerrando êste artigo, sintetizam melhor que tudo os resultados do regime de cooperação inter-administrativa graças ao qual o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística abriu perspectivas novas à estatística do país, e cujos reflexos no Piauí acredito hajam ficado suficientemente patenteados nesta breve resenha.

TOMAZ GOMES DA SILVA
(Diretor do Departamento Estadual de Estatística)

O CEARÁ E O INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

A CIRCUNSTÂNCIA singular de encontrar-me na direção do Departamento de Estatística do Ceará na data da instalação do Instituto Nacional de Estatística, hoje Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e a situação especialíssima de, sete anos depois, conservar-me no mesmo pôsto, autorizam-me, por certo, a promover um balanço no conjunto de iniciativas e realizações que tiveram curso no âmbito regional sob a ação benéfica e construtiva do órgão de contrôle e orientação da Estatística Brasileira

Enseja-se-me, positivamente, a agrádavel oportunidade de apresentar, de publico, meu sincero depoïmento sôbre a notável influência que o Instituto vem exercendo no desenvolvimento progressivo da estatística cearense, nesta nova e auspiciosa fase que se abriu em 29 de Maio de 1936

O Ceará — digo-o sem apêgo ao estreito espírito de regionalismo — ao trazer sua adesão à Convenção Nacional de Estatística, tinha a recomendá-lo um honroso passado de lutas no campo estatístico, de modo que, integrando-se no sistema orgânico consubstanciado no memorável acôrdo celebrado, em 11 de Agôsto de 1936, na capital da República, entre a União e as Unidades Políticas da Federação, estava fadado a desenvolver um esfôrço produtivo no domínio das pesquisas numéricas.

Se, no longo período de isolamento e desarticulação em que se mantiveram as repartições de estatística do Brasil, o Ceará pôde empreender e executar alguns levantamentos numéricos, quer no regime colonial e monárquico, quer na vigência da República, relevando acrescentar que foram elaborados trabalhos de indiscutível mérito, era de crer que encontrasse no sistema de cooperação inter-administrativo, a que se vinculava, um clima favorável à evolução e ao aperfeiçoamento da estatística regional.

Breve resenha Passo, agora, a apreciar, de modo objetivo, a valiosa e significativa contribuïção do Instituto para o progresso da estatística do Ceará.

E cumpre salientar que essa influência do órgão de comando da estatística nacional, à medida que se escoam os anos, vem alargando o seu raio de ação, no esfôrço profícuo de oferecer a necessária e crescente expansão às iniciativas e cometimentos do sistema regional.

Animado do alto propósito de atender aos compromissos decorrentes do pacto inter-administrativo de 11 de Agôsto de 1936, o primeiro passo do govêrno do Estado foi proceder à reorganização do Departamento de Estatística no empenho decidido de assegurar à Repartição Central Regional maior eficiência para a execução plena dos seus múltiplos encargos.

De 1936 a 1939, o Departamento do Ceará passou por três reformas. A última foi calcada, a rigor, dentro das normas fundamentais preconizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, imprimindo-se-lhe uma fisionomia consentânea com as exigências e finalidades do aparêlho estatístico do Estado.

A nova estrutura. que se emprestou ao D E.E. obedeceu às diretrizes modernas de racionalização dos serviços públicos, de modo que a repartição de estatística ficou habilitada a executar a sua magna tarefa.

E' preciso acentuar, por outro lado, que várias teem sido as providências legislativas e administrativas baixadas pelo govêrno tendentes a ampliar e desenvolver os meios de eficiência e produtividade do Departamento de Estatística.

Está no caso, sem dúvida nenhuma, a expedição de leis e atos do govêrno do Estado, quer proporcionando organização adequada ao Departamento de Estatística, nos têrmos do Decreto-lei n º 519, de 15 de Março de 1939, quer criando fontes apreciáveis de informação, mediante a instituïção de registros, nos quais os serviços de estatística vão recolher precioso acervo de dados para efeito dos competentes levantamentos.

O Decreto-lei n.º 515, de 16 de Março de 1939, baixado em virtude de proposta da Junta Executiva Regional, tornou obrigatório, no D E E , o registro dos estabelecimentos industriais do Estado.

Essa medida de alto alcance possibilitou, com relativo êxito, dentro de pouco tempo, o levantamento do cadastro industrial, que serviu de ponto de referência para a Delegacia Regional do Serviço Nacional de Recenseamento.

O Decreto-lei n.º 777, de 14 de Abril de 1941, que estatuiu o registro estatístico na indústria dos produtos de origem animal, constitui, de fato, magnífica fonte informativa.

Bastante valiosos teem-se revelado os auxílios que o Instituto, desde 1938, vem destinando aos órgãos centrais do sistema regional.

Quanto ao Ceará, é de justiça salientar que os auxílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística teem concorrido, de maneira evidente, para impulsionar as atividades estatísticas regionais.

Graças a tão expressivas quotas, anualmente fixadas no orçamento do Instituto, tem podido o D.E.E. satisfazer suas múltiplas necessidades, não só permitindo elas o ampliamento do quadro de funcionários, mediante a admissão de pessoal contratado, mas, ainda, possibilitando o aparelhamento conveniente à execução dos trabalhos que lhe estão afetos.

A instalação, no D.E.E , em 1939, de um moderno equipamento Hollerith, em substituïção a um conjunto antigo e inadequado, significa, certamente, um empreendimento inteligente, que veio tornar exequível o ampliamento das atividades que se relacionam com os serviços de apuração mecânica Foi em virtude dos auxílios concedidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que o Ceará pôde ocorrer às despesas correspondentes ao aluguel das máquinas da Emprêsa Hollerith no período de Julho a Dezembro de 1939, de vez que, sòmente no exercício financeiro seguinte (1940), o Estado consignou, no orçamento, a dotação necessária para atender as obrigações oriundas do contrato de locação.

Ainda por conta dos auxílios do I.B.G.E. foi feito um reajustamento do material do D E E. Adquiriram-se vários arquivos de aço, máquinas de escrever e de calcular, carteiras e outros móveis indispensáveis à boa marcha do serviço, convindo adiantar que se trata de material padronizado, segundo as normas racionais aconselhadas pelas exigências de ordem técnica.

O problema das Agências Municipais

Devo esclarecer, por outro lado, que parte dos auxílios do Instituto foi aplicada na aquisição de material para Agências Municipais de Estatística.

A Junta Executiva Regional de Estatística, que conhecia a penosa situação dos órgãos municipais, depois de prévia audiência da Junta Executiva Central, baixou uma Resolução, mediante a qual destinou uma parcela do auxílio do

Instituto à aquisição de material para Agências de Estatística, medida que veio ao encontro de uma necessidade inadiável, pois beneficiou, especialmente, os Municípios de pequena expressão financeira.

Torna-se preciso, ainda, salientar o empenho do govêrno cearense no sentido de estender a todos os Municípios do Estado a rede de Agências de Estatística. E as providências do Chefe do Executivo do Ceará encaminhadas neste sentido inspiraram-se nas disposições previstas na Resolução n.º 43, de 14 de Julho de 1937, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, que aprovou "um padrão para as leis de criação das Agências Municipais de Estatística".

Apesar dos esforços desenvolvidos pela Junta Executiva Regional e utilização dos bons ofícios do govêrno do Estado, as primeiras iniciativas para a criação das Agências Municipais não tiveram o êxito que se esperava, muito embora parcialmente acolhidas pelos gestores municipais, talvez, mesmo, porque os problemas de natureza estatística ainda não tinham logrado a desejada ressonância no setor municipal.

Aceitando as ponderosas e sensatas sugestões constantes da Resolução n.º 144, de 22 de Julho de 1939, da Assembléia Geral, novas providências sôbre as Agências de Estatística são recomendadas às administrações municipais, afim de que os serviços locais venham a decorrer dentro da maior linha de normalidade para integral satisfação de suas múltiplas finalidades.

Existiam — é verdade — atos de criação dos órgãos municipais, mas os Agentes ocupantes percebiam vencimentos sobremodo exíguos, havendo, assim, o grave inconveniente de ficarem à margem elementos humanos de suficiente preparo intelectual, mais habilitados ao exercício da função, pois o primitivo sistema de recompensa material não atraía para o serviço de estatística os mais credenciados.

Êsse estado de coisas tendia, naturalmente, a manter alheios e indiferentes à carreira profissional, no âmbito municipal, quantos podiam trazer prestimosa colaboração a tão relevante setor da pública administração.

O Decreto-lei n.º 784, de 30 de Abril de 1941, estabeleceu normas para a criação das Agências Municipais de Estatística por parte das Prefeituras que ainda não o haviam feito, prevalecendo nas diretrizes fixadas os princípios condensados na Resolução n º 144, já referida, e noutras disposições baixadas pelo Conselho Nacional de Estatística

O diploma legislativo em exame traduz, efetivamente, uma apreciável conquista no campo estatístico, de vez que enfeixa um admirável conjunto de preceitos, equacionando, em moldes apropriados, o problema da criação e funcionamento regular das Agências de Estatística.

Abriam-se, dêste modo, clareiras auspiciosas e horizontes mais amplos à evolução dos órgãos primários de coleta estatística, pois o Decreto-lei n º 784 não esqueceu de conferir uma remuneração mais vantajosa aos Agentes Municipais, mesmo porque foi elaborado à luz de um critério objetivo, tendo em vista as condições financeiras de cada Municipalidade.

Estímulos à formação profissional

A influência do I B G E. tem-se exercido, de maneira altamente edificante, na parte relativa à formação profissional dos servidores da estatística regional

A êste respeito, cumpre adiantar que os funcionários da estatística cearense teem comparecido ao Curso de Aperfeiçoamento instituído pela Resolução n.º 67, da Junta Executiva Central, e realizado, anualmente, na capital da República. Já auferiram as vantagens do aludido Curso três funcionários do quadro técnico do D.E E., os quais lograram aprovação satisfatória em tôdas as disciplinas.

A sábia medida do Alto Colégio do I B G.E repercutiu, favoràvelmente, no sistema regional Sentindo a necessidade imperiosa de melhor preparar os servidores da estatística municipal para a execução das tarefas que lhes são confiadas, e tendo em vista que os cursos de aperfeiçoamento constituem o meio mais eficiente de elevar o nível profissional dos funcionários dêste ramo especializado da administração, a Presidência da Junta Executiva Regional, em sessão de 26 de Outubro de 1942, defendeu a proposta de que se impunha, quanto antes, a instituïção de um estágio destinado aos Agentes Municipais, sob a direção do D E E.

A sugestão apresentada ressaltava a conveniência de assegurar o maior grau de eficiência às Campanhas Estatísticas organizadas pelo Instituto, assim como a todos os inquéritos promovidos pelas repartições centrais federais e pelo D.E.E. Os fatos estavam indicando que, mau grado o esfôrço desenvolvido pelo D.E E , os trabalhos do "plano nacional", compreendidos nos Cadernos A e B, ainda se ressentiam de profundas lacunas. Não tinha sido possível à diretoria neutralizar os aspectos negativos dos serviços de preenchimento dos formulários e prontuários, a cargo das Agências de Estatística, mediante a assistência e cooperação dos Agentes Itinerantes Além disso, os recursos oferecidos pela secção de crítica e revisão dos Cadernos, em que pese à sua inteligente ação esclarecedora em prol do aperfeiçoamento do trabalho de coleta, não lograram afastar as deficiências e imperfeições do registro dos dados

A idéia do estágio foi amplamante discutida, alcançando, graças à sua importância substancial, o apoio unânime dos componentes da Junta Executiva Regional de Estatística No entanto, apesar da boa vontade dos conselheiros do Colégio Regional, surgiu uma dificuldade de ordem financeira, pois o Tesouro do Estado, em conseqüência da crise climatérica e da guerra atual, não se encontrava em situação de ocorrer às despesas obrigatórias para o custeio do Curso de Aperfeiçoamento dos Agentes Municipais

A essa altura, porém, a Presidência da Junta do Ceará tomou a iniciativa de solicitar à Executiva Central a autorização para aplicar a quantia correspondente aos prêmios para os Agentes Municipais (os quais prêmios não tinham ainda podido ser distribuídos no exercício de 1942) na realização do estágio para os servidores da esfera municipal.

O Alto Colégio acolheu, com o mais elevado espírito de colaboração, o apêlo da Presidência da Junta Regional do Ceará. E, assim, aplicava-se, de modo mais proveitoso para a administração e para os funcionários, o prêmio destinado aos Agentes de Estatística, pois, como mui judiciosamente acentuou o Dr. José Martins Rodrigues, Presidente da Junta Regional, "não havia prêmio melhor para os Agentes de Estatística do que oferecer-lhes meios hábeis à execução dos seus misteres".

Os trabalhos do estágio, que obedeceram a um plano orgânico, decorreram num ambiente de alta compreensão e dentro de impecável linha de mútua cordialidade, sendo de notar que prevaleceu, nas lições ministradas, o manifesto propósito de assegurar a mais completa eficiência ao aproveitamento dos estagiários.

Cabe-me acentuar que os Prefeitos Municipais, de modo geral, manifestaram expressiva cooperação ao Curso de Aperfeiçoamento instituído pela Junta Executiva Regional, adotando providências no sentido de que os Agentes de Estatística convidados viessem à capital do Estado para freqüentar o estágio.

Por uma questão de ordem e, conseguintemente, com maiores probabilidades de aproveitamento, a Junta estabeleceu, nos têrmos da Resolução n º 100, que os Agentes seriam chamados para fazer o estágio em turmas de número nunca inferior a 10.

Seguindo, a rigor, o critério fixado, a direção do D E.E. fêz a chamada da primeira turma para o curso, cuja instalação em 10 de Novembro figurou

entre as solenidades comemorativas do aniversário do Estado Novo, na vigência do qual os serviços de estatística teem encontrado um clima favorável e propício ao seu progressivo desenvolvimento, graças ao espírito de largo descortino do Chefe do Govêrno Nacional O referido Curso veio a encerrar-se no dia 28 de Março, depois do estágio da quinta turma de Agentes Municipais.

Com a realização do estágio em causa, os Agentes Municipais passaram a ter uma visão mais precisa do panorama estatístico e ficaram mais adestrados para o desempenho dos trabalhos que lhes são cometidos

O Curso Teórico-prático para os Agentes de Estatística permitiu, ainda, uma aproximação mais íntima entre o D.E E. e a totalidade das administrações municipais, com visíveis vantagens para o bom andamento dos serviços.

E' bastante confortadora a iniciativa dos Prefeitos de Pedra Branca e Cascavel, solicitando à direção do D E E. a indicação de candidatos devidamente habilitados para o preenchimento dos cargos de Agente de Estatística daqueles Municípios, vagos após a realização do Curso.

Atendendo ao apêlo dos gestores municipais, o D E E. indicou o nome de dois estagiários que, na qualidade de ouvintes, receberam os ensinamentos ministrados no Curso destinado aos Agentes de Estatística.

Propaganda e publicidade

No tocante à propaganda, não foi possível, ainda, ao D E E. desenvolver uma intensa e vigorosa campanha, apesar dos seus intuitos sôbre tão palpitante assunto Não quero dizer, porém, que, em matéria de publicidade, nada se fêz A obra de divulgação do órgão central regional não tem logrado um incremento satisfatório, mas, dentro dos recursos disponíveis, vão aparecendo alguns trabalhos apreciáveis.

Além das *Sinopses Estatísticas,* publicações sistematizadas para as Unidades Políticas da Federação, as quais nos oferecem perfeita síntese numérica das circunscrições regionais, o D E E tem feito distribuir vários e interessantes comunicados.

Outros trabalhos teem sido divulgados pelo Departamento Podem ser indicados não só diversos boletins, mas, ainda, a monografia intitulada *Culto Católico,* como justa homenagem ao espírito cristão do povo cearense; as *Tábuas Itinerárias Cearenses,* organizadas em cumprimento às normas constantes da Resolução n.º 32, da Assembléia Geral do C.N.E , as quais, "fugindo ao padrão comum das publicações congêneres até agora aparecidas", trouxeram, na opinião de um crítico abalizado, "uma inovação feliz e de evidente utilidade prática", de vez que consignaram uma breve notícia da vida de cada Município; e um estudo sôbre a evolução histórica da Estatística no Ceará, publicado em o n.º 10 da REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, estando em preparo a respectiva separata.

Conforta-me, sobremodo, a cooperação valiosa e desinteressada que a imprensa de Fortaleza tem prestado ao D.E E , divulgando completo noticiário sôbre as atividades e empreendimentos mais importantes da repartição central de estatística.

Foi devido a esta colaboração espontânea e patriótica que o Departamento deu a mais ampla publicidade a duas vigorosas iniciativas que foram inscritas em seu programa de realizações no exercício de 1942 o Curso Teórico-Prático para os Agentes Municipais de Estatística e a Sala Expositiva Permanente

Quanto ao segundo empreendimento, que está previsto no art 18, do "Regulamento da Organização Estatística do Estado do Ceará", cabe-me declarar que os trabalhos se processam em excelentes condições e se encaminham para a sua integral conclusão.

Outras providências legislativas Parece oportuno, ainda, averbar, no meu depoïmento, outros atos baixados pelo atual govêrno do Ceará sôbre os serviços de estatística do Estado

Na conformidade do Decreto-lei n.º 814, de 27 de Agôsto de 1941, foi criada, no Departamento Geral de Educação, a secção de estatística educacional, afim de serem satisfeitos, integralmente, os compromissos expressos no Convênio de 20 de Dezembro de 1931. O mesmo diploma legislativo criou, outrossim, no D E E., o serviço de estatística policial-criminal e judiciária.

Pelo Decreto-lei n.º 901, de 26 de Abril de 1942, o chefe do executivo cearense, além de atribuir ao D.E.E. o levantamento da exportação de mercadorias e produtos do Estado, adotou novas guias de exportação.

De acôrdo com o Decreto-lei n.º 906, de 29 de Abril de 1942, foi criada no Departamento a Secção de Estatística Militar, cuja regulamentação foi estabelecida pelo Decreto n.º 254, de 15 de Maio do mesmo ano.

Nos têrmos do Decreto n.º 252, de 7 de Maio de 1942, foram adotadas providências sôbre os Convênios Nacionais de Estatística Municipal, em virtude do estatuído no Decreto-lei federal n.º 4 181, de 16 de Março de 1942

Em 26 de Maio de 1942, realizou-se, no Palácio da Luz, em Fortaleza, a assinatura solene do Convênio celebrado entre os governos da União, do Estado e dos Municípios cearenses

Baixando o Decreto-lei n.º 918, de 25 de Junho de 1942, o govêrno do Estado ratificou e mandou executar a parte que lhe cabia no pacto inter-administrativo firmado no mês anterior entre as três esferas governamentais.

Conclusão Eis, em resumo, o desenvolvimento das atividades estatísticas no Ceará, na vigência do regime de cooperação inter-administrativa, sob a direção técnica do I.B.G E.

E' de crer que o progresso da estatística cearense muito deixe a desejar em confronto com as realizações de grande envergadura de outras Unidades Políticas da Federação, onde as condições financeiras autorizam a mobilização de recursos idôneos para a expansão crescente das pesquisas numéricas.

Como já tive oportunidade de acentuar, os pequenos Estados, entre os quais se encontra o Ceará, não poderão elevar as suas repartições de estatística à mais alta categoria que se pretende, em virtude das deficiências verificadas na organização dos quadros de pessoal e no sistema de recompensas materiais atribuídas aos seus funcionários.

Êste estado de coisas leva-me a sugerir uma providência, como já o fiz alhures: a transferência da administração dos Departamentos Estaduais de Estatística para o Govêrno Nacional, mediante acôrdo estabelecido entre as duas esferas governamentais.

Ficaria, assim, o I.B G.E. com a responsabilidade técnica e administrativa de todos os serviços de estatística do Brasil.

Entendo que minha sugestão não está fora de propósito, mesmo porque os Convênios Nacionais de Estatística Municipal constituem, decerto, uma iniciativa nos moldes do que agora proponho

Preciso significar que expresso aquí o meu pensamento com absoluta franqueza e lealdade, sem outro intúito que não seja o de servir os superiores interêsses da Estatística Brasileira.

CAROLINO GONÇALVES
(Estatístico-chefe do Departamento Estadual de Estatística)

LIGEIRAS NOTAS SÔBRE A ESTATÍSTICA NO RIO GRANDE DO NORTE

AFORA os arrolamentos, feitos pelos Jesuítas, das povoações de Arez e Extremoz, e da voz esquecida de um Presidente de Província, que reclamava contra a falta de estatísticas — o que fazia os administradores vítimas de confusões lamentáveis — no Rio Grande do Norte nenhuma outra preocupação de fazer estatísticas se nota, da parte dos homens da Colônia ou do Império. Velhos problemas, por certo, permaneceram à espera de solução, sem o conhecimento dos seus aspectos principais, confundia-se a pesquisa estatística com assuntos de secundária importância

O fato constatado, a respeito do Rio Grande do Norte, não foi único na existência do país; estendeu-se, talvez, à maioria dos Estados, onde a falta de estatísticas era mal comum

Retrospecto histórico Sòmente em 1892 foi criada, anexa à Secretaria do Govêrno, uma "secção especial destinada ao trabalho estatístico geral do Estado", pelo primeiro governador constitucional do Rio Grande do Norte, PEDRO VELHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO Teve vida efêmera; regulamentos posteriores, da Secretaria do Govêrno, à secção de estatística não fizeram, sequer, referências

Trinta anos depois, passados em silêncio, o Governador ANTÔNIO DE SOUSA criava, junto à Secretaria do Estado, a "secção especial de estatística", que não alcançou os seus objetivos, nada hoje restando para lembrar a sua atuação Baixado, em 1927, pelo Governador JOSÉ AUGUSTO BEZERRA DE MEDEIROS, o novo regulamento da Secretaria Geral do Estado, nele apareceu um capítulo referente aos serviços de estatística, que deveriam ser criados em caráter definitivo, foram, até, estabelecidas penalidades diversas para os chefes de repartições ou particulares que se recusassem a fornecer dados e informações E, realmente, em 31 de Dezembro de 1927, é criada, com caráter autônomo e independente, a Diretoria Geral de Estatística, cumprindo-lhe fazer "a colheita e organização de dados referentes à produção econômica, à circulação e consumo dos produtos do Estado, à instrução pública e particular e à demografia sanitária e, bem assim, em relação a quanto interessar possa à vida do Rio Grande do Norte". Eram cinco os seus funcionários, a cuja frente se encontrava o Dr. ANFILÓQUIO CÂMARA, que é assim o funcionário mais antigo dos quadros estatísticos do Estado

Curioso será notar que, criada a Diretoria, esqueceu-se o Govêrno da sua instalação, a Diretoria Geral de Estatística, criada pelo Decreto nº 369, de 31 de Dezembro de 1927, foi instalada na residência particular do chefe dos serviços. E sòmente em 1933, após cinco anos de sede em próprio particular cedido gratuitamente, é que se transferiu a D G E. para instalações oficiais, bem visto que modestíssimas

Mal começavam os seus trabalhos, e eis que uma nova lei, em 1928, considerava extinta a Diretoria Geral de Estatística; isto, felizmente, não aconteceu

por não ter sido instalada a Diretoria de Agricultura, Indústria e Comércio, novo órgão a cargo do qual deveriam ficar os serviços estatísticos Criada, em 1931, a Diretoria de Agricultura, passaram os serviços estatísticos a ser subordinados a êsse novo departamento.

E a história da estatística prossegue cheia de hesitações, de reformas; em 1932, com o Decreto n.º 326, de 26 de Janeiro, que baixou o primeiro regulamento para a execução das estatísticas do Estado, era reconhecida, em todo o vigor, a existência da Diretoria Geral de Estatística, concedendo-se-lhe autonomia e novas condições de trabalho; já em Janeiro do ano seguinte, voltava a ser subordinada à Diretoria de Agricultura, Indústria e Comércio, para em Agôsto do mesmo ano ficar como secção anexa do Departamento de Educação, considerando-se que os seus trabalhos entendiam "precipuamente, com o desenvolvimento intelectual e moral" e que assim "deveriam estar em mais estreito contacto com o Departamento que superintende a educação e o ensino".

Exigiam, porém, o desenvolvimento e a própria natureza dos serviços, completa independência. Esta situação foi alcançada no Govêrno MÁRIO CÂMARA, cujo Decreto n º 903, de 27 de Agôsto de 1935, assegurou-lhes, finalmente, a mais ampla autonomia, subordinando a D G E à Secretaria Geral do Estado, dada a circunstância de os seus inquéritos e pesquisas interessarem indiferentemente a todos os ramos de atividades dos demais departamentos da administração Êsse mesmo Decreto, considerando a conveniência de ficarem os serviços de estatística do Estado filiados ao Instituto Nacional de Estatística, autorizava a representação do Rio Grande do Norte na Convenção Nacional de Estatística e a aceitação dos compromissos que se fizessem necessários à filiação dos serviços estatísticos estaduais ao I N.E

Até então, aos empreendimentos dos governos faltara a devida continuïdade, e as suas medidas sucessivas não conseguiram aproveitar à estatística, nem conferir resultados práticos aos seus trabalhos As informações colhidas eram imperfeitas e inexatas, desajustadas da realidade: servirão como ponto de referência de uma época em que a mentalidade reinante não favorecia as pesquisas estatísticas

Essa a situação que veio encontrar a administração RAFAEL FERNANDES, em cujos primeiros meses foi ratificada a Convenção Nacional de Estatística, firmada em 1936 e visando a completa coordenação dos serviços estatísticos brasileiros De então em diante, é a história do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no Rio Grande do Norte, está escrito, aliás, que a "história da estatística no Brasil comporta, já agora, uma distinção fundamental ela deve ser considerada *antes* e *depois* da criação do I B G E " No Rio Grande do Norte, não se foge a essa evidência

Sob o regime da Convenção de 1936

A atuação do I B G.E , cujo início coincidiu com o da administração atual, tem-se revelado através das mais importantes iniciativas, cujos frutos obteem favorável repercussão E isto apesar dos óbices, incompreensões e dificuldades de tôda a sorte que tão patriòticamente tem sabido o Instituto contornar, vencendo assim tôdas as provas, sempre fiel à elevação dos seus propósitos

Hoje, no Rio Grande do Norte, como no Brasil inteiro, o ambiente formado pela ação do Instituto já é bem diferente, os levantamentos estatísticos suscitam vivo interêsse. Há, mesmo, um desejo generalizado de conhecimentos sempre mais novos e completos sôbre os nossos aspectos demográficos, econômicos e sociais, tal como as necessidades atuais exigem a cada passo A obra do Instituto conseguiu impôr-se pela preocupação de realizar sempre com objetividade as suas investigações, guiado por um espírito científico que não se compadece com aquela suposição malévola de que as estatísticas fornecem, sempre, argumentos para tudo quanto se queira provar

Tomando conhecimento de todos os documentos que referem a atuação do Instituto, no Rio Grande do Norte, tem-se a grata certeza de que tudo aquí se harmonizou, dentro do melhor espírito de cooperação, indispensável aó êxito dos trabalhos estatísticos As realizações da Diretoria Geral de Estatística — depois Departamento de Estatística e Publicidade, e finalmente Departamento Estadual de Estatística, por fôrça da filiação dos serviços estatísticos estaduais ao Instituto — valem como atestado do vigilante empenho com que procuram dar, quantos cooperam nos trabalhos estatísticos do Estado, o melhor dos seus esforços e inteligência, em prol do êxito da missão a que se propôs o I B G E

Assinada a Convenção Nacional de Estatística, no Rio de Janeiro, a 11 de Agôsto de 1936, o Govêrno do Estado, imediatamente, a ratificou e aprovou, atendendo à urgente necessidade de serem coordenados e uniformizados os trabalhos da estatística brasileira Desde então, honrando os compromissos tão solenemente assumidos, no Rio Grande do Norte jamais diminuiu o interêsse inicial em servir ao Instituto, promovendo-se, sempre, a rigorosa e fiel execução dos seus dispositivos regulamentares e da sua legislação, no sentido de não serem perturbadas nem comprometidas as suas iniciativas destinadas à boa elaboração das estatísticas nacionais. A partir de 1938, com a nova organização dada aos serviços do Estado, decretada a 9 de Dezembro de 1937, transformando a antiga Diretoria Geral de Estatística em Departamento de Estatística e Publicidade, foi assegurado, com o apoio do govêrno estadual, o funcionamento regular do órgão norte-riograndense Prédio próprio, instalações adequadas, pessoal, material abundante, nada foi negado para que o novo Departamento pudesse cumprir a sua finalidade, já então sobrecarregado, como se achava, de múltiplas tarefas

Medidas decisivas foram tomadas a decretação da obrigatoriedade do fornecimento de informações ao D E E , a criação e regulamentação das Agências Municipais de Estatística, sendo-lhes asseguradas as condições mínimas para o bom exercício dos seus encargos; a reünião de todos os Prefeitos Municipais, a-fim-de ser encontrada solução para os difíceis problemas que a nova organização estatística do país vinha defrontando, no Rio Grande do Norte, cujos resultados foram a intensificação dos trabalhos e a unificação dos métodos para a execução dos inquéritos; o desenvolvimento das dotações orçamentárias nos exercícios financeiros que se seguiram à assinatura da Convenção De uma só vez, por ocasião da reorganização da antiga Diretoria Geral de Estatística em 1938, o aumento de despesas com os serviços de estatística, verificado em relação ao ano anterior, foi de mais de Cr$ 120 000,00

A êste respeito, como uma confirmação do que acima ficou dito, estão referidas no quadro abaixo as dotações orçamentárias, destinadas ao custeio dos serviços de estatística do Estado do Rio Grande do Norte, durante os exercícios de 1928 a 1942:

EXERCÍCIOS FINANCEIROS	Dotações (Cr$)	EXERCÍCIOS FINANCEIROS	Dotações (Cr$)
1928	40 000	1935	47 400
1929	9 000	1936	55 800
1930	12 000	1937	69 800
1931	17 400	1938	193 800
1932	23 160	1939	197 300
1933	40 080	1940	211 700
1934	40 080	1941	216 700
		1942	239 700

Há, entretanto, um ponto ainda sem solução, apesar dos atos e das determinações das autoridades que velam pelas condições de trabalho dos nossos órgãos estatísticos; é o problema principal: o da seleção e aperfeiçoamento dos servidores não só do órgão central, como das Agências Municipais. O caso dêstes últimos, encarregados diretos da colheita numérica e informativa, é de

decisiva importância; em face dêsse problema, responsável, muitas vêzes, pelas lacunas e deficiências dos nossos trabalhos, pouco valem outras medidas que viriam, afinal, resultar em esfôrço inútil

Bem houve o Instituto promovendo a nacionalização definitiva das Agências Municipais de Estatística Sem pessoal habilitado para o exercício das atividades confiadas a êsses órgãos, o D E E do Rio Grande do Norte, como os outros certamente, se defronta com outra dificuldade: a remuneração mínima conferida aos Agentes Municipais No Rio Grande do Norte, insuficientemente remunerados, os Agentes vão procurar, em outras atividades suplementares e estranhas, os meios necessários à sua própria subsistência Com remunerações mensais, em média, inferiores a Cr$ 200,00, os Agentes Municipais não se abalançam a realizar trabalho realmente produtivo, muitos inquéritos têm os resultados prejudicados porque atividades estranhas são exercidas de preferência às próprias funções oficiais

É preciso formar especialistas dedicados para que se possa tirar o melhor proveito das observações estatísticas, facilitando a divulgação das altas finalidades das pesquisas realizadas; só então, quando, à valiosa colaboração recebida do Instituto, se juntar a formação de um corpo especializado de funcionários, os órgãos estatísticos regionais apresentarão um apreciável rendimento nos seus serviços.

Conclusão No Rio Grande do Norte, esta tem sido a obra do Instituto nestes sete anos de fecundas atividades, cujo balanço, em todo o país, agora se levanta obra de esclarecimento, de orientação, e de construção Êle está ajudando, a nós todos, a conquistarmos a Pátria que desejamos para os nossos filhos, uma Pátria que não seja sòmente "vasta geogràficamente e de fronteiras extensas, conquistadas e mantidas pela energia dos nossos maiores". Aquí, o estudo das regiões que oferecem maiores facilidades ao desenvolvimento das atividades agrícolas e industriais, o exame do abastecimento interno dos produtos agrícolas, indicando novos caminhos para o incentivo das culturas alimentares, alí, a caracterização climatológica, as fronteiras e os limites do país; o movimento da sua população; o comércio, indústria, agricultura e pecuária, meios de comunicação e transportes; situação cultural, administrativa e política

OLIVEIRA VIANA, num dos seus magníficos ensáios, já afirmava que nenhum Estado precisava, mais do que o Brasil, para a realização dos empreendimentos oficiais, da ampla colaboração individual, porque somos poucos e é preciso ordenar a energia dêsses poucos, no sentido de não desbaratarmos as nossas riquezas e bem utilizarmos as nossas fôrças produtivas O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística está realizando uma enorme tarefa. reünindo a grande quantidade de material disperso, sob a mais patriótica das inspirações, visando a formação de uma só obra para garantia da unidade nacional, livrando-nos de ouvir aquelas palavras, ásperas e terríveis, de ALBERTO TÔRRES ou ARAÚJO LIMA, que previam a nossa degenerescência e envelhecimento, se, firmes no desconhecimento da nossa terra, persistíssemos, impiedosamente, na destruïção das suas riquezas e reservas

Os sete anos de realizações do Instituto, no Rio Grande do Norte como alhures, onde a sua tarefa sòmente tem merecido a confiança dos governos e das instituïções particulares, com a exaltação do seu admirável trabalho de orientação, representam um "test" magnífico da obra empreendida

SIZENANDO COSTA
(Diretor do Departamento Estadual de Estatística)

A INFLUÊNCIA DO I.B.G.E. NA EVOLUÇÃO DA ESTATÍSTICA PARAÏBANA

ENTRE as efemérides de maior significação no calendário cívico do Brasil deve figurar a de 29 de Maio de 1936, com destacado relêvo, por assinalar a data da instalação do atual Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, criado por fôrça do Decreto-lei nº 24 609, de 6 de Julho de 1934

Êsse ato marcante do Govêrno Federal, que modelou a estrutura do sistema estatístico brasileiro, entrou em execução, podemos dizer, depois da assinatura da Convenção Nacional de Estatística

Pelo instrumento convencional a que aludimos, tôdas as repartições regionais encarregadas de elaborar estatísticas passaram a integrar o sistema de que o I.B G E. é órgão primacial.

Particularizando a ação do Instituto ao Estado da Paraíba para, com honestidade, fazer ressaltar sua obra, precisamos pôr em evidência, num ligeiro exame retrospectivo, tôdas as atividades estatísticas da Província ou do Estado, desde seus primórdios, quando essas atividades, tênues ainda, muito esbatidas, eram apenas acessórias na administração pública

Retrospecto histórico O Coronel HENRIQUE DE BEAUREPAIRE ROHAN, Presidente da Província, sob o pretêxto de conhecer a produção de trigo da serra do Teixeira, lançou, em 1858, um verdadeiro inquérito estatístico. Essa foi a primeira manifestação de caráter pròpriamente estatístico, que encontramos numa pesquisa cuidadosa procedida em todos os atos governamentais, desde a primeira reünião da assembléia paraïbana em 1835

Aliás, êsse grande estadista, já naquela época recuada, sentia a extrema necessidade, para bem governar, dêsse conjunto de realizações que o I B G.E. empreende, assim no domínio da estatística como no da geografia, e, segundo o seu relatório, clamou pelo estabelecimento dos limites da Província, para conhecer o âmbito territorial que ia administrar, dizendo mais

"Uma das faltas que mais temos sentido, é a de uma estatística, sem a qual vêem-se igualmente embaraçados no desempenho de sua missão, tanto o legislador como o administrador

"O Presidente chega a uma província, não encontra uma obra qualquer que lhe indique, ainda que resumidamente, a extensão do seu território, seus limites, suas divisões administrativas, sua fôrça pública, a indústria de suas diversas localidades, sua produção natural, sua população e, finalmente, muitas outras noções sôbre a parte permanente ou variável da estatística"

Mais tarde, ou seja em 1895, o Decreto nº 53, de Presidente ÁLVARO MACHADO, que regularizou o Serviço de Higiene Pública, em seu artigo 75 dá mos-

tras de que se sentia a necessidade do levantamento de uma estatística demográfica para refletir o movimento de nascimentos e óbitos do Estado.

Depois, sòmente em 1906, por ato de 28 de Setembro, foi criada a Repartição de Estatística e Arquivo Público Era Presidente do Estado, em exercício, Monsenhor VALFREDO LEAL.

Adiante, o Dr. SOLON BARBOSA DE LUCENA, Presidente da Assembléia Legislativa, em exercício na Presidência do Estado, devidamente autorizado pelo artigo 3 º, da Lei n.º 421, de 25 de Outubro de 1915, reformou e regulamentou a Repartição de Estatística e Arquivo Público, dando-lhe uma estrutura coerente, no momento, com as necessidades da administração

Essa Repartição era composta de duas secções: Estatística e Arquivo Público, cada qual com o seu chefe, e ambas sob uma Diretoria Geral.

O que se realizou como trabalho especìficamente estatístico, desde que funciona a primeira Repartição especializada do Estado até a constituïção do Instituto Nacional de Estatística, está condensado no que respigamos a seguir, do Relatório de ED. BRANDÃO MALDONADO, divulgado em 1935, numa separata do *Boletim do Ministério da Agricultura*

No dizer daquele técnico, a Secção encarregada de levantar estatísticas, "durante quase trinta anos em que funcionou como peça da máquina administrativa do Estado (1906 a 1935) nada produziu de concreto, além de quatro grossos volumes de um *Anuário* publicados sempre com dois e três anos de atraso, valendo mais como documento histórico e, além disso, considerados à luz de um critério verdadeiramente estatístico, não passando de um encadeamento de tabelas meramente expositivas, espelhando cifras às vêzes defeituosamente relacionadas, afora as omissões e a acentuada inconexão dos informes divulgados".

E' justo salientar que, antes da chefia da Secção de Estatística haver divulgado os quatro aludidos anuários, o Sr. DIÓGENES GONÇALVES PENA, Diretor Geral da Repartição de Estatística e Arquivo Público, fêz publicar em 1918 o primeiro *Anuário Estatístico* do Estado, correspondente a 1916, trabalho que, para a época e levando-se em conta as deficiências da repartição em que foi elaborado, representa um esfôrço notável e digno de encômios. A introdução dêsse *Anuário* constitui uma profissão de fé e revela, acima de tudo, um estudioso em assuntos de administração. E êle próprio adianta: "Não houvéssemos adquirido o treino da metodização do trabalho e nos libertado dos preconceitos do bacharelismo nos anos em que, por injunções múltiplas, seguimos a vida comercial, quase impossível teria sido remover a série imensa de impecimentos que se nos antolharam no início das nossas indagações."

Antes de DIÓGENES PENA, durante o curto espaço de dois meses, o espírito brilhante de ARTUR AQUILES, comissionado pelo Presidente ANTÔNIO PESSOA para reorganizar a repartição de estatística, emprestou a êsse órgão da administração pública um pouco da sua superioridade E, nesse cargo, prematuramente, deixando nos meios públicos uma lacuna impreenchível, pela sua indômita bravura como jornalista, veio a falecer.

Passaram ainda por essa repartição MAXIMIANO LOPES MACHADO, MANUEL DEODATO, JOSÉ DE LIMA VINAGRE, num curto período OSIAS GOMES e, finalmente, JOÃO MEIRA DE MENESES.

Pelo Decreto n º 651, de 7 de Fevereiro de 1935, foi criada a Diretoria Geral de Estatística do Estado, sem que tivesse sido, entretanto, designado o seu diretor. Nesta situação, entrou o órgão regional de estatística da Paraíba na fase a que podemos chamar de "ibgeana".

A fase "post" I.B G E Depois do Relatório Maldonado, a que nos referimos linhas acima, e sob a influência renovadora da Secção de Estatística Educacional, já agora com existência mais legal, em virtude da Lei n º 16, de 13 de Dezembro de 1935, digamos de relance, foi dado o primeiro passo para a implantação das grandes reformas que deveriam transfigurar por completo a organização estatística do Estado Desde então, formou-se como que um ambiente propício ao lançamento das alargadas e profundas campanhas que o Instituto dentro em pouco deveria encetar, visando já o conhecimento, tão perfeito quanto possível, da terra e do homem, já uma apreciação sociográfica debaixo dos menores detalhes

Nos meios educacionais, a ação do órgão estatístico do Ministério da Educação se fazia sentir, distribuindo pelo telégrafo, para todos os recantos do território nacional, conhecimentos que deveriam influir, não só nos centros estatísticos e educacionais, mas também em todos os serviços públicos, onde se ia formando um clima apropriado às tendências renovadoras

Na escola, essa influência se afirmou imediatamente em manifestações concretas, palpáveis E, desde logo, numa seqüência sempre crescente, foi a escola se enriquecendo de novas instituïções auxiliares do ensino e de aparelhagem mais adequada. Círculos de Pais e Mestres, Cooperativas Escolares, Bibliotecas Infantis, Clubes Agrícolas, Cinema Educativo, etc , passaram das simples indagações dos questionários para o campo das realizações

A Lei n.º 79, de 4 de Dezembro de 1936, autoriza o govêrno a reformar a Repartição de Estatística.

Logo depois, o Decreto 773, de 24 de Fevereiro de 1937, institui a Junta Executiva Regional.

Com êsse ato, cresceu muito o número de adeptos do *novo-credo*. Representantes do Exército e da Armada, ao lado de outras autoridades, passaram a cooperar com interêsse desmedido no sentido de ficarmos dotados de um órgão de estatística em correspondência com as necessidades do poder civil e das fôrças armadas

Presidida pelo Delegado Especial do Instituto, Sr RUBEN GUEIROS, processou-se uma reforma completa, com a qual foi criada a carreira de Estatístico e ampliado o quadro de funcionários, dentro da estruturação recomendada pelo órgão central.

Esta reforma concretizou-se pelo Decreto n º 877, de 16 de Dezembro de 1937, que reüniu os serviços de estatística aos de publicidade, sob a denominação comum de Departamento de Estatística e Publicidade.

Até então a Repartição de Estatística dispunha, para todos os seus serviços, de uma área de 142 metros quadrados.

Depois, passou a funcionar em amplas acomodações, que abrangiam superfície quatro vêzes maior que a anterior, com salas especiais para a Diretoria, Junta Executiva Regional, mecanografia (já então aparelhada de um equipamento Hollerith), duas Secções Técnicas e uma Carteira de Cartografia.

Essas Secções Técnicas, cada qual com um grupo distinto de atividades, coerentes com o esquema fundamental do Instituto, passaram a ter seus serviços subordinados a uma rotina perfeitamente racional.

E, num ambiente confortável e amistoso, com liberdade de ação, passaram os funcionários a ser autores de suas idéias, e, assim estimulados, estudaram e progrediram

Como os serviços cresciam de importância, na mesma razão em que se alargavam os encargos, foi, pelo Decreto n° 923, de 30 de Dezembro de 1937, criada uma Taxa Estatística para fim especial.

Logo mais, a 28 de Janeiro de 1938, foram as atividades do Serviço de Estatística da Paraíba acrescidas de novos encargos, agora no campo da geografia, com a ratificação, pelo ato n° 947, do Decreto federal n.° 1 527, de 24 de Março de 1937, que instituiu o Conselho Brasileiro de Geografia.

Já nesse tempo vinha funcionando com regularidade a maioria das Agências de Estatística dos Municípios do interior, providas de funcionários que fizeram estágio na repartição central regional.

Êsses órgãos da estatística municipal dilataram, grandemente, a influência e o prestígio do Instituto em quase todos os Municípios do Estado

Estava, assim, devidamente montado, em condições de funcionar, o grande aparêlho de pesquisa que deverá fazer "o Brasil como êle deve ser"

Anulados os pequenos óbices decorrentes da falta ainda de uma consciência estatística, continuaram os trabalhos estatístico-geográficos da Paraíba obedecendo ao ritmo próprio dos organismos sadios. E assim, crescendo e tornando-se forte, preparava-se como o bom atleta para novas e grandes provas decisivas.

A execução do Decreto-lei n° 311 foi bem uma experimentação do valor, da capacidade de resistência, da precisão dos lances e do entusiasmo ardoroso dessa organização regional, para vencer

Melhor idéia terá da importância dessa lei, quem pelo menos tenha conhecimento da brilhante exposição de motivos apresentada pelo Presidente do I B.G E , Embaixador José Carlos de Macedo Soares, ao Sr. Presidente da República, pedindo uma lei que atendesse aos objetivos da racionalidade da divisão administrativa e judiciária da República

Frisa o Presidente do I B G E que sempre reinaram a desordem e a confusão no quadro territorial do Brasil

Na Paraíba, quando foram iniciados os trabalhos preliminares da sistematização de limites, verificou-se quão verdadeiros eram aqueles conceitos, tal era a confusão das linhas limítrofes. Banir aquela desordem, é bem uma valiosa compensação pelas dificuldades vencidas.

Afinal, como coroamento dêsse serviço, foi assinado o Decreto n.° 1 164, de 15 de Novembro de 1938, que fixou o novo quadro territorial do Estado E cada circunscrição, bem ou mal, passou a ter devidamente delimitados os seus quadros urbanos, suburbanos e rurais, bem assim uma representação gráfica pelo menos esquemática do conjunto.

Estava assim vencida uma das etapas mais árduas da primeira campanha geográfica empreendida no Brasil, estavam também concluídos os trabalhos pre-

paratórios do Recenseamento de 1940 A terra já era conhecida nos seus parcelamentos e tôdas as atividades, quer demográfica, quer econômica ou social, já estavam devidamente cadastradas O terreno fôra amanhado desde o arroteamento à gradagem, o que quer dizer que o Brasil já estava em condições de lançar a maior campanha censitária da América do Sul, isto é, podia iniciar os trabalhos do Recenseamento de 1940.

Enquanto isso, as classes armadas, sentindo que o conflito da Europa estava impondo aos países neutros uma atitude de expectativa, exigindo de cada povo um preparo em correspondência com as necessidades da guerra moderna, faziam um apêlo muito justo aos poderes da República, para que fôsse criado em cada Unidade da Federação um órgão encarregado da elaboração das estatísticas militares.

A Paraíba foi dos primeiros Estados a ir ao encontro dessa necessidade Assim é que, pelo Decreto-lei n º 264, de 31 de Outubro de 1941, foi criada no Departamento Estadual de Estatística a Secção de Estatística Militar.

Num maior avanço tendente ao aperfeiçoamento dos trabalhos geográficos, a Carteira de Cartografia foi transformada em Secção de Geografia, em virtude do Decreto n.º 253, de 9 de Julho de 1942

Esta Secção terá a incumbência da execução de serviços de topografia e registro de propriedades; cartografia e desenho, limites e coordenação geográfica.

Entrementes, somos covarde e traiçoeiramente agredidos pelas potências do Eixo. O dever de honra nos arrasta à luta. Estamos em guerra contra as nações agressoras.

Organizam-se o Serviço de Defesa Passiva e a Legião Brasileira de Assistência.

Para ambas as instituïções patrióticas, leva o Departamento Estadual de Estatística a sua cooperação, já oferecendo plantas e cadastros para a organização do Serviço de Defesa Anti-Aérea, já provendo de pessoal e material o Serviço de Dispersão, além de lançar inquéritos necessários ao preparo de u'a muito remota mas possível evacuação da cidade E, ainda, promove estudos em tôrno dos pontos sensíveis, enquanto pesquisa a respeito das zonas de absorção, a qualidade das águas, a capacidade de abastecimento de víveres e dos alojamentos

Afora isso, por influência também da guerra, ainda incumbe ao Departamento a tarefa de promover o registro dos estoques e os inquéritos econômicos para a defesa nacional, de conformidade com o Decreto n.º 4 736, de 23 de Setembro de 1942

A atividade publicitária do D E E tem permitido a divulgação de verdadeiras utilidades a respeito da Paraíba, inclusive a carta da cidade, acrescida dos novos bairros, com indicação dos principais edifícios, o Mapa Itinerário do Estado e várias tabelas itinerárias com espécie de veículos, horários e preços de passagem

O Departamento preparou a representação paraïbana à Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística de Goiânia e à do Estado Novo, no Distrito Federal, como a outros certames de igual natureza

Conforme determinação expressa do I B G E , substituiu a publicação dos Anuários do Estado por separatas atualizadas do *Anuário Estatístico do Brasil.*

Fêz circular pela imprensa periódica e em brochuras noventa e seis comunicados, sem contar outras publicações de caráter administrativo e técnico.

O órgão central da estatística paraïbana desenvolve uma intensa cooperação com tôdas as repartições públicas do Estado e estuda com tenacidade e especial carinho a questão de limites da Paraíba com o Rio Grande do Norte, para o que tem organizado um completo documentário que se reporta ao início da querela, desde o Alvará de 18 de Março de 1818.

E assim, sem alterar o ritmo da execução de suas tarefas normais, o Departamento Estadual de Estatística da Paraíba vai dando o que de si pode dar, como um dever de colaboração ao trabalho construtivo que promove pelo Brasil o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PAULO PIMENTEL
(Diretor do Departamento Estadual de Estatística)

DESENVOLVIMENTO DA ESTATÍSTICA EM PERNAMBUCO, APÓS A CRIAÇÃO DO I.B.G.E.

OS serviços de estatística de Pernambuco datam de época bem anterior à criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Podemos, mesmo, asseverar que aquela alta entidade encontrou, neste Estado, uma repartição de estatística que, não obstante a sua deficiência de pessoal e material, estendia os seus inquéritos dentro de um campo bem considerável, para o momento, realizando vários trabalhos plenamente satisfatórios, como o levantamento das estatísticas comerciais, — exportação e importação nacionais e estrangeiras, pelo pôrto do Recife —, estatísticas educacionais e conexas, implantadas pelo Convênio de 20 de Dezembro de 1931, estatística das finanças estaduais, municipais e federais, no Estado, da produção agrícola, e outros

O "Anuário Estatístico de Pernambuco"

Um bom documentário dêsse acervo de serviços é o *Anuário Estatístico de Pernambuco,* cuja publicação foi iniciada em 1928 e mantida até a presente data, apenas com as modificações impostas pela nova diretriz dada pelo Instituto às estatísticas brasileiras. O confronto do seu material no período de 1928 a 1935, anterior à segunda reforma da repartição, com os recursos de que esta dispunha, causa admiração, sobretudo quando se considera que aquela publicação, embora hoje ampliada e melhorada tècnicamente, de anual que era vem saindo de dois em dois anos.

Há, entretanto, a esclarecer que, naquele tempo, tôda a repartição trabalhava, exclusivamente, para o seu *Anuário Estatístico,* objetivo de todos os levantamentos. Não existiam os compromissos de entrega de serviço às repartições federais criadas com o Instituto A administração local, o público, as emprêsas particulares, os consulados, os intelectuais não utilizavam estatística.

A repartição era um recanto quieto, propício ao trabalho sossegado de cálculos e de enfileiramento de cifras nas colunas das tabelas.

Trabalhava-se para o *Anuário* e, nas horas vagas, faziam-se relatórios com projetos de reforma da repartição, que, entregues às autoridades competentes, eram lidos ou não, mas, invariàvelmente, metidos nas gavetas à espera da clássica "melhor oportunidade".

Hoje, o *Anuário* ocupa um plano secundário, e, a bem dizer, é feito nas horas vagas Trabalha-se para um fim mais importante, que é o levantamento das estatísticas regionais destinadas, como parcelas, ao cômputo geral das atividades do país.

Para êsse fim os inquéritos estenderam-se a todos os setores e a técnica, introduzindo novos processos de crítica, cada vez mais requintados, para maior segurança dos levantamentos estatísticos, triplicou os trabalhos internos da repartição.

Maior interêsse pela estatística Além disso, a procura de estatísticas cresceu assustadoramente; a administração pública, o comércio, os sindicatos e outras associações de classes, as emprêsas industriais, os intelectuais e viajantes, todos agora buscam dados estatísticos

A repartição já não é aquele recinto quieto Nela há pressa em tôda a parte e, não obstante, existem sempre prazos vencidos e compromissos a satisfazer.

Espera-se o quadro de estatística, da máquina tabuladora ou da datilógrafa, com a ansiedade com que se espera um objeto valioso das mãos do artífice que o retoca e burila

Nesse particular podemos notar grande modificação, por parte do público, quanto à importância dada à estatística.

E' preciso, entretanto, salientar que essa modificação de mentalidade não é inteiramente útil ao bom andamento dos serviços de estatística Os inúmeros pedidos, detalhados e extensos, sobrecarregam a repartição, e na maioria dos casos não é possível negá-los.

O diretor de estatística é o homem que mais pede obséquios (para a sua repartição) e, chegando a oportunidade, tem de retribuí-los.

E' certo que êsses pedidos de favores podem ser substituídos pela citação de um artigo de lei, mas uma coisa é o dado fornecido espontâneamente e outra é o mesmo elemento arrancado pela fôrça da lei Aliás, estimamos que 60% das informações fornecidas não são utilizadas com proveito pelos interessados, havendo, assim, grande desperdício de tempo Êsse cálculo baseia-se no exame dessas informações em confronto com os fins, a que as mesmas se destinam, declarados pelos solicitantes.

Nesse capítulo de solicitação de informações, queremos ressaltar que há coisas interessantíssimas, as quais às vêzes irritam e outras fazem rir aos que trabalham em estatística.

Aparecem, não raramente, pedidos, de particulares ou mesmo de serviços públicos, feitos, cuidadosamente, em quadros que não podem ser preenchidos pela falta de correspondência entre os elementos da tabela, ou então questionários recebidos pelo correio e vindos sem enderêço de retôrno.

Há, ainda, os solicitantes impiedosos, que desejam, mais ou menos, — a demonstração da economia do Estado no último qüinqüênio; — ou os vagos, que pedem: *comércio, produção e tudo que interesse a economia.*

Existem, também, os precisos e seguros; êsses preenchem cinco ou mais páginas discriminando os dados que desejam e depois acrescentam "etc., etc." ou então, — "e outros assuntos"...

Mas, tudo isso representa uma fase da evolução da mentalidade do nosso povo quanto à estatística e tem de ser suportado como uma etapa a vencer, bem longe, aliás, daquela fase de indiferença e até de desconfiança, caminho por onde já trilhou a estatística entre nós.

Breve retrospecto Como anteriormente dissemos, o I B G.E. já encontrou em Pernambuco um pouco de estatística, tanto que dêste Estado vários técnicos foram indicados para serviços recem-criados, destacando-se, entre êles, RAFAEL XAVIER, MÁRIO CUNHA, RUBEN GUEIROS, EDUARDO GONÇALVES, MARCELO AROUCHA, e, posteriormente, SOUSA BARROS, elementos leva-

dos para a "linha de frente" do Instituto e todos feitos na "Escola de Pernambuco", como uma vez denominou a repartição de estatística dêste Estado o Secretário Geral daquela alta entidade orientadora da Estatística Brasileira.

Todavia, sòmente após a Convenção Nacional de Estatística, de Agôsto de 1936, a então Diretoria Geral de Estatística de Pernambuco tomou a feição que a devia integrar na nova ordem criada pelo Instituto

Foi Pernambuco, entretanto, um dos primeiros Estados que procuraram satisfazer os compromissos daquela Convenção, tanto que, assinada a mesma a 11 de Agôsto, em 29 do mesmo mês era aprovada e ratificada, em Pernambuco, pelo Decreto estadual n.º 19.

Em 4 de Novembro de 1936 era enviada à Assembléia Legislativa uma mensagem, do Governador LIMA CAVALCANTI, pedindo a reforma da repartição regional de estatística.

Essa mensagem era encabeçada pelo seguinte tópico "O decreto estadual nº 19, de 29 de Agôsto do corrente ano, que aprovou e ratificou a Convenção Nacional de Estatística, criou para o govêrno do Estado a obrigação de realizar um amplo programa de trabalhos estatísticos, acarretando, portanto, encargos para os quais seriam insuficientes os recursos orçamentários que vinham sendo distribuídos para manutenção da Diretoria Geral de Estatística, neste Estado.

"As obrigações, pois, que o Estado contraíu com a Convenção Nacional de Estatística exigem do govêrno de Pernambúco providências tendentes a reformar a repartição a que estão confiados os nossos serviços de estatística Essa reforma visa o melhor aparelhamento da referida repartição de maneira a torná-la apta ao exercício eficiente de suas verdadeiras funções."

Em 30 de Novembro do mesmo ano era sancionada a Lei nº 195, da Assembléia Legislativa, autorizando o Governador do Estado a proceder a uma reforma na Diretoria Geral de Estatística

Essa reforma teve como base o aumento do quadro de funcionários de trinta e cinco para cinqüenta e um, incluindo-se nesse aumento cinco serventuários contratados que já trabalhavam na repartição, no serviço de estatística educacional, e que eram custeados pela Secretaria do Interior

Além disso, cogitou da melhoria de vencimentos para várias categorias de funcionários, equiparando-os aos de cargos semelhantes da Secretaria de Agricultura.

No tocante a recursos de ordem material foram consignados no orçamento para o ano seguinte, 1937, mais Cr$ 76 100,00

Nesse mesmo ano, aproveitando-se o Congresso de Prefeitos realizado no Recife, em Outubro, foi assinado um Convênio Inter-administrativo entre o govêrno do Estado e as Prefeituras Municipais para a criação das Agências Municipais de Estatística

Ainda em 1936, em 7 de Outubro, a Assembléia Legislativa votou a Lei n.º 239, criando a obrigatoriedade do fornecimento de informações estatísticas à D. G. E

Em 29 de Dezembro foram abertas as inscrições para o concurso de habilitações aos novos lugares do quadro, o qual se realizou em Março de 1937.

Assim, 1936 foi o ano de grandes trabalhos preparatórios para a organização estatística de Pernambuco. E' interessante lembrar que também foi para o Instituto, a bem dizer, o ano inicial da sua atividade quanto à estatística nas Unidades Federadas, marcado pela Convenção Nacional de Estatística e pela Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, instalada em Dezembro juntamente com a grande Exposição de Estatística e Educação.

Em 1937 completou-se, oficialmente, a integração da repartição no Instituto com a criação da Junta Executiva Regional de Estatística e do Diretório Regional de Geografia, respectivamente pela Lei n º 21, de 17 de Fevereiro, e pelo Decreto n.º 26, de 22 de Setembro

Aquele ano, entretanto, foi um dos de maiores atividades, na Diretoria Geral de Estatística, não só em face da reorganização interna e ampliação dos seus serviços, visando atender às novas diretrizes traçadas à estatística brasileira, como pela instalação das Agências Municipais de Estatística.

Nesse particular, sobretudo, considerável foi o trabalho desenvolvido, uma vez que, assinado o Convênio de Estatística Municipal, sòmente uma pequena parte dos Prefeitos honrou, espontâneamente, os compromissos no mesmo firmados. A maioria opôs óbices de tôda natureza à nomeação dos Agentes de Estatística para os seus Municípios, servindo-se, entre outras, da clássica desculpa de falta de verba.

Todavia, essas dificuldades foram transpostas e todos os Municípios, em 1937, ou nomearam os seus Agentes de Estatística ou designaram funcionários para responder, cumulativamente com outras funções, pelos serviços de estatística.

No tocante à organização interna da repartição, naquele ano, além da aquisição de móveis, fichários, arquivos, máquinas de calcular e de escrever, fêz-se a reforma do equipamento Hollerith, com a obtenção de uma tabuladora alfa-numérica e de perfuradoras elétricas

Ampliação e melhoria dos serviços

Com o govêrno AGAMEMNON MAGALHÃES, novos impulsos foram dados ao melhoramento do sistema estatístico do Estado. Vários empreendimentos que não puderam ser levados a efeito nos anos anteriores foram possíveis em 1938, não obstante o regime de economia e de cortes implantado naquele primeiro ano da restauração econômica de Pernambuco.

Assim foi possível a criação do serviço de fiscalização das Agências Municipais de Estatística, com um corpo de quatro Agentes Itinerantes e a divisão do Estado em quatro zonas para fins de contrôle estatístico

Isto se verificou em Fevereiro e logo em Março era baixado o regulamento da organização estatística do Estado e, em Setembro, instituído o registro obrigatório para fins de levantamento de estatística Êsse serviço, aliás iniciado em Pernambuco por iniciativa da sua repartição estatística, teve os melhores aplausos do Instituto, sendo recomendado às demais repartições regionais

Hoje, o registro é federal, obedecendo a uma excelente organização, e é realizado nos Estados em cooperação com uma das repartições centrais federais, que controla a sua execução.

Ainda em 1938 fêz-se o primeiro levantamento da exportação por via terrestre e foi lançada a Campanha Estatística dos prontuários municipais, a nosso ver um dos mais importantes inquéritos da estatística brasileira

Em 1939 procedeu-se à regulamentação das Agências Municipais de Estatística e do Serviço de Bio-estatística, respectivamente pelos Decretos n º 436, de 28 de Dezembro, e n º 345, de 30 de Junho Em Março dêsse mesmo ano foi criada a Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo, da Prefeitura do Recife, preenchendo-se assim uma grande lacuna do sistema estatístico do Estado, e em Dezembro foi mudado o nome da Diretoria Geral para Departamento Estadual de Estatística.

Nos anos seguintes foram sempre se ampliando os encargos do Departamento com o lançamento de novos inquéritos, extraordinários uns e de caráter permanente, outros.

Verificaram-se, igualmente, melhoras nas condições internas da repartição, não só quanto a material como na ampliação das suas instalações.

Hoje, ocupa o Departamento seis grandes salões em dois prédios contíguos, excelentemente localizados numa das melhores praças do Recife.

Síntese dos progressos verificados

Uma boa visão das modificações introduzidas nos serviços do Departamento de Estatística de Pernambuco, após a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, poderá ser dada de maneira bem expressiva com a síntese abaixo:

ANOS	NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS			RECURSOS FINANCEIROS (Cr$)		FATOS A REGISTRAR
	Quadro efetivo	Mensalistas*	Total	Verbas estaduais	Auxílio do I. B. G. E.	
1935 . .	30	5	35	Pessoal : 170 810 Material. 104 200 **Total. 275 010**	— —	
1936	35	5	40	Pessoal 190 750 Material. 104 200 **Total. 294 950**	— —	Reforma da Repartição Lei de obrigatoriedade de informações Convênio para a criação das Agências Municipais de Estatística.
1937.	51	3	54	Pessoal 340 680 Material. 180 300 **Total. 520 980**	— —	Aumento de funcionários Criação da Junta Executiva Regional de Estatística e do Diretório Regional de Geografia. Modificação do equipamento Hollerith da repartição central.
1938 .	51	14	65	Pessoal 368 400 Material.. 170 300 **Total. 538 700**	45 000	Regulamentação da organização estatística do Estado Criação do corpo de Agentes Itinerantes Registro obrigatório das indústrias no D. E. E Revisão do quadro territorial do Estado.
1939	51	15	66	Pessoal 374 680 Material . 191 700 **Total 566 380**	49 484	Regulamentação das Agências Municipais de Estatística e dos serviços de Bio-Estatística.
1940	51	14	65	Pessoal 379 680 Material 191 700 **Total. 571 380**	43 297	Ampliação das instalações do D. E. E. Aquisição de material para as Agências de Estatística Melhoramento no equipamento Hollerith
1941	51	15	66	Pessoal 379 680 Material. 222 700 **Total. 602 380**	43 297	Medidas para a melhoria das estatísticas da importação por cabotagem e instituição do registro estatístico nas indústrias de origem animal. Decretos Nos. 598 e 599, de 17 de Março
1942 .	51	14	65	Pessoal 379 680 Material 222 700 **Total . 602 380**	43 296	Criação da Secção de Estatística Militar Aquisição de máquinas de calcular, de uma impressora « Ditto » e outros materiais Assinatura do Convênio de Estatística Municipal

* Inclusive os contratados pela verba de auxílio do Instituto.

São os seguintes os principais serviços iniciados ou reorganizados pelo Departamento, depois da criação do I B.G.E.:

a) Estatística industrial (organização e ampliação); *b*) Estatística agrícola (ampliação); *c*) Estatística do gado abatido e matadouros (reorganização); *d*) Exportação por via terrestre; *e*) Prontuários e formulários A B e C; *f*) Revisão dos mapas municipais; *g*) Revisão da divisão administrativa do Estado; *h*) Estatística criminal (reorganização); *i*) Levantamento mensal de estoques, dos gêneros de primeira necessidade; *j*) Organização das Tábuas Itinerárias do Estado; *l*) Inquéritos da Estatística Militar; *m*) Transmissão de Imóveis e Hipotecas, *n*) Estatística sôbre Custo de Vida, *o*) Remessa de mapas mensais de exportação e do resumo anual para os demais Estados; *p*) Casamentos; *q*) Nascimentos, e *r*) Estatística da organização do trabalho; sindicatos e o seu movimento.

M DIEGUES JÚNIOR
(Diretor do Departamento Estadual de Estatística)

ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO SISTEMA ESTATÍSTICO DE ALAGOAS

QUANDO, a 11 de Agôsto de 1936, se firmava no Rio de Janeiro a Convenção Nacional de Estatística, decerto poucos seriam os Estados que possuíam com organização perfeita o seu serviço de estatística. De estatística do ensino todos, ou quase todos, já o tinham, em virtude do Convênio de Estatísticas Educacionais de 1931. Foi assim a estatística do ensino a primeira que, em nosso país, teve sua organização assentada em bases sólidas. Tentativas anteriores, como as referentes às estatísticas de criminalidade ou de comércio, ressentiam-se, ainda, da falta de regularização

A partir de 1936, em face dos compromissos da Convenção, é que se organizaram de maneira racional, dentro de normas, se não fixas, pelo menos uniformes, do ponto de vista nacional, os órgãos estatísticos regionais. Alagoas, que já possuía então a sua Diretoria Geral de Estatística, criada pelo Decreto n.º 1 538, de 10 de Setembro de 1931, reorganizou essa repartição em 16 de Junho de 1937, através da Lei n.º 1 307, assentando-a nos moldes traçados pelos técnicos do então Instituto Nacional de Estatística. Sòmente em Setembro seguinte foi regulamentada a Diretoria Geral de Estatística (Decreto n.º 2 276, de 20 de Setembro de 1937), cuja denominação passou a Departamento Estadual de Estatística pelo Decreto n.º 2 543, de 2 de Outubro de 1939, tendo em vista as recomendações da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística.

Organização do sistema regional A Lei n.º 1 307, de 10 de Junho de 1937, bem como o regulamento do Decreto n.º 2 276, de 20 de Setembro do mesmo ano, estabeleciam o princípio da descentralização executiva; na Diretoria de Instrução Pública, existia a Secção de Estatística e Registro, criada pelo Decreto n.º 2 217, de 26 de Agôsto de 1935; na Diretoria de Saúde Pública, continuava existindo a Inspetoria de Estatística Demógrafo-Sanitária, reorganizada pelo Decreto n.º 2 229, de 25 de Janeiro de 1937; no Gabinete de Identificação, executava-se a estatística criminal através da Secção de Estatística e Arquivo, regulamentada pelo Decreto n.º 2 124, de 9 de Setembro de 1935.

Ficavam assim a cargo do Departamento de Estatística as demais estatísticas, excetuadas apenas as de ensino primário, de nascimentos, casamentos e óbitos e de crimes e contravenções, sinistros e acidentes, suicídios, etc., cujo levantamento os atos atrás citados atribuíam a serviços especializados.

Esta situação, se bem que apresentasse determinados convenientes, oferecia, por outro lado, algumas dificuldades; foram estas, decerto, que levaram o govêrno do Estado a baixar o Decreto-lei n.º 2 438, de 12 de Dezembro de 1938, determinando medidas para a centralização dos serviços estatísticos regionais. Passava para a então Diretoria Geral de Estatística a execução dos

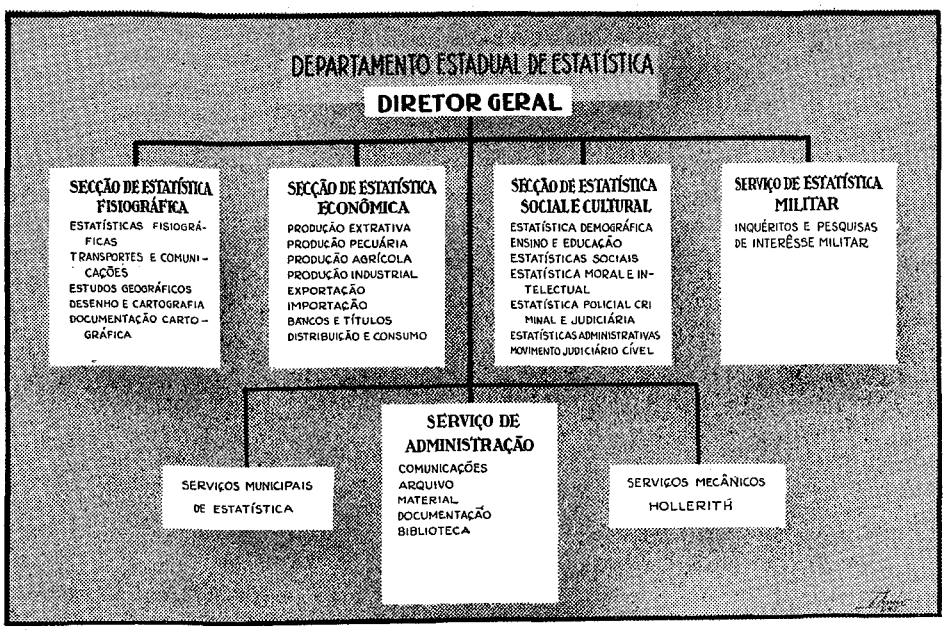
levantamentos antes cometidos ao Instituto de Identificação, à Diretoria de Saúde Pública e à Diretoria de Educação.

Tal providência, no entanto, não obedecia a um critério seguro, proveniente do estudo e observação das condições próprias dos serviços estatísticos regionais, por isso que, não tendo ainda decorrido um ano, já o mesmo govêrno baixava o Decreto 2 501, de 22 de Março de 1939, regularizando o levantamento e a apuração da bio-estatística, e, a seguir, o Decreto n.º 2 546, de 9 de Outubro de 1939, determinando novas medidas para a execução da estatística educacional. No primeiro daqueles diplomas era prevista a remessa dos mapas estatísticos de nascimentos, casamentos e óbitos ao serviço de bio-estatística da Diretoria de Saúde Pública, cabendo ao Departamento Estadual de Estatística apenas deles extrair o que julgasse indispensável aos fins de estatística geral; no segundo, era criada, na Diretoria de Educação, a Carteira de Estatística Educacional, "incumbida da execução das obrigações decorrentes do Convênio celebrado entre o Estado de Alagoas e o Ministério da Educação e Saúde".

Voltava-se assim à situação anterior de descentralização em dois setores estatísticos, tornando-se quase insubsistente o Decreto n.º 2 438, que adotara medidas para a centralização. Evidentemente, poderia haver, no caso, conveniências de momento, possìvelmente, não de serviço. Tudo está indicando e aconselhando dar-se preferência, no caso de Alagoas — Estado de pequena extensão territorial, de pequenos recursos financeiros, de pequenas reservas em elemento humano —, ao sistema de centralização. E' que, muito embora o meu ponto de vista pessoal seja pela descentralização — cada repartição tendo o seu órgão estatístico correspondente —, devemos levar-nos, na análise do problema, pelas condições e possibilidades de cada Estado; estes elementos é que devem determinar a orientação a ser seguida.

Foi dentro dêste ponto de vista que, ao defrontarmos a necessidade de reorganizar os serviços estatísticos regionais, optámos pela centralização executiva. Aconselhavam-na as condições regionais e ainda os pontos essenciais sôbre que assentaríamos a reforma a ser empreendida, a saber. *a*) unidade de direção e de orientação, *b*) coordenação de esforços comuns entre funcionários, distribuindo equitativamente as funções de cada um; *c*) melhor possibilidade de cooperação de atividades técnicas e administrativas entre o órgão realizador da estatística e os órgãos administrativos que com ela tenham relação

Assim é que a 16 de Outubro de 1942, o govêrno do Estado, atendendo às razões que lhe apresentamos em longa exposição de motivos, assinava o Decreto-lei n.º 2 791, reorganizando o Departamento Estadual de Estatística dentro de dois princípios fundamentais: *a*) centralização executiva das estatísticas regionais; *b*) distribuïção dos serviços por secções técnicas, incumbidas, em tôdas as suas fases, das estatísticas que lhes competirem Em particular à organização do Departamento, a reforma atendia às seguintes normas, que se me afiguraram aconselháveis para melhor eficiência das atividades da repartição: *a*) unidade de direção e de orientação; *b*) perfeita delimitação entre o campo técnico e o campo administrativo, aquele distribuído em quatro órgãos técnicos — Secção de Estatística Fisiográfica, Secção de Estatística Econômica, Secção de Estatística Social e Cultural e Serviço de Estatística Militar — e êste compreendido no Serviço de Administração, *c*) distribuïção horizontal das atividades técnicas; *d*) distribuïção equitativa às Secções dos respectivos encargos; *e*) maior responsabilidade do pessoal na execução de suas tarefas. O organograma a seguir nos oferece uma visão dos serviços da estatística alagoana.



Dois atos posteriores consolidaram a providência fixada no Decreto-lei n.º 2 791: o regimento do Departamento Estadual de Estatística, aprovado com o Decreto n.º 97, de 25 de Novembro de 1942, e cujo artigo 12 o considera órgão coordenador e centralizador dos processos e resultados da estatística regional, fixando mais além (arts 7.º, 8.º, 9.º e 10) as atribuïções das Secções, que abrangem tôdas as estatísticas previstas no esquema fundamental do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; e o Decreto-lei n.º 2 812, de 30 de Dezembro de 1942, que incorporou ao D.E.E. a Carteira de Estatística Educacional da Diretoria de Educação.

Desenvolvimento dos trabalhos

Em Alagoas, antes de caber ao Departamento Estadual de Estatística, então Diretoria Geral de Estatística, a coordenação dos serviços estatísticos regionais, distribuíam-se em três classes as entidades que faziam estatísticas I — Oficiais, compreendendo repartições estaduais, federais e municipais; II — Autárquicas; III — Particulares. Entre as repartições estaduais figuravam a Diretoria Geral de Estatística, o Instituto de Identificação, a Diretoria de Educação Pública e a Diretoria de Saúde Pública, com os serviços normais, e o Serviço Médico Legal, a Diretoria de Agricultura, a Diretoria de Viação, a Diretoria Geral da Fazenda e a Contadoria Geral do Estado, sem regularização ou serviço normalmente organizado.

A partir de 1937, reorganizado o órgão central regional, foram adotadas diversas medidas de ordem legislativa ou administrativa, visando aperfeiçoar os diferentes levantamentos estatísticos. Sem referir as providências relativas aos compromissos do Estado para execução da estatística do ensino, podemos lembrar vários atos referentes à estatística vital, comercial, criminal, industrial, administrativa, militar, etc

A bio-estatística teve, com o Decreto n.º 2 229, de 25 de Janeiro de 1937, determinadas as primeiras providências para sua execução, sendo que esta foi regularizada pelo Decreto n.º 2 501, de 22 de Março de 1939, moldado no padrão recomendado pela Resolução n.º 106, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística. Sob os princípios estatuídos nesse diploma vêm sendo

ainda realizados os respectivos levantamentos, de que está incumbida a Carteira de Estatística Demográfica na Secção de Estatística Social e Cultural do Departamento Estadual de Estatística. A realização dessa estatística, de importância não sòmente social senão também econômica e administrativa, está-se efetuando em perfeita cooperação com a Diretoria de Saúde Pública, à qual o Departamento Estadual de Estatística fornece os resumos mensais e anuais.

O Decreto n.º 2 623, de 8 de Outubro de 1940, estabeleceu medidas para assegurar o levantamento da estatística comercial do Estado, sobretudo na parte referente à importação. A relativa à exportação já estava prevista na legislação fiscal do Estado, posteriormente consolidada pelo Código de Impostos e Taxas (Decreto-lei n.º 2 723, de 30 de Dezembro de 1941), cujo livro VI versa sôbre o imposto de exportação; à repartição estatística é remetida, pelas coletorias, uma via das respectivas guias processadas. No propósito de assegurar melhor execução à estatística comercial, a direção do Departamento Estadual de Estatística baixou a portaria n.º 55, de 8 de Maio de 1942, fixando instruções acêrca das diversas etapas dos serviços, sobretudo no que diz respeito ao preenchimento das guias de exportação e de estatística.

A estatística criminal tinha sua execução, em Alagoas, norteada pelas linhas fixadas no Decreto n.º 2 504, de 29 de Março de 1939, até que passou a ser realizada, a partir de 1942, de conformidade com as disposições do Decreto-lei federal n.º 3 992, de 30 de Dezembro de 1941, que instituiu novo modêlo de "boletim individual". Pela portaria n º 71, de 27 de Julho de 1942, a atual direção do Departamento baixou instruções para execução da estatística policial-criminal e judiciária, quer quanto aos encargos da respectiva Carteira, quer quanto à realização dos inquéritos nas suas diversas fases. Por fôrça dos dispositivos dessa portaria que, de um modo geral, consolidou medidas então existentes, são elaboradas, pela Carteira de Estatística Policial-Criminal e Judiciária, as estatísticas referentes a crimes e contravenções, desastres e acidentes, suicídios e tentativas de suicídio, incêndios, prisões e detenções, movimento carcerário, movimento judiciário-criminal (denúncias, pronúncias, impronúncias, absolvições, condenações), etc.

A estatística industrial começou a ser efetivamente realizada pelo Departamento Estadual de Estatística, dentro de condições mais adequadas e exatas, em 1941, quando foi assinado o Decreto-lei n.º 2 647, de 7 de Fevereiro daquele ano, tornando obrigatório o registro, na repartição, dos estabelecimentos industriais existentes no território do Estado. À época, a Delegacia Regional do Ministério do Trabalho também realizava inquérito idêntico, por fôrça do Decreto-lei federal n.º 281 Essa duplicidade de pesquisa, acarretando inconvenientes múltiplos, levou a delegação de Alagoas à Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, em 1941, a propor a reorganização do inquérito federal, transferindo-o das Delegacias Regionais para os órgãos centrais regionais. Resultou dessa sugestão baixar aquele alto órgão a Resolução n.º 223, de 26 de Julho de 1941, mais tarde transformada em lei federal: o Decreto-lei n.º 4 081, de 3 de Fevereiro de 1942. De acôrdo com os dispositivos dêsse ato legislativo é que se vem levantando, em Alagoas, a estatística industrial.

Ainda nesse campo, e ampliando inquéritos que já se vinham realizando, propôs o Departamento Estadual de Estatística a execução do registro na indústria dos produtos de origem animal, o que foi adotado pelo govêrno do Estado com o Decreto-lei n.º 2 648, de 11 de Fevereiro de 1941. Baseou-se êsse ato na Lei federal n.º 1 633, de 28 de Setembro de 1939. De conformidade com os têrmos do Decreto-lei n.º 2 648, vem sendo executada, de modo satisfatório, a estatística do gado abatido.

Outro campo sôbre que foram determinadas providências, no sentido de nele incidir a pesquisa estatística, foi o da administração pública, tendo em

vista o disposto no Decreto-lei federal n.º 3 854, de 21 de Novembro de 1941. O govêrno do Estado baixou o Decreto-lei n.º 2 738, de 10 de Março de 1942, dispondo sôbre o levantamento das estatísticas de administração pública (pessoal e movimento burocrático), finanças públicas, e movimento judiciário-cível.

Estatística que nos últimos anos tem merecido maior atenção do Departamento, é a relativa à produção agrícola; inquérito de difícil realização, ainda não perfeitamente executado em nosso país, cerca-se de inúmeros fatores que influem na não determinação de providências que possam torná-lo eficiente e de oportunidade desejável. Estudando as condições próprias do Estado, e ainda o que se vem levando a efeito satisfatòriamente em Sergipe, a direção do Departamento baixou, a 3 de Fevereiro do corrente ano, com a portaria n.º 2, instruções para execução das estatísticas de produção. A parte de produção agrícola compreende: *a*) principais agricultores; *b*) volume e valor da produção; *c*) rendimento médio; *d*) área cultivada e área produtiva; *e*) condições do tempo e estado das lavouras; *f*) preços de terras; *g*) preços de produtos agrícolas. A produção é levantada em duas épocas: na semeadura e na colheita, inquirindo-se oito agricultores em cada Município.

Ampliação do campo de atividades

Não sòmente por fôrça de normas legislativas ou executivas, como as atrás referidas, mas ainda dentro de medidas adotadas pela direção do Departamento, os serviços estatísticos regionais desenvolveram-se amplamente a partir de 1936, procurando cobrir todo o campo da Estatística Brasileira, como hoje, aliás, já está quase perfeitamente atendido Podemos constatar a ampliação dessas atividades no aumento constante do número de inquéritos realizados pela repartição, de um lado, e, de outro lado, no crescimento das dotações orçamentárias concedidas pelo govêrno do Estado para o custeio daqueles serviços.

Quanto ao primeiro aspecto, convém fixar que tomaram vulto os trabalhos do Departamento a partir de 1941. Verificando o que foi realizado de então até hoje podemos encarar a situação através de três pontos *a*) inquéritos que estavam sendo realizados; *b*) inquéritos que foram melhorados ou ampliados; *c*) inquéritos lançados pela primeira vez

Compreendem-se no primeiro aspecto as estatísticas de registro imobiliário, de exportação, de despesas com a educação e saúde, etc ; arrolam-se no segundo os inquéritos sôbre bio-estatística, produção agrícola, abastecimento de fôrça e luz, assistência a desvalidos, custo da vida, estoques, culto protestante, preços correntes, movimento do pôrto, etc.; na relação do terceiro grupo, que é, sem dúvida, a mais ampla, vamos encontrar os inquéritos referentes a movimento bancário, limpeza pública, mercados e feiras, cemitérios, logradouros públicos, patrimônio municipal, cinemas e teatros, associações culturais, culto católico, gado abatido, produção industrial, importação, fisiografia, climatòlogia e pluviometria, bibliotecas, imprensa periódica, etc.

E' interessante observar que a realização dos inquéritos com uma periodicidade estabelecida — uns mensais, outros anuais — permite o fácil preenchimento dos Cadernos das Campanhas Estatísticas do Instituto, tornando assim mais rápida a tarefa do Agente Municipal de Estatística, e isto porque, quando recebe os prontuários e formulários, já está com o material pronto para preenchê-los. Daí termos sempre observado, na organização dos formulários, a inclusão dos assuntos e minudências pedidos nos cadernos A e B. Ademais disso, os inquéritos efetuados com normalidade permitem melhor crítica e melhor contrôle dos elementos informados; o contrário sucede no preenchimento direto dos Cadernos, quando o Agente nem sempre pode fazer uma crítica eficiente e razoável.

Êste processo na realização dos inquéritos estatísticos tem permitido ao Departamento Estadual de Estatística uma completa revisão nos elementos coletados, ao mesmo tempo que possibilita uma retificação em dados anteriores, nem sempre fornecidos com o critério e o acêrto desejados.

Para o lançamento de alguns inquéritos novos, tornou-se necessário precedê-los do levantamento de cadastros. Recorremos para tal fim não sòmente às Agências Municipais de Estatística, senão também a todos os órgãos, autoridades ou entidades particulares que pudessem facilitar ao Departamento a elaboração de cadastros perfeitos e tanto quanto possível completos. Dêste modo já dispõe o Departamento Estadual de Estatística de cadastros das seguintes entidades informantes, graças aos quais pode oferecer a quem isso desejar um panorama amplo e real da situação estática das respectivas unidades: estabelecimentos industriais; hotéis, pensões e hospedarias; associações científicas, literárias, artísticas, recreativas, educativas, desportivas e mistas; teatros e cinemas; paróquias; ordens e congregações religiosas; estabelecimentos de ensino primário; associações beneficentes; bibliotecas; imprensa periódica; organizações trabalhistas, etc., além dos estabelecimentos comerciais e industriais abrangidos pelo Decreto-lei federal n.º 4 736, de 23 de Setembro de 1942, para declaração de estoques e de índices econômicos. Outros cadastros cogita de organizar o Departamento Estadual de Estatística: o de estabelecimentos de assistência hospitalar; o de assistência a desvalidos; o de sedes municipais e distritais, o de povoados e o de acidentes geográficos do Estado, tais como rios, grutas, lagoas, serras, quedas dágua, etc. Sôbre os dois primeiros aspectos já vem realizando inquéritos anuais, dispondo assim dos elementos necessários para a elaboração do cadastro

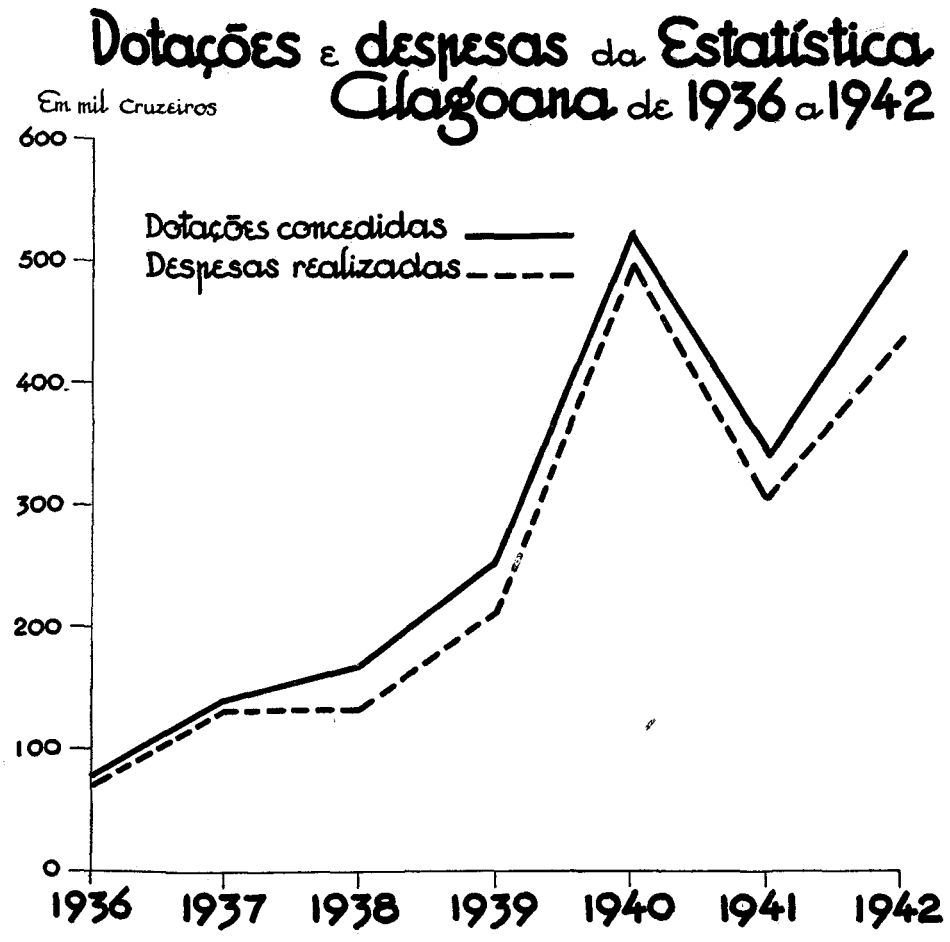
Outra medida, que se vem executando, é a sistematização dos dados apurados, com o que se torna possível o fornecimento rápido de qualquer informação a autoridades ou interessados

Estabelecido um plano de serviço, o Departamento o vem observando tanto quanto o permite o aparelhamento de que dispõe. As fichas de sistematização abrangem sempre que possível aspectos retrospectivos, compreendendo um espaço de tempo de três, quatro, cinco anos. Já estão elaboradas as fichas referentes às seguintes estatísticas: nascimentos, casamentos e óbitos, policial-criminal, bancária, industrial, comercial, movimento de hóspedes em hotéis e pensões, custo da vida, movimento de teatros e cinemas, movimento religioso das paróquias, finanças públicas, etc.

Para tornar possível êste desenvolvimento das atividades estatísticas regionais o govêrno de Alagoas tem proporcionado aos serviços estatísticos dignas dotações orçamentárias. No período 1936/1942, o movimento orçamentário da estatística regional apresenta os seguintes resultados, de que o gráfico dá uma visão mais perfeita:

ANOS	Dotação orçamentária (Cr$)	Créditos abertos (Cr$)	Despesas realizadas (Cr$)
1936	74 000	—	71 371
1937	66 800	70 000	131 751
1938	166 200	—	133 916
1939	251 400	—	211 937
1940	321 000	200 000 *	499 249
1941	341 220	—	307 253
1942	425 400	82 835	439 607

* Despesa referente à elaboração dos mapas municipais



Distribuïção dos serviços O aspecto mais interessante das atividades estatísticas em Alagoas, nos últimos anos, tem sido êste: o alargamento do campo de pesquisas, abrangendo quase todos os assuntos compreendidos no esquema fundamental da Estatística Brasileira, sem prejuízo do aperfeiçoamento técnico dos inquéritos em realização. Para que esta ampliação se venha registrando de maneira útil aos trabalhos da estatística regional, cumpre destacar o apoio e colaboração que lhe não teem faltado, quer da parte dos poderes públicos — órgãos, serviços ou entidades estaduais, federais e municipais —, quer da parte da coletividade alagoana.

Ademais disso, há a salientar o alto espírito de cooperação demonstrado pelo funcionalismo da estatística alagoana, colaborando de maneira útil e eficiente para que o Departamento Estadual de Estatística alcance as finalidades que lhe foram traçadas. Com a reorganização do Departamento, operada pelo Decreto-lei n.º 2 791, de 16 de Outubro de 1942, os serviços são distribuídos através de carteiras especializadas, incumbidas dos encargos que lhes foram conferidos, em tôdas as suas fases (art. 4º). Pela portaria n.º 98, de 27 de Novembro, a direção do Departamento distribuiu os serviços da seguinte maneira:

Secção de Estatística Fisiográfica: Carteira de Estatísticas Fisiográficas; Carteira de Estudos Geográficos; Carteira de Transportes e Comunicações; Carteira de Desenho e Cartografia.

Secção de Estatística Econômica: Carteira de Produção Extrativa e Pecuária; Carteira de Produção Agrícola; Carteira de Produção Industrial; Car-

teira de Estatística Comercial; Carteira de Bancos e Títulos; Carteira de Distribuïção e Consumo.

Secção de Estatística Social e Cultural: Carteira de Estatística Demográfica; Carteira de Estatística Educacional; Carteira de Estatística Social; Carteira de Estatística Moral e Intelectual; Carteira de Estatística Policial-Criminal e Judiciária; Carteira de Estatísticas Administrativas.

Sómente não foi feita distribuïção de trabalhos no Serviço de Estatística Militar. Dada a deficiência de pessoal na repartição, afigurou-se-nos preferível dar ao S E.M o encargo de coordenação dos elementos coletados pelas demais Secções e que são do seu interêsse, fornecendo-os com rapidez e atualidade aos órgãos militares competentes Cumpre particularmente ao S E M executar apenas aqueles levantamentos, quase sempre de caráter transitório, sem uma periodicidade estabelecida, solicitados pelas autoridades militares, ou ainda, coordenar os dados de seu interêsse coletados e apurados pelas Secções técnicas. Cabe-lhe assim uma função menos executora — exceto nos "Inquéritos Econômicos para a Defesa Nacional", que são realizados diretamente pelo S.E.M. — do que coordenadora das pesquisas e trabalhos das demais Secções, quando se trata de assunto ligado à estatística militar

De conformidade com o que dispõe a atual legislação estatística regional, e, em particular, a portaria n º 98, atrás referida, encontramos, no quadro abaixo, em esclarecimento tanto quanto possível perfeito, a distribuïção dos assuntos constantes do esquema fundamental da Estatística Brasileira pelas Carteiras e Secções do D E.E. Ver-se-á, pelo que êle revela, que quase todo o campo da Estatística Brasileira está coberto E dizemos "quase" porque sòmente não têm sido objeto de inquéritos — excetuados alguns casos em que ainda há certas dificuldades a vencer — aqueles fenômenos que, embora compreendidos no esquema, não ocorrem no Estado

O quadro de distribuïção dos Serviços do D E E é êste:

Distribuïção dos serviços do Departamento Estadual de Estatística de Alagoas

(Continua)

ASSUNTOS E INQUÉRITOS	Carteira responsável	Secção técnica
I — SITUAÇÃO FISICA		
1. Posição, limites e extensão do território	Carteira de Estudos Geográficos	Secção de Estatística Fisiográfica
2 Geologia e orografia 3 Hidrografia 4 Meteorologia e climatologia 5 Prospecção mineralógica 6 Revestimento florístico 7 Fauna	Carteira de Estatísticas Fisiográficas	Secção de Estatística Fisiográfica
II — SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA		
1 Efetivos demográficos 2 Densidade demográfica 3 Grupos demográficos 4 Nascimentos (nascidos vivos e nascidos mortos) 5 Casamentos 6 Óbitos 7 Imigração 8 Emigração 9 Migrações internas 10. Naturalizações 11. Mortalidade e sobrevivência 12 Vida média e vida provável	Carteira de Estatística Demográfica	Secção de Estatística Social e Cultural

Distribuïção dos serviços do Departamento Estadual de Estatística de Alagoas

(Continua)

ASSUNTOS E INQUÉRITOS	Carteira responsável	Secção técnica
III — SITUAÇÃO ECONÔMICA		
1 Produção Extrativa (mineral, vegetal e animal) . . .	Carteira de Produção Extrativa	Secção de Estatística Econômica
2 Produção agrícola . .	Carteira de Produção Agrícola	Secção de Estatística Econômica
3 Produção da indústria de transformação .	Carteira de Produção Industrial	Secção de Estatística Econômica
4 Produção industrial pròpriamente dita		
5 Meios de transporte (terrestres, marítimos, de navegação interna e aéreos) .	Carteira de Transportes e Comunicações	Secção de Estatística Fisiográfica
6 Vias de comunicação (correios, telégrafos e telefones)		
7 Propriedade imobiliária	Carteira de Bancos e Títulos	Secção de Estatística Econômica
8 Propriedade industrial . .		
9 Propriedade intelectual (científica, literária e artística) . . .		
10 Moeda metálica e fiduciária		
11 Títulos mobiliários		
12 Bancos e estabelecimentos de crédito	Carteira de Bancos e Títulos	Secção de Estatística Econômica
13 Comércio (de exportação e importação, internacional, interestadual e local)	Carteira de Estatística Comercial	Secção de Estatística Econômica
14 Distribuição da riqueza (salários, interêsses, rendimentos, lucros, impostos e benefícios)	Carteira de Distribuição e Consumo	Secção de Estatística Econômica
15 Consumo (alimentos, vestuário, habitação, etc; serviços de natureza intelectual e moral; sinistros e acidentes)	Carteira de Distribuição e Consumo Carteira de Estatística Policial Criminal e Judiciária	Secção de Estatística Econômica Secção de Estatística Social e Cultural
IV — SITUAÇÃO SOCIAL		
1 Logradouros públicos (vias públicas, praças, parques, bosques, hortos, jardins, cemitérios, etc)	Carteira de Estatística Social	Secção de Estatística Social e Cultural
2 Pavimentação		
3 Arborização e ajardinamento		
4 Iluminação		
5. Abastecimento dágua		
6 Esgotos sanitários		
7 Limpeza pública		
8 Balneários, piscinas, lagos artificiais, canais, estádios e outros melhoramentos urbanos		
9 Serviços preventivos de saúde pública		
10 Campanhas sanitárias	Carteira de Estatística Social	Secção de Estatística Social e Cultural
11 Assistência médica hospitalar		
12 Assistência médica em ambulatórios		
13. Assistência a desvalidos (vestuário, habitação, alimentação e educação)		
14 Previdência e assistência social (seguros, capitalização, caixas econômicas, etc.)		
15 Cooperativismo	Carteira de Estatística Moral e Intelectual	Secção de Estatística Social e Cultural
16 Organização do trabalho		

Distribuïção dos serviços do Departamento Estadual de Estatística de Alagoas

(Conclusão)

ASSUNTOS E INQUÉRITOS	Carteira responsável	Secção técnica
V — SITUAÇÃO CULTURAL		
1. Ensino e Educação	Carteira de Estatística Educacional	Secção de Estatística Social e Cultural
2 Bibliotecas 3 Museus 4 Monumentos históricos e artísticos 5 Belas artes 6 Teatros e outras casas de diversões 7 Associações culturais (científicas, literárias artísticas, educativas, cívicas, recreativas e desportivas) 8 Institutos científicos 9 Arquivos públicos 10 Imprensa periódica 11 Rádio-difusão	Carteira de Estatística Moral e Intelectual	Secção de Estatística Social e Cultural
12 Aspectos culturais da indústria bibliográfica, fonográfica e cinematográfica 13 Exposições, congressos e conferências 14 Missões científicas e culturais 15 Excursionismo 16 Catequese indígena 17 Organizações e campanhas pela elevação física intelectual e moral da raça 18 Organizações e campanhas de reforma social 19 Organizações e campanhas para o desenvolvimento do espírito cívico		
20 Organização religiosa 21 Corporações religiosas 22 Edifícios, monumentos e objetos de arte consagrados ao culto 23 Missões religiosas 24 Grandes comemorações, festividades e movimentos religiosos 25 Atos religiosos	Carteira de Estatística Moral e Intelectual	Secção de Estatística Social e Cultural
26 Crimes e contravenções 27 Jôgo 28 Prostituição 29 Natalidade ilegítima 30 Desquites 31 Suicídios	Carteira de Estatística Policial Criminal e Judiciária	Secção de Estatística Social e Cultural
VI — SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA		
1 Administração 2 Finanças públicas 3 Segurança pública	Carteira de Estatística Administrativa	Secção de Estatística Social e Cultural
4 Repressão	Carteira de Estatística Policial Criminal e Judiciária	Secção de Estatística Social Cultural
5 Justiça 6 Despesa nacional 7 Organização política 8 Representação política	Carteira de Estatística Administrativa	Secção de Estatística Social e Cultural

JOÃO CARLOS DE ALMEIDA
(Diretor do Departamento Estadual de Estatística)

A ESTATÍSTICA EM SERGIPE

SERGIPE, a menor Unidade da Federação, será, muito provàvelmente, o Estado que, de futuro, mais fácil e ràpidamente executará quaisquer levantamentos estatísticos.

O Departamento Estadual de Estatística, não dispondo embora de aparelhamento para a mecanização de seus serviços, nem de pessoal rigorosamente especializado — porque não houve ainda exigência de concurso para o preenchimento de cargos — está em condições de manter em dia todos os levantamentos constantes do programa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e só não é, desde já, o mais rápido e exato realizador das estatísticas regionais, em virtude de um defeito de fácil correção: as Agências Municipais. Estas são, via de regra, confiadas a pessoas cujo preparo intelectual não está à altura das tarefas a executar, e daí o atraso nas apurações, as insuficiências, as omissões, as impropriedades, as demoras, tudo contribuindo para o insucesso de certos trabalhos, que antes se nos afiguravam de êxito infalível.

E a responsabilidade de tais fracassos não cabe pròpriamente aos Agentes, mas corre por conta da insuficiência da remuneração fixada para os cargos.

Excluindo o Município da capital, nos demais, os vencimentos mensais dos Agentes de Estatística são os seguintes: Propriá, Cr$ 300,00; Anápolis, Cr$ 250,00; Estância, Cr$ 220,00; Buquim, Capela e Itabaïana, Cr$ 200,00; Lagarto, Cr$ 180,00; Campos, Laranjeiras e Neópolis, Cr$ 170,00; Aquidabã, Itabaïaninha, Maruím, N. S. das Dôres, Pôrto da Fôlha, Riachuelo, São Cristovão, São Paulo e Socorro, Cr$ 150,00; Campo do Brito, Japaratuba e Santa Luzia, Cr$ 140,00; Jaboatão e Rosário, Cr$ 130,00; Arauá, Canhoba, Cedro, Divina Pastora, Espírito Santo, Garará, Itaporanga, Riachão, Ribeirópolis, São Francisco, Salgado e Siriri, Cr$ 120,00; e mais os Municípios de Muribeca, Carmo, N. S. da Glória, Santo Amaro e Cristalina, onde os Agentes tiveram sua remuneração melhorada de Cr$ 100,00 para Cr$ 120,00 cruzeiros, por Decreto-lei n.º 158, de 3 de Fevereiro de 1943, baixado em cumprimento de recente portaria do Coordenador da Mobilização Econômica, sôbre salário mínimo.

Verifica-se, felizmente, que a alta direção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística está sempre vigilante e não desconhece os pontos fracos de sua grande organização. O Município é a unidade adotada para as comparações regionais ou nacionais, e, pois, não pode deixar de ser servido por informantes intelectual e moralmente capazes e adequadamente remunerados.

Convênios de Estatística Municipal

Daí os Convênios Nacionais de Estatística Municipal, vitoriosamente lançados pelo Instituto, com o beneplácito do Sr. Presidente da República, no memorável Decreto-lei n.º 4 181, de 16 de Março de 1942, segundo o qual os governos municipais delegam ao I.B.G E a função administrativa concernente ao levantamento da estatística geral da competência das Municipalidades.

Sergipe já de há muito completou as providências de sua alçada para a execução do Convênio.

Sôbre o assunto foram baixados dois Decretos-leis estaduais: o de n.º 78, de 15 de Maio de 1942, dispondo sôbre a realização do Convênio, e o de n.º 81, de 25 de Maio do mesmo ano, ratificando e mandando executar o referido Convênio. Os quarenta e dois Municípios sergipanos também baixaram, cada um, decretos de adesão e de ratificação.

De todos êsses atos foram enviadas cópias autênticas à Secretaria Geral do I.B.G.E., e estamos agora aguardando a ratificação por parte da Presidência da República, para a execução do acôrdo em todo o território nacional.

Como conseqüência imediata, teremos bons Agentes Municipais, de vez que a remuneração será compensadora

E Sergipe, como os demais Estados, ficará habilitado a apresentar melhor contribuïção à estatística nacional, contribuïção essa que será tanto mais exata e rápida quanto mais ràpidamente marcharmos para a nacionalização dos órgãos regionais, ou seja, para a subordinação direta dêstes ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mediante novo Convênio entre o I.B.G.E. e os governos regionais.

Agora, o Brasil teve de envolver-se na guerra para defender seus brios de país livre, e êsse novo estado impôs aos serviços nacionais de estatística um enorme desdobramento de suas atividades, afim de serem mantidos em dia os levantamentos de interêsse da economia de guerra e da segurança nacional.

Além de seu programa normal de trabalhos, estão os D.E.E. executando diversos inquéritos especiais por solicitação do Coordenador da Mobilização Econômica, e outros, de caráter secreto, recomendados pelos Estados Maiores das Fôrças Armadas.

Parece-nos que nenhuma outra oportunidade ser-nos-á tão propícia para uma consulta aos poderes competentes, no sentido da realização de um convênio que vise a nacionalização total dos serviços estatísticos do país, isentos da subordinação administrativa aos poderes regionais.

Estatística da Produção Agrícola

Tôdas as estatísticas que compõem o vasto programa de realização do I.B.G.E. vêm sendo regularmente executadas pelo órgão regional de Sergipe, umas de levantamento mensal, como as de exportação, importação, estoques, preços, gado abatido, registro civil, movimento religioso, movimento migratório, finanças públicas, climatologia, etc.; outras, anuais, como registro de veículos, registro industrial, efetivos prediais, rebanho existente, estimativa da produção agrícola e os demais inquéritos lançados diretamente pelo Instituto através de seus Cadernos A, B e C.

Para não nos alongarmos em descrever o que representa de esfôrço construtivo o labor em que todos nos empenhamos para manter em dia nossos trabalhos, explicaremos apenas, neste capítulo, como foi idealizada e como vem sendo executada, desde 1940, a determinação das estimativas da produção agrícola em Sergipe.

O plano que o D E E de Sergipe adota no levantamento da estatística de produção agrícola é de autoria do estatístico classe J, do mesmo Departamento, José Cruz, e fundamenta-se no *processo estimativo*.

Além de não ser oneroso para o erário, pois é conduzido, satisfatòriamente, com a verba ordinária do D E.E , apresenta ainda êsse plano uma série de vantagens, não só quanto à sua técnica, em que a lógica domina, como também porque proporciona ao govêrno estadual e aos lavradores a oportunidade de conhecerem, em qualquer época do ano, a posição das lavouras.

O tempo adotado para as estimativas é o ano civil e não o ano agrícola.

Precede a execução do plano a realização de um inquérito em todos os Municípios, sôbre médias, coeficientes de conversão e redução, produtos que se cultivam, rendimento unitário médio de cada produto durante as safras boas, época do plantio e colheita de cada produto, natureza das terras e relêvo físico dos terrenos.

Duas são as estimativas distintas em que se concretiza o plano adotado pelo D.E.E.

A primeira estimativa, para os produtos de natureza herbácea (exclusive os frutos, tais como o abacaxí), de cada Município, é feita no comêço do mês imediato ao término da plantação, pela avaliação da área cultivada e do rendimento unitário médio durante as safras boas.

O cálculo competente é feito do seguinte modo:

I — determina-se a média aritmética das cinco informações sôbre a área cultivada (cada Colégio de Informantes tem cinco membros);

II — multiplica-se a área cultivada pelo rendimento unitário médio durante as safras boas;

III — abatem-se do resultado tantos por cento, de acôrdo com a percentagem de germinação do produto em questão;

IV — e, finalmente, em todos os casos, deduzem-se 5% do total da operação anterior, correspondentes às plantas que nascem, mas que deverão fenecer.

Com relação aos produtos arbóreos e arbustivos (côco e laranja), e alguns herbáceos, como o abacaxí, a primeira estimativa de cada Município é feita em princípios de Janeiro de cada ano, levando-se em conta o número de árvores safrejando, existente em 1.º de Janeiro, e a produção anual média de cada.

A área cultivada, para os frutos, é obtida dividindo-se o total de cada espécie (novas e frutificando) existente em 1.º de Janeiro, pelo número das plantadas, em média, por qualquer unidade agrária.

A segunda estimativa, ou cifras definitivas da produção de herbáceos, arbóreos e arbustivos, — é obtida após o término da colheita, levando-se em conta as condições do tempo e o estado da lavoura, no período que medeia entre a plantação e a colheita ou entre a floração e a colheita.

O estado das lavouras foi convencionado na seguinte conformidade: ótimo, 100; bom, 80; regular, 60; mau, 40; péssimo, 20.

Se durante a safra o estado da lavoura tiver sido ótimo, bom ou regular, os resultados da primeira estimativa serão acrescidos de 10%, 5% ou 2,5%; se, porém, tiver sido mau ou péssimo (destruição parcial da lavoura), os resultados da primeira estimativa serão reduzidos em 10% ou 20%.

O inquérito de maior importância que controla, mensalmente, em cada Município, as condições do tempo e o estado da lavoura de cada produto, é feito através de um questionário no qual se indaga: *a*) condições do tempo (se foi favorável ou desfavorável à lavoura; se as chuvas foram abundantes, escassas ou regulares e quantos foram os dias de chuva no mês); *b*) estado da lavoura (se ótimo, bom, regular, mau ou péssimo), *c*) pragas (se houve ou não pragas que causassem destruição total ou parcial da lavoura e se os lavradores tiveram recursos para combatê-las); *d*) método de cultura (se houve cultura organizada ou mecanizada).

Êsse inquérito é projetado: *a*) para os herbáceos (exclusive os frutos): no período compreendido entre o mês em que se inicia o plantio e o mês em que começa a colheita; *b*) para os arbóreos, arbustivos e alguns herbáceos: no período compreendido entre o mês em que começa a floração e o mês em que começa a colheita.

As informações sôbre a área cultivada, etc., são prestadas por cinco informantes especializados, que integram o Colégio de Informantes. Êste é constituído pelos cinco principais agricultores, todos nomeados pelo govêrno do Estado, em caráter gratuito, constituindo a sua função serviço de alta benemerência.

Tanto os rendimentos unitários médios como as áreas plantadas, são inquiridos na conformidade da unidade agrária local e não em hectares, tendo em vista a facilidade das informações A conversão em hectares é feita no D E.E.

O rendimento unitário médio na colheita é obtido no D.E E. por um cálculo de proporção, e não dividindo-se o volume físico da produção na safra pela área cultivada, visto como a produção é fator do rendimento. E' claro que aumentando a produção na safra, aumentará, na mesma proporção, o seu rendimento em função do rendimento unitário médio durante as safras boas, uma vez que a primeira estimativa foi calculada levando-se em conta a área cultivada e o rendimento unitário médio nas safras boas.

E' a seguinte a fórmula para o cálculo:

$$R = \frac{\textit{Volume físico da prod. na safra X Rend. unit. nas safras boas}}{\textit{Volume físico da primeira estimativa}}$$

A crítica às informações é feita com o máximo rigor e por funcionários perfeitamente identificados com o objetivo do plano.

O valor da produção é calculado no D.E E., no final da safra. Para êsse fim, nos começos de Janeiro de cada ano, o D.E E. fornece aos Agentes de Estatística um questionário sôbre os preços médios vigorantes no ano anterior, junto ao produtor, dos produtos agrícolas não transformados e transformados.

Execução do plano em Sergipe A execução do plano teve início em 1939 em Sergipe, com a realização pelo D.E.E. dos seguintes inquéritos básicos e preliminares em todos os Municípios: *a*) natureza das terras; *b*) relêvo físico das terras; *c*) médias, *d*) coeficientes de conversão e redução; *e*) contrôle de culturas; *f*) rendimento unitário médio nas safras boas.

Pelo Decreto n.º 38, de 21 de Setembro de 1939, foi criado em cada Município o Colégio de Informantes.

Em 1940, à guisa de ensaio, foi terminado o levantamento das estimativas dos seguintes produtos: algodão, em dezessete Municípios; arroz, em oito Municípios; batata doce, em vinte e seis Municípios; batata inglesa, em um Município; cana de açúcar e derivados, em dezessete Municípios; côco e derivados, em dezenove Municípios; feijão, em trinta e cinco Municípios; fumo, em sete Municípios; mandioca e derivados, em quarenta Municípios, e milho, em trinta e seis Municípios

O cálculo dos derivados de cana de açúcar e mandioca, é feito no D.E.E., em função das constantes médias municipais de conversão e redução.

Os resultados dêsse ensaio foram os mais promissores, animando o D.E.E. a dilatar o seu raio de ação.

Assim é que, em 1941, foi realizado em todos os Municípios um inquérito de revisão dos coeficientes agrícolas, contrôle de culturas e rendimento unitário médio durante as safras boas, de dezoito produtos.

Nesse inquérito complementar e de revisão, o D.E.E. estabeleceu os seguintes critérios para considerar Município produtor: *a*) de abacaxí, quando a produção anual é superior a 50 centos; *b*) de algodão, quando a produção anual é superior a 5 000 quilos; *c*) de alho, quando a produção anual dá para satisfazer as necessidades do consumo dos seus habitantes e da exportação; *d*)

de amendoim, quando a produção anual é superior a 10 000 litros; *e*) de arroz, quando a produção anual satisfaz as necessidades do consumo dos habitantes e da exportação; *f*) de batata doce, quando a produção anual satisfaz as necessidades do consumo dos habitantes; *g*) de batata inglesa, quando a produção anual satisfaz as necessidades do consumo dos habitantes e da exportação; *h*) de cana de açúcar, quando a produção anual satisfaz as necessidades industriais e da exportação, *i*) de cebola, quando a produção anual é suficiente para o consumo local e para exportação; *j*) de café, quando a produção anual é suficiente para o consumo local e para exportação, *l*) de côco, quando a produção anual é superior a 100 centos, *m*) de feijão, quando a produção anual satisfaz as necessidades do consumo dos habitantes e da exportação; *n*) de fumo, quando a produção anual é superior a 3 000 quilos; *o*) de inhame, quando a produção anual satisfaz as necessidades do consumo dos habitantes e da exportação, *p*) de laranja de qualidade (tipo Baía, seleta, pera, etc), quando a produção anual é superior a 100 centos; *q*) de mandioca, quando a produção anual de raízes dá para a fabricação de farinha, capaz de satisfazer as necessidades do consumo dos habitantes e da exportação; *r*) de macacheira, quando a produção anual dá para satisfazer as necessidades do consumo dos habitantes; *s*) de milho, quando a produção anual satisfaz as necessidades do consumo dos habitantes e dos rebanhos e concorre para a exportação

Foi inquirido, ainda, se o plantio de batata doce, amendoim, milho e feijão é feito em roças mistas.

Em virtude da cultura da bananeira e da mamoneira ser processada empìricamente, impossível foi ao D E E , até hoje, determinar a produção dessas espécies.

O mesmo se verifica com relação à manga e ao cajú

A partir de 1941, o D E E determinou, com regularidade, a produção de abacaxí, em quatro Municípios, algodão, em vinte e quatro Municípios, alho, em um Município; amendoim, em seis Municípios; arroz, em dez Municípios; batata doce, em vinte Municípios; batata inglesa, em dois Municípios, café, em dois Municípios; cana de açúcar e derivados, em vinte e oito Municípios; cebola, em três Municípios; côco e derivados, em vinte e oito Municípios; feijão, em vinte e sete Municípios; fumo, em oito Municípios; inhame, em nove Municípios; laranja de qualidade, em onze Municípios; macacheira ou aipim, em vinte Municípios; mandioca e derivados, em quarenta Municípios, e milho, em trinta e três Municípios.

Tendo em vista determinar o consumo *per capita* anual dos gêneros agrícolas que são objeto de suas estimativas, o D E E realizou, em 1941, um inquérito entre cêrca de 2 000 pessoas de várias idades, por intermédio das alunas da Escola Normal Rui Barbosa, de Aracajú

Em 1941 foi projetado o inquérito de coleta mensal, em todos os Municípios, sôbre o intercâmbio dos produtos agrícolas (exportados para outros Estados e outros Municípios) . Êste inquérito não alcançou o êxito esperado, dada a falta de cooperação da parte dos Prefeitos Municipais, mau grado os reiterados apelos do D E E aos mesmos

Em Janeiro de 1943 corrente, o D E E realizou em todos os Municípios um interessante inquérito referente aos estoques de produtos agrícolas em 1.º de Janeiro, nos estabelecimentos comerciais e industriais, depósitos, trapiches, etc., cujo resultado foi o mais satisfatório, permitindo, dagora por diante, um melhor contrôle dos resultados finais da produção agrícola, que são controlados, também, pelas estatísticas de exportação e importação.

Um documento histórico Quem, em Sergipe, quiser falar ou escrever sôbre estatísticas oficiais, não poderá deixar de reportar-se ao ano de 1893, para verificar que, naquela época, o então Capitão de engenharia militar Dr JOSÉ DE CALASANS (hoje general reformado), com a autoridade que lhe emprestava o alto cargo de Presidente do Estado, assim dizia em sua Mensagem Presidencial:

"Entre os assuntos de que devereis ocupar-vos na presente sessão, lembro-vos a conveniência de tratardes do que se refere à estatística geral do Estado, serviço de real importância, de incontestável vantagem, e que serve de base para diversos melhoramentos

"Sem ela não poderemos levar ao estrangeiro notícias exatas das condições de nosso meio, com relação a demografia sanitária, população, indústria, caráter do povo e tudo o mais que concorre para o estabelecimento de correntes de imigração, de que tanto carecemos

"Sôbre o assunto nada existe feito; e entretanto hoje, pela autonomia de que gozamos, há necessidade de providenciar-se a respeito, como medida que muito diretamente poderá concorrer para o nosso progresso

"Um Estado sem estatística regularmente organizada é um corpo que só mui lentamente poderá atingir ao grau de desenvolvimento de que fôr suscetível: é como que uma circunscrição afastada do convívio social, donde não pode ou não quer receber os influxos sempre benéficos

"Em muitos países a estatística considera-se um dos principais ramos da pública administração, e está generalizada de modo que não há recanto da vida social que não seja exposto em tôda sua realidade aos olhos estranhos

"Daí as vantagens incalculáveis que têm obtido êsses países, para onde convergem todos aqueles que têm atividade a desenvolver ou talento a manifestar, constituindo-se poderosos elementos para o desenvolvimento das fôrças produtoras.

"Deixo aquí a idéia. Se não podemos fazer muito, façamos ao menos o indispensável "

A proposta dêsse clarividente administrador não logrou, porém, tornar-se realidade, em virtude da interrupção do mandato que o povo lhe outorgara

Daí por diante, apenas em alguns regulamentos dos serviços públicos foi confiada a certas repartições a atribuïção de coligirem dados numéricos e notas estatísticas ligadas aos seus trabalhos.

Criação do D E.E. Essa situação perdurou até 1931, quando, já vitoriosa a Revolução, o interventor federal, Major AUGUSTO MAYNARD GOMES, compreendendo que a estatística é o melhor orientador dos governos que desejam agir com segurança e eficiência, resolveu dotar o Estado dêsse precioso órgão de contrôle que evita experiências aventurosas

E' do seguinte teor o Decreto n º 85, de 23 de Novembro de 1931, com o qual o zêlo e patriotismo do Major MAYNARD fizeram surgir a primeira Diretoria de Estatística de Sergipe:

"O Interventor Federal no Estado de Sergipe, considerando a urgente necessidade de um departamento que cuide especialmente dos serviços atinentes à estatística geral do Estado, considerando que um serviço de estatística bem organizado, além de constituir uma fonte segura de informações oficiais, é o mais eficaz meio de propaganda de tudo quanto tenha relação direta com as condições econômico-financeiras, físio-naturais, administrativas, morais, sociais, políticas e intelectuais do Estado; considerando que diversos têm sido os pedidos de dados estatísticos sôbre Sergipe, procedentes do país como do es-

trangeiro, a que se não há podido atender pela falta de uma repartição exclusivamente incumbida da coleta sistematizada dos elementos necessários a tais respostas; no uso de suas atribuïções e em atenção às exigências do serviço público, decreta:

Art. 1.º — Fica instituída a Diretoria de Estatística do Estado de Sergipe com sede na capital.

Art. 2.º — Os serviços a cargo da repartição ora criada serão regidos pelo regulamento expedido com o presente decreto.

Art. 3º — O Secretário Geral do Estado promoverá os meios necessários para o aparelhamento material da Diretoria de Estatística, sua instalação e o imediato curso dos seus trabalhos, ficando aberto, desde já, o necessário crédito.

Art. 4º — Revogam-se as disposições em contrário."

A repartição criada pelo Major MAYNARD (hoje coronel e atual Interventor em Sergipe), não acarretou acréscimo de despesas ao Estado, porque organizada com elementos provindos de outras repartições

Seu quadro inicial foi o seguinte: um diretor efetivo e quatro funcionários de outras repartições designados pelo govêrno para servir em comissão, sendo um deles porteiro-contínuo

Já em 1937, essa repartição dispunha do seguinte pessoal: um diretor, um ajudante do diretor, um cartógrafo, um primeiro oficial técnico, dois segundos oficiais dactilógrafos, um encarregado da estatística educacional, dois agentes itinerantes e um porteiro-contínuo.

Evolução do sistema regional

Celebrada a Convenção Nacional de Estatística, com o apoio irrestrito dos governos regionais, cuidaram os Estados da organização de seus serviços de estatística

Ao tempo da assinatura do instrumento de acôrdo inter-administrativo, encontrava-se à frente dos destinos de Sergipe o Capitão Dr. ERONIDES FERREIRA DE CARVALHO, que tratou desde logo de reorganizar a modesta repartição de estatística existente, dotando-a dos recursos necessários ao cumprimento do Convênio, dentro das possibilidades orçamentárias do momento

Assim foi que, pelo Decreto-lei n.º 36, de 18 de Janeiro de 1938, integrou os serviços de estatística do Estado no plano do I.N E , transformando-os em Departamento de Estatística Geral, Publicidade e Difusão Cultural e fixando em dezessete o número de seus servidores, com um orçamento anual de Cr$ 120 400,00, inclusive publicações e outras despesas

Pelo Decreto-lei n.º 221, de 28 de Junho de 1939, foram criadas as Agências Municipais de Estatística, órgãos locais que passaram desde logo a funcionar a cargo de servidores interinos.

A 11 de Outubro de 1939, por sugestão do Conselho Nacional de Estatística, o govêrno do Estado baixou o Decreto-lei nº 245, dando ao órgão regional a denominação de Departamento Estadual de Estatística Por êsse mesmo Decreto foi ampliado o quadro do pessoal, que passou a ser de vinte e oito servidores, mantidos os vencimentos fixados no Decreto-lei n.º 36.

A 25 de Novembro de 1941, já sob o govêrno do Capitão MILTON PEREIRA DE AZEVEDO, foi baixado o Decreto-lei nº 32, reajustando os vencimentos do pessoal do Departamento Estadual de Estatística. E os vencimentos fixados por Decreto de 18 de Janeiro de 1938, foram, assim, depois de decorridos perto de quatro anos, reduzidos de 8% a 33%, quando tudo nos levava a crer que os servidores da estatística teriam em breve melhorada sua remuneração.

O Decreto n º 160, de 5 de Fevereiro último, baixado pelo atual Interventor, Coronel AUGUSTO MAYNARD GOMES, deu nova organização ao quadro de servidores civís do Estado.

De acôrdo com a nova lei, o quadro do pessoal do D E E e respectivos vencimentos, passou a ser o seguinte:

Número de cargos	CARGO	Classe	Vencimentos mensais (Cr$)
1	Diretor	O	1 100,00
1	Estatístico	L	800,00
1	»	J	700,00
2	»	I	600,00
2	Estatístico-auxiliar	H	500,00
3	» »	G	400,00
4	» »	F	350,00
5	» »	E	300,00
1	Desenhista	H	500,00
1	Escriturário	F	350,00
1	Secretário	J	700,00
1	Porteiro	E	300,00
1	Contínuo	D	250,00

Muito embora o referido Decreto não tenha restabelecido para o pessoal da estatística os vencimentos fixados em 1938, beneficiou-o em parte dando-lhe pequeno aumento sôbre os vencimentos que vinha ùltimamente percebendo, e proporcionou-lhe maiores possibilidades na carreira, de vez que o quadro foi ampliado com a criação de novos cargos superiores, de mais alta remuneração

Estatística Educacional Desde Março de 1941 a execução do Convênio de 1931 em Sergipe está confiada a D AMÁLIA RICCI DE ALMEIDA, estatístico-auxiliar de 1.ª do D E E. de São Paulo, posta à disposição do govêrno sergipano.

Transferido ao Departamento de Educação o encargo do levantamento anual, conforme Decreto-lei n º 33, de 25 de Novembro de 1941, para alí se transportou o serviço anteriormente executado no D E E , levando, além da encarregada da chefia e seus três auxiliares, todo o mobiliário, maquinaria e outros materiais necessários, do Departamento Estadual de Estatística

Sob a responsabilidade da atual chefe foram executados os levantamentos de 1940 e 1941 e está sendo ultimado o de 1942 Os dois primeiros já foram entregues ao Serviço federal competente

Além da execução do Convênio, providenciou a chefia do Serviço para o preparo do cadastro escolar (estabelecimentos e pessoal docente), bem como sôbre a adoção de livros para os assentamentos escolares (matrícula e freqüência diária), em uso desde 1942, em todos os educandários de ensino primário, quer públicos, quer privados

Serviram de modêlo para tal fim os livros adotados no ensino oficial do Estado de São Paulo, com as adaptações julgadas necessárias

AFRÂNIO DE CARVALHO
(Diretor do Departamento Estadual de Estatística)

A ESTATÍSTICA NA BAÍA

A DIVISÃO, recurso formal para melhor expôr ou apreciar um assunto, longe de ter um valor absoluto, oferece, em se tratando de fatos sociais, cuja interpretação se vicia comumente devido às dificuldades inerentes à observação, um caráter marcadamente relativo, que importa não perder de vista, por mais seguro que pareça o critério adotado para formulá-la

Sem embargo da reserva, por princípio, aduzida, não andará provàvelmente divorciado da verdade geralmente aceita quem, na atualidade, dividir a história da estatística no nosso país, como já o fiz para um jornal baïano, não em antiga, média e moderna, mas apenas em antiga e moderna, traçando-se a fronteira entre uma e outra pela criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Na primeira, ensaiavam-se inquéritos aquí e acolá, através do país, sem nenhuma relação de interdependência, duplicando-se e triplicando-se esforços, a que, aliás, quase ninguém prestava atenção A estatística apresentava-se fragmentária e desconexa e, ainda assim, só lograva a sua precária existência graças à devoção de alguns obstinados

Na segunda, porém, os inquéritos passaram a obedecer a um plano orgânico, em que se visa a unificação dos resultados, não obstante a descentralização executiva dos trabalhos pelas nossas esferas administrativas, da mais alta à mais baixa A estatística, enfim, ganha espírito de unidade e generaliza-se por todo o país, em conseqüência de um convênio que as Unidades Federativas, sem discrepância, subscreveram

Tão profunda se mostra a mudança que se nota ao transpor a linde entre uma e outra fase, tão diverso se apresenta o panorama das duas idades, que o observador se sente tentado a dizer que o Instituto operou uma revolução branca no país.

Êste ponto, porém, presta-se a tão grande desenvolvimento que daria, por sí só, para um ensaio, quando, por ora, se pretende apenas lançar um retrospecto ligeiro, — ligeiro pelo tempo em que se redige e pelo tamanho que se lhe predestina — da estatística na Baía.

Breve retrospecto Se se estudar, no futuro, a evolução do sistema estatístico baïano no seu conjunto, isto é, nos seus órgãos e nos seus trabalhos, creio que se deverá traçar para representá-la uma curva logística, indicativa de um crescimento vagaroso no princípio, rápido no meio e, de novo, vagaroso no fim Aliás, essa deverá ser, de modo geral, a representação da marcha da estatística em todo o país, correspondendo o traçado intermédio ao período após o advento do Instituto e o final ao período de natural retraïmento que se há de seguir à estabilização das grandes iniciativas pelo mesmo tomadas agora para colocar a estatística à altura da nossa época

O período inicial, tão longo quanto o nosso passado, caracteriza-se sobretudo pela inorganicidade, pois, embora se encontrem vestígios da preocupação de obter dados estatísticos, através a documentação histórica, não houve na Baía nenhum órgão central oficial que a isso se dedicasse contínua e privativamente, salvo na quadra imediatamente anterior ao Instituto

Houve, é certo, repartições públicas, notadamente as fazendárias, que, por necessidades inerentes à sua própria finalidade, fizeram relações e registros de muitos dados interessantes, de que mais tarde, ora em maior ora em menor grau, se valeram cronistas e historiadores.

Pôsto tais relações e registros fôssem permanentes, a compilação estatística, reduzida, bem se vê, à expressão mais simples, assumiu o aspecto de uma atividade episódica, a que, de onde em onde, se devotavam espontâneamente, ou por incumbência da administração, pesquisadores de beneditina paciência

Assim, revelava-se uma emprêsa antes particular do que oficial, característica esta de que se pode oferecer um exemplo elucidativo na *Notícia geral de tôda esta capitania da Baía desde o seu descobrimento até o presente ano de 1739* por José Antônio Caldas, que esclarece, na dedicatória a D Marcos de Noronha, 6 º Conde dos Arcos, haver êste lhe sugerido a matéria, correndo por conta do autor "transcrever o que em outros monumentos estava aceito e pôr em ordem o que estava disperso".

De passagem, convém averbar que talvez seja essa *Noticia,* cujo primoroso manuscrito compulsei no arquivo da Prefeitura do Salvador, o documento de melhor cunho estatístico do passado colonial baïano, pois conquanto verse sôbre assuntos vários, uns peculiares à Baía, outros não, contém, sob os nomes de "mapas" e "epítomes", tabelas bem arranjadas, religiosas, demográficas, comerciais e militares, sem falar em plantas e fachadas de fortalezas, bem como mapas, cujo desenho faz logo pressentir no autor o que outro manuscrito, de autos de vistoria, me confirmou ser, isto é, o "Capitão de Infantaria com exercício de Engenheiro Lente da Aula Régia das Fortificações da Baía"

Como houvesse, de longe em longe, quem, como êsse abalizado capitão de infantaria, se dispusesse a "pôr em ordem o que estava disperso", não era sem certa razão que o deputado baïano Barata de Almeida, — cuja vigorosa figura de agitador o Sr. Câmara Cascudo trouxe à tona em escorreita biografia —, ao invectivar, nas Côrtes de Lisboa, em 1822, a idéia de Portugal dominar o Brasil, dizia que só poderia desculpá-la pela ignorância da geografia, da história e da estatística .

Até época relativamente recente, as relações e registros feitos por algumas repartições públicas em função das suas prerrogativas essenciais continuaram a ser o material disponível para os cômputos estatísticos, sobressaindo, neste particular, os levantamentos dos principais produtos da exportação pela Recebedoria de Rendas e dos crimes e criminosos pelo Gabinete de Identificação, reorganizado em 1912, sob o nome promissor de Instituto de Identificação e Estatística.

Na primeira república apareceram, porém, serviços privativos de estatística cabendo primazia ao que se criou, em 1895, com a Secção Demógrafo-Sanitária sucessivamente transformada depois sob diferentes denominações, a cujo crédito se deve levar a publicação de boletins periódicos de estatística vital e, em 1907, do *Anuário Demógrafo-Sanitário da Cidade do Salvador* Seguiram-se-lhe, em 1922, o Serviço de Estatística Agrícola, Industrial e Comercial da Secretaria da Agricultura e, em 1931, a Secção Técnica de Estatística do Departamento de Educação.

Só em 1923 se instituiu o órgão central de estatística do Estado, responsável, não por êste ou aquele levantamento, mas pela coordenação ou execução geral de todos, surgindo êsse órgão, por fôrça do Decreto nº 3 395, de 3 de Outubro de 1923, da transformação do Serviço de Estatística Agrícola, Comercial e Industrial da Secretaria de Agricultura em Diretoria do Serviço de Estatística da Baía, posteriormente modificada com outras denominações

O órgão central, no intervalo que mediara entre a sua fundação e a do Instituto, entregara-se a uma atividade meritória de propaganda e de coleta, cujos resultados, bem apresentados em tabelas de "anuários" e gráficos de "sala expositiva", se restringiam, porém, a alguns dos aspectos mais gerais da vida do Estado. Esta auto-limitação de atividade era defendida pelo seu saüdoso fundador e diretor com a consideração de se lhe afigurar inútil dispêndio de energias a tentativa de ir além, "pretendendo entrar em investigações estatísticas de detalhes e minúcias, que, sòmente, numa obra de continuïdade, e sem visar falsos efeitos, poderiam ser alcançados" (MÁRIO FERREIRA BARBOSA, Relatório, 1933).

No entanto, a extensão e o aprofundamento das investigações estatísticas, a despeito de óbices que até agora perduram, já se impunham convincentemente Há mais de três lustros coube-me acompanhar ao São Francisco um dos membros da missão financeira inglesa chamada ao nosso país, LORD LOVAT, cuja interessada curiosidade em tôrno de tudo quanto se pudesse relacionar com o êxito de uma plantação algodoeira no vale do grande rio o levou a crivar-me de perguntas sôbre dados numéricos, a poucas das quais me foi dado responder.

Se, por aquele tempo, já não tivesse a noção exata quer da necessidade da estatística para bem conduzir qualquer emprêsa, oficial ou particular, quer da carência em que andava o país nesse assunto, tê-la-ia então adquirido pelo mais alto preço que me podia ser imposto: o vexame do meu patriotismo

Portanto, após o advento do Instituto, cujo programa envolvia uma vasta e ordenada tentativa para suprir essa carência mediante a cooperação de todos os órgãos estaduais, o órgão central baïano oferecia o aspecto de um rio que houvesse recebido uma tromba dágua na sua nascente: o leito não comportava a caudal.

O período "post"-Instituto

Além dêsse órgão central, compunham a estrutura do sistema estatístico baïano os serviços especializados de estatística demógrafo-sanitária e de estatística educacional, ambos incipientes, o segundo ainda infrutífero, afora os registros de serviços não especializados, quando, para unificar a estatística em todo o país, sobreveio o Instituto em 1936.

Desde logo, processou-se, com aumento de pessoal, inclusive o corpo de Agentes Itinerantes, a integração formal do conjunto de órgãos regionais na grande organização federativa, mediante sucessivos diplomas legais, que os colocaram, ao fim de contas, sob a égide do órgão colegial deliberativo, previsto na legislação federal, a Junta Regional de Estatística (Decreto nº 9 998, de 28 de Agôsto, e Lei nº 98, de 8 de Outubro de 1936; Lei nº 183, de 30 de Julho de 1937, Decreto-lei nº 10 531, de 12 de Janeiro de 1938)

Todavia, a integração prática, vale dizer, o estabelecimento de tôdas as condições para que o sistema pudesse suportar realmente a responsabilidade da extensão e do aprofundamento das estatísticas na esfera regional, iria requerer a assistência direta, cada vez maior, do próprio Instituto

Assim, de par com vultoso auxílio financeiro anual, o Instituto vem prestando ao sistema estatístico baïano, no desempenho da sua elevada missão de solidariedade, o inestimável benefício do concurso dos seus técnicos, cuja presença assegura ao referido sistema o que bem se poderia qualificar de "evolução dirigida".

Essa evolução vem-se processando mediante um plano de conjunto, o qual está sendo cumprido, nas suas diversas partes, com método e perseverança, já se traduzindo em fatos deveras expressivos e lisonjeiros.

Ao mesmo tempo que se procedia à criação de órgãos diversos, não se descurava da execução dos seus serviços, elevando-se esta, qualitativa e quantitativamente, ao máximo compatível com o progresso daquela

O órgão central, que, para entrar na padronização recomendada, tomou o nome de Departamento Estadual de Estatística (Decreto n° 11 547, de 26 de Dezembro de 1937), após a reforma sofrida (Decreto n° 12 006, de 12 de Setembro de 1941, Decreto n° 12 341, de 29 de Maio de 1942) conta presentemente seis secções, sem falar nas demais dependências (biblioteca, arquivo, portaria, almoxarifado), isto é, o dôbro das existentes em 1936, correspondendo o aumento à criação das Secções de Apuração Mecânica, de Cartografia, de Estatística Militar

Se entre o primitivo e o atual arcabouço do órgão se acusa a relação de um para dois, isso não representa apenas "aumento", mas também "aperfeiçoamento", dado o elevado cunho técnico peculiar aos serviços acrescidos

O serviço de apuração mecânica, cujo maquinário se instalou em virtude de sugestão da Junta Executiva Central do I B G E , sem demora encaminhada e realizada (Resolução n° 34, de 12 de Fevereiro de 1938, Decreto n° 10 677 de 22 de Fevereiro de 1938, n° 10 882, de 27 de Julho de 1938), destina-se a beneficiar todos os órgãos do sistema que ao mesmo recorram, como habitualmente já o fazem a Secção de Estatística e Recenseamento Escolar e a Inspetoria de Bio-estatística, ambos da Secretaria de Educação, para o preparo das estatísticas educacionais e demográficas, respectivamente Índice do esmero técnico a que já atingiu é o fato de acompanhar, por meio de fichas, não apenas a produção individual dos seus operadores, mas até a sua percentagem diária de erros

O Serviço de Cartografia, antigamente de existência nominal, foi elevado de categoria (Decreto n° 12 341, de 29 de Maio de 1942), para que a representação gráfica assumisse a importância que deve ter para o estudo dos estatísticos e para a mostra de tabelas ao público sob a orientação de um profissional competente Dotado paulatinamente de peças e instrumentos adequados (tecnígrafo, aerógrafo, pranchetas, mesa de pantógrafo, estojos de desenho, etc.), preparou as contribuïções da Baía à Exposição de Goiânia, em Julho, e do Estado Nacional, em Novembro de 1942

O serviço de estatística militar, a cujo cargo está o colecionamento, ou a sistematização, de elementos de interêsse militar, vindos, primária ou secundàriamente, de outras secções técnicas, as quais, guardando apenas a apuração, lhe passam os dados individuais ou cadastrais, o que evita a duplicidade de fichários, vem desenvolvendo uma atividade distinguida com encômios pelas autoridades nela interessadas

Ao passo que se dava êsse considerável aumento das secções componentes da repartição, também se verificava um aumento correlativo do seu material, a que se fêz acima uma referência incidente, e, mais do que isso, a completa modernização dêste em tôdas as dependências pela compra de excelente conjunto padronizado de arquivos de aço, máquinas de escrever, máquinas de calcular, além de mimeógrafo, fichário tipo Kardex e numerosas coleções de fichas

A não ser com semelhante aparelhamento, cuja posse condiciona grandemente a intensidade operativa de qualquer oficina de estatística, não ficaria a baïana habilitada a levar a cabo as magnas tarefas em que, de repente, se viu envolvida.

A amplitude de tais tarefas, cuja medida passou a ser a do próprio esquema fundamental de assuntos da estatística brasileira, ditou igualmente a sua divisão pelas secções no sentido horizontal, tocando a cada uma destas uma parte do esquema, visto como uma divisão no sentido vertical, em que uma secção leva o serviço ao meio e outra o termina, se revelou impraticável.

A remodelação interna, na estrutura e no material, cujas linhas mestras acabam de ficar apenas esboçadas, esgotaram por completo a capacidade do edifício onde se acha instalada a repartição, a ponto de forçar tôda a sorte de expedientes para a manutenção dos serviços, inclusive o aproveitamento da antiga "sala expositiva", que ocupava metade do espaço total Certamente o govêrno do Estado acudirá a essa incômoda situação tão depressa quanto lhe permitam as circunstâncias.

O problema do pessoal Ao lado do problema do material, cuidou-se igualmente do problema do pessoal, cuja solução se apresentava mais difícil devido à preexistência de um quadro formado ao tempo em que o órgão estatístico, ainda rudimentar, parecia poder funcionar com elementos admitidos sob o comum critério burocrático

Ante o malôgro da tentativa de continuar a fazê-lo andar no novo regime com o mesmo quadro, surgiram várias providências seletivas, entre as quais a transformação das chefias em cargos isolados, para comissionamento, nas mesmas, de delegados do Instituto, ou elementos da carreira porventura julgados idôneos; a exigência de concurso para os elementos da carreira que, sem estabilidade, não o houvessem prestado; a exigência do curso secundário aos Agentes Itinerantes e a admissão de extranumerários mediante prova de habilitação.

Aí está um ponto que merece um pouco de reflexão Nos fenômenos humanos, como nos fenômenos da natureza em geral, a fase da indiscriminação precede sempre a da seleção Nisso está implícita uma absolvição genérica de todo passado onde se observe um quadro de estatística constituído a granel .

Entretanto, já parece chegada a hora da seleção, por tôda a parte Na penúltima assembléia geral do Conselho Nacional de Estatística a voz que estranhou a escassez de preparo dos estagiários do Curso de Aperfeiçoamento do I B G E. indicados pelas repartições regionais talvez tenha levantado apenas uma ponta do véu Não importa que outra voz ilustre, para evitar constrangimento, tenha generosamente procurado esbater, com o esfuminho verbal, a côr viva de uma situação já pressentida.

À uniformidade dos quadros do pessoal cumpre ligar a mesma importância que se dá à uniformidade dos processos, reclamando-se, talvez, para os primeiros a base comum do curso secundário fundamental, onde se hão de assentar quaisquer outras provas, entre as quais aquelas de caráter prático que habilitem a tirar todo o partido do aparelhamento moderno das repartições.

As condições atuais A despeito do desequilíbrio resultante da falta de homogeneidade do seu quadro, se as secções do Departamento evoluíram para o dôbro, as suas funções, ou os serviços prestados, evoluíram para mais do décuplo, a julgar pelos índices da correspondência verificados em 1936 e 1942, não obstante no último ano haverem sido adotadas medidas ra-

dicais para reduzí-la ao mínimo essencial No rol de tais serviços se incluíram alguns da alçada de órgãos especializados, cuja deficiência invocou a intervenção supletiva do órgão central

Por isso, nenhum exagêro haverá em afirmar agora que a estatística já cruzou em vários sentidos o campo das realidades baïanas. No empreendimento dessa ampla indagação, contou, entretanto, o órgão central com o concurso de órgãos especializados, um preexistente, a Inspetoria de Bio-estatística, e outros criados intercorrentemente graças ao estímulo persuasivo do Instituto, a saber, a Secção de Estatística e Recenseamento Escolar da Secretaria de Educação, a Secção de Estatística e Publicidade da Secretaria de Segurança, a Diretoria Municipal de Estatística do Salvador e, em lugar à parte, as Agências Municipais de Estatística

A Inspetoria de Bio-estatística, graduada como pioneira das pesquisas especializadas no meio baïano, vem desenvolvendo apreciável esfôrço para bem as conduzir, devendo, em breve, ativá-las enèrgicamente quando entrar em execução o plano cooperativo assentado com o Departamento de Estatística para melhorar o levantamento demógrafo-sanitário

A Secção de Estatística e Recenseamento Escolar da Secretaria de Educação (Decreto de 30 de Novembro de 1937), à qual se acha cometida a estatística do ensino primário, tem-se desobrigado louvàvelmente da sua missão, cujos resultados se apresentam em tempo que os coloca em posição vantajosa entre os congêneres de outras Unidades Federativas Como o serviço se ressentisse da falta de um cadastro geral dos estabelecimentos para contrôle do movimento administrativo e das informações, o Instituto dotou-o, em 1941, de um fichário tipo Kardex para 2 500 fichas A apuração dos dados se faz na Secção Mecânica do Departamento de Estatística

A Secção de Estatística e Publicidade da Secretaria de Segurança (Decreto n° 10 640, de 3 de Março de 1938), a cujo cargo se acha a estatística policial-criminal, alarga, pouco a pouco, as suas indagações da capital para o interior, prometendo recomendar-se ainda mais no futuro ao aprêço com que é vista

A Diretoria Municipal de Estatística do Salvador, criada como divisão (atos n.° 112, de 14 de Maio, e 148, de 9 de Julho, ambos de 1938), mas já erigida em Diretoria (Decreto-lei n° 66, de 22 de Maio de 1942), registra no seu acervo relevantes serviços, entre os quais os levantamentos da atividade da administração municipal, os levantamentos mensais de estoques e a contribuïção levada à Exposição de Goiânia, sem mencionar as diversas e interessantes publicações que periòdicamente edita.

Todos êsses órgãos especializados, cuja simples presença denuncia notável progresso, testemunham o impulso renovador e construtivo do Instituto, embora comportem naturalmente melhoramentos que hão de decorrer de fatôres múltiplos em cujo número hão de estar certamente, quanto aos três primeiros, a projetada criação de quadros técnicos e a fusão dêstes com o quadro do Departamento de Estatística, tendente a coïbir o nomadismo burocrático e o desajustamento funcional, e, no tocante ao quarto, a aplicação dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal

Às Agências Municipais de Estatística, cuja organização é relativamente recente (Decreto n° 11 715, de 6 de Setembro de 1940), cabe um papel de indissimulável relêvo no atual desenvolvimento da estatística regional Providas de aparelhamento padronizado, consistente de arquivo e mesa de aço, máquina de escrever portátil, fichas e guias, além de livros técnicos sôbre estatística e datilografia, supridas de instruções minuciosas sôbre a execução dos serviços, repre-

sentam as mesmas, neste momento, motivo de legítima ufania pelos índices de pontualidade e operosidade assinalados no contrôle do Departamento De par com as atribuïções normais, detêm ainda a responsabilidade de um empreendimento, o registro rural (Decreto n º 11 715, de 31 de Outubro de 1940), cuja realização está prestando à lavoura e à pecuária, segundo depoimentos escritos e verbais colhidos de pontos vários do território, o inestimável benefício de regularizar a situação jurídica de milhares de propriedades

Duas grandes campanhas foram levadas avante com perseverança em proveito da estatística, a da obrigatoriedade das informações e a da uniformização metrológica, ambas compreendidas e aceitas, sem relutância de monta, pela opinião pública, pôsto não tenha soado ainda a hora de encerrar nenhuma delas.

Está visto que apenas uma parte mínima dêsse labor intenso tem chegado ao conhecimento geral em publicações, umas destinadas precìpuamente aos funcionários, por entenderem com a organização dos serviços (*Resoluções, Campanha Estatística de 1940, Agências Municipais de Estatística, Cadastro Rural, Instruções Gerais, Organização do Sistema Estatístico Regional*), outras dirigidas a todos, com maior ou menor periodicidade (*Sinopse Estatística, Tábuas Itinerárias, Povoados, Meios de hospedagem, Boletim de Comércio, Boletim Bancário, Indicador de firmas exportadoras*). De outra grande parte, entretanto, têm-se beneficiado numerosas repartições públicas que, mormente nesta quadra de guerra, precisam recorrer aos dados estatísticos para solucionar problemas agravados ou suscitados pela situação, uma vez que a delicadeza desta impede que o Departamento se antecipe em dá-los a conhecer ao público.

Sem propósito de enumeração, mas apenas de amostra, poder-se-ia mencionar aquí a posição de dianteira que a Baía ocupa atualmente nos levantamentos da exportação, da importação, do ensino, da bio-estatística, e dos estoques, o último resultante dos "inquéritos econômicos para a defesa nacional". Essa posição foi ainda procurada sempre que se tratava de prestar uma colaboração aos órgãos regionais do Recenseamento e da Geografia, ou de fazer cumprir, na órbita estadual, quaisquer decretos federais.

Conclusão Eis aí, senão um balanço, para o qual escasseia o lazer, pelo menos um apanhado das principais iniciativas e realizações que marcaram a evolução da estatística regional, a partir da criação do Instituto. A fôrça propulsora dêste imprimiu ao andamento tradicional da estatística novo ritmo e novo sentido, que, em breve generalização, talvez se possam definir pela ampliação extraordinária dos órgãos e pela especialização ortodoxa das suas funções, num largo esfôrço para formar um todo de genuïna feição técnica, capaz de corresponder sempre ao programa de ação a que se acha votado.

Daí se vê que a obra do Instituto, através de vicissitudes comuns a tôdas as inovações, está vingando esplêndidamente em terra baïana, o que se deve atribuir sobretudo ao grande princípio que a informa, o da cooperação interadministrativa, cujas virtualidades o predispõem e indicam para a solução de outros angustiantes problemas brasileiros

HILDEBRANDO CLARK

(Diretor do Departamento Estadual de Estatística)

MINAS GERAIS E O INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

O INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística celebra a 29 do corrente o sétimo aniversário de sua instalação

Fato de destacado relêvo nos anais da história estatística do país, a data relembra o início da execução, determinada pelo Presidente GETÚLIO VARGAS, de um dos mais ousados planos de cooperação inter-administrativa que só o Estado Novo — descortinando novos e sadios panoramas à grande obra de reconstrução nacional — poderia oferecer, com plena segurança de êxito, à consideração do povo brasileiro

Além das expressivas comemorações que anualmente se fazem nesse dia, em todo o país, quís a direção da REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA que o presente número fôsse consagrado à celebração daquela data, cujo transcurso também se festeja como o "Dia do Estatístico". E o preparo da matéria foi organizado de molde a que os diversos trabalhos publicados constituam "um largo balanço sôbre a obra do Instituto, considerada tanto em suas linhas gerais como nos aspectos de particular interêsse para os diferentes setores da vida nacional"

A iniciativa foi das mais felizes, porquanto há evidente oportunidade para um exame da obra multiforme que o Instituto vem realizando, sempre norteado por um largo pensamento de solidariedade, de compreensão e, principalmente, de unidade nacional

A ação dessa entidade, porém, é bem mais vasta e profunda do que pode parecer à primeira vista, não comportando os estreitos limites de um setor regional a apreciação das numerosas faces em que se desdobra o largo plano de articulação e racionalização que vem sendo desenvolvido

Assim, o presente depoïmento terá de cingir-se a alguns aspectos primários que mais embaraços ofereciam à solução do problema estatístico entre nós, principalmente os que se referem às dificuldades de obtenção dos elementos informativos, às reações do meio ambiente às pesquisas estatísticas e à organização da repartição central a que compete o árduo encargo de controlar, analisar e apurar a enorme massa de documentos de coleta

Boa vontade e cooperação, da parte de Minas

Ao balancear a obra do Instituto em Minas Gerais, o primeiro aspecto a registrar será o de que o meio montanhês apresentava a receptividade necessária para aplaudir, adotar e executar, com ânimo resoluto, dentro do possível, a "série feliz de providências com que o atual Govêrno vem anulando a velha rebeldia do problema estatístico do país"

De fato, a estatística sempre contou, em Minas, com o interêsse e a boa vontade dos governantes, como o atestam, de maneira expressiva, as Mensagens dirigidas ao Congresso Estadual e a série de felizes e oportunas realizações de iniciativa das administrações mineiras

Quanto ao atual govêrno o assunto constituiu, em destacado plano, objeto de especial atenção do Governador BENEDITO VALADARES A Feira Permanente de Amostras, ideada e planejada antes da criação do Instituto, incluiu a estatística como parte primordial de seu programa, pois competia a êsse notável centro informativo apresentar — em exposição permanente e sempre atualizada, incluindo um salão destinado especialmente aos Municípios — as condições de vida e evolução do Estado, através de quadros, gráficos e outros trabalhos de divulgação Nesse programa se incluia a colaboração das Prefeituras ao empreendimento, com o fornecimento de todos os dados estatísticos exigidos pelo antigo Serviço de Estatística Geral do Estado Ainda hoje — quando as condições do país aconselham a não divulgação de dados estatísticos — o belo palácio da Feira de Amostras, embora com as reservas e restrições necessárias no momento, constitui o centro principal de irradiação de conhecimentos sôbre a vida do Estado, em seus diversos ramos de atividades

Entretanto, todos os profissionais da estatística, e o próprio govêrno, conheciam perfeitamente que o problema, apesar dos esforços empregados, não se encontrava devidamente equacionado, pois a solução radical, longe de iniciativas isoladas, exigia um largo plano nacional que — não esquecidas as iniciativas particulares — abrangesse, em um trabalho bem definido de cooperação, as três órbitas administrativas representadas pela União, pelos Estados e pelos Municípios

Assim, o Instituto, a "sábia e corajosa iniciativa do Presidente GETÚLIO VARGAS", veio encontrar em Minas não só ambiente propício mas especialmente um govêrno esclarecido e homens de boa vontade para levarem avante, na parte que lhes tocava, o largo e sadio programa da novel instituïção

O papel de base das Agências Municipais

Êsse alto pensamento encontra-se bem expresso nos principais aspectos relativos à evolução da estatística neste Estado, a partir da criação do Instituto Figuram em primeiro plano o interêsse e o amparo dispensados pelo govêrno mineiro à criação das Agências Municipais de Estatística, sábia providência determinada pela Convenção de Agôsto, pois essas entidades representam, indiscutìvelmente, o principal elemento na realização dos objetivos colimados De fato, atuando num setor que se pode reputar o mais importante, tal o papel representado pelo Município como célula primária na realização das pesquisas, as Agências Municipais constituem o principal alicerce para a implantação definitiva da estatística no país

Ratificada a Convenção Nacional de Estatística e instalada a Junta Executiva Regional, orientaram-se desde logo as repartições filiadas no sentido de executar integralmente o plano estabelecido pelo Instituto.

O primeiro trabalho a exigir o concurso das Municipalidades mineiras foi o da Campanha Estatística de 1937 Nessa ocasião encontravam-se instaladas cêrca de trinta Agências Municipais, que se encarregaram do preenchimento dos questionários do plano regional, organizados pelo Serviço de Estatística Geral, e do levantamento dos Prontuários Gerais, preparados pela Secretaria Geral do Instituto Nos demais Municípios êsses trabalhos foram executados por Agentes Itinerantes e outros funcionários da repartição central estadual

Com o intuito de desfazer quaisquer dificuldades que embaraçassem a criação e instalação das Agências, baixou o govêrno do Estado, em 30 de Setembro dêsse ano, o Decreto-lei n.º 25, que tornava obrigatória a consignação de verba própria nos orçamentos municipais para pagamento do Agente de Estatística Tal objetivo foi ratificado, logo depois e com maior segurança, pelo Decreto-lei n.º 68, de 20 de Janeiro de 1938, que criou o Departamento, dispondo sôbre a obrigatoriedade da existência do Agente de Estatística em cada Município, es-

pecialmente encarregado de prestar a essa repartição, na forma do regulamento que fôsse baixado, as informações referentes à situação e às atividades do Município

Instituídas por esta forma as Agências Municipais de Estatística, como órgão de existência obrigatória no aparelhamento administrativo municipal, ganhava o Instituto a primeira fase da batalha em prol da expansão e aperfeiçoamento da estatística em Minas Gerais

A segunda fase da batalha consistiria agora no provimento das Agências, mediante nomeação ou designação de funcionários que as dirigissem E graças ao apoio dos governos municipais, atentos não só às determinações do executivo mineiro como aos apelos do I B G E , pôde o Estado contar, em pouco tempo, com as suas 288 Agências em pleno funcionamento Mas cumpre ressaltar ainda, como demonstração do empenho constante do govêrno regional em tornar um fato a eficiência das Agências de Estatística como órgãos da administração dos Municípios, que não se limitaram ao Decreto-lei n° 68 as suas providências em tôrno daquele objetivo O Decreto-lei n° 799, de 20 de Outubro de 1941, estabelecendo normas para a organização dos quadros do funcionalismo municipal, incluiu no regulamento padrão, a ser adotado pelos respectivos governos, um capítulo especialmente dedicado aos serviços estatísticos municipais, disso resultando necessàriamente maior interêsse na sua execução, logo refletido na marcha dos inquéritos

Deve-se, portanto, a êsse concurso de medidas oportunas do govêrno mineiro — animado por uma compreensão nítida das finalidades e importância das pesquisas estatísticas como elemento de orientação administrativa e pela conseqüente decisão de criar em cada Município um aparelhamento capaz de proceder a essas pesquisas — o fato de se poder registrar como verdadeiramente auspiciosa a situação da estatística no setor municipal, em comparação com a de alguns anos atrás Nesse importante setor o Instituto está colhendo agora os frutos da campanha em boa hora lançada sob a égide da cooperação inter-administrativa, que êle tão sàbiamente vem pondo em prática

Ontem, eram os inquéritos municipais na dependência do serviço de Itinerantes ou de Agentes Municipais contratados em caráter precário para a coleta de cada ano, a ressentir-se, por isso mesmo, de falhas às vêzes insanáveis pela impossibilidade de retificações de um trabalho cujo executor já se desligara da repartição central, empenhada na revisão e apuração dos dados

Hoje, são as Agências Municipais, como órgãos permanentes de atividades constantes na organização de arquivos, levantamento de cadastro e preparação de fichários, a constituirem valiosa base de comparação nas séries retrospectivas sôbre a vida do Município, nas médias anuais sôbre vários índices numéricos e nos coeficientes de relatividade em tôrno dos principais resultados que vão sendo apurados, tudo isso transformando a Agência em centro vivo de informações e conhecimentos, que se recebem e se transmitem num intercâmbio de observações duplamente benéficas Para o público — porque se instrui cada vez mais sôbre as condições do Município, compenetrando-se ao mesmo tempo das finalidades e importância das estatísticas; para o Agente, porque, no trato diuturno com os inquéritos a seu cargo e com as fontes informantes, está sempre a colher novos conhecimentos, verificações às vêzes surpreendentes e constatação de fatos que lhe passavam até então despercebidos, aumentando assim os cabedais de conhecimentos indispensáveis ao exercício das atividades inerentes ao cargo

Lancemos, porém, uma interrogação, como desafio a algum otimismo acaso existente nessas considerações

— E as Agências Municipais estão demonstrando realmente em Minas a sua eficiência como órgãos executores dos inquéritos estatísticos?

Antes de respondermos a essa pergunta cumpre lembrar que à implantação das Agências não poderia seguir-se imediatamente o seu funcionamento com tôdas as condições de eficiência que se deve delas esperar. Exigir tal coisa seria desconhecer por completo as condições do ambiente municipal para realização de atividades de tal natureza, cujo êxito depende não sòmente do esfôrço pessoal do encarregado da coleta de informações, mas ainda e principalmente da cooperação solícita de tôdas as classes sociais, visando proporcionar àquele as facilidades de que precisa para o desempenho de sua tarefa. E isto não é obra que dependa pura e simplesmente da criação do órgão de coleta, mas também da formação gradativa do meio ambiente para a cooperação, fruto que tem de surgir e amadurecer aos influxos de uma atuação constante do Agente de Estatística, na obra de propaganda que também lhe é inerente, visando criar no espírito público a necessária compreensão das verdadeiras finalidades dêsse importante serviço

Ora, se a execução dos inquéritos municipais depende assim da cooperação do público, fôrça é convir em que a eficácia da atuação das Agências terá de ser encarada, por enquanto, na constatação do fato de que a realização dos inquéritos vem sendo conseguida de ano para ano com maior intensidade, de acôrdo com as exigências sempre crescentes das repartições centrais tanto do Estado como da União De fato, com raríssimas exceções, veem a tudo atendendo as Agências, de maneira satisfatória e em prazos que se vão tornando cada vez menos dilatados, como reflexo, por um lado, do esfôrço desenvolvido pelos Agentes, e, por outro, das maiores facilidades que estão sendo certamente proporcionadas pela cooperação social

A resposta só pode ser, pois, afirmativa à interrogação feita. Dentro das possibilidades atuais, as Agências Municipais de Estatística em Minas Gerais, com o apoio dos respectivos Prefeitos, estão prestando todo o concurso que delas se pode esperar. E se não bastasse ainda essa afirmativa, poderíamos oferecer a demonstração numérica dessa resposta através do resultado da verificação anualmente feita da eficiência dos serviços municipais de estatística, para efeito da distribuïção de prêmios concedidos pelo Instituto.

Segundo a verificação citada, em 1938, contando o Estado 219 municípios, 116 Agentes, ou 52% do total, alcançaram graus de eficiência de 7 a 10 Em 1940 e 1941, em 288 municípios, a situação de eficiência vinha alcançar 222 e 276 Agentes, ou sejam 77% e 92,4%, respectivamente

Para êsse resultado, verdadeiramente animador, muito tem contribuído o estímulo dado pelo Instituto a êsses dignos auxiliares, traduzido no auxílio financeiro que a título de prêmios vem sendo anualmente distribuído

Cooperando, por outro lado, na execução de elevado programa instituído pelo govêrno mineiro no sentido de um melhor preparo técnico e administrativo de seu funcionalismo, iniciou o Departamento Estadual de Estatística, por determinação da Junta Executiva Regional, em 15 de Agôsto de 1942, um Curso de Aperfeiçoamento especialmente destinado aos Agentes de Estatística Essa iniciativa, que obteve de pronto não só o aplauso, mas também o concurso financeiro do Instituto, vem apresentando resultados os mais animadores, que já se fazem sentir no melhor andamento dos trabalhos referentes às Agências Municipais cujos responsáveis obtiveram certificados de aprovação nas matérias constantes do aludido Curso

Centralização técnica e administrativa Um outro aspecto, e dos mais interessantes, a ser focalizado neste registro, refere-se ao sistema de centralização técnica e administrativa adotado pelo atual govêrno mineiro ao criar, pelo Decreto-lei acima citado, o Departamento de Estatística Geral, hoje Departamento Estadual de Estatística.

A êsse respeito, faço minhas as palavras do meu prezado colega Sr JOAQUIM RIBEIRO COSTA, em seu *Relatório de 1940,* dirigido ao Governador do Estado, relativo às atividades da repartição que então dirigia:

"A criação do Departamento e sua instalação, de acôrdo com os novos moldes de organização que lhe foram traçados, centralizando em um organismo único tôdas as atividades estatísticas do Estado, conferiu à repartição uma dupla responsabilidade Não se tratava, com efeito, de satisfazer sòmente às exigências do serviço, tanto no interêsse da administração estadual, como no da cooperação devida pelo Estado ao Instituto, de acôrdo com os compromissos assumidos na Convenção de 11 de Agôsto de 1936, em um Estado como êste, de grande extensão territorial e elevado número de Municípios Cumpria atender ainda a que a nova repartição se constituira o alvo de interessada observação em tôrno do seu funcionamento e dos resultados práticos que deveria alcançar, eis que divergiam as opiniões quanto ao princípio de centralização técnica e administrativa por ela adotado

Passados três anos de pleno funcionamento, o Departamento Estadual de Estatística confirmou de modo completo o acêrto de V Excia, na organização que lhe deu

Dos vários serviços que, transferidos das Secretarias de Estado, passaram a funcionar sob a direção única da nova repartição, nenhum — absolutamente nenhum — sofreu, em relação à situação anterior, qualquer prejuízo, tanto no ritmo de sua marcha, como na extensão, profundidade e rigor técnico das respectivas pesquisas

Ao contrário, o que se constatou, nestes três anos, foram melhorias sensíveis e ampliações valiosas em todos êles, sob vários aspectos, conforme minuciosamente terei a honra de expor neste relatório Êste fato, aliás, não poderia deixar de verificar-se, dadas as condições favoráveis que para isso foram criadas Entre essas é das mais importantes a destinação exclusiva da repartição às atividades estatísticas, com o aparelhamento em pessoal e material inteiramente votado às pesquisas dessa natureza Condições que nem sempre teriam sido possíveis no regime anterior, não obstante a dedicação e competência dos respectivos dirigentes, — que são, aliás, os mesmos que emprestam, em a nova organização, o seu valioso concurso à causa da estatística mineira, — nem mesmo a boa vontade e interêsse com que sempre encararam êsses serviços os dignos titulares das diversas Secretarias de Estado em que eram os mesmos anteriormente sediados, interêsse e boa vontade que continuam a dispensar solìcitamente ao Departamento, sempre que êste precisa contar, como freqüentemente acontece, com o indispensável concurso de sua autoridade e cooperação, na efetivação de providências de que depende a execução de vários serviços aquí realizados"

Iniciativas e realizações Cumpre ressaltar — pois se trata de fato comprovado em sete anos de proveitoso e bem orientado trabalho — o acêrto e a segurança com que foram traçadas as linhas mestras da constituïção do Instituto Dentro dêsse arcabouço, sàbiamente arquitetado, e dentro dessa organização, sàbiamente dirigida, entrosam-se, em simbiose perfeita, os esforços e as iniciativas de quantos se batem pela estatística brasileira

Já constitui brilhante realidade a unificação e a racionalização das estatísticas no país, objetivos êsses alcançados através de bem fundamentadas Resoluções, emanadas da capacidade, do devotamento e da experiência dos dirigentes de repartições especializadas não só do campo federal, mas também de tôdas as unidades brasileiras, anualmente reünidos em Assembléia Geral

Outra atividade marcante na vida do Instituto, com benéfico reflexo em todo o país, tem sido a sua atuação cultural, representada por uma campanha bem ordenada de propaganda e pela larga distribuïção de atraentes e substanciosas publicações, de natureza doutrinária ou informativa, influenciando, assim, favoràvelmente nas reações do meio ambiente às pesquisas estatísticas.

Ainda no campo cultural, avulta, pelos brilhantes resultados já alcançados, o estudo da estatística, incluído em boa hora, por sugestão do Instituto, no programa de todos os concursos e no de muitos cursos secundários e superiores Em Minas, a recente inclusão dessa matéria no ensino das Faculdades de Filosofia, principalmente nas secções de Ciências Sociais e Pedagogia, vem despertando o maior e bem justificado entusiasmo entre os estudantes.

Idênticos resultados se observam no modesto Curso de Aperfeiçoamento organizado pelo Departamento Estadual de Estatística, onde os Agentes Municipais, ao alargar-se o âmbito de seus conhecimentos, sentem-se desde logo animados de um novo interêsse pela matéria e estimulados para a ampliação de felizes iniciativas em seus Municípios.

No vasto campo geográfico a atuação do Instituto tem sido verdadeiramente notável, com reflexo em todos os Estados, mesmo naqueles que já possuíam organizações modelares como o de Minas Gerais. Pode-se dizer que em poucos anos, pela orientação do Instituto, o Brasil avançou de algumas décadas nessa matéria de tão alta importância para a cultura e civilização do país

Outras numerosas iniciativas e realizações empolgantes se encontram atestando as atividades superiores do Instituto, entre as quais se destacam os auxílios técnicos e financeiros às organizações centrais regionais, a criação de Secções de Estatística Militar, as reformas do Decreto-lei n.º 311 na parte das delimitações dos quadros urbanos e rurais e o monumental trabalho de plano e execução do Recenseamento Nacional de 1940.

Conclusão Pode-se dizer que, mantida sem descontinuïdade a seqüência de realizações e de aperfeiçoamentos que vem observando desde sua instalação, dentro de mais três anos o Instituto terá dado realmente ao Brasil a estatística "nacional" de que carece

ARMANDO DUARTE RABELO
(Diretor do Departamento Estadual de Estatística)

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E A ESTATÍSTICA

NO transcurso do sétimo aniversário da instalação do I.B.G.E., cumpre-nos prestar a homenagem mais sincera de nosso aprêço a todos quantos, no passado e no presente, contribuíram e contribuem para o relêvo, o prestígio e a afirmação da obra estatística no país. Não poderia o Brasil dispor hoje do admirável órgão que é, com justificado orgulho o dizemos, o I.B.G.E., se não fôssem a dedicação, o carinho, a compreensão cívica dessas grandes figuras que, na história da evolução nacional, souberam dar ao problema das estatísticas perfeitas o calor de seus entusiasmos e o melhor de suas energias. A todos êsses obreiros, muitos deles anônimos, que emprestaram à organização das atividades estatísticas brasileiras sua capacidade de trabalho, inteligência e patrióticos incentivos, como exemplos que hão de perdurar, o nosso preito de reverência e admiração.

Correspondendo ao apêlo da REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, cabe-nos dizer algo, ainda que de modo sucinto (tais as limitações do espaço que nos foi concedido, a complexidade do assunto e a angústia do tempo, quase inteiramente absorvido pelas múltiplas tarefas do D E E. e pelos inquéritos destinados à defesa nacional), sôbre o que se tem feito no Estado do Espírito Santo, quanto ao plano estatístico, a partir da auspiciosa criação do I B G.E. até os nossos dias.

Fazendo-o, incorreríamos em falta grave deixando de mencionar, mesmo resumidamente, um pouco da história estatística regional, como ponto de partida para o registro das atividades de hoje.

Ligeiro histórico A primeira coleta de dados estatísticos no Espírito Santo teve lugar em 1813, sob o govêrno do Capitão-mor FRANCISCO ALBERTO RUBIM, em cumprimento da Provisão emanada de D João VI, datada de 25 de Agôsto do citado ano e na qual o Príncipe Regente recomendava às autoridades lhe fôssem presentes informações históricas e geográficas sôbre as capitanias A 25 de Junho de 1817, quase quatro anos após, remeteu o Capitão-mor RUBIM ao CONDE DA BARCA, uma *Breve noticia statystica da capitania do Espirito Santo, que forma hua parte do Reino do Brasil* (Publicações do Arquivo Nacional, vol XIV, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espirito Santo*, nº 7, Março de 1934). Dêsse velho documento estatístico, o mais antigo de que temos conhecimento, consta a quantidade de vilas, aldeias e freguesias, o número de habitantes, fogos e engenhos, as vias de comunicação e as distâncias entre os pontos diversos de nosso território e em relação às províncias vizinhas.

No Segundo Reinado, vamos encontrar o registro de observações e dados estatísticos nos relatórios e mensagens dos Presidentes da Província Deles se destacam: o relatório do Presidente LUÍS PEDREIRA DO COUTO FERRAZ (1848), contendo mapas de casamentos, nascimentos e óbitos verificados no ano anterior; o do Presidente JOÃO MAURÍCIO FERNANDES PEREIRA DE BARROS (1857), no qual re-

gistra algarismos sôbre a população da Província e dados relativos à estatística policial-criminal e agrícola; êsse relatório dá notícia do censo demográfico realizado no Espírito Santo em Dezembro de 1856 e do qual resultou para a Província uma população de 48 913 habitantes; o do Vice-presidente BARÃO DE ITAPEMERIM (1857); o do Presidente PEDRO LEÃO VELOSO (1859), já apresentando detalhes quanto à exportação de mercadorias, ao movimento policial-criminal e ao dos casamentos, nascimentos e óbitos; o do Presidente JOSÉ FERNANDES DA COSTA PEREIRA JÚNIOR (1862), que se revela imbuído de verdadeira mentalidade estatística, na apreciação que faz de sua eficácia e influência para a boa marcha dos serviços públicos, devendo mencionar-se que, sob seu govêrno, foi promulgada a lei provincial n.º 15, de 1862, autorizando o Presidente a encarregar o engenheiro contratado por conta dos cofres provinciais, da organização da estatística da Província; o do Presidente LUÍS ANTÔNIO FERNANDES PINHEIRO (1869); o do Presidente FRANCISCO FERREIRA CORREIA, o do Presidente DOMINGOS MONTEIRO PEIXOTO (1875); o do Presidente MANUEL DE MENESES PRADO (1876).

Proclamada a República, um ano após realizou-se o Recenseamento Geral do país, apurando-se para o Espírito Santo uma população de 135 997 habitantes e para a sua capital a de 16 887 almas.

Datam de 1904, sob o novo regime, as primeiras publicações sôbre a exportação do Estado e a arrecadação dos respectivos tributos.

A Lei n.º 129, de 18 de Julho de 1908, criou no Tesouro do Estado uma secção de estatística especializada, transferida depois para a Diretoria do Interior. Os orçamentos estaduais para os exercícios de 1911 e 1912 consignam verbas para a manutenção dos serviços estatísticos locais. Pelas Leis ns. 799 e 810, ambas de 1912, foi atribuída competência ao Gabinete de Identificação para o levantamento da estatística policial do Estado e à 1.ª Secção do Serviço Sanitário, para a estatística demográfica e sanitária

Em 1920, procede-se no Brasil ao Quarto Recenseamento Geral. A população do Estado era, então, de 457 328 almas.

Mensagens dos Presidentes do Estado, relatórios dos chefes de serviços, leis diversas baixadas pelo poder legislativo, durante a vigência da Primeira República, procuraram dar corpo e vida à organização e eficiência às atividades de estatística no Espírito Santo. No conjunto de leis baixadas, entre 1920 e 1930, com êsse alto objetivo, merecem destaque: a de n.º 1 288, de 31 de Dezembro de 1920, que dispõe sôbre a remessa de mapas de casamentos, nascimentos e óbitos; a de n.º 1 464, de 13 de Agôsto de 1924, criando, de novo, na Secretaria da Fazenda, uma Secção de Estatística; a de n.º 1 491, de 5 de Setembro de 1924, instituindo o registro territorial, agrícola e pecuário do Estado; a de n.º 8 459, de 30 de Novembro de 1927, que regulamentou o Serviço de Estatística Demográfica e Sanitária do Departamento de Saúde Pública do Estado, criado em 1926; a que criou, em 1927, a Secção de Estatística e Arquivo, na Secretaria da Educação; a de n.º 1 713, de 3 de Janeiro de 1930, que desmembrou, da Diretoria de Viação e Obras Públicas, a Secção de Indústria, Comércio e Estatistica, que passou a constituir uma diretoria autônoma.

Vê-se que até o advento do regime instituído pela Revolução de 1930, mau grado faltar às tentativas um sentido de organicidade ou de persistência nas realizações, numerosos foram os atos oficiais no propósito de dotar a máquina administrativa do Estado de um aparêlho estatístico que a nossa evolução reclamava e que a própria marcha dos negócios, quer públicos, quer particulares, impunha e exigia.

Nova fase após 1930 Ao Presidente GETÚLIO VARGAS, inegàvelmente, deve a Estatística Brasileira a sua fase atual de esplendor, de concretização fecunda de objetivos e de sólido prestígio, que ninguém de boa fé poderá negar-lhe. O Convênio Inter-Administrativo de 1931, para a uniformização e o aperfeiçoamento das estatísticas educacionais e conexas; a criação do Instituto Nacional de Estatística, em 1934, depois transformado no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, quando passou a integrá-lo o Conselho Nacional de Geografia; a celebração, em 1936, da Convenção Nacional de Estatística; a criação, ainda no mesmo ano, do Conselho Nacional de Estatística; a realização do Recenseamento Geral de 1940, o mais minucioso inquérito da vida brasileira e a mais vibrante campanha cívica, de âmbito nacional, acaso já realizados no país; a execução do Decreto-lei n.º 311, de 1938, que estabeleceu normas para o quadro de nossa divisão territorial, judiciária e administrativa, dando lugar à sua rigorosa sistematização e fixando, nos mapas dos 1 574 Municípios brasileiros, não só a superfície, as linhas de limites municipais e inter-distritais perfeitamente caracterizadas, os acidentes geográficos e outros aspectos da evolução de cada um, mas ainda os quadros urbanos e suburbanos de tôdas as sedes municipais e distritais do Brasil — tudo isso constitui tarefa de grandiosas e soberbas proporções que os estreitos limites dêste trabalho não podem conter, ainda que sòmente para a simples relação dos acontecimentos estatísticos e geográficos de maior importância e projeção nacional.

Não está, porém, em nossas intenções e nem comportaria o espaço de que dispomos, afirmar o que outros virão dizer com maior autoridade na presente edição da REVISTA: o elogio da obra ciclópica, multiforme, admirável, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no plano da tarefa renovadora em que a Nação, conjugadas tôdas as suas fôrças vivas, se empenha para a construção de sua grandeza.

Em Outubro de 1930 dispunha a administração estadual dos seguintes serviços estatísticos: da Saúde Pública, do Ensino Público, da Fazenda, do Gabinete de Identificação e da Secretaria da Agricultura. Faltava a êsses serviços, porém, que eram usualmente desempenhados por funcionários do quadro geral, sem a indispensável especialização, qualquer legislação ou regulamentação. Tal situação perdurou até 1933 A 3 de Janeiro de 1934, pelo Decreto-lei n.º 4 353, criou o govêrno do Estado o Departamento de Estatística Geral.

O Decreto-lei n.º 5 632, de 12 de Janeiro de 1935, regulamentou as atividades do novo Departamento que se constituiu, inicialmente, dos Serviços de Estatística Demógrafo-Sanitária e dos da Secretaria da Fazenda e da Secretaria da Agricultura.

Constante tem sido o interêsse da administração estadual, no fecundo período da criação do Departamento Geral de Estatística, até o presente, para o seu aparelhamento e eficiência. De uma verba de menos de 100 000 cruzeiros, destinada à estatística regional em 1930, foi esta dotada em 1942 com 340 000 cruzeiros (240% a mais). Construiu o govêrno do Estado a nova sede do Departamento Estadual de Estatística, moderna e ampla, situada numa das principais avenidas da capital; contribui decisivamente para a perfeição de nossos trabalhos o atual grupo Hollerith que serve ao Departamento, alfa-numérico, com capacidade para tabular as estatísticas de exportação e importação em 42 quadros diferentes, inclusive os respectivos textos e históricos; e tôdas as sugestões e apelos, quer do I.B G E., quer da Junta Executiva Regional de Estatística ou da própria direção do D E.E., encontram sempre da parte do govêrno local a melhor compreensão e acolhida.

Expressiva é a legislação estadual no propósito de imprimir às tarefas estatísticas o máximo de sua capacidade de cooperação ao plano nacional. Não nos furtamos ao dever de mencionar algumas leis, decretos e outras providências oficiais, cujos magníficos efeitos se refletiram, desde logo, na marcha de nossos trabalhos: a da solução do problema da estatística da exportação, pela instituïção de guias especiais para o despacho de mercadorias; a da criação de um serviço do D.E.E., junto à Alfândega da capital, para o contrôle da estatística de importação; o da obrigatoriedade de visto prévio nos conhecimentos e de mercadorias importadas por via terrestre; a da obrigatoriedade, a tôdas as pessoas físicas e jurídicas, da prestação de informações estatísticas; a da ratificação do acôrdo entre o D E E. e a Diretoria de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, para o aperfeiçoamento e a uniformização da estatística agro-pecuária; a da criação de um corpo de informantes distritais; a que estabeleceu as declarações anuais para a organização do cadastro da Estatística agro-pecuária; a que ratificou a Convenção Nacional de Estatística, realizada em 1936; a que criou a Junta Executiva Regional de Estatística; a que determinou a realização da Convenção Inter-municipal de Estatística e a que ratificou e aprovou a dita Convenção; a de subvenção aos Municípios que criassem as Agências Municipais de Estatística; a que mandou dar execução à legislação federal relativa à divisão territorial do Brasil; a que designou a comissão revisora da divisão territorial do Estado; a que fixou o quadro da referida divisão para o período 1939-943; a que tornou obrigatório o preenchimento do questionário agro-pecuário adotado pelo D.E E.; a que criou as Agências Municipais de Estatística; a que estabeleceu o registro gratuito e obrigatório dos estabelecimentos industriais, a que determinou o registro dos veículos; a que criou o registro na indústria dos produtos de origem animal; a da criação, no Departamento de Saúde Pública, da Secção de Estatística Demográfica e Sanitária, sendo à mesma transferido o serviço de bio-estatística, até então a cargo do D.E.E.; a da criação e a da regulamentação da Secção de Estatística Militar; a que mandou realizar e, em seguida, a que ratificou e mandou executar o Convênio Nacional de Estatística Municipal, celebrado neste Estado em 28 de Maio de 1942.

O D.E.E. e a defesa nacional Certos das graves responsabilidades que o Brasil assumiu no plano internacional, pelo imperativo de nossa dignidade e pelos atentados à nossa soberania, vimos procurando manter no D.E.E. um ritmo de intenso trabalho, aumentado agora com as tarefas dos inquéritos econômicos destinados à defesa nacional e à Coordenação da Mobilização Econômica.

Imprimimos radical reforma à Secção de Estatística Comercial, valendo-nos dos processos mecânicos do novo grupo Hollerith Para o aperfeiçoamento das Campanhas Estatísticas anuais, lançadas pelo I B.G.E , organizamos um ementário de 90 páginas, contendo circunstanciadas instruções aos Agentes Municipais para o preenchimento dos Cadernos das citadas Campanhas. Preparamos, ainda, instruções especiais para a organização dos arquivos, cadastros, biblioteca e expediente das Agências Municipais, instituindo, para tal fim, 4 códigos decimais e 4 *croquis* de arquivos

Divulgação estatística Mantém o D.E E excelente divulgação das estatísticas regionais. De alguns anos a esta parte, distribuímos largamente, para todos os pontos do Brasil, os seguintes boletins:

1. *Exportação de café* — mensal.

2. *Movimento bancário* — trimestral, com um resumo mensal divulgado em forma de comunicado.

3. *Cadastro de exportadores e importadores.*

4. *Boletim de intercâmbio comercial* — mensal.

5. *Boletim Estatístico do Espírito Santo* — mensal, ilustrado com fotografias, em formato de revista, de propaganda do Estado e das realizações do seu govêrno.

Sistema estatístico regional No aparêlho administrativo do Estado, além do Departamento Estadual de Estatística, contam-se ainda os seguintes órgãos dedicados às atividades estatísticas: *a*) Diretoria de Estatística do Departamento de Educação, incumbida da estatística do ensino primário geral, nos têrmos do Convênio das Estatísticas Educacionais, firmado em 1931; *b*) Serviço de Estatística Demográfica e Sanitária, do Departamento de Saúde Pública; *c*) Secção de Estatística e Vulgarização, da Diretoria de Educação Física; *d*) Gabinete de Identificação, Estatística e Técnica Policial; *e*) Sub-secção de Estatística do Departamento das Municipalidades, *f*) Departamento Municipal de Estatística, da capital; *g*) Agências Municipais de Estatística.

Se, inegàvelmente, pelo pequeno lapso de tempo decorrido da fundação do I B G.E até o presente, muito já realizámos na execução de seu programa e de seus planos de trabalho; e se o caminho percorrido já nos confere o direito de plena satisfação pelo dever cumprido —, há ainda em nosso mecanismo falhas e defeitos que urge sejam corrigidos, para um aproveitamento melhor de nossas energias e mais positivos resultados de nossos esforços

As considerações que se seguem têm por finalidade apontar algumas das dificuldades contra as quais ainda luta a Estatística Brasileira, aquí expostas de modo sumário, como o exige a natureza dêste artigo para a presente edição da REVISTA Destinadas as nossas observações mais à leitura de conhecedores dos nossos problemas estatísticos, suprirão êles as possíveis deficiências de exposição, motivadas em grande parte pela superveniência de outros encargos urgentes e pela angústia do tempo dedicado à elaboração destas linhas.

Agências Municipais Constituiu, sem dúvida, uma conquista, a criação das Agências Municipais de Estatística, há anos. Antes de sua instalação, nossas pesquisas ressentiam-se de gravíssimas lacunas, obtidos os resultados de nossos inquéritos pelo obséquio de precárias fontes de informação, nem sempre dignas de credibilidade, ora pelo exagêro, para mais ou para menos, dos dados fornecidos, ora pelo absoluto desconhecimento dos informantes, quanto ao assunto ou objeto dos inquéritos Melhorou, consideràvelmente, o nosso padrão de trabalho com a instalação, em cada Município, de uma Agência de Estatística, destinada tão sòmente, como então se esperava, ao exercício de nossas tarefas e ao cumprimento do programa estatístico Se isto foi alguma coisa, não foi tudo, nem sequer o que poderia ser: a deficiência das remunerações atribuídas aos Agentes, na maioria dos Municípios, afastou do círculo de nossas atividades elementos úteis, capazes, inteligentes, forçados a procurar em outro campo de iniciativas os proventos melhores que os serviços de estatística não lhes proporcionavam Vimos, assim, afastarem-se de várias Agências funcionários empreendedores, zelosos e produtivos, sem que nos fôsse facultado um meio de detê-los, impedindo o seu afastamento. Em outros Municípios, pela má compreensão de detentores do poder municipal, são ainda os Agentes considerados funcionários do quadro das Prefeituras, visto como recebem vencimentos por uma verba que estas recolhem, para o dito fim, aos cofres estaduais. Dêsse critério tem resultado, em mais de um Município, a absorção da capacidade dos Agentes em serviços que a outrem, não a

êles, deveriam competir. A execução do Convênio Nacional de Estatística Municipal, com a subordinação direta das Agências Municipais ao I.B.G.E., virá pôr têrmo a uma situação anômala, contra a qual têm sido impotentes até hoje as nossas providências.

Departamentos Estaduais de Estatística

A experiência já demonstrou que só a subordinação técnica e financeira das Agências Municipais de Estatística ao I B.G E , poderia solucionar o problema do aperfeiçoamento de nossas pesquisas e inquéritos em todo o país: sem essa providência, falha e cercada de embaraços de tôda a sorte há de ser a consecução de nossos objetivos e precaríssimos os resultados dos ingentes esforços empregados para o ideal das estatísticas isentas de dúvidas e incertezas.

O momento é propício para um apêlo aos responsáveis pela alta administração nacional, à superior direção do I B.G.E. e a quantos, no Brasil, empregam sua inteligência e seu fervor cívico nas atividades estatísticas: o de iniciar-se, quanto antes, um movimento no sentido de tornar também os nossos Departamentos Estaduais, tal como aconteceu com as Agências Municipais, subordinados ao I.B G.E

Não há desprimor para as administrações dos Estados no lançamento desta iniciativa, resultante da observação de longos anos quanto à marcha de nossos trabalhos e à possibilidade de se obterem melhores frutos de nosso incessante labor. Nossas atividades são de ordem técnica, como tais adstritas aos planos de iniciativas do Instituto; a execução da obra, porém, sofre naturais entraves e impedimentos pela dependência administrativa e financeira dos Departamentos regionais às administrações dos Estados. Com a interferência, que poderíamos denominar de sentido político, nas repartições estaduais, privando-as muitas vêzes da autoridade e da liberdade de ação que realmente precisam ter, o sacrifício é todo do sistema estatístico: daí, a necessidade do movimento de opinião, que ora agitamos em tôrno do assunto, para a solução de um dos magnos problemas da Estatística nacional.

Estatísticas agro-pecuárias

Até o presente, infrutíferas vêm sendo as tentativas dos órgãos estatísticos, federais e regionais, para se conseguir a perfeição de resultados quanto aos inquéritos sôbre a produção agrícola, extrativa e pecuária. Seja pela nossa imensa extensão geográfica, seja pela ignorância existente entre as massas rurais, seja pela falta de tradição ou de uma conciência estatística no país, o certo é que ao Instituto e aos Departamentos Estaduais se vêm antepondo óbices de tôda a sorte, privando-nos da realização de um trabalho tão útil e necessário ao Brasil.

O assunto é de pleno conhecimento dos técnicos estatísticos e dos responsáveis pela alta administração nacional Não será preciso repetir tudo quanto se tem escrito e discutido, a respeito, em longos relatórios e em memoráveis assembléias.

Cabe-nos o dever de divulgar o que pensamos sôbre o caso, certos de que do conjunto de opiniões dos que se preocupam com a matéria, algo há de surgir para a sua solução

Data venia, a estimativa da produção deve tomar como ponto de partida o distrito judiciário-administrativo, restringindo-se o campo do inquérito a um âmbito territorial mínimo; em cada distrito deverá ser criada uma Junta de Avaliação, constituída, pelo menos, de um agricultor, um criador e um comerciante, escolhidos entre os mais categorizados, esta Junta reunir-se-á em presença do Agente Municipal ou do Agente Itinerante de Estatística, afim

de prestar à mesma completa orientação; os governos regionais baixariam decretos instituindo as referidas Juntas e considerando de alta benemerência os serviços prestados pelos seus membros; atribuir-se-ia, contudo, ao I.B.G.E a expedição dos respectivos diplomas de nomeação; as avaliações dessa Junta distrital seriam confrontadas com os elementos obtidos no registro mensal dos estoques, o qual, já criado pelo Decreto-lei federal n.º 4 736, de 23 de Setembro de 1942, seria melhorado e tornado extensivos às sedes distritais. Como complemento das providências alvitradas, instituir-se-ia no país, em caráter obrigatório, o cadastro territorial rural; êsse cadastro serviria para a realização anual do censo da produção, o que permitiria a correção feita para o ano da avaliação das Juntas distritais, melhorando, por outro lado, as avaliações do ano imediato. A finalidade educativa do cadastro ressalta à evidência, pois a prestação anual de informações ao mesmo destinadas conseguiria formar nos nossos meios rurais uma conciência estatística nacional, com a qual, infelizmente, não podemos contar no momento.

E', ainda, de imperiosa necessidade a instituïção de um registro nacional para a inscrição das informações estatísticas indispensáveis à execução normal do programa de trabalho de nossas repartições Dêsses registros, de caráter obrigatório, para uso de tôdas as organizações existentes no país, constariam os atos e fatos que são objeto de nossas pesquisas e inquéritos Cremos, então, que atingiríamos a um grau de notável aperfeiçoamento, com a supressão das maiores dificuldades que se nos antolham no desdobramento de nossos trabalhos

Conclusão Registrando aquí nossa desautorizada opinião sôbre alguns dos mais momentosos aspectos da Estatística Brasileira, anima-nos o propósito de contribuir com a nossa modesta parcela para a realidade magnífica de seus soberbos objetivos Outros estudiosos do assunto virão apresentar seus pontos de vista; e dos debates resultará o grandioso plano definitivo, que urge seja pôsto em imediata execução

O I B.G E já assinala no seu acervo de contribuïções à grandeza da Pátria uma larga fôlha de serviços e benemerências

Secundando a ação, a bravura cívica, a infatigável energia dos seus dirigentes, dentre os quais se destaca a figura do Sr Embaixador José Carlos de Macedo Soares, um pugilo de brasileiros se empenha para conferir à Estatística, em nosso país, a posição de destaque a que ela tem direito no plano da organização nacional.

Não têm faltado a êsses denodados batalhadores do bom combate o indispensável apoio e o encorajamento, jamais negados, do egrégio Presidente Getúlio Vargas, sempre atento às necessidades nacionais e à solução de nossos angustiantes problemas, nem recusam ao I B G E o seu concurso e o seu aplauso os nossos patrícios do Norte ao Sul, de Leste a Oeste da imensa Pátria Comum, prestigiando-o, fortalecendo-o, animando-o, para que êle realize a plenitude de seu programa e preencha a sua grandiosa finalidade no cenário brasileiro.

FRANCISCO STEELE
(Diretor do Departamento Estadual de Estatística)

A ESTATÍSTICA NA TERRA FLUMINENSE

O HISTÓRICO de uma repartição pública na atualidade já não oferece o prosaismo que em outras épocas apresentaria.

As rotinas e os formalismos que, outrora, empeciam os trâmites da velha burocracia, cederam oportunidade ao dinamismo fecundo da mentalidade moderna, favorecendo a racionalização dos serviços, dentro de um ambiente arejado pela noção da responsabilidade.

Essa transformação está se operando, no Estado do Rio, de maneira notável, graças à visão do atual govêrno, que tem sabido desenvolver as fôrças vitais da nacionalidade no âmbito regional.

Quem se dispusesse a pesquisar as atividades estatísticas fluminenses, desde seus primórdios, fàcilmente teria de constatar que a sua trajetória vinha sendo pontilhada de avanços e recuos e, mesmo, espacejada de lapsos e interrupções que, por vêzes, anularam a continuïdade de elementos imprecindíveis em assuntos dessa natureza

Não obstante essa inconstância prejudicial que, repetidamente, fôra praticada pelos governos que se sucederam desde 1835, o passado estatístico da velha província também registra fatos imorredouros e que são dignos de figurar na memória indelével dos tempos.

Dentre aqueles pode-se enumerar o da assinatura, pelo govêrno do VISCONDE DE ITABORAÍ, da Lei n.º 11, de 4 de Abril de 1835, cujo elenco de trabalhos, se aplicado aos tempos de hoje, em nada ou quase nada teria de ser alterado.

Os recenseamentos de origem local são outros tantos empreendimentos reveladores da mentalidade sadia dos homens públicos de antanho, cujos resultados nem sempre atingiram os objetivos visados porque, então, subsistiam preconceitos populares contra tais iniciativas que retardavam ou mesmo invalidavam suas conclusões normais.

Teríamos aquí de ressaltar com justiça o censo levado a efeito no govêrno do Presidente TOMAZ DE PORCIÚNCULA a 30 de Agôsto de 1892, superintendido por J. P. FAVILLA NUNES, que, apresentando embora algarismos reconhecidamente incompletos, oferece uma demonstração positiva de esforços e de elevada compreensão administrativa.

Em matéria de publicidade estatística, o Estado do Rio não é dos menos favorecidos, enfileirando-se, nesse setor, múltiplas edições de relatórios de várias fontes administrativas, estaduais e municipais, que se tornaram verdadeiros repositórios de elementos numéricos, além de uma grande reserva de obras especializadas que foram divulgadas sôbre o assunto.

A orientação lenta e formalista daqueles tempos está hoje substituída por processos inteiramente opostos, e, nesse sentido, nenhuma iniciativa unitária poderá suplantar em profundidade e amplitude, e proporcionar tanta penetração

e capacidade de desenvolvimento, quanto a sistematização decorrente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sem favor a obra mais completa que em matéria técnico-administrativa já foi realizada no Brasil

A ação dêsse órgão se fez sentir de maneira favorável às tendências peculiaríssimas do povo brasileiro, isto é, sem atritos, sem despertar suscetibilidades regionalistas; com efeito, sua estruturação foi moldada sob medida para o nosso país.

As atividades do I.B G.E. são canalizadas, sem entraves, aos mais recônditos rincões nacionais, atuando sem quebra de hierarquia, administrativa e tècnicamente, e exercendo, sobretudo, atuação educativa, num ajuste de exigências orgânicas e fecundas diretrizes.

Tendo suscitado em cada unidade estadual um órgão correspondente, essa realização do Govêrno do Presidente VARGAS proporcionou à estatística o seguimento de que tanto carecia e cuja ausência foi, no passado, a causa de tantas tentativas fracassadas.

Em nenhuma época a administração fluminense presenciou a continuïdade de seus serviços de estatística por mais de uma legislatura; hoje, entretanto, desde 1933, três governos se sucederam no Estado sem que a marcha dos trabalhos estatísticos sofresse qualquer estagnação Ao contrário disso, o que se tem observado é uma sucessão de iniciativas, de aperfeiçoamento e de prestígio às atividades em aprêço

Legislação Justo é ressaltar que ao Govêrno do Comandante ERNANI DO AMARAL PEIXOTO cabe a maior soma de procedimentos nesse sentido e, para demonstração, bastaria balancear a legislação especializada do Estado, de 1931 a esta parte, que a seguir relacionamos

Principais atos legislativos referentes aos serviços estatísticos e geográficos no período de Janeiro de 1931 a Outubro de 1942

(Continua)

ATOS	DATA			EMENTA
	Dia	Mês	Ano	
Decreto-lei no 2 540	19	I	1931	Centraliza os Serviços Estaduais de Estatística na Diretoria de Estatística
Decreto-lei no. 2 544	20	I	1931	Cria a taxa de estatística.
Decreto-lei no 2 561	24	III	1931	Fixa o número de professores encarregados dos serviços de estatística escolar da Diretoria de Instrução Pública
Decreto-lei no 2 631	12	VIII	1931	Suprime a Diretoria de Estatística.
Decreto-lei no 2 701	15	XII	1931	Cria a Diretoria de Agricultura e Estatística subordinada à Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas
Decreto-lei no 2 702.	16	XII	1931	Nomeia o representante do Estado à 4.ª Conferência de Educação
Decreto-lei no 2 717	13	I	1932	Altera a denominação da Diretoria de Agricultura e Estatística para Diretoria Geral de Agricultura e Estatística.
Decreto-lei no 2 731	3	II	1932	Aprova o Convênio Interestadual e designa a 1ª Secção da Diretoria de Instrução para cumprir os encargos decorrentes
Decreto-lei no 2 776	28	V	1932	Institue a obrigatoriedade do fornecimento de dados estatísticos
Decreto-lei no. 2 990	15	XI	1933	Cria o Serviço de Estatística da Secretaria das Finanças
Decreto-lei no 2 991	18	XI	1933	Extingue a Sub-Diretoria do Trabalho, Indústria e Comércio e cria, em substituição, o Departamento do Trabalho e Produção
Decreto-lei no 3 007	23	XII	1933	Aprova o Regulamento do Departamento do Trabalho e Produção.
Decreto-lei no 3 014	30	XII	1933	Reforma os Serviços da Secretaria de Agricultura e extingue a Diretoria Geral de Agricultura e Estatística.
Decreto-lei no 3 061	19	IV	1934	Aprova e ratifica os têrmos do Convênio relativo aos serviços de estatística do Estado
Decreto-lei no. 3 093	5	VII	1934	Cria o Instituto de Identificação e Estatística
Decreto-lei no 3 175	24	XII	1934	Extingue a taxa de estatística
Decreto-lei no 61	31	XII	1935	Cria o Departamento das Municipalidades.
Decreto-lei no. 62	31	XII	1935	Organiza a Secretaria do Trabalho
Decreto-lei no 95	20	I	1936	Cria o Departamento Estadual de Administração Municipal
Decreto-lei no 98	20	I	1936	Cria o Instituto de Identificação e Estatística Criminal
Decreto-lei no. 212	18	II	1936	Aprova o Regulamento do Departamento Estadual de Administração Municipal.
Decreto-lei no 215..	13	III	1936	Cria no Liceu de Humanidades de Niterói e no de Campos a cadeira de estatística
Lei no 44	16	VI	1936	Dá nova organização administrativa aos Municípios.
Decreto-lei no. 173—A	31	VII	1936	Cria o Serviço de Registro e Estatística do Departamento de Saúde Pública

Principais atos legislativos referentes aos serviços estatísticos e geográficos no período de Janeiro de 1931 a Outubro de 1942

(Conclusão)

ATOS	DATA			EMENTA
	Dia	Mês	Ano	
Decreto-lei no 180.	22	VIII	1936	Aprova e ratifica a Convenção Nacional de Estatística no que respeita à administração estadual.
Decreto-lei no. 185—A	24	X	1936	Subordina à Secretaria do Govêrno o Departamento de Estatística e Publicidade.
Decreto-lei no. 196—A	24	XII	1936	Dá nova organização ao Serviço de Estatística Educacional.
Decreto-lei no. 213	24	II	1973	Dá nova organização ao Serviço de Estatística da Secretaria das Finanças
Decreto-lei no 218	29	III	1937	Cria a Junta Executiva Regional de Estatística
Decreto-lei no. 256.	20	IX	1937	Cria o Diretório Regional de Geografia.
Decreto-lei no. 316.	31	XII	1937	Fixa a despesa do Departamento de Estatística e Publicidade para o exercício de 1938.
Decreto-lei no. 379	24	III	1938	Cria uma comissão para rever a divisão administrativa do Estado do Rio de Janeiro.
Decreto-lei no 392—A	31	III	1938	Dá execução ao Decreto-lei federal no. 311, de 2 de Março de 1938.
Decreto-lei no. 429	24	V	1938	Cria o Departamento de Propaganda e Turismo.
Decreto-lei no. 471.	6	VII	1938	Aprova as instruções para a realização do censo dos servidores do Estado e de seus municípios.
Decreto-lei no. 493	3	VIII	1938	Baixa o regulamento para os serviços do Departamento Estadual de Estatística
Decreto-lei no. 527	6	IX	1938	Desanexa os Departamentos de Educação e Saúde Pública da Secretaria do Interior e Justiça.
Decreto-lei no 605.	9	XI	1938	Cria a Secretaria de Educação e Saúde Pública
Decreto-lei no. 640.	15	XII	1938	Determina nova organização judiciária.
Decreto-lei no. 641.	15	XII	1938	Dá nova divisão territorial ao Estado.
Decreto-lei no. 654	28	XII	1938	Cria o Instituto de Criminologia.
Decreto-lei no. 61	21	XII	1939	Cria a Comissão da Carta do Estado, subordinada ao Departamento de Engenharia, e dá outras providências.
Decreto no 851	13	III	1940	Institui um prêmio para o município do Estado que melhores resultados apresentar no *Recenseamento*.
Decreto no. 910	22	VII	1940	Cria uma comissão especial de estudos encarregada de rever a atual divisão administrativa do Estado.
Decreto no 1 057	28	VI	1941	Dá organização à Estatística da Produção
Decreto no 1 080	31	VII	1941	Resolve designar funcionários das Secretarias de Estado para funcionarem como Delegados do Departamento Estadual de Estatística.
Decreto no. 311	29	VIII	1941	Cria, no Departamento das Municipalidades, um curso de administração afim de difundir conhecimentos aos funcionários
Decreto-lei no. 313	1	IX	1941	Cria a Guia de Exportação de uso obrigatório extensivo a tôdas as mercadorias nacionais ou nacionalizadas que sairem do Estado para qualquer ponto de território nacional.
Decreto no. 1 296	14	V	1942	Cria e regulamenta a Secção de Estatística Militar no D. E. E.
Decreto no. 1 316	27	V	1942	Dispõe sôbre a participação do Estado e dos Municípios nos Convênios Nacionais de Estatística Municipal.
Decreto-lei no 604	1	X	1942	Ratifica e manda executar o Convênio Nacional de Estatística Municipal.
Decreto no. 1 473	27	X	1942	Institui a coordenação dos serviços estatísticos do Estado.

Início de nova fase Até 1933, em matéria de estatística a administração fluminense esteve à mercê dos influxos descontinuados de que já falamos, mas dessa época em diante inicia-se nova fase já com tendências à cooperação, cabendo, então, ao govêrno do Comandante Ari Parreiras firmar o primeiro convênio inter-administrativo com o Ministério da Agricultura, para o levantamento das estatísticas econômicas do Estado, empreendimento êsse que foi levado a efeito na antiga Secretaria da Produção.

O serviço de estatística daquela época, criado pelo Decreto n° 3 014, de 30 de Dezembro de 1933, era constituído de uma secção técnica com insignificante número de funcionários, isto é, um chefe de Secção e três auxiliares, e possuía o seguinte programa:

I — Estatística territorial *a*) Posição geográfica do Estado, sua divisão e limites; *b*) Climatologia; *c*) Superfície total e por Município; *d*) Coordenadas e altitudes. II — Estatística demográfica *a*) População; *b*) Educação; *c*) Moral; *d*) Diversões; *e*) Cultura. III — Estatística econômica: *a*) Tributação e finanças; *b*) Produção; *c*) Efetivo predial; *d*) Domínio estadual; *e*) Comunicações; *f*) Comércio e crédito; *g*) Previdência; *h*) Associacionismo

Contudo, as realizações dêsse período incipiente já evidenciavam as possibilidades a que poderiam chegar as atividades estatísticas, se bafejadas pela perseverança dos homens incumbidos de lhe tangerem as diretrizes. São uma prova disso os elementos que aquí reünimos para constatação.

Foram as seguintes as realizações da Secção Técnica de Estatística no biênio de 1933/1934:

1) Contribuïção de 26 gráficos para a I Feira de Amostras de Niterói

2) Edição trimestral do *Boletim de Estatística e Conselhos aos Agricultores.*

3) Primeiras tentativas de noticiário estatístico por meio da rádio-difusão em Niterói

4) Organização de bibliotecas especializadas da Secretaria da Produção, com 1 061 volumes, dos quais 620 versavam sôbre estatística

Outro índice que faculta a aferição do desenvolvimento de serviços públicos é o movimento da correspondência. Em 1934, entre ofícios, circulares, telegramas e questionários expedidos registrava-se um total de 2 090 documentos

A criação do D E P Depois da criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, organizado em bases sólidas, a estatística toma novos rumos Acompanhando as administrações das demais Unidades, o Govêrno do Almirante PROTÓGENES GUIMARÃES cria na Secretaria do Trabalho o Departamento de Estatística e Publicidade, conforme Decreto-lei n.º 62, de 31 de Dezembro de 1935, tendo ainda no ano de 1936, pelo Decreto-lei n.º 180, de 22 de Agôsto, aprovado e ratificado o Convênio Nacional de Estatística.

Nessa fase, o setor técnico a que estamos aludindo experimenta novos impulsos, e, já então, sob a égide do I B G E , outras iniciativas são lançadas

O Departamento compreendia duas secções, além da direção geral: Secção Técnica de Estatística e Secção Técnica de Publicidade Nesse período realizou, de acôrdo com o planejamento estabelecido pelo I B G E , importante soma de serviços, que podem ser assim enumerados

1) Levantamento do custo da vida em Niterói.

2) Organização de mapas econômicos dos Municípios, tendo concluído os de Capivarí e Rio Bonito.

3) Divulgação de notas estatísticas pela imprensa e pelo rádio

4) Publicações dos seguintes trabalhos: a) *Sinopse Estatística do Estado;* b) *Histórico do Município de Miracema;* c) *Boletim de Informações Econômicas,* d) *Histórico do Município de Araruama;* e) *Referências Estatísticas;* f) *Notas Estatísticas*

5) Reüniões dos Agentes Municipais de Estatística em curso de especialização

6) Contribuïção à Exposição Nacional de Educação e Estatística com grande cópia de gráficos e publicidade.

O movimento do expediente do D.E.P foi de 9 056 documentos, entre ofícios, telegramas e questionários.

O quadro de funcionários do Departamento nessa época compunha-se de dezoito servidores, entre efetivos, interinos e temporários

Reforma dos serviços, em 1938

Em 1938 passa a estatística fluminense por nova reforma, entrando, então, definitivamente na organização sugerida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Nos têrmos do Decreto-lei nº 493, de 3 de Agôsto de 1938, são excluídas das suas atividades as tarefas referentes à publicidade, que passam a constituir serviço autônomo.

As atividades estatísticas, avolumadas com a adoção do esquema do I B G E, ficam com essa medida governamental divididas pelas duas secções do D E.E, cabendo à primeira Secção as estatísticas físio-demográficas e as referentes à situação econômica, e à segunda Secção as estatisticas sociográficas: sociais, culturais, morais e administrativas.

No transcurso dos exercícios de 1939 a 1942, vai-se consolidando cada vez mais o D E E.

O Interventor Comandante ERNANI DO AMARAL PEIXOTO, considerando o verdadeiro sentido e a elevada utilidade da estatística, empresta a êsses serviços o melhor do seu prestígio e do seu apoio.

Consoante essa importante circunstância administrativa, apresenta o D.E E nesse interregno uma contribuïção bastante apreciável, conforme demonstra a presente relação

As realizações e atividades do D E E

No período 1939/1942, foram as seguintes as realizações do D.E E.:

1) Participação na Feira de Amostra de Pernambuco, com vários gráficos.

2) Estímulo à realização de Mostras de Estatística em alguns Municípios, sobressaindo os de Angra dos Reis, São Gonçalo, Barra do Piraí e Itaperuna

3) Participação na Feira de Amostras do Distrito Federal, com inúmeros gráficos

4) Contribuïção, com importante material estatístico, para a Exposição Regional de Petrópolis.

5) Cooperação nas realizações da I Mostra de Estatística de Niterói.

6) Realização da Exposição de Estatística Estadual no Edifício do Instituto de Educação de Niterói.

7) Edição das seguintes obras: a) *Sinopse Estatística nº 3;* b) *Estatísticas Culturais e Sociais,* c) *Divisão Territorial,* d) *Evolução dos Principais Índices Econômicos* (2 edições); e) *Estatísticas Econômicas;* f) *O Vale do Paraíba.*

Além dêsses trabalhos o D.E.E participou da II Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística, realizada em Goiânia, tendo elaborado uma série de gráficos que figuraram em *stand* especial daquele certame técnico.

Prontos para serem impressos, possui o D.E.E.:

1) *Tábuas Itinerárias do Estado* (trabalho minucioso e organizado objetivando o máximo de utilidade);

2) *Cadastro Industrial,* segundo os principais grupos de atividades;

3) *Evolução dos principais Índices Econômicos* (3.ª série);

4) *Anais da Estatística Fluminense* (repositório legislativo e bibliográfico).

Em elaboração, existem ainda no D E.E. os seguintes trabalhos:

1) *Evolução Social, Cultural e Moral do Estado do Rio;*

2) *Arrolamento Profissional.*

Examinando o volume do expediente da repartição no intervalo de 1939 a 1942, veremos que de ano para ano registra um crescimento bem expressivo:

Demonstrativo da correspondência expedida

NATUREZA	1939	1940	1941	1942
Ofícios	1 481	3 555	3 884	7 746
Circulares	520	22 055	26 346	32 428
Telegramas	120	399	546	726
Formulários	10 300	34 752	45 755	62 324
Comunicados	1 250	3 310	4 720	6 312

Outro índice que revela o grau de desenvolvimento dos serviços da repartição, e, por outro lado, o interêsse em tôrno dos elementos estatísticos, é o que diz respeito às pessoas que procuram o D.E E. e alí são atendidas. Vejamos êsses números:

Solicitantes atendidos

ANO	NÚMERO		Total
	Homens	Mulheres	
1939	962	82	1 044
1940	1 163	143	1 306
1941	1 464	191	1 655
1942	2 940	242	3 183

Entre as principais atividades do D.E.E., acham-se as campanhas estatísticas sistematizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Os prontuários, que, a princípio, se ressentiam de falhas sensíveis, agora estão sendo cuidadosamente respondidos, devido a atenção que tem sido dispensada a essa urgente tarefa, pois, além das instruções impressas em cada fôlha dos aludidos formulários, a repartição distribui instruções detalhadas quanto aos recursos e expedientes necessários à obtenção dos dados

Êsses magníficos repositórios estão constantemente valendo à repartição no fornecimento de referências estatísticas às autoridades estaduais, municipais e mesmo a instituïções particulares.

Nos anos de 1941 e 1942, notadamente neste último, o D E.E., além dos ramos de investigação própria, promoveu inquéritos especiais para a Comissão de Defesa da Economia Nacional, Conselho Nacicnal do Petróleo e Estado Maior da 1.ª Região Militar, havendo em seus arquivos referências honrosas dêsses altos órgãos nacionais, louvando essa contribuïção, por vêzes feita espontâneamente.

Segundo os setores estatísticos, o lançamento de inquéritos em 1942 pode ser avaliado pelo seguinte rendimento:

Situação econômica	95%
Situação social, cultural e administrativa .	85%

Como se vê, apenas 5% das atividades econômicas estão ainda dependentes de indagações estatísticas E é justo considerar que êsses 5 % não representam assuntos que tenham expressão própria na riqueza fluminense. O mesmo se verifica quanto aos 15% do âmbito social, cultural e administrativo.

Em 1943, todavia, essas exceções terão desaparecido, porquanto já se acha planejado e sistematizado o lançamento dos inquéritos que abrangerão o total dos fatos merecedores de mensuração na vida fluminense.

Uma prática que está produzindo assinalados resultados é a da fixação de prazos na realização de inquéritos, devido ao reforço coercitivo da legislação do I.B.G.E , conjugada aos recursos legais adotados pelo Govêrno do Estado.

O Departamento na consecução dos seus cometimentos está em constante articulação com os demais órgãos do Estado, onde tem encontrado franca acolhida.

É também digno de nota o entrosamento das relações do D.E.E. com a Junta Executiva Regional de Estatística, cujo Presidente nato, Dr. HEITOR GURGEL, Secretário do Govêrno, tem manifestado o maior interêsse pela estatística, fazendo com que o Departamento apresente uma eficiência comprovada e exerça uma atuação acentuadamente educativa.

O concurso dispensado ao Recenseamento de 1940, há bem pouco tempo ainda, se processou da melhor forma. Além dos arrolamentos que forneceu em tempo útil à Delegacia Regional do Recenseamento, o D E.E ainda interferiu persistentemente na elaboração das monografias histórico-corográficas dos Municípios.

Foi atribuída à direção do D.E E a tarefa de realizar uma conferência sôbre a unidade econômica do Estado do Rio, por ocasião do Congresso de Brasilidade levado a efeito em 10 de Novembro de 1941.

Não menos honrosa missão o Govêrno resolveu cometer à direção do D E.E , confiando-lhe o encargo de dirigir o Curso de Estatistica para funcionários municipais, através do qual fôsse despertada uma ambiência de simpatia e interêsse para os serviços em causa.

Outros aspectos promissores

São de elevado alcance administrativo os atos do Govêrno atual no que concerne à estatística.

No sentido de aproveitar convenientemente a dedicação dos servidores dessa especialidade técnica, o Interventor Federal determinou que fôsse aberto um curso intensivo de aperfeiçoamento para os mesmos, o que tem produzido os melhores resultados em bem dos serviços

Entre as principais iniciativas tomadas, também figura a da estatística da exportação, que está sendo elaborada com o maior rendimento, dadas as prontas e eficientes providências adotadas.

Necessário se torna evidenciar o apoio dado à solução dêsse magno assunto pelo Secretário das Finanças, Dr. WALFREDO MARTINS, que resolveu em boa hora permitir reforços na aparelhagem dos Serviços Hollerith, a que está confiada a apuração dessa estatística

A documentação alusiva é bem volumosa e dentre em breves dias estarão condensados os elementos numéricos que a mesma encerra, o que vale dizer que o Estado só agora poderá satisfazer seus compromissos com as demais Unidades Federativas.

O Govêrno do Comandante AMARAL PEIXOTO, compreendendo a grandiosa missão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, muito tem favorecido os trabalhos do D E.E , firmando leis que não só prestigiam, mas também propiciam as realizações em aprêço

Estão nesse caso o Decreto que deu organização à estatística da produção, definindo atribuïções, o que determinou a designação de funcionários das Secretarias do Estado para exercerem as funções de delegados do D.E.E. nas respec-

tivas repartições, e o que criou a coordenação dos serviços de estatística estaduais, êste último de assinalada projeção em face das diretivas preceituadas pelo I B G.E.

Conclusão O D.E E., como se vê, passou do terreno do desbravamento que, em geral, antecede tôdas as iniciativas de envergadura, para o plano das realizações práticas, e, nessa nova etapa, se apresenta cada vez mais eficiente, satisfazendo todos os seus encargos.

O acervo de dados vai-se tornando mais volumoso à proporção que também são facultados novos recursos.

Colaborando nos empreendimentos a cargo do I B G E , está o D E E desincumbindo-se de tarefas ligadas imediatamente com os interêsses da União, quanto à defesa econômica, como em relação à defesa militar, na emergência criada pelos compromissos de guerra.

Nesse sentido estão sendo levantados com a máxima regularidade os estoques das mercadorias especificadas na legislação competente e os demais índices econômicos previstos em lei, assim como as estatísticas de caráter militar para as quais existe uma secção especializada na repartição

Só êsse acréscimo de atribuïções está exigindo um sacrifício maior dos funcionários, que na sua totalidade têm correspondido satisfatoriamente, embora a sobrecarga venha determinando a prorrogação das horas de trabalho e mesmo o aproveitamento das folgas de dias feriados

Êsse aspecto da estatística fluminense é francamente admirável e entusiasma pelo que encerra de compreensão cívica

Aí está, nesse rápido relance, o que a influência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística tem produzido no Estado do Rio

A obra mais importante do Instituto é exatamente a da coordenação verificada nas três órbitas administrativas do país O que era antigamente motivo de antagonismos estéreis, é hoje uma sólida conciência de comunhão de interêsses

Os serviços de estatística acham-se vinculados por um espírito de cooperação efetiva, já não havendo lugar para as tentativas isoladas, que só serviam para favorecer vaidades personalistas e passageiras. Nisso repousa tôda a grandeza da obra empreendida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

SÉRGIO NUNES DE MAGALHÃES JR
(Diretor do Departamento de Geografia e Estatística)

ESTATÍSTICA NO DISTRITO FEDERAL

ANTES da criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística possuía a Prefeitura do Distrito Federal uma secção incumbida de levantamentos estatísticos gerais. Essa secção, criada em 1893, passou por transformações, reorganizações ou reformas sucessivas nos anos de 1894, 1902, 1914, 1934 e 1935, numa evidente instabilidade, conseqüente, talvez, das reações do ambiente em que atuava, ora como uma secção da Secretaria Geral da Prefeitura, ora fazendo parte da Diretoria do Interior e Estatística, que passou a denominar-se, em 1902, Diretoria Geral de Polícia Administrativa, Estatística e Arquivo, com uma Sub-diretoria de Estatística Municipal, e depois, em 1914, veio a ter a designação de Diretoria de Estatística e Arquivo, com uma secção de Estatística Municipal Apesar de tôdas as dificuldades e crises que surgiram nunca deixou de existir essa secção de estatística geral Se lhe faltaram os elementos primordiais de ação, organização interna da secção e organização das fontes de coleta, por outro lado contou ela com grandes valores, esforçados funcionários que venceram uma época de completa indiferença pela estatística São nomes dignos de admiração como OZIEL BORDEAUX RÊGO e AURELIANO PORTUGAL, e ainda, mais recentemente, MÁRIO FREIRE e FRANCISCO CORREIA DE SÁ E BENEVIDES.

Verificamos, dêsse modo, que a existência e o brilho da antiga secção de estatística estiveram sempre em dependência de um grupo de estatísticos talentosos que se formaram em seus quadros E' um sintoma, aliás, da ausência de organização que predominava nos serviços de estatística do Distrito Federal

Em apoio dêsse ponto de vista, dispensamo-nos de citar os princípios básicos da organização racional do trabalho para transcrevermos, apenas, o trecho de uma carta escrita em Maio de 1874 por ALFREDO KRUPP, que se encontra na obra de W. SOMBART, *O Apogeu do Capitalismo,* e que resume, de um modo claro, o fim da racionalização do Trabalho

"Ce que je veux obtenir, c'est que rien ne soit subordonné à la vie ou à l'existence d'une personne déterminée, que la disparition de telle ou telle personne n'amène pas la disparition d'un certain savoir ou la supression d'une certaine fontion, que rien d'important n'arrive sans que le conseil de surveillance l'ait prévu et y ait consenti; qu'on puisse, sans consulter un mortel, se faire une idée exacte et complète du passé et de l'avenir probable de l'usine, d'après les seuls documents existant au bureau de l'administration centrale "

Como conseqüência do esfôrço e da capacidade dos estatísticos que trabalharam isoladamente pelo desenvolvimento da estatística no Distrito Federal, podemos citar algumas publicações como o *Anuário Estatístico,* iniciado pelo volume de 1913 e interrompido no quinto número, o *Boletim de Estatística Municipal da Cidade do Rio de Janeiro,* que apareceu em 1921, não se tendo pros-

seguido em sua publicação; o *Boletim Mensal de Estatística do Distrito Federal,* que saiu em 1928 e foi publicado sem descontinuïdade até 1933, reaparecendo em 1935 até Fevereiro de 1936.

Início de uma nova era A criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística foi, sem dúvida, o início de uma nova era para os órgãos de estatística existentes no país Com a sua organização *sui-generis* de órgão paraestatal, baseado no princípio da cooperação interadministrativa entre o Município, o Estado e a União, pôde o I B G.E. prestar completa assistência aos nossos serviços estatísticos. Da Convenção Nacional de Estatística resultou a criação da Diretoria de Estatística Municipal, em Junho de 1937, constituída por três secções com as seguintes atribuïções

1ª Secção: o território do Distrito Federal e a população que o ocupa;

2.ª Secção: a administração municipal e os fatos que dela decorrem;

3ª Secção os fatos que não decorrem da administração municipal, mas sim da federal, e os que não pertencem à esfera administrativa, mas ocorrem no Distrito

A nova repartição criada foi incumbida de executar e coordenar, como órgão central, tôdas as estatísticas de interêsse para o Distrito e foi dotada de um quadro de cincoenta e quatro funcionários.

O Prefeito HENRIQUE DODSWORTH ao assumir a Prefeitura do Distrito Federal encontrou, assim, apenas, criada a antiga Diretoria Seguiu-se um período de instalações, sendo de justiça assinalar os esforços de FRANCISCO CORREIA DE SÁ E BENEVIDES na adaptação do prédio para a repartição e nas aquisições materiais para o funcionamento das secções Quando havia cumprido esta fase tão importante para o êxito da Diretoria, veio a falecer, em princípios de 1939, o estimado diretor que tanto se dedicara ao serviço durante a sua longa vida de funcionário.

Nessa ocasião foi que tivemos a honra de assumir a direção da Diretoria de Estatística Municipal para continuar a execução do programa da administração do Prefeito HENRIQUE DODSWORTH

Em Março de 1939, surgiu o primeiro número, referente a Janeiro de 1939, de uma publicação mensal, o *Mensário Estatístico do Distrito Federal.* O interêsse despertado pelo *Mensário,* que foi de início uma publicação destinada ao pessoal dirigente da Prefeitura, obrigou a torná-lo um trabalho impresso de grande tiragem quando atingiu o seu vigésimo segundo número no ano de 1940.

Houve, porém, para aumentar a eficiência do trabalho na atualização sistemática das estatísticas elaboradas, uma modificação da organização da Diretoria, pelo Decreto nº 6 469, de Junho de 1939, no sentido da especialização das secções de acôrdo com as fases do trabalho estatístico Foi assim que a repartição passou a ser constituída do mesmo número de secções mas com as seguintes funções:

1.ª Secção: coleta geral de dados;

2.ª Secção: apuração;

3ª Secção: divulgação.

Essa especialização das secções marcou um grande progresso para a Diretoria que se desincumbiu com regularidade de todos os seus encargos

Ainda no ano de 1939, cumpre salientar a publicação do *Anuário Estatístico do Distrito Federal,* ano VI-1938, com dados referentes a 1937, que veio reatar a série dos Anuários do Distrito Federal, iniciada pelo volume de 1913 e interrompida com o volume de 1929 Foi um trabalho de colaboração entre a Diretoria e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Pelo Decreto n° 6 620, de Janeiro de 1940, que simplificou e uniformizou a nomenclatura das repartições da Prefeitura, foi dada à Diretoria de Estatística Municipal a denominação de Departamento de Geografia e Estatística, sendo as suas atribuïções aumentadas com a transferência dos serviços de levantatamento e cartografia do Distrito Federal Em outro Decreto, o de n° 6 641, de Março do mesmo ano, foi o Departamento ampliado para cumprir eficientemente os novos encargos

Pôde, dêsse modo, o Departamento, dotado de organização adequada aos seus fins, empreender uma soma enorme de trabalhos, contando, para isso, com um funcionalismo entusiasta dos trabalhos estatísticos e uma grande figura de administrador, que é o Exmo ' Snr Secretário Geral de Administração, respondendo pela Secretaria do Prefeito, Dr JORGE DODSWORTH

Por outro lado, não faltaram o apoio e o estímulo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para tôdas as iniciativas que tiveram a mais ampla repercussão no nosso meio

Assim, executou o Departamento vários trabalhos gráficos, como a Planta de Turismo do Distrito Federal, o mapa colorido dos quinze distritos da Prefeitura, o organograma da Prefeitura e uma tábua de gráficos também em côres; organizou a representação da Secretaria do Prefeito na XIII Feira Internacional de Amostras e lançou uma publicação que resumiu três anos da administração do Prefeito HENRIQUE DODSWORTH Foi dado à publicidade, no ano de 1941, o volume contendo os números 7 e 8 do *Anuário Estatístico do Distrito Federal* Êsse trabalho, com 567 tabelas e 30 gráficos, foi, sem dúvida, uma demonstração cabal da eficiência do Departamento, cuja organização está descrita detalhadamente no título seguinte.

Organização I — Codificação das estatísticas — As estatísticas foram codificadas para maior facilidade nos registros e preenchimento das fichas, estando reünidas dentro dos seguintes títulos:

1. Território do Distrito Federal
2 Demografia
3. Estatística Econômica
4 Estatística Sanitária
5 Estatística Cultural
6 Estatística Social
7 Estatística Judiciária

Cada título é então desdobrado, de modo que todo assunto possua o código que o identifica dentro de cada grupamento, como no seguinte exemplo:

Rios canalizados 12-02-02

Hidrografia 12-02

Acidentes geográficos 12

Território do Distrito Federal 1

Na sub-divisão de cada título, fugimos, às vezes, das divisões clássicas geralmente usadas E' o caso da Estatística Econômica 3 cujo primeiro sub-título 31 é Estatística Financeira, porque compreende as estatísticas de maior importância para a Prefeitura Se bem que em Economia predomine a célebre divisão de J B SAY — produção, distribuïção e circulação da riqueza — acreditamos que não cometemos alguma heresia em adotar outra classificação para os fatos da Estatística Econômica, desde que a tendência moderna é para o abandono dêsse antigo método de exposição Aponta-se o inconveniente da repetição porque as leis gerais da Economia se verificam tanto na produção, como na distribuïção e consumo das riquezas

Outras classificações podem ser lembradas, como a de FERRARA — economia individual, social e internacional — mais racional do que a anterior, a da oferta e procura, que consiste em reünir numa parte todos os assuntos relacionados com a oferta, e noutra parte tudo que se refere à procura, terminando com o estudo dos preços, e, finalmente, o critério que escolhemos, de ordenar os assuntos de acôrdo com a sua importância para o caso particular que se tem em vista E' assim que justificamos a seguinte divisão para a Estatística Econômica:

31 Estatística Financeira

32 Estatística dos Transportes e das Comunicações

33. Estatística dos Preços

34 Estatística do Trabalho

35 Estatística do Comércio

36 Estatística do Consumo

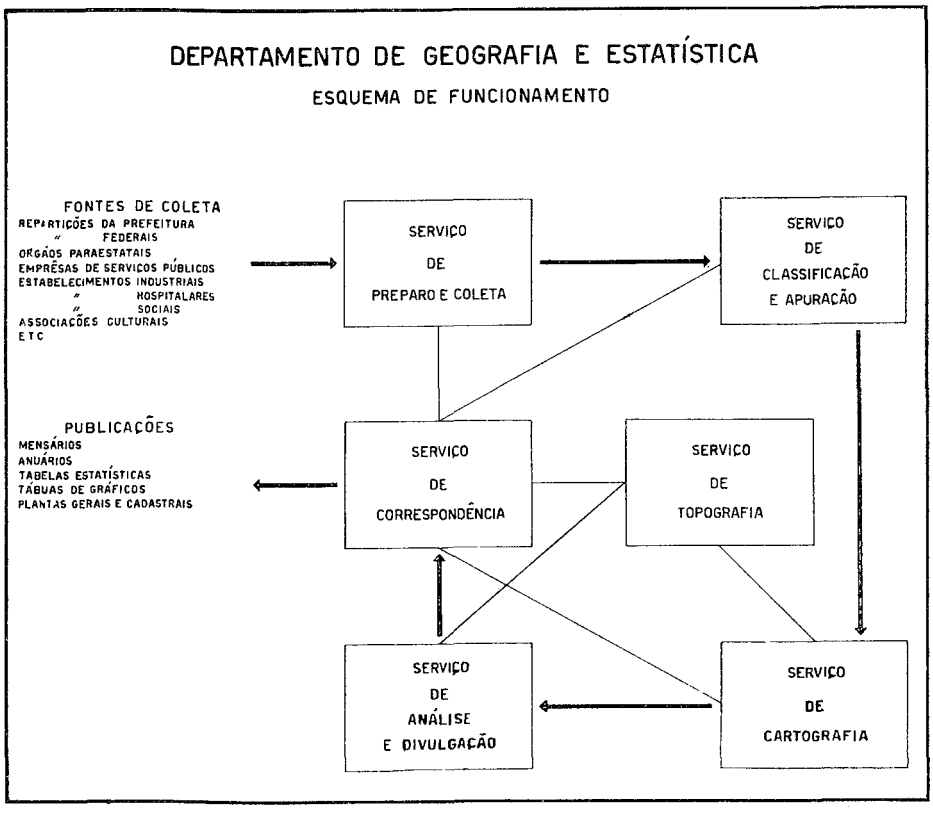
37 Estatística da Produção Industrial

38 Estatística Agrária e Florestal

39 Estatística das Obras Públicas.

O código das estatísticas constitui o nosso programa de ação desde o ano de 1939, quanto foi adotado, e compreende os programas mensais e anuais de trabalho

II — Organização do Departamento — O Departamento de Geografia e Estatística tem a seu cargo o levantamento das estatísticas discriminadas no item anterior e o levantamento e a atualização das plantas gerais e cadastrais do Distrito Federal. Para a execução dêsses trabalhos, está o Departamento dotado de seis serviços especializados, subordinados diretamente ao diretor e divididos em setores, de acôrdo com o seguinte esquema:



1 GE—Serviço de Preparo e Coleta
- 11 Preparo e contrôle de inquéritos mensais e anuais.
- 12 Preparo e contrôle de inquéritos gerais

2 GE—Serviço de Classificação e Apuração
- 21 Contrôle, classificação e distribuição
- 22 Apuração manual
- 23 Apuração mecânica
- 24 Arquivo de boletins de coleta
- 25 Confecção de tabelas
- 26 Fichamento mensal, anual e retrospectivo

3 GE—Serviço de Análise e Divulgação
- 31 Análise
  - 311 Estatística Econômica
  - 312 Estatística Sanitária e Cultural
  - 313 Estatística Social e Demografia.
- 32 Divulgação
  - 321 Mensário
  - 322 Anuários

4 GE—Serviço de Topografia
- 41 Levantamento de plantas gerais e cadastrais
- 42 Atualização das plantas gerais e cadastrais

5 GE—Serviço de Cartografia
- 51 Laboratório Foto-Cartográfico
- 52 Desenho
- 53 Distribuição e contrôle de trabalhos gráficos

6 GE—Serviço de Correspondência
- 61 Protocolo
- 62 Preparo da Correspondência
- 63 Secção de Publicações.
- 64 Arquivo
- 65 Biblioteca

Cada uma dessas funções será designada pelo respectivo número

O 1 GE procede ao planejamento dos boletins para a coleta de dados e promove a distribuïção, baseando-se no cadastro das fontes de coleta que mantém sempre atualizado E' o único serviço que entra em ligação com as fon-

tes de coleta, dispensando-se de fazer qualquer crítica aos dados obtidos que são enviados ao 2 GE para a classificação, apuração e fichamento O 2 GE envia então os resultados ao 3 GE, que se incumbe de analisá-los e divulgá-los, tendo a colaboração do 5 GE, que executa os gráficos necessários O 4 GE tem a seu cargo a geografia do Distrito Federal, o levantamento e a atualização das plantas gerais e cadastrais O 5 GE, além de se incumbir do desenho de plantas e gráficos, organiza as exposições públicas e outros trabalhos de natureza artística. Finalmente o 6 GE se ocupa do expediente do Departamento

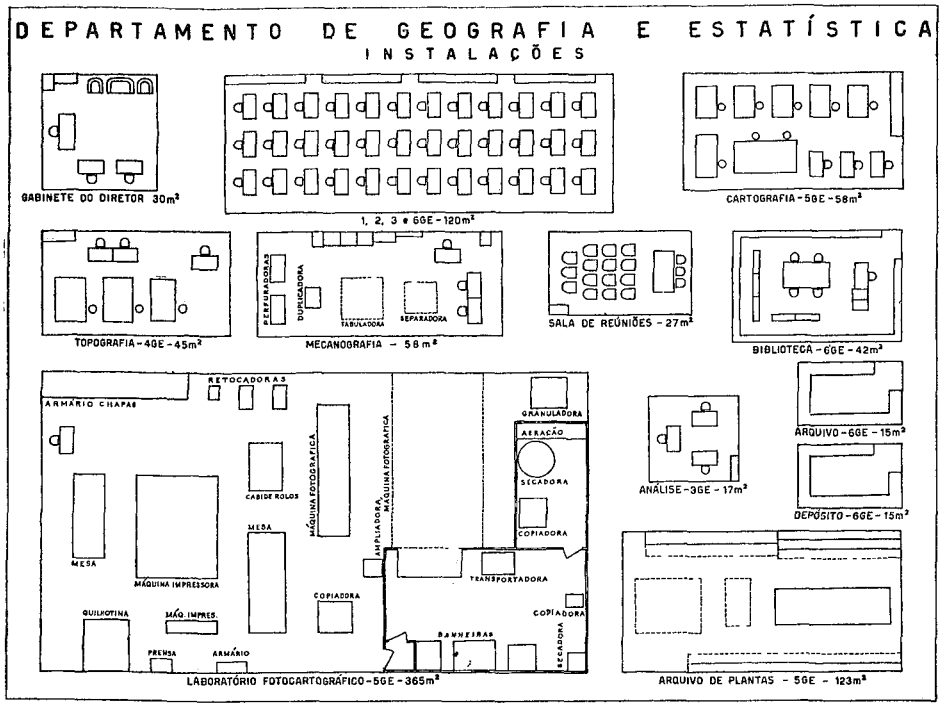
III — Pessoal — Atualmente possui o Departamento noventa e dois funcionários que se distribuem do seguinte modo pelos serviços:

Gabinete do Diretor	5
1 GE Serviço de Preparo e Coleta	22
2 GE Serviço de Classificação e Apuração	16
3 GE Serviço de Análise e Divulgação	5
4 GE Serviço de Topografia	13
5 GE Serviço de Cartografia	12
6 GE Serviço de Correspondência	19
TOTAL	92

Dos noventa e dois funcionários, cinqüenta são efetivos, trinta e cinco extranumerários e sete estão exercendo, em comissão, os cargos de chefia, temos, portanto, a seguinte relação:

Efetivos	54%
Extranumerários	38%
Comissão	8%

IV — Instalações — O gráfico, que apresentamos, das instalações do Departamento, dispensa explicações detalhadas sôbre o equipamento de cada ser-



viço Devemos, porém, salientar que tôdas as instalações estão representadas no gráfico, mas a disposição é que não representa a existente atualmente O Departamento ocupa um prédio que não foi projetado para as suas instalações, e, por isso, procurámos dar uma utilidade maior ao gráfico, colocando uma disposição ideal que poderá ser seguida em qualquer oportunidade que se ofereça.

V — Contrôle — Uma das fichas usadas atualmente no contrôle dos inquéritos em andamento resume a quantidade de boletins distribuídos no dia, a soma até o dia, os boletins devolvidos no dia e a soma até o dia, conforme se verifica no seguinte modêlo:

INQUÉRITO: **MÊS** —— / ——

QUANTIDADE DE BOLETINS [ ] **PRAZO** [ ]

DIA	DISTRIBUIDOS		DEVOLVIDOS	
	NO DIA	SOMA	NO DIA	SOMA
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				
23				
24				
25				
26				
27				
28				
29				
30				
31				

Mod 23

O Serviço de Preparo e Coleta controla todo o seu trabalho com um sistema de duas fichas: a ficha da fonte de coleta e a ficha do coletor.

A ficha da fonte de coleta contém os seguintes elementos:

1 Nome do estabelecimento, especialidade, local, telefone, distrito, propriedade e nacionalidade;

2 Nome do responsável pelas informações;

3. Código do boletim;

4 Matrícula do coletor;

5 Data da entrega do boletim;

6. Prazo de devolução;

7. Data da devolução;

8 Destino do boletim.

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
CADASTRO DAS FONTES DE COLETA–1GE

DATA—/—/— **No DA FICHA** _____

NOME DO ESTABELECIM. _____ **ESPECIALIDA** _____

LOCAL _____ **TEL.** _____ **DIST.** _____

PROPRIEDADE _____ **NACIONALIDADE** _____

RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES _____

Mod. 2

Data da entrega do Boletim	Prazo da Devolução	Data da Devolução	Código do Boletim	Matrícula do Coletor	DESTINO DO BOLETIM
/ /		/ /			
/ /		/ /			
/ /		/ /			
/ /		/ /			
/ /		/ /			
/ /		/ /			
/ /		/ /			
/ /		/ /			
/ /		/ /			
/ /		/ /			
/ /		/ /			

Essa ficha pode ser usada trinta vêzes, isto é, controla até trinta inquéritos efetuados numa determinada fonte de coleta.

A ficha do coletor contém os seguintes elementos:

1 Nome do coletor, matrícula e enderêço;

2 Código dos dados coletados para o *Mensário;*

3. Código dos dados coletados para o *Anuário;*

4. Discriminação dos inquéritos e código dos boletins distribuídos pelo coletor.

Data da entrega do Boletim	Prazo da Devolução	Data da Devolução	Código do Boletim	Matrícula do Coletor	DESTINO DO BOLETIM
/ /		/ /			
/ /		/ /			
/ /		/ /			
/ /		/ /			
/ /		/ /			
/ /		/ /			
/ /		/ /			
/ /		/ /			
/ /		/ /			
/ /		/ /			
/ /		/ /			
/ /		/ /			
/ /		/ /			
/ /		/ /			
/ /		/ /			
/ /		/ /			
/ /		/ /			
/ /		/ /			
/ /		/ /			

Verso da ficha reproduzida na página anterior

Para o contrôle da coleta de dados do *Anuário* e do *Mensário* é preenchida uma ficha contendo o código dos dados coletados

Os trabalhos do 2 GE também são diàriamente controlados por meio de fichas que permitem verificar as tabelas executadas e o tempo de apuração dos inquéritos

O trabalho de confecção dos *Mensários* e *Anuários* é acompanhado por meio de fichas onde já estão impressos os números das tabelas que cada uma dessas publicações contém, e que são assinalados na proporção em que as tabelas correspondentes são entregues para a impressão.

No caso do *Anuário,* além de ser preenchida uma ficha semelhante, faz-se também um contrôle gráfico, em vista de se tratar de um trabalho de maior vulto e duração A situação era a seguinte, em Dezembro de 1942:

	1942										
	Novembro					Dezembro					
Previsto	200					100					
Executado											
Res Acumulados :											

Trabalhos executados no ano de 1942

I — Trabalhos previstos — O *Mensário Estatístico* foi publicado desde o número 33, referente a Setembro de 1941, ao número 46, correspondente a Outubro de 1942, e conteve uma média de 160 tabelas, 20 gráficos e alguns comentários.

O *Anuário* publicado em 1942 foi o décimo, referente ao ano de 1940, e conteve 645 tabelas, 30 gráficos e 574 páginas

Essas publicações foram impressas com a tiragem de 1 000 exemplares, sendo que o *Mensário* deixou de ser impresso no número 44. A partir dêsse número, o *Mensário* passou a ser datilografado com uma tiragem de três exemplares

A suspensão provisória das publicações foi solicitada em ofício dêste Departamento dirigido ao Exmo Snr Secretário do Prefeito e pelo mesmo autorizada em vista do advento do estado de guerra entre o Brasil e as potências do eixo Ao mesmo tempo, foi atendida a Resolução da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística que proibiu, em todo o território nacional, a divulgação de dados estatísticos Trata-se, sem dúvida, de um fato de grande repercussão, mas que em nada alterou o volume de serviços, porque as publicações são datilografados e entregues à administração, que não ficou privada dos elementos básicos de sua orientação

Prosseguindo, assim, no mesmo ritmo de trabalho, poderá o Departamento reatar as séries de suas publicações logo que se normalize a atual situação internacional

II — Trabalhos não previstos — A Resolução n° 198, de 23 de Julho de 1941, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, previa a criação das Secções de Estatística Militar em cada Repartição central de estatística dos Estados, do Território do Acre e do Distrito Federal, como órgão colaborador do Exército

O Departamento iniciou os estudos para o cumprimento do elevado objetivo dessa Resolução, tendo-se, porém, concluído ser mais adequado à sua organização um refôrço em pessoal e material, em vez da criação de mais uma secção De fato, o Departamento não está composto do grupamento de secções de acôrdo com o título da estatística que executa; ao contrário do que se verifica comumente, os seus serviços são especializados de conformidade com as fases do trabalho estatístico

Como é sabido, o levantamento estatístico de qualquer natureza, seja sôbre produção de mercadorias ou assistência hospitalar, supõe as seguintes etapas de execução:

1 Planejamento do boletim de coleta;

2 Coleta de dados;

3 Apuração;

4 Análise,

5. Divulgação.

Cada uma dessas funções necessita de capacidades distintas para o seu perfeito preenchimento E' assim que a coleta de dados é uma fase do trabalho estatístico que dispensa os conhecimentos de estatística matemática, enquanto que a análise de dados requer, além dos conhecimentos teóricos de estatística, os conhecimentos da matéria a que os dados se referem

Vê-se, dêsse modo, que uma ampliação do Departamento para dar conta de maior volume de serviços seria sempre no sentido da especialização das diferentes fases do trabalho estatístico Aliás, a citada Resolução visou a totalidade das repartições existentes; a organização dêste Departamento, que foi descrita detalhadamente, não é idêntica a qualquer outra no país

Tratava-se, assim, de cumprir essa Resolução do Conselho Nacional de Estatística, quando surgiu o Decreto-lei n° 4 181, de 16 de Março de 1942, que dispõe sôbre a criação das Secções de Estatística Militar e que estabelece, entre outras providências, o seguinte:

a) criação da Secção de Estatística Militar em cada repartição central regional;

b) delegação ao I.B G E , mediante Convênios Especiais, da função administrativa concernente ao levantamento da estatística geral da competência das Municipalidades;

c) criação de uma taxa de estatística, a incidir, em forma de sêlo especial, sôbre as entradas em casas de diversões

Recebeu, então, o Departamento o honroso encargo de proceder aos levantamentos para fins militares, em vista de ser uma das repartições centrais regionais, de acôrdo com o esquema estrutural do I B G E , a cláusula 1ª do título III da Convenção Nacional de Estatística, o Decreto n° 1 200, de Novembro de 1936, e o art 1° do Decreto-lei n° 4 181

As outras determinações dêsse Decreto-lei não puderam ter aplicação ao Distrito Federal por não ser um Município, nos têrmos da Constituïção de 10 de Novembro e do Decreto-lei n.° 96 (Lei Orgânica do Distrito Federal), mas sim uma autarquia territorial *sui-generis,* nascida da conveniência de situar a Capital da República fora do âmbito de qualquer das Unidades Federadas e, ainda, por não possuir o Distrito Federal repartições equiparáveis às Agências Municipais de Estatística, abrangidas no aludido Decreto-lei

Os motivos indicados anteriormente, na apreciação da Resolução n° 198, do Conselho Nacional de Estatística, sôbre a conveniência de um refôrço em material e pessoal em vez da criação de mais uma secção neste Departamento, tiveram de ser afastados em face do Decreto-lei n° 4 181 e foram tomadas, pela Prefeitura, tôdas as providências para o cumprimento da lei

Enquanto se aguardavam os resultados de tais providências de ordem burocrática, empreendeu o Departamento, sem demora e com os seus recursos normais, no período de Maio a Dezembro de 1942, dez grandes inquéritos para fins militares, em coordenação com o digno representante do Exército na Junta Executiva Regional, Major TEÓFILO AMADEU DINIZ

Êsses trabalhos representam, decerto, uma pequena parcela da grande soma de elementos estatísticos necessários às fôrças armadas Constituem, porém, a mais expressiva demonstração de que o Departamento cumpriu, sem medir dificuldades e de modo prático, o honroso encargo que lhe foi atribuído pelo Decreto-lei n° 4 181.

DJALMA FORJAZ
(Diretor do Departamento Estadual de Estatística)

A ESTATÍSTICA NO ESTADO DE SÃO PAULO DE 1936 A 1943

EM 1936, a Estatística, no Estado de São Paulo, caracterizava-se por sua desarticulação, e seu exercício por funcionários não especializados.

As estatísticas gerais estavam afetas à Repartição de Estatística e Arquivo, e as especializadas às repartições ou secções dependentes de várias Secretarias de Estado.

Mas ao passo que a primeira tinha os seus serviços pràticamente paralisados por falta de recursos e organização adequada, as segundas agiam isoladamente, sem articulação ou conexão de umas com as outras, e visando, não elaborações a seu cargo, mas tão sòmente o interêsse dos serviços técnicos e administrativos que lhes competissem

Além disso, êsses organismos não dispunham de pessoal nem de meios para coleta eficiente de informações, de modo que, ou se baseavam em dados incorretos, ou nos dados insuficientes que lhes chegavam às mãos como uma conseqüência da organização defeituosa dos seus serviços.

Em virtude disso, as elaborações estatísticas eram esporádicas, falhas e não coordenadas.

"As falhas dêsse sistema", já dissemos, "revelaram-se muito sensíveis e desagradáveis Expunham o Estado à situação incômoda de possuir, para os mesmos fenômenos, vários números diferentes de avaliação, conforme saíssem êles desta ou daquela repartição, criando assim uma atmosfera de insegurança e de confusão, justamente no setor de que dependem as diretrizes do govêrno "

Como exceção a êsse regime, podemos citar ùnicamente a Estatística Educacional, que desde 1931 obedecia às normas do Convênio das Estatísticas Educacionais, firmado no Rio de Janeiro entre a União, Estados e Territórios, e por isso mesmo continha, em embrião, todo o sistema atual das estatísticas nacionais, que pode ser considerado como um desenvolvimento das linhas mestras daquele Convênio

Com efeito, muito embora os primeiros resultados da Estatística Educacional só começassem a aparecer em 1937, graças à dedicação de altos funcionários da Diretoria de Instrução Pública, na verdade, quando apareceram, abrangiam o período de 1931 a 1935.

Evolução, de 1936 a 1943

Ratificada e aprovada, pelo Decreto n.º 7 838, de 9 de Setembro de 1936, e Lei nº 2 658, de igual data, a Convenção Nacional de Estatística, logo se fêz sentir a influência da mesma Convenção nos serviços estaduais de Estatística

Podemos classificar essa influência em duas categorias de efeitos: em primeiro lugar, ela determinou a evolução da estrutura dos serviços para o modêlo convencional, em segundo lugar, e como conseqüência dessa evolução, fomentou um sensível aperfeiçoamento da Estatística, quer no que diz respeito ao cultivo do método, quer no que diz respeito aos seus resultados práticos

Afirmamos que houve evolução para o modêlo convencional — isto é, articulação e padronização — e não completa transformação nesse sentido, porque o objetivo final ainda não foi conseguido Não se estranhará essa circunstância, quando se ponderar que a organização administrativa do Estado de São Paulo já atingiu a uma alta complexidade, e que a mudança, dentro dela, de um regime de completa heterogeneidade para o de perfeita homogeneidade acarreta, forçosamente, uma multiplicidade de problemas de difícil solução

O primeiro passo na evolução apontada foi a criação da Junta Executiva Regional de Estatística, pelo Decreto nº 8 229, de 13 de Abril de 1937, formada, nos moldes da Convenção Nacional de Estatística, pelos diretores de tôdas as repartições estaduais de Estatística, e pelos representantes de diversas entidades oficiais

A essa criação seguiu-se, pelo Decreto nº 9 036, de 13 de Março de 1938, a do Departamento Central de Estatística, logo após extinto e transformado no atual Departamento Estadual, pelo Decreto n.º 9 330, de 15 de Julho de 1938.

Êsse Departamento obedeceu também aos moldes da Convenção Nacional, inclusive quanto à criação de um funcionalismo técnico, dividido em carreiras e classes, e com provimento por concurso

Êste sistema só agora deverá atingir aos funcionários públicos em geral, *ex-vi* do Decreto-lei nº 12 283, de 28 de Outubro de 1941, que dispôs sôbre o "Estatuto dos Funcionários Civis do Estado de São Paulo"

Ao mesmo Departamento foram atribuídas certas estatísticas de caráter geral, e a coordenação e assistência técnica de tôdas as demais do Estado

Desde os primeiros dias de sua instalação, e até os dias que correm, o Departamento Estadual de Estatística e a Junta Regional de Estatística vêm executando, no Estado de São Paulo, todos os Decretos-leis e Decretos do govêrno federal relativos à matéria, resoluções da Assembléia Geral e da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, e instruções e solicitações de sua Secretaria.

As demais repartições ou secções administrativas do Estado incumbidas de estatísticas especializadas, continuaram, porém, regidas pela legislação anterior, em sua estrutura e funcionalismo Apenas, a Secção Técnica de Estatística Sanitária, dependência da Secretaria de Educação, pelo Decreto nº 9 438, de 14 de Setembro de 1938, amoldou-se ao sistema do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, passando a ser constituída por um corpo de funcionários técnicos, escolhidos por concurso e divididos em carreiras e classes

Passaram, assim, os serviços de Estatística no Estado, a obedecer a um sistema de coordenação descentralizada.

Desde logo, porém, verificou-se que êsse sistema, embora houvesse melhorado de muito o sistema anterior de completa desarticulação, ainda assim apresentava senões que urgia corrigir

Pedimos licença para transcrever aquí trechos da justificação que esta Diretoria apresentou ao govêrno do Estado:

"Há uma lei geral, no campo da organização científica do trabalho, que mostra ser êste tanto mais rendoso e eficiente quanto menor for o número de intermediários entre o diretor, que dá ordens, e os funcionários, que as executam.

"Como é bem de ver-se, êsse princípio está incumprido no sistema em vigor. As determinações do Departamento Estadual de Estatística, feitas em cumprimento das ordens do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sofrem as interrupções inevitáveis produzidas pela subordinação das várias repartições, às quais incumbe fornecer os dados. Cada uma delas depende de um Secretário de Estado e de um Diretor Geral de Secretaria, funcionários êsses hieràrquicamente superiores ao Diretor do Departamento Estadual de Estatística. Isso torna facílimo compreender que falta a êste a autoridade bastante para fazer o serviço progredir na forma desejável para que êle seja útil e sàbiamente aproveitado. Mesmo na hipótese mais favorável de que exista a máxima boa vontade, há sempre uma perda involuntária de tempo, originada pela própria marcha burocrática dos papéis. E em estatística, sabe muito bem V Excia., o tempo é fator fundamental Quanto mais rápidos os resultados, mais preciosos, maximé num regime de economia dirigida que o Brasil vem, vitoriosamente, ensaiando "

. . .

"Em terceiro lugar, a "coordenação descentralizada" não consente que o aparelhamento mecanográfico fique sob comando único E neste ponto, não há discrepância entre os entendidos, de que a elaboração dos dados e dos seus resultados só é altamente eficiente quando êsse aparelhamento está nas mãos de uma única repartição "

. . . . . .

"Em quarto lugar, a prática das repartições isoladas, dependentes de cada Secretaria de Estado, leva insensìvelmente à desuniformidade de organização Cada Diretor tem seus pontos de vista firmados acêrca da matéria e cria os seus quadros de acôrdo com êles, sem indagar se estão em harmonia com os das outras repartições do gênero Estabelecem-se, destarte, para um mesmo tipo de trabalho, maneiras diversas de apreciação e mesmo de remuneração "

Seguiu-se, então, o terceiro passo para a adaptação da estrutura da estatística estadual ao modêlo do Instituto, e que consistiu no Decreto n º 11 610, de 21 de Março de 1942, subordinando hieràrquicamente tôdas as repartições nela compreendidas, ao Departamento Estadual de Estatística, muito embora conservassem, provisòriamente, suas organizações anteriores Ainda por fôrça do referido Decreto, ficou êle respondendo pelo cumprimento, por parte do Estado, do Convênio Nacional para o aperfeiçoamento e uniformização das estatísticas educacionais e conexas, celebrado na cidade do Rio de Janeiro a 20 de Dezembro de 1931, aprovado e ratificado pelo Decreto n º 5 391, de 18 de Fevereiro de 1932.

Outro passo importante na mesma evolução consistiu na criação das Agências Municipais, em todos os duzentos e sessenta e nove Municípios do interior do Estado, Agências essas subordinadas administrativamente às Prefeituras, mas tècnicamente ao Departamento Estadual de Estatística.

Como próximas etapas, cogita o govêrno do Estado em instalar tôdas as atuais repartições numa só sede, o Palácio da Estatística, em decretar a sua hierarquização e padronização, em aperfeiçoar as Agências Municipais e em criar os Inspetores de Estatística, órgãos fiscalizadores dessas Agências

Formação de uma mentalidade estatística

Conseqüência interessante dessa evolução de sete anos foi o início da formação de uma mentalidade estatística, não só nos meios oficiais, como mesmo nos meios particulares e culturais do Estado.

Pela primeira vez funcionários estaduais, e intelectuais em geral, passaram a dedicar-se ao estudo do método estatístico, não só para inscrição nos concursos destinados ao provimento de cargos, como também para a publicação de monografias e tratados Várias escolas superiores e secundárias incluíram nos seus programas o estudo da Metodologia Estatística, e a realização de pesquisas em que se utilizam as técnicas dêsse método.

Interessantíssimos e valiosos trabalhos vieram à luz, tais como *Aspectos da Evolução Urbana de São Paulo,* de NELSON CALDEIRA, *Algumas características demográficas de São Paulo,* do Professor LUIZ GALVANI, *A moderna teoria matemática da correlação entre duas variáveis,* de HELENA ROCHA PENTEADO, *Um pouco da vida estatística brasileira,* de ANTÔNIO CARVALHO E SILVA, *Elementos de Estatística Geral* e *Iniciação à Estatística Econômica,* de MILTON DA SILVA RODRIGUES, *Distribuïção do coeficiente vegetativo nos Municípios do Estado de São Paulo,* do Professor LUIZ GALVANI, *Os pecados da Estatística,* do Professor A DE ALMEIDA JÚNIOR, *Distribuïção ecológica dos sírios no município da capital,* de OSCAR E. DE ARAÚJO, *Sôbre o centro de gravidade demográfico e sua aplicação ao estudo da distribuïção geográfica da população do Estado de São Paulo,* de RITA DE FREITAS, *Estatística do ensino primário geral,* de JOÃO CARLOS DE ALMEIDA, e muitos outros que ainda poderíamos citar.

Para formação dessa mentalidade estatística teem contribuído, também, os cursos especiais de estatística e matemática para o funcionalismo do Departamento Estadual de Estatística, mantidos desde 1940 até a presente data, a cargo, respectivamente, dos Professores MILTON DA SILVA RODRIGUES e LUIZ BUENO.

Essa mentalidade estatística, que considero um dos melhores frutos, no Estado de São Paulo, da campanha do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, não podia deixar de influenciar, como influenciou, a rotina dos serviços de estatística das repartições tradicionais, tonificando-a, animando-a com uma série de inovações felizes, cuja enumeração não cabe nos moldes dêste trabalho. Agiu principalmente como um estímulo para a ambição funcional, e conseqüentemente, para o aperfeiçoamento técnico na execução dos serviços.

Sinopse dos trabalhos do Departamento Estadual

Quanto aos frutos práticos, por assim dizer, da atuação do Departamento Estadual de Estatística, ou seja, os resultados diretos de seus trabalhos, êste relatório não seria, talvez, terreno propício para sua enumeração.

Entre êles destacam-se, porém, como de grande significação, a adaptação da organização judiciária e administrativa do Estado aos moldes estabelecidos pelo Decreto-lei federal n.º 311, de 2 de Março de 1938, e a comemoração do "Dia do Município", em observância ao Decreto federal n.º 846, de 9 de Novembro do mesmo ano. Como resultado dêsses trabalhos promulgou-se o Decreto estadual n º 9 775, de 30 de Novembro de 1938, obra gigantesca que fixou o novo quadro da divisão territorial do Estado de São Paulo, e comemorou-se condignamente, em todo o seu território, em 1.º de Janeiro do ano seguinte, o "Dia do Município".

De menor relêvo não terá sido, também, a influência, sôbre tôda a vida econômica e social do Estado, da adoção, para efeito das estatísticas, do sistema métrico decimal, mandado observar pelo Decreto federal n.º 4 257, de 16 de Junho de 1939. Essa adoção forçou, em documentos oficiais, a conversão de

todos os padrões de medida a êsse sistema legal, fato êsse que repercutiu entre os hábitos da população em geral, e determinará, dentro em breve, em todo o território do Estado, uma salutar uniformização.

Não será demais, ainda, num ligeiro apanhado, consignar que o Departamento, até agora, como obras novas, vem publicando, desde 1938, o *Boletim do Departamento Estadual de Estatística,* desde 1942 o *Anuário Estatístico;* desde 1939 a *Estatística do Comércio Interestadual,* desde 1938 a *Divisão Judiciária e Administrativa do Estado;* desde 1939, relatórios da Junta Executiva Regional de Estatística. Publicou, além disso, obras isoladas, tais como as *Tábuas Itinerárias Paulistas, Estatística de São Paulo em 50 Anos de República, Ensaio de um Quadro de Desmembramento das Comarcas de São Paulo,* idem dos Municípios de São Paulo, idem dos Distritos de Paz de São Paulo, *Localidades Paulistas, Linhas Divisórias do Município de São Paulo*

Entre essas publicações, cumpre destacar a *Estatística do Comércio Interestadual.* Durante vinte anos tentou-se a organização dessa estatística sem resultado Graças a um conjunto de felizes providências tomadas pela Junta Executiva Regional conseguiu-se com grande êxito a sua elaboração, que tanta repercussão teve nos meios econômicos e políticos. Veio ela demonstrar que a exportação do Estado era muito maior do que a conhecida até então Atribuiu-se à exportação de São Paulo, em 1939, o valor de Cr$ 3 863 223,00, quando incluídas no cômputo as remessas para outros Estados por estradas de ferro e de rodagem, verificou-se que exportou, realmente, no mesmo ano, Cr$ . . . 5 382 286,00 Já em 1941 a exportação de São Paulo atingiu Cr$ 7 280 005,00, dos quais Cr$ 2 767 145,00 correspondem ao comércio por via terrestre e Cr$ 4 512 860,00, por via marítima.

Dentre os inúmeros inquéritos que estão sendo levados a efeito pelo Departamento, e cujos resultados vão sendo remetidos aos órgãos centrais do Instituto, normal e periòdicamente, destaquemos os seguintes: inquérito metrológico, despesas municipais com educação e saúde, estabelecimentos particulares de assistência médico-sanitária, suicídios e tentativas, culto protestante, custo da vida, registro mensal de preços no comércio varejista, produção do pescado, movimento de condenados em cumprimento de pena, incêndios, desastres e acidentes, registros de hipotecas e transmissões de imóveis, registro industrial e inquéritos econômicos

Para se ter uma idéia do volume de serviço que êsses inquéritos representam note-se, por exemplo, que só em transmissões de imóveis e inscrições de hipotecas o inquérito abrange um total de 77 000 fenômenos.

E uma idéia do desenvolvimento dos trabalhos gerais do Departamento, pode ser fornecida pela apreciação do volume de papéis entrados e expedidos através do seu protocolo nos anos de 1939-1942: ao passo que em 1939 êsse volume alcançou o total de 60 125 papéis, em 1942 atingiu o de 411 435, sem contar os das repartições subordinadas. Dêsses algarismos excluem-se os trabalhos do Serviço de Mecanização, no qual a Estatística de Comércio Interestadual consome, anualmente, 1 500 000, a Estatística Agrícola 2 600 000, a Estatística Industrial 360 000, a Estatística Criminal 200 000 e a Estatística Demográfica 500 000 cartões.

Antes da criação do Departamento, o Estado despendia com estatísticas Cr$ 2 261 000,00 e atualmente despende Cr$ 5 110 339,60, cifra esta em que não foram computados créditos especiais, abertos em 1942, de Cr$ 600 000,00 para o aumento do Serviço de Mecanização, e o de Cr$ 392 000,00 para a Estatística Militar.

Reação social às campanhas do I B G.E. Quanto à reação social dos trabalhos de estatísticas fomentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, não menos sensível é a influência dêste. Salientemos que a expansão das pesquisas estatísticas a setores até há pouco inabordados, encontrou, a princípio, incompreensão e má vontade, decorrentes não só do hábito de rotina, como também da natural aversão do povo por tôdas as inovações governamentais, tomadas sempre como acarretando aumento de aborrecimentos, trabalhos e despesas para os cidadãos

Aos poucos, porém, a "mentalidade estatística", a que já nos referimos, vai invadindo os métodos de trabalho das repartições administrativas, e o hábito de colaborar nas informações vai-se arraigando nas classes produtoras e na população em geral.

Registre-se, a êsse respeito, uma particularidade interessante Diversas firmas comerciais e industriais já estão modificando os seus métodos de escrituração e contabilidade, de modo a torná-los aptos para atenderem aos questionários do Departamento. A própria escrituração comercial de emprêsas particulares vai-se amoldando, assim, aos fins estatísticos.

O Departamento Estadual de Estatística tem recebido a valiosa colaboração, em suas elaborações, de entidades de classe, tais como, a Federação das Indústrias, Associação Comercial, Sindicatos Patronais, Bôlsa de Mercadorias, Bôlsa de Cereais

Outro aspecto da reação social em face da campanha do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística se revela no interêsse demonstrado pela imprensa quanto aos assuntos estatísticos. Êsse interêsse tem-se manifestado não só através de comentários em tôrno da estrutura e eficiência dos serviços de estatística, como também a respeito da intensidade dos fenômenos sociais, revelada por êsses serviços. Citem-se, a título exemplificativo, os comentários intitulados "Números Paulistas", publicados pela *Fôlha da Manhã,* de 21 de Janeiro de 1942; "Bibliotecas", pelo *Correio Paulistano,* de 2 de Junho de 1942; "Telefones", idem de 7 de Junho de 1942; "As exportações terrestres de São Paulo"; pelo *Diário de São Paulo,* de 12 de Agôsto de 1942; "Um trabalho de valor", pelo *Correio Paulistano,* de 22 de Janeiro de 1942; "Pertencem a brasileiros mais de 70% do total das propriedades agrícolas existentes no Estado de São Paulo", pela *Fôlha da Manhã,* de 13 de Fevereiro de 1942, "A expansão demográfica de São Paulo", pelo *Diário de São Paulo,* de 16 de Janeiro de 1941; "Como São Paulo cresce", pela *Fôlha da Manhã,* de 17 de Dezembro de 1940; "O mercado interno do Brasil", pelo *Diário de São Paulo,* de 17 de Abril de 1941; "Um instantâneo da vitalidade paulista", pela *Fôlha da Manhã,* de 12 de Outubro de 1942; "Comércio interestadual", pela *Fôlha da Manhã,* de 7 de Agôsto de 1941.

Conclusão Para terminar êste trabalho consignemos que tôda a atuação do Departamento Estadual de Estatística tem sido, religiosamente, coordenada com a do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Ousamos, assim, afirmar que ela se reveste de um cunho eminentemente nacional, pois se enquadra em tôda a campanha análoga que, sob a égide do Instituto, se estende por todo o território brasileiro

Seja-nos permitido transcrever algumas palavras por nós pronunciadas em discurso proferido na sessão de encerramento da Terceira Assembléia Geral Ordinária dos Conselhos Nacionais de Geografia e Estatística, em Agôsto de 1939:

"De modo que, senhores, o anseio nacional para o abandono das investigações puramente doutrinárias, apriorísticas e exóticas, e o desejo de implantar a contemplação objetiva do meio e dos fatos, só se poderão satisfazer com uma racional organização dos serviços estatísticos. Ao aperfeiçoá-los e ampliá-los, portanto, outra coisa não estamos fazendo senão obedecer ao impulso renovador da nação, no sentido de aplicar, na sua própria organização e desenvolvimento, as regras que lhe ditarem as condições a ela inerentes."

Alimentamos a esperança de que São Paulo, nestes sete anos de campanha estatística, tenha concorrido dignamente para êsse grandioso objetivo: o do Brasil conhecer-se a si próprio

LAURO SCHLEDER
(Diretor do Departamento Estadual de Estatística)

A ESTATÍSTICA NO PARANÁ, DE 1936 A 1943

AO ensejo da passagem do sétimo aniversário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, impõe-se, por interessante e necessário, dar relêvo a alguns traços marcantes das atividades estatísticas neste Estado, no período em que se fez experimentar na terra das araucárias a salutar influência daquele órgão orientador da estatística brasileira

Desenvolvendo extraordinária atuação, requerida, aliás, pelo meio ambiente ainda infenso a cometimentos como aqueles que lhe são programa na ala da estatística, logrou o I B G E lançar profundas raízes em todo o território nacional, e, já hoje, decorridos apenas sete anos, os frutos recolhidos mercê de uma campanha patriótica, inteligentemente orientada, são de molde a recomendar essa prestigiosa instituïção à benemerência pública.

A emprêsa a que se propôs o I B G.E alinha-se entre aquelas que, pela magnitude dos seus resultados, pela complexidade dos problemas que a afetam, pelo vulto dos recursos que precisam ser mobilizados — não estão ao alcance do vulgo: demandam espírito eminentemente organizador e experimentado; cultura e ação; tenacidade e perseverança incomuns. Só assim é possível vencer a multiplicidade dos obstáculos que surgem a cada passo e dar solução aos problemas que num vasto entrosamento aparecem na razão crescente E é bem de ver que nesta espécie de lutas, poucos são os que não estacam, os que vão para a frente.

A estatística brasileira, desde que ingressou no cenário da vida nacional sob os auspícios do I B G E , foi, de triunfo em triunfo, de vitória em vitória, recolhendo em cada ano vencido maior messe de realizações que, adicionadas tôdas, formam o portentoso conjunto de serviços prestados à coletividade por êsse destacado órgão.

No Paraná, era incipiente a estatística, tendo sido notável o impulso que recebeu do I.B.G E , graças ao apoio moral e material que a alta compreensão do govêrno regional sempre dispensou a êste importante setor.

Não vai exagêro na afirmativa de que tal serviço pràticamente não existia aquí. Se hoje, quando já decorridos vários anos da orientação capaz de um órgão central, ainda não podemos avançar que a estatística é uma realidade que satisfaça plenamente; se nesta altura — quando já temos percorrido considerável parte do extenso caminho que nos levará à perfeição estatística — é de mister consideremos que ainda existe uma parte bem maior a percorrer dêsse difícil caminho, que dizer da estatística nos tempos idos, quando não existia quase nada do muito que aí está?...

Rendamos, pois, a nossa homenagem aos legítimos pioneiros da estatística sistematizada — intensiva e extensiva — do Brasil, e sintetizemos essa homenagem nas pessoas dos eminentes e ilustrados dirigentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Evolução do sistema estatístico regional

No período em tela, isto é, de 1936 a 1943, sobremodo apreciável se apresentou a evolução da estatística nesta Unidade Federada.

O então Departamento de Estatística e Publicidade nascia em 1937, subordinado à Secretaria do Interior e Justiça, com esta modestíssima organização:

a) Diretoria; e

b) Secção de Contrôle e Publicidade

Por fôrça da Convenção Nacional de Estatística, já nesse mesmo ano eram criadas quarenta e nove Agências Municipais de Estatística, uma para cada Município, Agências que, com as secções de estatística da Diretoria Geral de Educação, da Diretoria Geral de Saúde Pública, e da Polícia Civil (estatística educacional, bio-estatística e policial-criminal), constituíram o organismo estatístico paranaense.

Só em 1939 foi modificada a estrutura do Departamento, passando a ser constituído dos seguintes órgãos

a) Diretoria — com os serviços de Secretaria, Protocolo, Biblioteca, Arquivo Geral, Almoxarifado, Desenho e Cartografia;

b) Assistência Técnica — com a atribuïção de coordenar os serviços das duas secções técnicas;

c) 1ª Secção Técnica — com os serviços de coleta, crítica e apuração; e

d) 2.ª Secção Técnica — tendo por atribuïções a sistematização, divulgação, e publicidade

Em fins de 1939, as exigências do acentuado desenvolvimento dos serviços determinaram a decretação de novo quadro orgânico. Nessa ocasião, em virtude de útil padronização preconizada pela Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, passou o órgão central regional à sua atual denominação de Departamento Estadual de Estatística, com esta constituïção para 1940

a) Diretoria;

b) Secção de Expediente,

c) 1ª Divisão Técnica;

d) 2ª Divisão Técnica,

e) Secção Mecânica, e

f) Serviço Cartográfico.

Tal organização prevaleceu até meados de 1942, quando foi criada e regulamentada a Secção de Estatística Militar, e passou o D E E a ser subordinado diretamente ao chefe do govêrno

Acrescido de mais uma secção, dotado de nomenclatura mais adequada, e observada uma equitativa divisão de trabalho, foi o órgão central regional estruturado como abaixo vai:

a) Diretoria — com os serviços de Secretaria, Protocolo, Arquivo, Almoxarifado e Portaria;

b) 1ª Divisão Técnica — com a incumbência de criticar os dados coletados pelas Agências de Estatística, e mantendo um corpo de sete Inspetores Itinerantes;

c) 2.ª Divisão Técnica — com um serviço mecanizado de perfuração, conferição, classificação e tabulação e tendo a seu cargo a codificação e apuração dos dados coletados e criticados na 1ª D T.;

d) 3.ª Divisão Técnica — que trata da sistematização e publicidade dos dados apurados no D E E e à qual está subordinada uma secção de Cartografia; e

e) Secção de Estatística Militar — à qual estão afetos os serviços de estatística de interêsse das fôrças armadas

Pessoal e material Consoante se verifica da tabela que damos logo adiante, bem interessantes têm sido as modificações que o desenvolvimento dos serviços do D E E. impôs, no que concerne ao funcionalismo e ao material de equipamento e de consumo e suas respectivas verbas.

Vejamos:

ANOS	FUNCIONÁRIOS				MATERIAL	
	Números absolutos	Números relativos	Verbas (Cr$)	Números relativos	Verbas (Cr$)	Números relativos
1937	16	100	94 800,00	100	108 000,00	100
1938	16	100	118 620,00	125	220 000,00	203
1939	30	187	225 060,00	238	150 320,00	139
1940	36	226	277 360,00	292	145 400,00	134
1941	41	256	321 540,00	339	120 000,00	111
1942	41	256	321 540,00	339	120 000,00	111
1943	47	293	386 940,00	408	105 000,00	97

De 1937 para 1943, o número de funcionários triplicou, tendo a respectiva verba quadruplicado.

Por outro lado, os vencimentos anuais médios acusados são:

Para 1937 . . Cr$ 5 925,00

Para 1943 . ... Cr$ 8 232,00, ou 38% a mais

No tocante à verba material, começou a decair de 1939 em diante, tendo por causa a diminuïção dos compromissos com a aquisição do material Powers, e, ainda, o fato de, gradativamente, se irem restringindo as necessidades de material permanente.

Além dos quantitativos dados pelos cofres estaduais, não poderíamos deixar de consignar que o I B G E., sempre imbuído de elevado espírito de cooperação, auxiliou financeiramente o órgão central regional, proporcionando-lhe verbas que se elevaram a mais de Cr$ 250 000,00.

Atividades técnicas As atividades iniciais desta repartição central regional foram, como era de esperar, reduzidíssimas

Anteriormente à instalação do então D E P , o levantamento da estatística da exportação geral do Estado era elaborado por uma secção de estatística anexa ao Departamento do Arquivo Público, da Secretaria do Interior e Justiça.

Conquanto se apresentasse de morosa execução, o processo manual da apuração da estatística da exportação, na ausência de outro meio, foi pela nova repartição adotado, dando-se por tal processo prosseguimento àquela estatística.

A Campanha de 1937 (dados de 1936), através dos Cadernos A e B, foi lançada pelo I B G E e feita pelo Departamento, porém com muitas falhas, decorrentes da deficiência da organização nascente.

Ainda naquele ano, o Departamento levantou para o I A P I o cadastro destinado ao recenseamento das indústrias, e, apesar de dispor então de parcos recursos, procurou encaminhar à medida do possível alguns inquéritos especiais, entre os quais se destacam: *a*) salários rurais; *b*) transmissão de imóveis; *c*) inscrição de hipotecas; *d*) títulos protestados, falências e concordatas; *e*) preços dos principais gêneros de consumo; *f*) valor dos animais domésticos, *g*) gado abatido nos matadouros, e *h*) estatística demógrafo-sanitária

Depreende-se, pois, como eram modestas naquela época as atividades do Departamento Nem poderia ser de outra forma.

Hoje, a situação é bem diversa.

Para não nos alongarmos com detalhes enfadonhos, saltemos de 1936 para 1943 e consideremos o que se faz no Paraná, em matéria de estatística, êste último ano

Afora os inquéritos levantados através dos Cadernos A (43), B (47) e C (29) e os que são lançados, por intermédio do D E E , pelos órgãos centrais (doze do Serviço de Estatística da Produção; oito do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política; três do Serviço de Estatística da Educação e Saúde; quatro do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho e dois para a Secretaria Geral do I B G E), o órgão regional do sistema estatístico brasileiro executa, normalmente, o Serviço de Estatística da Exportação — feito mecânicamente pelo sistema Powers — com uma tiragem de nove espécies de quadros São ainda regularmente encaminhados pelo D E E quinze inquéritos periódicos diversos, além de vinte e três a cargo da Secção de Estatística Militar, totalizando trinta e oito levantamentos estatísticos normais

O problema das Agências Municipais

Feito êsse escorço do que tem sido a estatística no Paraná nestes ultimos sete anos, queremos, antes de lançar o ponto final nestas palavras, tecer breves considerações em tôrno de dois assuntos que, pensamos, devem estar sempre na mente dos ilustrados e operosos responsáveis pela orientação da estatística brasileira

Ainda estão a caminho, aliás por motivos ponderáveis, as medidas tendentes à concretização das normas estabelecidas nos Convênios Nacionais de Estatística Municipal.

Urge, entretanto, que as mesmas sejam postas em prática

Os trabalhos dos órgãos centrais dependem da presteza e da exatidão com que os elementos lhes são fornecidos pelas Agências Municipais de Estatística

Serão precárias as atividades daqueles órgãos, se não puderem contar com a colaboração criteriosa, honesta e solícita dos encarregados da coleta de dados nas células muncipais.

Para tanto, porém, preciso se torna que as Agências sejam bem aparelhadas, com pessoal suficiente compensadoramente remunerado, e dispondo de meios para locomoção dentro no respectivo território municipal Evitar-se-á, com isso, que as repartições centrais regionais estejam a cada instante às voltas não só

com o problema da substituïção de bons elementos, que, quando encontrados, não ficam por muito tempo no exercício do cargo, como também com as dificuldades para encontrar candidatos para preenchimento dos claros

Isso, entretanto, foi objeto da atenção do I B G.E., tanto assim que em boa hora foi promovida a assinatura daqueles Convênios.

Da execução das salutares normas enfeixadas nos Convênios, certamente advirão novas perspectivas para a estatística, uma vez que são alí previstas medidas altamente significativas para colocar as Agências Municipais à altura de prestar os serviços reclamados pela estatística brasileira.

Conclusão A experiência tem demonstrado quão útil e necessária é a cooperação inter-administrativa.

Todavia, considerada a "unidade" como elemento básico dos mais valiosos para a estatística, parece que todos os esforços deverão ser endereçados no sentido de uma unidade de resultados, de uma unidade de orientação e de uma unidade de direção técnica e administrativa, sem prejuízo da cooperação em aprêço, que poderá tornar-se efetiva mediante uma fórmula convinhável às três partes interessadas.

Se o campo de ação da nossa estatística é "nacional"; se é dentro do âmbito "nacional" que deve ser entendida a estatística; se a estatística interessa e aproveita tanto à órbita "federal" como à "estadual" e à "municipal" — por que não ser o I B.G E compreendido como uma instituïção "nacional", sob a égide da qual, em regime de cooperação inter-administrativa, se irmanem as esferas "federal", "estadual" e "municipal", operando harmônicamente, com unidade, para o grande e patriótico fim comum — a ESTATÍSTICA?

Com isso, os órgãos competentes, no seu "permanente empenho de desenvolver e aperfeiçoar a obra empreendida sob a inspiração de uma alto pensamento de unidade nacional", e com o apoio que sempre têm tido, e que não lhes há de faltar, poderão realizar a integral e imperiosa unidade da estatística brasileira.

VIRGÍLIO GUALBERTO
(Diretor-geral do Departamento Estadual de Estatística)

A ESTATÍSTICA EM SANTA CATARINA

NÃO vingaram, no Estado de Santa Catarina, duas tentativas no sentido da organização de serviços oficiais de estatística A primeira, ao início do século, com a criação de uma secção de estatísticas comerciais no Tesouro do Estado, posteriormente transferida para a Secretaria da Fazenda; do tempo em que funcionou no Tesouro, graças à operosidade e dedicação de seu chefe, Sr. AUGUSTO NUNES PIRES, restam-nos algumas estatísticas realmente bem sistematizadas, da exportação catarinense Com a morte dêsse abnegado pioneiro da estatística "barriga-verde", a secção pràticamente desapareceu

Em 1931, o Govêrno Provisório criou a Diretoria de Estatística do Estado, a qual, embora materialmente aparelhada, feneceu pela falta de técnicos A execução do Convênio de Estatísticas Educacionais ficou a cargo da Diretoria de Instrução Pública, cuja Sub-Diretoria de Divulgação e Cultura (Estatística), foi, mais tarde, em 1941, incorporada ao Departamento Estadual de Estatística

Firmada, na capital da República, a 11 de Agôsto de 1936, a Convenção Nacional de Estatística, na qual o Estado se fez representar pelo Sr. CELSO FAUSTO DE SOUSA, então Secretário dos Negócios da Viação e Obras Públicas, e depois de ratificada pela Lei nº 99, de 5 de Outubro do mesmo ano, entendeu o govêrno do Estado de solicitar ao Instituto Nacional de Estatística, hoje Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e sob o patrocínio do qual se realizara a Convenção, assistência técnica para criação do seu órgão central regional Do Instituto proveio o esquema da organização do Departamento de Estatística que a Lei nº 119, de 7 de Novembro de 1936, adotou, como a êle coube fornecer três técnicos para sua instalação, Srs ELPÍDIO DOMINGUES LINS, JOSÉ DO CARMO FLORES e ANTÔNIO TEIXEIRA DE FREITAS, aos quais rendemos, nesta oportunidade, a nossa profunda homenagem pela obra eficiente que aquí realizaram em menos de três anos.

Hoje, essa repartição desfruta de larga projeção no país, pela maneira criteriosa com que vem norteando suas pesquisas e pelo vasto plano de publicidade que tem desenvolvido.

Cremos poder fundamentar assim a razão do êxito que tem coroado o D. E. E catarinense:

I — O ambiente favorável existente nos meios administrativos do país, graças ao esfôrço desenvolvido pelos estatísticos da Capital Federal, do qual a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística é a mais expressiva demonstração.

II — A vontade do então Governador do Estado, hoje Interventor Federal, Sr. NEREU RAMOS, em realizar obra perfeita e completa, buscando no I.B G E. os técnicos indispensáveis, fornecendo recursos materiais e financeiros suficientes para funcionamento do serviço, recrutando os primeiros funcionários dentre aquelas pessoas que realmente poderiam ou quereriam especializar-se na técnica estatística e, sobretudo, prestigiando continuada e incansàvelmente o serviço nascente.

III — A segurança e prudência dos planos de trabalho traçados pela Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística e a compreensão que o órgão regional soube ter da realidade catarinense, de sorte a executá-los com eficiência e êxito.

IV — A indormida dedicação da totalidade dos estatísticos catarinenses, dos que servem tanto na órbita estadual, como na municipal, de sorte a remover, por esfôrço próprio e à custa de meditações muita vez cansativas, os constantes problemas que a falta de "tradição estatística" lhes oferece.

Estrutura e recursos técnicos

Bosquejados, assim, a criação e os motivos do sucesso que os serviços estatísticos de Santa Catarina conseguiram, passemos a analisar, sintèticamente embora, a sua organização e os recursos técnicos que oferece à especialização dos seus funcionários, especialização esta, aliás, que está sendo efetuada concomitantemente à própria realização das suas tarefas normais.

A experiência de três anos de trabalho aconselhou a modificação da estrutura que a Lei n° 119 fixara e que consistia na distribuïção dos serviços consoante o respectivo sistema de levantamento, reflexo ou automático, com exceção das estatísticas fisiográficas, que estavam anexadas à Secção de Cartografia Uma Secção de Publicidade, criada posteriormente (Decreto n° 3, de 3 de Janeiro de 1938), completava-lhe a organização

O Decreto-lei n° 475, de 4 de Setembro de 1940, distribuiu os serviços de acôrdo com o campo de aplicação da estatística brasileira, permanecendo como anteriormente a Secção de Publicidade e a de estatísticas fisiográficas, a antiga Secção de Estatísticas de Levantamento Reflexo passou a ser a Divisão de Estatísticas Demográficas, Sociais e Culturais, e a de Estatísticas de Levantamento Automático, a Divisão de Estatísticas Econômicas, Financeiras e Administrativas. Em 1942, pelo Decreto-lei n.° 632, de 18 de Abril, foi criada a Divisão de Estatísticas Militares.

A direção suprema da repartição, tanto técnica como administrativa, cabe, em princípio, ao diretor-geral, nomeado, em comissão, pelo govêrno do Estado, dentre técnicos especializados, com o que se assegura perfeita unidade de trabalho. O diretor-geral é assistido tècnicamente pelos assistentes-chefes e cartógrafo-chefe, aos quais compete a direção das divisões técnicas, especializadas, e que são as seguintes: I — Estatísticas Fisiográficas, Cartografia e Fotografia; II — Estatísticas Demográficas, Sociais e Culturais, III — Estatísticas Econômicas, Financeiras e Administrativas, IV — Publicidade, anexa à qual funciona a Biblioteca Bulhões Carvalho e, futuramente, a Exposição Permanente de Produtos do Estado, V — Estatísticas Militares.

A reünião dos chefes de divisão, sob a presidência do diretor-geral, constitui o Conselho Técnico, ao qual compete discutir e aprovar as questões de ordem técnica que digam respeito aos trabalhos confiados ao D E E , no sentido de simplificá-los, aperfeiçoá-los e sistematizá-los

O chefe de divisão possui completa autonomia para execução dos trabalhos que lhe incumbem, distribuindo as pesquisas a serem levadas a efeito como sua inteligência determinar e tendo em vista a capacidade dos funcionários de que dispõe. Estes executam, pois, os serviços que lhe são distribuídos pelo respectivo chefe e como, em geral, correspondem a um assunto para o qual possuem certo interêsse e pendor, realizam-nos satisfatòriamente Ao têrmo de cada inquérito estatístico, deve ser elaborado um relatório, em que se apreciem, além das deficiências que porventura o trabalho possua, os métodos de coleta e apuração utilizados, sugerindo, se assim for conveniente, as medidas reputadas necessárias ao aperfeiçoamento da técnica seguida. Tal sistema de

distribuïção de serviço tem a vantagem de especializar o funcionário no setor para o qual sua vocação está orientada e as suas observações ficam registradas para que as futuras pesquisas se beneficiem da experiência anterior, até a fixação de critérios e princípios definitivos.

O resultado dessa racional prática de trabalho, pode observar-se no grau de aperfeiçoamento a que já estão atingindo as estatísticas de Santa Catarina, bem como no volume *Ementário das Instruções para a Campanha Estatística de 1942,* que a Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística (Resolução n.º 189, de 22 de Julho de 1941), reconheceu conter "instruções claras e precisas sôbre o preenchimento dos Cadernos A e B das Campanhas promovidas pelo Instituto", recomendando-o ao estudo dos órgãos centrais regionais e federais e encarecendo a sua generalização no país E, se verificarmos o quadro de funcionários em exercício no D E E , notar-se-á que o seu número, que vinha em "crescendo" progressivo desde 1937 até 1941, regrediu no último ano, sem prejuízo do serviço, e apesar do aumento de trabalho motivado pelos interêsses da defesa nacional e do próprio aprofundamento das pesquisas normais Essa economia de mão de obra só pode explicar-se pela eficiência dos métodos de trabalho adotados na repartição.

Possui o Departamento uma secção mecânica de apuração, subordinada ao diretor-geral As respectivas divisões se encarregam da coleta, crítica e codificação dos dados que devem ser apurados pela secção mecânica, à qual cumpre, assim, apenas, preparar os cartões e tabular os resultados de acôrdo com a sistematização que lhe for determinada.

Atendendo à circunstância de que difìcilmente se recrutam fora da repartição datilógrafos hábeis e eficientes, e reconhecendo que êles se formam mais pela prática no serviço do que nas escolas para êsse fim destinadas, resolveu-se organizar uma secção onde se reüniram todos os datilógrafos em exercício no D E.E , sob a orientação de um mais graduado A essa secção vão ter todos os trabalhos técnicos elaborados pelas diversas divisões, bem como nela se prepara tôda a correspondência

Na Secretaria é atendida a parte administrativa da repartição aquisição e distribuïção de material, contrôle de ponto, protocolo de correspondência, etc.

Cada divisão possui arquivo técnico próprio, bem como um provisório de correspondência, pois esta, quando sua utilização se torna pouco freqüente, passa a ser centralizada na Secretaria O arquivo técnico da Divisão de Publicidade possui uma cópia de tôdas as principais estatísticas que se encontram no arquivo das outras divisões, uma vêz que a ela compete o preparo ou revisão das publicações que o D.E.E edita; essa Divisão está destinada, aliás, a transformar-se no futuro Laboratório de Análise Estatística, tão logo o permitam a documentação que vem sendo selecionada e o grau de especialização dos funcionários do D E E

A Divisão de Estatísticas Fisiográficas e Cartografia possui, ainda, uma fototeca de aspectos do Estado e uma mapoteca onde são reünidas as peças de caráter geográfico que mais de perto interessam ao levantamento das estatísticas do território.

Uma palavra, ainda, sôbre a Biblioteca Bulhões Carvalho, e estará completa a descrição da estrutura do Departamento de Estatística de Santa Catarina.

A Biblioteca, assim denominada em homenagem ao "fundador da estatística geral brasileira", foi inaugurada a 29 de Maio de 1940 e vem prestando reais benefícios, seja facilitando aos funcionários o estudo da técnica estatística,

seja proporcionando valiosas informações sôbre o desenvolvimento estatístico de outros serviços e de outras nações, além de farto documentário que é, das observações levadas a efeito em Santa Catarina, e já publicadas, por cientistas e outros serviços públicos Para mantê-la em dia, o Estado concede Cr$ 2 000,00 anuais. Inscrita no Instituto Nacional do Livro, dele tem recebido notável contribuïção. A 31 de Dezembro de 1942, o seu efetivo era de 3 572 obras em 1 680 volumes, no valor de Cr$ 35 837,80 O número de consultas verificado em 1941 foi de 1 388, e de 1 212, em 1942.

Recursos orçamentários Passemos agora a analisar quais os recursos de que dispõe o D E.E para execução de seus trabalhos, desde o início de suas atividades Tabelas estatísticas são, no caso, mais claras que a dissertação:

I — Despesas do Estado com o D.E E — 1937/43

DISCRIMINAÇÃO	DESPESAS (Cr$)			DISCRIMINAÇÃO	DESPESA (Cr$)		
	Média 1937/41	1942	1943 (Orçada)		Média 1937/41	1942	1943 (Orçada)
Pessoal	165 230	214 460	300 600	*Diárias e transporte*	10 430	12 400	18 000
Material e publicações	51 250	111 110	105 800				
Equipamento mecânico	51 000	61 200	61 200	**Total**	**277 910**	**399 170**	**485 600**

II — Variação patrimonial — 31-XII

ANO	Patrimônio (Cr$)	ANO	Patrimônio (Cr$)
1939	117 965	1941	190 150
1940	171 198	1942	220 778

III — Pessoal em exercício — 31-XII

ANO	SEXO		Total	ANO	SEXO		Total
	Homens	Mulheres			Homens	Mulheres	
1937	12	5	17	1940	24	14	38
1938	19	7	26	1941	30	19	49
1939	23	12	35	1942	30	16	46

IV — Principais máquinas e aparelhos em uso — 31-XII-1942

ESPECIFICAÇÃO	Dados numéricos	ESPECIFICAÇÃO	Dados numéricos
A — Equipamento « Hollerith »		**E — Equipamento de desenho** (Conclusão)	
Tabuladora-impressora numérica	1	Planímetro « Ott »	1
Separadora-contadora	1	Curvímetro « Soennecken »	1
Perfuradora-duplicadora automática	1	Hachuriador « Riefler »	1
Perfuradora automática	1		
Conferidora manual	2	**F — Equipamento foto e cinematográfico**	
B — Máquinas de somar	7		
C — Máquinas de calcular	4	Ampliador « Exat » e objetiva com tubo	1
		Prensa automática « Mafi »	1
D — Máquinas de escrever		Lâmpada para laboratório com 4 filtros	1
		Máquina fotográfica « Zeiss)	1
De escritório	9	Câmara fotográfica-objetiva « Collineor »	1
Portáteis	6	Máquina de filmar « Zeiss-Ikon-Kinamo »	1
E — Equipamento de desenho		Máquina fotográfica « Premo » n.º 8	
		Máquina fotográfica « Speed Grafic » e disparador	
Estojo « Kern », completo	1	« Speed Gun »	1
Pantógrafo « Ott »	1		

Principais realizações Resta, finalmente, para completar esta síntese do desenvolvimento da estatística em Santa Catarina, focalizar as principais realizações do Departamento. Elas obedeceram, de um modo geral, à orientação traçada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; nem poderia ser de outra forma, uma vez que justamente nesse ponto se estriba a unificação da estatística brasileira que a instalação daquele órgão visou objetivar.

Além das informações especializadas fornecidas aos órgãos de serviço público e às pessoas físicas e jurídicas que as solicitaram, de quatro exposições organizadas com o escopo de ilustrar, gràficamente, os principais aspectos da vida catarinense, editou o D E E várias publicações, cuja tiragem alcançou cêrca de 100 000 exemplares ao fim do ano de 1942 Eis a relação dessas publicações:

DENOMINAÇÃO	Autor
A — Série de monografias	
1—*Indústria de laticínios no Estado (1936|37)*	D E P
2—*Principais Efemérides da História Catarinense*	D E P
3—*Reserva Mineral do Estado*	D E P
4—*Exportação para o Exterior (1938)*	D E P
5—*Pesos e Medidas*	D E P
6—*Comunicados Estatísticos (1 a 20)*	D E P
7—*Indústria de Fiação e Tecelagem em Santa Catarina*	D E P
8—*Números de Santa Catarina*	D E P
9—*O Fumo na Economia Agrícola de Santa Catarina*	D E P
10—*Finanças Públicas*	D E P
11—*Primeira Página da Colonização Italiana em Santa Catarina*	Lucas Alexandre Boiteux
12—*Cadastro Industrial do Estado*	D E P
13—*Notas sôbre a Fundação de Lajes*	Vidal Ramos
14—*Blumenau (Notícia estatístico-descritiva)*	José Ferreira da Silva
15—*Tábua Itinerária Catarinense*	D E P.
16—*Localidades Catarinenses*	D E E
17—*Palhoça (Notícia estatístico-descritiva)*	José Lupércio Lopes
18—*Estrangeiros em Santa Catarina*	Lourival Câmara
19—*São Francisco (Notícia estatístico-descritiva)*	Arnaldo S Tiago
20—*Canoinhas (Notícia estatístico-descritiva)*	Osmar R Da Silva
21—*Divisão Administrativa e Judiciária de Santa Catarina*	D E E
22—*Jaraguá (Notícia estatístico-descritiva)*	E E E
23—*São Joaquim (Notícia estatístico-descritiva)*	Enedino B Ribeiro
24—*Biguassú (Notícia estatístico-descritiva)*	José N Born
25—*Medicina, Médicos e Charlatães do Passado*	Osvaldo R Cabral
26—*Rio do Sul (Notícia estatístico-descritiva)*	Vitor A. Peluso Jr.
27—*Madeiras de Construção de Santa Catarina*	Henrique Boiteux
B — Obras Esparsas	
1—*Sinopse Estatística do Estado* (N o 1)	I N E
2—*Relatório*	Virgílio Gualberto
3—*Comunicados Estatísticos* (21 a 30)	D E E
4—*Ementário das Instruções para a Campanha Estatística de 1941*	D E E
5—*Sinopse Estatística do Estado* (No 2)	I N E
6—*Resoluções—Aprovadas pela Assembléia Geral do C N E —1939*	I. N E
7—*Teses Estatísticas*	M. A Teixeira de Freitas
8—*Santa Catarina* (Atividades de um povo e realizações de um govêrno	D E E
9—*5 Anos de Atividade*	D E E.
10—*O 50 o Aniversário da Encíclica « Rerum Novarum »*	D E E
11—*Produção Pecuária*	D E E.
12—*Economia Catarinense* (separata de *Cultura Política*)	—
13—*Indicador Agro-Pecuário, Industrial, Comercial, Bancário e Postal-Telegráfico*	D E E
14—*A Viti-vinicultura em Santa Catarina*	D E E
15—*The State of Santa Catarina*—separata do *Brazil News*	Consulado brasileiro em Liverpool, em colaboração com o D E P
16—*Sinopse Estatística do Estado* (N o 3)	I. B. G. E
17—*Aspectos Catarinenses*	D E E
18—*Atividades Estatísticas*	Virgílio Gualberto
19—*Santa Catarina*	D E E
C — Publicações Periódicas	
Serviço de Informações (boletim mensal)	D. E. E.

Conclusão Procuramos ser sintéticos e objetivos ao elaborar esta resenha dos serviços estatísticos de Santa Catarina Ela concorda, aliás, com o desejo dos diretores da REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA. Para os que desejarem, porém, conhecer melhor a estrutura, a organização e as realizações do D E E , indicamos a seguinte bibliografia: *Relatório,* apresentado à Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, em Julho de 1941; *Atividades Estatísticas,* relatório apresentado à mesma Assembléia, em Julho de 1942, *5 Anos de Atividade,* comemorativa do quinto aniversário da criação do D E E ; *Ementário das Instruções para a Campanha Estatística de 1941,* conjunto de instruções técnicas para coleta e crítica dos dados; *Mensagem,* do Governador do Estado à Assembléia Legislativa, em Julho de 1937; *Relatórios,* de 1938 a 1941, apresentados à Presidência da República, pelo Interventor Federal no Estado.

MEM DE SÁ
(Diretor do Departamento Estadual de Estatística)

A ESTATÍSTICA SULRIOGRANDENSE SOB O REGIME DO I.B.G.E.

NÃO será afoiteza ou presunção afirmar que o Rio Grande do Sul pode situar-se entre as Unidades Federativas de mais ricas tradições estatísticas Em número anterior desta REVISTA, ofereceu excelente demonstração do asserto um trabalho do Sr ALBANO GASPAR DE OLIVEIRA traçando a evolução histórica da estatística riograndense

Abandonando, porém, as manifestações da preocupação estatística do século passado, na antiga Província de São Pedro, e mesmo as tentativas e realizações das primeiras décadas do atual, um fato existe que merece friso especial ao pretender-se dar conta do desenvolvimento estatístico no extremo sul brasileiro Há pelo menos três lustros que o órgão estatístico regional dispõe de rede própria de Agências Municipais Assim, o ideal que recentemente o Decreto-lei 4 181 prescreveu, o imperativo de dispor, cada Estado, de um funcionário, quando menos, em cada comuna, para a coleta dos elementos estatísticos — tal ideal há mais de quinze anos está em vigor no Rio Grande E, para maior eficiência da rede coletora, foi o Estado desde logo dividido em oito zonas, na sede das quais um Inspetor, ou Agente Itinerante, assiste, fiscaliza e estimula os Agentes Municipais

Graças a tal organização e, especialmente, ao espírito de entusiasmo e zêlo que lhe deu vida e a explica, obteve a então Diretoria de Estatística, nos anos anteriores a 1930, um surto de progresso e de realizações verdadeiramente excepcional para a época.

Certo é que a rede das Agências muito pouca contextura apresentava Certo, naturalmente, que o critério de escolha dos Agentes era, muita vez, dos piores, ao sabor de influências políticas e eleitorais Sem dúvida que lhes faltavam conhecimentos gerais e preparação adequada Mas o importante e fundamental estava feito com a criação dessa rede de funcionários pagos pelos cofres do Estado, diretamente subordinados ao órgão estatístico e com a precípua função de executar os inquéritos por êste promovidos. Com ponto de partida em tão feliz iniciativa, mais não era mister do que prosseguir na rota e ir realizando, com amor e vagar, o aperfeiçoamento do sistema, a correção de seus vícios e a seleção de seu corpo de trabalho.

Maus fados, porém, não permitiram que assim evoluisse a estatística sulina De 30 a 37, conturbada fase de agitações políticas ou eleitorais, quando não de convulsões revolucionárias, não deu ao govêrno serenidade para cuidar de uma administração fecunda e, por conseguinte, para estimar em devido grau a importância da estatística. Viveu o órgão regional, então, apenas vida oficial: figurava em escassas verbas orçamentárias e fugidios tópicos de relatórios. Enlangueciam os funcionários na inatividade e na lembrança dos brilhantes feitos passados Sem apoio e sem estímulo, enchiam as horas de expediente como melhor podiam, desembolsando dos próprios vencimentos as despesas com lapis e papel, para a rotina, pois que as rubricas orçamentárias, já de si min-

guadíssimas, tinham existência fictícia e não deviam ser tocadas, afim de que sua poupança nutrisse exigências prementes da máquina política e militar Mais do que nunca teve caráter de sinecura o cargo de Agente Municipal de Estatística, reservado a filhotes políticos ou galopins eleitorais e acumulado com meia dúzia de outras munificências do erário Os Agentes desconheciam o órgão a que serviam, ignoravam seus chefes e poucas vêzes eram surpreendidos com alguma coisa que se aparentasse com formulários de coleta.

Neste ambiente de apatia e inação encontrou o Rio Grande o ato fundamental do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, quer dizer, a constituïção do sistema estatístico nacional Manda a verdade confessar que não foi, entretanto, a fôrça dêste que despertou o órgão regional de sua vida latente Ainda o ano de 1937 foi de letargo para o Rio Grande, neste setor, já que poucos teve, políticamente, mais agitados e convulsos.

Assinale-se, porém, que graças à ação de RAUL PILA, Secretário da Agricultura, em 1936, e representante do Estado na grande Assembléia daquele ano, foram postas a vigorar as cláusulas e obrigações do Convênio A antiga Diretoria Geral foi emancipada da Secretaria da Agricultura, e equiparados os vencimentos dos seus funcionários aos dos demais quadros administrativos Malfadadamente, poucos meses suportou o govêrno aquele excepcional caráter que tanto prometia à causa da estatística riograndense

Sòmente em 1938, após instituído o govêrno do General DALTRO FILHO, recomeçou a atividade estatística no Estado E êsse ano merece assinalado porque nele o diretor AUGUSTO CARVALHO assinou o primeiro contrato com os Serviços Hollerith e já os primeiros frutos começaram a amadurecer

Desde então não mais retrocedeu ou estacionou o Departamento. Com o desvelado apoio do govêrno estadual e sob a orientação e persistente estímulo do I B G E , tem crescido e prosperado até o limite de suas possibilidades Reorganizado em fins de 1938, nos moldes preconizados pelo Instituto, e entregue à direção do Sr PEDRO BARRETO FALCÃO, hauriu novas fôrças e, principalmente, ofereceu ao dedicado corpo de seus funcionários as oportunidades e o ambiente de trabalho que êles tanto desejavam

As cifras orçamentárias revelam bem o que vamos afirmando

Ainda em 1937 a despesa de pessoal do Departamento atingia a Cr$..... 767 760,00, enquanto as demais, de material e variáveis, sòmente a Cr$ .. . 94 102,60 Em 1938, estacionada a primeira, as demais passavam a 179 mil cruzeiros, por fôrça do contrato com os Serviços Hollerith Já em 1939, o pessoal absorvia Cr$ 1 123 800,00 e Cr$ 340 000,00 as demais despesas E para o corrente ano o orçamento consagra Cr$ 1 484 200,00 para pessoal e 604 mil para material e outras, inclusive 300 000 para a aquisição, já efetuada, de prédio próprio para a sede do Departamento Confrontando, assim, o global das despesas da estatística, em 1936/37 e em 1943, vamos de Cr$ 861 862,60 para Cr$ 2 088 800,00 — e ficamos dispensados de outros comentários

Um balanço difícil Pelo que foi dito neste ligeiro esbôço, se se quiser indagar da evolução e progresso da estatística riograndense sob o regime do I B G E., não será errôneo afirmar que tudo foi feito neste último qüinqüênio

Existia, como mostramos, um experimentado corpo de funcionários, cheio de vontade de realizar Existia, ao menos oficialmente, uma completa rede de Agências Municipais de Estatística Mas havia o hiato de sete anos de estagnação e desamparo

Em conseqüência, tudo teve de ser feito de novo pelos valorosos obreiros do órgão estadual Nem um só formulário sobreviveu. Nada ficou como era Isto há de significar, para quem conhece o serviço atribuído aos órgãos regionais de estatística e as peculiaridades do meio físico, social e político do Brasil, isto há de significar que estamos ainda pouco além do começo

Obra de arte alguma reclama vagar e paciência maiores do que criar e aperfeiçoar um organismo estatístico em nosso país E' a tal obra que nos dedicamos, no Rio Grande, desde 1938. Cada dia removemos, talvez, uma pequena palha ou desbastamos de uns grãos de poeira a máquina de precisão que sonhamos montar. E a cada palha que pinçamos, e a cada golpe de lima, descobrimos montes de outras imperfeições que não eram percebidas

Como pormenorizar êste afã de beneditinos sem cair no constrangimento de gabar a própria obra?

Como enumerar as secções e os serviços reformados, uma e muitas vêzes, como relacionar os formulários e os inquéritos iniciados, modificados, corrigidos; as experiências e tentativas; o pertinaz, exhaustivo, desesperador trabalho de crítica e correção dos dados e elementos obtidos; as apurações feitas, desfeitas e refeitas; as mil providências de cada ano, êste contínuo fazer e refazer, tentar e alterar, mondar e escoimar — sem cair no perigoso narcisismo dos relatórios que tão a miúde vitima os administradores?

Como descrever os cuidados que requer a rede dos Agentes Municipais de Estatística, não afastando os olhos de cada um dos oitenta e oito, alertando-os, estimulando-os, reclamando, punindo, corrigindo, ensinando, agradecendo; como explicar que, em três anos, pelo menos 75% deles foram substituídos e os novos foram instruídos, selecionados e já muitos substituídos novamente — sem parecermos jactanciosos e presumidos?

Não me parece a mais acertada, por isto, a modalidade da comemoração que a REVISTA imaginou Mais justo e proveitoso seria que os dirigentes dos órgãos federais, e em primeiro plano a Secretaria Geral do Instituto, fizessem a crítica dos órgãos e governos estaduais. Cada diretor regional veria, então, com olhos que não os seus, o seu próprio Departamento, e muito teria a agradecer pelo que lhes seria mostrado pela palavra insuspeita da experiência e da sabedoria dos responsáveis maiores do sistema nacional.

Mais ainda: os governos estaduais teriam prêmio, estímulo ou perturbador constrangimento, ao lerem as impressões que seus esforços e seus funcionários merecessem. O elogio a que o Interventor do Rio Grande do Sul tanto faz jus, pelo incessante, infatigável e onímodo amparo que dispensa à estatística, tal elogio deveria provir de quem lhe não estivesse subordinado E teria a vantagem prática de estimular os que fôssem deixados em comprometedor silêncio

As realizações do D.E.E. Já, porém, que nos cumpre ressaltar a obra estatística riograndense, dentro do sistema nacional presidido pelo Instituto, façamo-lo bosquejando, a pinceladas largas, o que produziu, objetivamente, nestes últimos anos, o Departamento Estadual.

Não enumeraremos, por impossível, a multiplicidade de sua atuação como órgão executor das campanhas e inquéritos dos órgãos de comando federal

Tais e tantos são, de tal forma se multiplicam e ampliam que, descrever ou minuciar a atividade daí decorrente, equivaleria retraçar, ociosamente e sem proveito, a vida diária dos organismos regionais Não haverá exagêro avançar que paulatina e progressivamente vão sendo estes absorvidos por aqueles. Já agora quase tôda atividade regional vai para atender, como danaide, as exigências e pedidos federais. E como, ao que parece, os órgãos centrais não preesta-

belecem um plano de conjunto e cada qual só aspira, mui nobremente, a aperfeiçoar-se e engrandecer-se, resulta para o mecanismo executor uma avalanche de tarefas que muito se assemelha à que ia submergindo o pobre GANDALIN da lenda Cada dia se vai impondo, em conseqüência, aos departamentos regionais, o imperativo de renunciar a qualquer iniciativa ou operação próprias, ficando-lhes o qualificativo de "estaduais" apenas para lembrar o erário que os alimenta ..

Nisto não vai apenas crítica, pois seria menosprezar o mérito da uniformidade de que se enriquece o sistema nacional Mas como a crítica é mais fecunda que o elogio, sempre repisaremos *a*) a necesidade de uma coordenação mais efetiva entre os órgãos centrais, de modo a prefixar-se, cada ano, ou para um mais largo período, o plano das campanhas estatísticas nacionais, *b*) preferência por planos moderados, afim de permitir, com menores tarefas, melhores resultados, tendo em consideração a debilidade de que ainda se ressentem as redes coletoras e, em geral, todo o sistema estatístico brasileiro; *c*) o imperativo de formular questionários menos complexos, adequados ao nível cultural dos informantes e às condições reais do meio rural brasileiro

Abalançando-nos a estas observações estamos, implìcitamente, fazendo alto louvor aos órgãos regionais que, como o nosso, timbram em cumprir os encargos que lhe são atribuídos Longe está o riograndense de realizar obra correta e pontual tem conciência de suas falhas e seus atrasos. Mas tal é, também, a conciência de seu esfôrço e de sua boa vontade, que bem pode propor, como objeto de exame para os dirigentes do sistema, a apuração do quinhão de responsabilidade que deve caber à direção local, em confronto com as deficiências da máquina para a carga que se lhe atribui

Nem termina aquí o inventário das atividades do Departamento Além dos órgãos centrais do I B G E , crivam-no de consultas e investigações quantos órgãos e repartições existem na administração federal e estadual, além das entidades autárquicas e das pessoas de direito privado E, na quadra excepcional que atravessamos, releva destacar as necessidades da Mobilização Econômica e da Segurança Nacional, fontes de enormes encargos, sempre reclamados com o caráter de transcendência e de urgência que lhes são próprios

Ultrapassaria, portanto, os limites assinados à presente colaboração, arrolar em pormenor a faina do Departamento riograndense, que se esgota na execução de tão assoberbantes e variadas tarefas

Que fale ainda em seu favor, aos olhos dos julgadores, a seguinte lista das publicações por êle lançadas, a partir de 1938:

1938 — *Resumo Histórico da Estatística do R G do Sul* — ALBANO GASPAR DE OLIVEIRA	38	págs
1938 — *Rio Grande do Sul* — Síntese histórico-estatística — AURÉLIO LIMEIRA TEJO	20	"
1938 — *Anuário Demográfico do Rio Grande do Sul* (ano de 1937)	129	"
1939 — *Estatística Industrial do R G do Sul* (ano de 1937) — Prefácio de AURÉLIO LIMEIRA TEJO	182	"
1939 — *Exportação Geral do Estado em* 1938	47	"
1939 — *Comércio Exterior do Estado em* 1938	40	"
1939 — *Exposição Geral do Estado no 1 º semestre de 1939*	28	"
1939 — *O Comércio Interno do Brasil e a Fase de Recuperação da Economia Nacional* — PEDRO BARRETO FALCÃO	21	"
1939 — *Anuário Demográfico do Estado* (ano de 1938)	180	"
1939 — *Estatística Bancária do Rio Grande do Sul* (ano de 1938)	50	"
1939 — *Município de Canoas* — AURÉLIO LIMEIRA TEJO	27	"
1939 — *Município de Sarandi* — AURÉLIO LIMEIRA TEJO	27	"
1940 — *Estatística Bancária* (ano de 1939)	50	"
1940 — *Exportação Geral do Estado em* 1939	40	"
1940 — *Exportação Geral do Estado no 1 º semestre de 1940*	42	"
1940 — *Sinopse Estatística de Pôrto Alegre (Comemorativa do Bi-Centenário)*	317	"
	e 34	gráficos

1940 — *Anuário Demográfico do Estado* (ano de 1939)	240	págs
1941 — *Exportação Geral do Estado em 1940*	43	"
1941 — *Exportação Geral do Estado no 1 º semestre de 1941*	35	"
1941 — *Anuário Estatístico do Estado* — Vol 1 º — Situação Física e Demográfica (ano de 1940)	186	"
1941 — *Anuário Estatístico do Estado* — Vol 2 º — Situação Econômica	254	"
1941 — *Anuário Estatístico do Estado* — Vol 3 º — Situação Social	207	"
1942 — *Tábuas Itinerárias do Rio Grande do Sul*	72	"
	e 13	mapas
1942 — *Anuário Estatístico da Exportação* — Dados de 1920 a 1941	311	págs
1943 — *Divisão Administrativa e Judiciária do Rio Grande do Sul* (contendo também a Divisão Eclesiástica, o desdobramento histórico e cronológico da divisão municipal e o prontuário das cidades, vilas e sedes de zonas do Estado)	81	"
	e 6	mapas
1943 — *Estatística Judiciária do Rio Grande do Sul* — Movimento Judiciário, Transmissão de Propriedades e Registros Públicos (Anos de 1939/1941)	180	págs

No ano de 1942 foram suspensas as publicações referentes à demografia, à exportação e ao movimento bancário, interrompendo, assim, a série iniciada em 38, mercê da proïbição determinada pela Junta Executiva Central do C N E., tendo em vista os interêsses da defesa nacional *

Duas novas conquistas O ano corrente ficará assinalado na estatística riograndense por duas grandes conquistas. Diz respeito a primeira à aquisição, pelo govêrno do Estado, de um prédio no valor de Cr$ 300 000,00 para a sede do Departamento E a segunda, à consignação de verba orçamentária para gratificar as pessoas que desempenham ás funções de Sub-agentes Distritais de Estatística. Graças a esta providência amplia o órgão regional sua rede coletora de dados, passando a dispor, em todos os distritos rurais, de pessoas a quem se dirija para coligir os elementos referentes às menores circunscrições do organismo administrativo do Estado.

Não hesito em afirmar ser êste o problema fundamental da estatística, entre nós. Sem uma rede coletora eficiente, e diretamente subordinada aos órgãos regionais, nada é possível fazer em matéria de estatística. Nossa experiência revela que não basta contar com Agentes Municipais, desde que estes continuam na dependência dos sub-prefeitos para obter os dados relativos aos distritos rurais. Pouco mais que letra morta são as cominações legais estipuladas para que aquelas autoridades cooperem com os Agentes, uma vez que pouco pode reclamar quem nada oferece em recompensa

Creio que o Rio Grande dá, assim, o primeiro passo, no Brasil, para se aproximar de uma organização completa E', ainda, uma tentativa e seria temerário tirar conclusões demasiado otimistas

---

* Também no período em exame foram promulgados no Rio Grande, em obediência às Resoluções do Conselho Nacional de Estatística, os seguintes atos relativos aos serviços de estatística no Estado Decreto n º 6 385, de 28-1-1937 — "Cria a Junta Executiva Regional de Estatística"; Decreto n º 6 386, de 28-1-1937 — "Regulamenta o funcionamento da Junta"; Decreto n º 6 500, de 11-5-1937 — "Designa membros da Junta"; Decreto n.º 6 846, de 13-11-1937 — "Altera o decreto n.º 6 500, de 11-5-1937"; Decreto n º 6 902, de 13-12-1937 — "Cria uma Secção de Estatística Educacional na Secretaria de Educação e Saúde Pública"; Decreto n º 6 962, de 22-12-1937 — "Reorganiza os serviços de Higiene e Saúde Pública, simultâneamente com a Estatística Demógrafo-Sanitária, dêsse Departamento"; Decreto n º 7 163, de 11-3-1938 — "Cria o Diretório Regional de Geografia e Estatística"; Decreto n.º 48, de 13-4-1940 — "Cria na Repartição Central de Polícia uma Secção de Estatística Policial, Criminal e Judiciária, diretamente subordinada ao Chefe de Polícia"; Portaria n º 68, de 8-4-1941 — "Cria uma Secção Especial de Indústria e Comércio no Departamento Estadual de Estatística"; Decreto n º 521, de 15-4-1942 — "Cria a Estatística Militar prevista no Decreto federal n º 4 181, de 16-3-1941"

Caberia, a propósito, retraçar, embora superficialmente, a ação da Diretoria da Estatística Educacional, da Secretaria da Educação e Cultura, sem dúvida um dos mais notáveis órgãos da estatística riograndense e, mesmo, do sistema estatístico nacional Creio, porém, que escapa à alçada do autor entrar em esfera alheia, já que aquela Diretoria é independente do Departamento Estadual Diga-se, em todo caso, que ela constitui um dos mais admiráveis cometimentos devidos ao regime criado pelo I B G E. e pelos convênios nacionais de estatística. Podem valer as mesmas observações à Secção de Estatística Policial, Criminal e Judiciária da Repartição Central de Polícia, embora seu curto período de vida e as ingentes dificuldades que tem a vencer lhe não hajam permitido, ainda, um perfeito desenvolvimento Essa Secção é, igualmente, fruto imediato das determinações do C N E e, ao que parece, o Rio Grande do Sul foi dos primeiros Estados a criarem êsse órgão especializado.

Penso, entretanto, que o cuidado essencial dos Departamentos regionais deve residir na montagem e precisão de sua máquina de coleta E penso que só neste cuidado há matéria suficiente para absorver a atividade das direções estaduais Cumpre melhorar, selecionar, instruir o corpo de Agentes Municipais. E isto não é nada fácil quando se lhes não pode oferecer remuneração compatível com o vulto de suas funções.

Mas, uma vez constituído êsse corpo, ainda com deficiências e lacunas, estamos habilitados a enfrentar outro problema não menos essencial — o de educar o meio social brasileiro, vencendo as resistências, filhas da ignorância, que a estatística encontra.

Conclusão Obra longa, esta, e de longa paciência Para cumprí-la, só nos frutos colhidos se encontra alento Vão estes sazonando de forma a vencer o desânimo. Se nosso meio social é inculto e, em princípio, hostil à estatística, apresenta, em contra-partida, qualidades de cordura, disciplina e inteligência que em breve corrigirão suas deficiências.

E' o que cada dia se percebe nos resultados obtidos.

Mister se faz, entretanto, não exigir demais, não sobrecarregar de questionários (por vezes duplos e triplos sôbre o mesmo assunto) e de indagações excessivas e complexas, a quem não dispõe geralmente de qualquer organização que permita satisfazer as minúcias reclamadas.

Em estatística também, e sobretudo em estatística, a pressa é inimiga da perfeição.

E só o milagre do I B G E , graças à dedicação, clarividência e patriotismo de seus dirigentes, pode explicar que em tão pouco tempo tanto se tenha alcançado e tão largas e fartas sejam as messes que já loirejam para as futuras colheitas.

ERNESTO PELANDA
(Diretor da Estatística Educacional do Rio Grande do Sul)

A DIRETORIA DE ESTATÍSTICA EDUCACIONAL DO RIO GRANDE DO SUL

FIRMADO o Convênio de 1931, coube à Diretoria Geral de Estatística, no Rio Grande do Sul, a elaboração das estatísticas do ensino e da cultura de que trata aquele memorável acôrdo, e fê-lo regularmente de 1932 a 1935, embora com o atraso resultante da dificuldade de coleta, maior que nos outros Estados da Federação, por isso que é na zona rural que se situa no Rio Grande do Sul a maior parte do ensino primário

Criada, entretanto, em 1935, a Secretaria de Educação, passou a outra órbita administrativa a autoridade sôbre as entidades informantes e, conseqüência dessa especialização de atribuïções, foi chegar a coleta de dados relativos a 1936, ao fim do ano seguinte, com apenas 50% dos formulários recolhidos

Estava-se, evidentemente, diante de um impasse E, para resolvê-lo só havia indicada uma solução: colocar-se diretamente sob as vistas da autoridade responsável pelo ensino, a elaboração das respectivas estatísticas. Foi o que realizou o Decreto n.º 7 907, de 13 de Dezembro de 1937, criando na Secretaria da Educação uma Secção de Estatística, subordinada ao respectivo Secretário de Estado

Para a nova secção foram transferidos da D G E um chefe e dois apuradores, os quais, porém, não eram os funcionários mais familiarizados com os serviços do Convênio de Estatística Educacional, de 1931. Sôbre êsse pessoal reduzidíssimo e pouco afeito ao trabalho em andamento, recaiu a tarefa de completar a coleta de 1936 Ao mesmo tempo, lançava-se a de 1937, começando-se a apurar os dados da primeira com o auxílio, em horas de trabalho extraordinário, à noite, de dois colegas da D G E conhecedores do serviço

Em 1938, a 19 de Maio, conseguiu a nova secção obter mais três funcionários e só a 12 de Janeiro de 1939 pôde completar, já como Diretoria, seu quadro, composto ainda hoje de um diretor, dois estatísticos auxiliares e seis apuradores. Não fôra a adição de quatro professores para a crítica e codificação dos questionários e o auxílio do I B G E através do Departamento Estadual de Estatística, para o contrato de três auxiliares mensalistas e um servente, e seria de todo impossível a realização da vultosa tarefa que com relativo êxito enfrenta a Diretoria de Estatística Educacional

Síntese das realizações

Mesmo assim, temos motivos para estar satisfeitos com o desempenho que vimos dando às nossas incumbências regulamentares Nos cinco anos de existência da Diretoria apuramos as estatísticas de seis exercícios escolares, encontrando-se em andamento a do sétimo, e, o que é mais, levantamos tôdas as estatísticas culturais do Convênio, a partir de 1937, apurando-as com minúcias que se chegou a julgar exageradas.

Estão publicados, em boletins anuais distintos, os resumos de ambas as séries, abrangendo até 1940 a de estatísticas educacionais e até 1941 a de estatísticas culturais, num total de sete volumes amplamente distribuídos no país e no estrangeiro

É possível, provável até, que se tenha feito mais e melhor alhures, embora nada conheçamos a respeito, dado o isolamento em que ainda se manteem alguns membros da chamada "família estatística brasileira" Mas, sem falsa modéstia seja-nos lícito duvidar que se tenha chegado a tanto com recursos tão limitados como os que de que dispomos

Não há, porém, nenhum milagre no que logramos realizar, amparados numa legislação adequada e em chefes cuja imensa capacidade de trabalho e cujo acendrado patriotísmo nos servem, a todo momento, de estímulo Realmente, ao Sr COELHO DE SOUSA, Secretário da Educação, devemos em grande parte, no âmbito regional, o relativo êxito de nossos esforços E na esfera federal, não nos tem faltado o concurso do Serviço de Estatística da Educação e Saúde, do Ministério da Educação

Aliás, todo o segrêdo da nossa política de minguadas realizações tem sido êste: aproveitar a liberalidade ora de uma ora de outra das duas órbitas administrativas, para obter de uma o que a outra não nos possa dar, e vice-versa E estamos convictos de que é essa uma excelente política

Fatores de bom êxito Mas, seríamos injustos se não apontássemos nesta resenha dois outros fatores decisivos na regular ultimação de nossos trabalhos. I — a nossa perfeita rede de Agências Municipais de Estatística, cujos servidores, com apenas a gratificação *pro-labore* de Cr$ 300,00 anuais, se encarregam de nossas coletas no interior, II — a magnífica organização da policia estadual, que atinge os mais remotos recantos do território do Estado, não expedindo alvarás para quaisquer reüniões desportivas, recreativas ou culturais sem a prova de "quitação estatística".

É através de ambas essas organizações modelares que logramos obter 100% das informações que nos são necessárias E é com o apoio integral do D E.E., ora sob a direção ilustre do Dr. MEM DE SÁ, cujas máquinas tabuladoras trabalham especialmente para nós em certas horas do dia e da noite, que logramos apurá-las

Conclusão Vasto e completo como é o nosso sistema de cooperação, não pode falhar Há às vêzes, é certo, desarranjos passageiros, curtos desentendimentos, momentos de incompreensão, quiçá de nervosismo; mas o interêsse superior da Estatística acaba vencendo

Daí a esperança que mantemos de ver em breve aparelhada a repartição para apurar tôdas as modalidades da estatística do ensino, inclusive do não primário, e para analisá-las sob todos os seus aspectos Esta última vai ser a tarefa de mais um elo de cooperação a dos alunos do Curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia da Universidade de Pôrto Alegre, cujas aulas de seminário da cadeira de Estatística Educacional se realizarão na sede e com o material da nossa Diretoria.

Dêsse viveiro admirável saïrão os nossos substitutos e não é demais, assim, irmos aprendendo com êles desde já

FREDERICO DE MEDEIROS
(Assistente do Departamento Estadual de Estatística)

O RITMO EVOLUTIVO DA ESTATÍSTICA EM GOIAZ

É JUSTO e oportuno que, ao ensejo da passagem do sétimo aniversário de instalação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, órgão orientador da estatística nacional, compareça de público essa mesma estatística, representada por todos os sistemas regionais, para solenizar condignamente o transcurso de tão grata efeméride, com o balanceamento das atividades desenvolvidas sob a égide daquela instituïção.

Na verdade, o que tem sido a obra do I B.G E não poderá ser expresso apenas por uma opinião individual, nem aquilatado tão sòmente pelo julgamento de uma comunidade regional, pois que ela já se encontra gravada com relêvo marcante nos próprios anais da história administrativa do país Vencendo as dificuldades opostas à conquista dos objetivos para que foi criado — e que outros não podem ser senão, de modo geral, dar um perfeito acabamento à Organização Estatística Brasileira — o Instituto tende sempre a dilatar cada vez mais o seu já complexo programa de ação, envolvendo na onda de suas realizações e amparando com o prestígio de seu nome tôda iniciativa útil, todo empreendimento destinado a contribuir para o engrandecimento da Pátria

Como órgão coordenador do sistema estatístico do país, as suas atividades técnicas e culturais se projetam em todos os quadrantes do Brasil e com tamanha intensidade que a sua benéfica influência se reflete nos outros campos da vida regional, racionalizando-lhe as diligências e concorrendo para a implantação de um novo espírito de cívismo e trabalho construtor nas respectivas administrações.

Com efeito, a execução da admirável política de cooperação interadministrativa exercitada pelo Instituto, assegura a cada Estado o mais salutar influxo, tanto no que respeita à eficiência de sua organização estatística, quanto em relação a todos os demais setores de sua vida como Unidade Política

Inversamente proporcional à pequenez qualitativa de nossa palavra, nesta exaltação de fé nos destinos do Instituto, no seio da nacionalidade, se coloca o sincero e profundo reconhecimento do Estado de Goiaz, pelos inúmeros favores que tem recebido dessa patriótica instituïção, graças a uma assistência ininterrupta, ela imprimiu maior celeridade ao ritmo evolutivo da estatística de Goiaz, dando orientação aos nossos trabalhos, de 1938 em diante, conforme se verificará do ligeiro esbôço histórico que faremos a seguir, em capítulos distintos.

A estatística até 1930

Num exame retrospectivo, tornado possível com o auxílio de alguns documentos que temos à mão, pode-se dar o ano de 1804 como a época em que, pela primeira vez em nossa história, se realizaram trabalhos de cunho estatístico, representados pelo primeiro recenseamento da população da Província, mandado executar pelo CONDE DE PALMA, e que apurou um total de 50 125 habitantes, dos quais 20 027 escravos. A êste, com intervalo relativamente pequeno, seguiram-se mais dois recenseamentos, levados a efeito em 1808 e em 1837, por ordem do Presidente LUIZ GONZAGA DE CAMARGO FLEURÍ.

Cinco anos mais tarde, cogitava do arrolamento da população da Província o regulamento policial de 31 de Janeiro de 1842 Por êsse processo, conseguiu-se, em 1849, o levantamento demográfico de quinze dos dezoito municípios goianos então existentes, os quais apresentaram um total de 79 339 indivíduos.

Nessa época, além dos censos periódicos, já se cogitava de outras estatísticas, levantadas mais ou menos regularmente, dentre as quais se incluíam a escolar, a hospitalar, a criminal e, às vêzes, a agrícola, a pastoril e a da exportação Iam, assim, os trabalhos estatísticos sofrendo constante evolução, ao ponto de já em 1856 se conseguir um recenseamento geral, com orientação mais segura e métodos mais aperfeiçoados Isto se deu no govêrno de ANTÔNIO AUGUSTO PEREIRA DA CUNHA, sendo apurado um total de 121 993 habitantes, subdivididos em 109 659 livres e 12 334 escravos Já em 1861, sob o govêrno de JOSÉ MARTINS PEREIRA ALENCASTRO, receberam as atividades estatísticas assinalado impulso, tendo sido possível, naquele ano, a execução de mais um levantamento da população provinciana, e tentada a organização de uma estatística, a mais completa e rigorosa possível, dos primitivos ramos da indústria goiana de então Para isso, fez o ilustre presidente criar em cada município uma "comissão de homens conhecedores e inteligentes", com a incumbência de colher os dados locais, relacionados com o número de engenhos de cana, teares, curtumes, propriedades agrícolas, produção agrícola e quantidade e qualidade do gado existente São simplesmente notáveis, aliás, os resultados a que chegaram essas investigações, operadas há mais de oitenta anos em Goiaz, mormente se levados em conta os pormenores a que desceram os respectivos inquéritos

A partir do govêrno do Presidente ALENCASTRO, que se revelara tão favorável à estatística, começaram os poderes públicos a manter êsses trabalhos com maior interêsse e em ritmo mais constante Assim é que pelo Decreto n º 3 572, de 30 de Dezembro de 1865, era criada e regulamentada a "estatística policial"; por ocasião do recenseamento geral do Império, em 1872, a Secção de Estatística da Província foi ampliada e melhorada, funcionando com pessoal próprio, junto à Secretaria do Govêrno e executando, assim, excelentes trabalhos, em 1878, no govêrno de TEODORO RODRIGUES DE MORAIS, foi organizada a estatística criminal e criada a judiciária, pelo Decreto n º 7 001, de 17 de Agôsto Dois anos depois, entretanto, o Presidente ARISTIDES DE SOUSA ESPÍNOLA dizia, em seu relatório de 1880: "A vasta extensão da Província, que amortece a ação administrativa; a falta de pessoal idôneo para os cargos públicos, a má distribuïção dos serviços feitos; a pouca importância que se liga à estatística, a indiferença pelos negócios públicos, são razões justificativas da deficiência dos trabalhos dessa natureza Muitos funcionários consideram a organização e a remessa de mapas estatísticos trabalho vexatório e inútil A estatística dos serviços provinciais é quase nula A da instrução pública, por exemplo, onde ela tanto serve para o esclarecimento da administração, é muito incompleta e infiel Sôbre o comércio, a agricultura, a propriedade territorial, a navegação, não temos dados estatísticos"

Está visto que se encontrava, então, em franco declínio tudo o que se relacionava com estatística na Província, situação que perdurou até o advento da República O primeiro govêrno republicano no Estado, representado pelo Presidente RODOLFO GUSTAVO DA PAIXÃO, tentou restabelecer os trabalhos estatísticos com a criação, pelo Decreto n º 206 C, de 22 de Fevereiro de 1890, da Associação Comercial de Goiaz, anexa à qual funcionaria uma Secção de Estatística Abriu-se concurso para provimento dos cargos. Alguns candidatos obtiveram habilitação, sem, entretanto, conseguir a respectiva nomeação E' què, por motivos ignorados, jamais se instalou a nova repartição. Ficou, assim, o Estado na mais absoluta carência de serviços estatísticos até o ano de 1930.

A estatística de 1930 a 1938

O ano de 1930 representa para a história goiana um marco a assinalar o início de uma era de trabalhos e realizações. O grande Estado central, até então entregue a criminoso abandono, recebeu um poderoso impulso, movimentando-se tôdas as suas fôrças, numa verdadeira eclosão de energias O govêrno idealista e patriótico que nos legara a revolução de 30, se propôs à responsabilidade histórica de integrar o Estado no ritmo evolutivo das demais Unidades Políticas, revitalizando as suas fôrças e imprimindo-lhe um desenvolvimento conjunto, com a intensidade necessária a que se ressarcisse o atraso secular. Êsse objetivo está sendo conseguido através de uma administração criteriosa, inteligente e racional

A um administrador bem intencionado e cônscio de sua responsabilidade não pode faltar uma boa estatística, como ciência auxiliar da administração. Infere-se daí o carinho com que passaram a ser tratados os assuntos estatísticos no Estado, cabendo a êsse govêrno — que é o atual — a imensa tarefa de sanar um êrro de meio século das administrações passadas, completamente à míngua de uma organização estatística que positivasse em algarismos as realidades da vida goiana, assegurando aos dirigentes o conhecimento exato das necessidades regionais, afim de que pudessem acorrer com a assistência reclamada pelos interêsses da comunidade.

O Dr PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA assume o govêrno do Estado em fins de 1930 e no ano seguinte já se inicia uma série ininterrupta de atos tendentes ao aperfeiçoamento da estatística regional.

Em 1931, são reorganizados e regulamentados os serviços de Saúde Pública (Decretos ns 741, de 19 de Fevereiro, e 1 180, de 13 de Julho), incluindo a organização da estatística demógrafo-sanitária e a publicação dos respectivos boletins e anuários, pelo Decreto n.º 1 737, de 11 de Dezembro, são criados os Serviços de Estatística e Propaganda do Estado, anexos à Diretoria Geral do Interior. Com o objetivo de imprimir a êsses serviços uma orientação técnica segura e eficiente, é o respectivo diretor enviado ao Rio de Janeiro, afim de fazer um estágio no Departamento Nacional de Estatística e repartições similares, e — devidamente credenciado pelo govêrno — celebra com a direção daquele órgão oportuno acôrdo de permuta de serviços.

Em 1932, é aprovado o Convênio de Estatística Educacional, firmado na Capital Federal, a 20 de Dezembro de 1931, entre os governos da União e das diversas Unidades Políticas, dando-se execução, no Estado, ao plano nacional elaborado para essas estatísticas (Decreto n.º 1 802, de 15 de Janeiro), são transferidos para a Diretoria Geral da Fazenda os Serviços de Estatística e Propaganda (Decreto n.º 1 993, de 18 de Março); é criada a Diretoria de Estatística do Estado, ampliando-se os seus trabalhos (Decreto n.º 2 015, de 29 de Março); a Diretoria de Estatística passa a denominar-se Departamento de Estatística e Propaganda (Decreto n.º 2 275, de 3 de Junho).

Em 1933, passa a subordinar-se à Secretaria Geral do Estado o Departamento de Estatística e Propaganda, com a denominação de Departamento de Estatística e Divulgação (Decreto n.º 3 496, de 12 de Junho), é afeta ao referido Departamento a execução do Convênio de Estatística Educacional, ficando igualmente criado o serviço permanente de inspeção escolar (Decreto n.º 3 606, de 14 de Julho); é tornado obrigatório o registro, na Diretoria Geral do Interior, de todos os estabelecimentos do ensino primário existente no Estado (Decreto n.º 3 608, de 14 de Julho), com o fim de facilitar a execução do aludido Convênio, é organizada a Estatística Judiciária do Estado (Decreto n.º 3 941, de 30 de Outubro).

Em 1934, é baixado o regulamento do Departamento de Estatística e Divulgação, ampliando os serviços a seu cargo (Decreto n.º 4 376, de 1 de Março); é baixado o orçamento do Estado para 1935, ficando, com êsse ato, fundido o

Departamento de Estatística com a Imprensa Oficial, com a denominação de Departamento de Estatística e Publicidade (Decreto n.º 5 227, de 31 de Dezembro).

Em 1935, são criados dois cargos de Inspetores-Agentes, um no norte e outro no sul do Estado, com as atribuïções de fiscalizar os estabelecimentos de ensino primário e de orientar os Agentes Municipais de Estatística (Decreto nº 3 305, de 12 de Janeiro); é autorizado o desmembramento dos serviços estatísticos da Imprensa Oficial (Decreto nº 339, de 3 de Agôsto).

Em 1936, é aprovada a Convenção Nacional de Estatística, firmada no Rio de Janeiro entre os governos da União e das diversas Unidades Federadas, a 20 de Agôsto, dando execução, no Estado, ao plano de racionalização dos serviços estatísticos nela estabelecido, o Decreto n.º 1 355, de 9 de Abril.

Em 1937, é instituída a Junta Executiva Regional, com as atribuïções de superintender a coordenação e o desenvolvimento dos serviços estatísticos estaduais (Decreto n.º 810, de 20 de Março).

A estatística depois de 1938

O ano de 1938 veio marcar o acontecimento mais importante na evolução da estatística em Goiaz, ou seja a integração desta no plano do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Por solicitação do govêrno goiano, em seu patriótico propósito de dotar os nossos serviços de todos os meios que os tornassem devidamente eficientes e os enquadrassem em sua verdadeira finalidade, foi mandado a esta capital um técnico do Instituto, com a incumbência de projetar a reforma prevista. Depois de vários dias de atividades, o delegado do I B.G E apresentou o plano à consideração do govêrno, tendo sido o mesmo aprovado pelo Decreto-lei nº 1 151, de 8 de Outubro de 1938 Ficaram, assim, desmembrados da Imprensa Oficial os serviços estatísticos e organizado, com a mais ampla autonomia e mais alta hierarquia, o Departamento de Estatística Geral do Estado, que foi por bastante tempo dirigido por um técnico do I B G E., funcionando provisòriamente em prédio alugado e contando com um corpo de funcionários rigorosamente selecionados

Inicia-se então a fase de maior desenvolvimento da organização estatística regional. Passam os seus trabalhos por manifesta transformação, adquirindo mais racionalidade e eficiência, em virtude da constante e ininterrupta assistência do Instituto, ao mesmo tempo que cada vez mais se acentua o amparo recebido do govêrno estadual, sempre solícito em atender às sugestões e cobrir tôdas as necessidades do novel órgão. Assim é que, dois dias após sua criação, fundava-se uma Agência de Estatística na Chefatura de Polícia (Decreto n.º 1 151, de 8 de Setembro) e pouco depois era baixado o Decreto n.º 1 330, de 1.º de Dezembro de 1938, tornando obrigatório o registro no D E.G., de todos os estabelecimentos industriais existentes no Estado Ainda no mesmo ano, foi criada a Agência de Estatística Financeira na Diretoria Geral da Fazenda (Decreto n.º 1 486, de 29 de Dezembro) e consignava já o orçamento do Estado para o ano seguinte uma dotação de Cr$ 135 600,00, destinada ao custeio dos serviços de estatística.

No período em referência, baixou ainda o govêrno goiano atos importantes e dignos de menção, como sejam: o Decreto-lei n.º 2 022, de 19 de Maio de 1939, dispondo sôbre a obrigatoriedade da remessa de boletins mensais, por parte dos estabelecimentos de ensino primário, à repartição central de estatística; o Decreto-lei nº 2 074, de 7 de Janeiro de 1939, determinando aos funcionários do Registro Civil o fornecimento semanal de declarações de óbitos ocorridos e mapas estatísticos às Agências Municipais respectivas; o Decreto-

-lei n.º 2 335, de 7 de Agôsto de 1939, determinando a criação de Agências de Estatística em todos os municípios goianos e regulando o mínimo dos vencimentos dos respectivos titulares; o Decreto-lei n.º 2 557, de 7 de Novembro de 1939, mudando a denominação do Departamento de Estatística Geral para Departamento Estadual de Estatística; o Decreto-lei nº 2 848, de 24 de Janeiro de 1940, fixando modelos para o levantamento dos meios de transporte rodoviário; o Decreto-lei nº 2 857, de 26 de Janeiro de 1940, fixando sedes para os três Agentes Itinerantes do Departamento Estadual de Estatística; o Decreto-lei n.º 4 097, de 20 de Fevereiro de 1941, instituindo o registro estatístico na indústria dos produtos de origem animal, o Decreto-lei nº 4 680, de 23 de Agôsto de 1941, reorganizando os quadros do funcionalismo público civil do Estado, nos quais ficou criada a carreira de Estatístico; o Decreto-lei n.º 5 012, de 22 de Novembro de 1941, criando no D E E , a Secção de Estatística Militar, a partir de 1.º de Janeiro de 1942, o Decreto-lei nº 5 216, de 31 de Dezembro de 1941, criando o Serviço de Estatística Policial e Judiciária Criminal, subordinado à Chefatura de Polícia, serviço êsse também organizado e, até o momento, dirigido por um técnico do Instituto, o Decreto-lei nº 5 882, de 16 de Junho de 1942, ratificando e mandando executar no Estado o Convênio de Estatística Municipal, firmado em Goiânia, a 25 de Maio, entre os governos da União, do Estado e de todos os municípios; e, finalmente, o Decreto-lei nº 5 966, de 28 de Julho de 1942, pelo qual ficou ampliada a carreira de Estatístico no quadro do funcionalismo do Estado

Contando sempre com a assistência técnica e, até, material do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e com o necessário apoio do govêrno goiano, vem o sistema estatístico de Goiaz dando cabal desempenho às suas atribuïções. Com a sua repartição central instalada, atualmente, em prédio próprio e confortável e dispondo de uma Agência em cada sede municipal, assume já a sua obra um caráter mais ou menos definitivo, com tendência a cada vez mais se aperfeiçoar. Se há problemas a enfrentar na estatística de Goiaz, residem êles tão sòmente na organização municipal e resultam da heterogeneidade qualitativa do corpo de funcionários e da limitada autonomia exercida pelo Departamento central sôbre as Agências de Estatística. Mas êste — pensamos — é um problema de caráter nacional, e que ficará definitivamente solucionado com a execução dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, firmados, há pouco, nas diversas capitais brasileiras e, com relação a Goiaz, já ratificado pelo Estado e por todos os seus municípios.

A orientação do Instituto, através de uma admirável política de cooperação inter-administrativa, tem sido para Goiaz particularmente útil e proveitosa. Os trabalhos promovidos pelo I.B G.E. logram sempre despertar o interêsse e boa vontade de todos os órgãos administrativos, das instituïções autárquicas e particulares e do povo em geral, criando-se, assim, com relativa facilidade, um ambiente social favorável à realização de tôdas as investigações de caráter estatístico

Em nosso meio, êsse critério de trabalho tende a concorrer para a formação de um novo espírito no tratamento das cousas públicas, criando uma moderna concepção no intercâmbio de serviços e nas relações burocráticas entre os diversos departamentos administrativos regionais, da parte dos quais se patenteia o mais elevado espírito de cooperação E é interessante ressaltar que êsse mesmo espírito se manifesta, de modo geral, em tôdas as camadas sociais. Comprova-o o fato de, desde sua criação, jamais ter-se visto o serviço estatístico no Estado na contingência de empregar meios coercitivos para conseguir o fornecimento de informações por parte de qualquer pessoa física ou jurídica. Medida essa que não se fêz necessária nem mesmo no decorrer das coletas censitárias de 1940, conduzidas, aliás, com a maior eficiência e grande felicidade em todo o Estado, até entre os selvícolas, que também foram recenseados.

Goiânia e o I.B.G.E.

A nova capital do Estado de Goiaz, construída em sete anos por um milagre de administração, qual o da bíblica multiplicação dos pães, simboliza o espírito realizador da gente goiana e detém a responsabilidade de pedra angular da presente fase de desenvolvimento do Estado e de vanguardeira do admirável futuro que a marcha dos acontecimentos deixa antever para o Brasil mediterrâneo.

Goiânia tem, para nós, êsse significado E com o mesmo sentido é que a queríamos olhada pelo resto do Brasil O produto de tanto esfôrço, perseverança e dedicação, merecia ser conhecido de perto por tôda a nacionalidade, motivo por que o idealizador e realizador do maior empreendimento de nossa história regional quís fôsse a nova cidade integrada na comunhão nacional com as mais condígnas solenidades.

Foi quando, coerente com a norma de prestigiar sempre os grandes propósitos, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística fêz sua a causa do "batismo cultural" de Goiânia, significativa designação dada ao conjunto de acontecimentos cívicos, intelectuais e econômicos que assinalaram a inauguração oficial da nova metrópole, a 5 de Julho de 1942.

E o seu patrocínio a essa iniciativa, além de concorrer para a larga propaganda de Goiaz, e suas cousas, não só na Capital Federal, como, igualmente, em todo o resto do país, fêz deslocar para Goiânia a realização de diversos certames de caráter nacional, que contribuíram de maneira excepcional para o maior brilhantismo do acontecimento Assim é que, naquela ocasião, tivemos em nossa jovem capital o Oitavo Congresso Brasileiro de Educação; a Segunda Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística, anexa à qual funcionou a Primeira Exposição de Produtos Regionais, a quinta sessão ordinária das Assembléias Gerais do Conselho Nacional de Estatística e do Conselho Nacional de Geografia; a Semana Ruralista e a segunda sessão da Assembléia Geral da Sociedade Brasileira de Estatística

Êsses certames tiveram a participação de representações condignas de todos os Estados brasileiros, tendo tido Goiânia a feliz oportunidade de hospedar não só os dirigentes do Instituto, como grande número de outras personalidades civís e militares, da maior projeção nacional. E é aí que está uma das maiores dívidas de Goiaz para com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que tornou Goiânia conhecida do Brasil inteiro, mostrando às seletas representações que aquí estiveram, o esfôrço e a vitória não só de um povo, mas principalmente do homem de govêrno que, administrando com inteligência e critério um Estado financeiramente modesto, conseguiu edificar para sua capital uma cidade das mais modernas e confortáveis do Brasil.

LOBÍVAR MATOS
(Diretor do Departamento Estadual de Estatística)

A ESTATÍSTICA EM MATO GROSSO

EM 1910, o Presidente do Estado de Mato Grosso, Coronel PEDRO CELESTINO CORREIA DA COSTA, assinou a Lei n° 539, datada de 12 de Julho, criando no Tesouro do Estado uma Secção de Estatística, que tinha por fim "executar, coordenar e analisar todos os trabalhos estatísticos e prestar informações estatísticas de que carecia a administração pública". Essa lei foi regulamentada em Janeiro de 1911, pelo Decreto estadual n° 268

Seria ocioso acrescentar que o serviço assim instituído não passava de uma precária tentativa, antes do Instituto Nacional de Estatística Criado êsse órgão e pôsto em funcionamento, sentiu-se desde logo que a estatística nacional havia encontrado nele o rumo de seu futuro

Em 1936, convocada sob os auspícios do Instituto a Convenção Nacional de Estatística, Mato Grosso a ela enviou dois representantes, com plenos poderes para assumir com o govêrno da União os compromissos que se fizessem necessários Em virtude do acôrdo assinado, o govêrno matogrossense cometeu, provisòriamente, o serviço geral de estatística ao Tesouro do Estado (Decreto n° 85, de 30 de Novembro de 1936); em 1937, pelo Decreto n° 6, de 31 de Março, atribuiu à Diretoria Geral de Instrução Pública os trabalhos de estatística educacional; e em Abril do mesmo ano, pelo Decreto n° 7, instituiu a Junta Executiva Regional de Estatística, sem onus para os cofres do Estado, com o objetivo de centralizar, coordenar e uniformizar todos os serviços estatísticos existentes.

Ainda nesse mesmo ano, em 19 de Outubro, a Assembléia Legislativa Estadual aprovou a Lei n° 119, criando a Diretoria de Estatística e Publicidade, subordinada à Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Pública, lei que foi sancionada pelo govêrno Mato Grosso atendia assim, integralmente, às obrigações assumidas na Convenção

Estrutura e evolução Como é natural, a organização de um novo serviço administrativo implica numa série de problemas econômicos, nem sempre devidamente pesados e medidos Criar um serviço, dar-lhe movimentação regular desde o início, não é tarefa tão fácil e praticável num Estado como o nosso, que, só para manter o funcionalismo público, despende cêrca de 60% de sua receita Contudo, o govêrno matogrossense, reconhecendo a magnitude do problema estatístico nacional, deixou de lado a consideração das dificuldades que se apresentavam e criou a Diretoria de Estatística e Publicidade, empregando até os nossos dias o máximo empenho no sentido de assegurar-lhe maior eficiência

De estruturação simples, sem aparatos, sem despesas perfeitamente dispensáveis, a Diretoria deu início à sua atuação, progredindo ràpidamente, nos primeiros anos de luta, apesar da falta de conhecimentos técnicos de seus funcionários e da barreira que o problema da distância lhe criava, em relação às Agências Municipais.

Não temos dúvida, aliás, de que as dificuldades encontradas pelo Departamento de Mato Grosso, relativamente ao seu funcionalismo não especializado, são idênticas às existentes em todo o país, onde até bem pouco tempo predominava o sistema do "pistolão", condenado e abolido pelo critério seletivo aplicado em boa hora pelo D A.S P. Mesmo assim, com a falta de elementos técnicos ou considerados como tais, é inegável o progresso alcançado pelo órgão central de estatística do Estado, cujos serviços acusam um ritmo de crescente aperfeiçoamento

Relativamente à organização dos trabalhos, o Departamento sofreu, como os demais órgãos regionais, a salutar influência padronizadora do I B.G E , só encontrando, por outro lado, a mais desvelada assistência da parte do govêrno JÚLIO MÜLLER.

Em Julho do ano findo, o govêrno estadual regulamentou definitivamente o D E E , dando-lhe orientação segura e fixando-lhe melhor a respectiva estrutura Atualmente, nenhum observador imparcial poderá negar que êle esteja em perfeitas condições de funcionamento

A Estatística Educacional, que se achava a cargo da Diretoria de Instrução, foi transferida ao órgão central e nele permanece em plena execução No ano passado, dando cumprimento ao Decreto-lei federal n º 4 181, de 16 de Março, o govêrno estadual criou a Divisão de Estatística Militar, cuja atuação se desenvolve sob a influência do entusiasmo que nos despertam os imperativos da Defesa Nacional

Convenientemente ajustadas e trabalhando em regime de ordem e eficiência, as quatro Divisões de que se compõe o Departamento vêm cumprindo do melhor modo o programa da repartição

As relações com o I B G E não podiam deixar de ser as mais cordiais possíveis, pois da nossa parte nada há que nos impeça de render as devidas homenagens aos maiores incentivadores da estatística nacional, que são, sem favor algum, os atuais dirigentes do Instituto

Em todos os trabalhos que executamos a seu pedido, procuramos demonstrar a nossa compreensão e espírito de solidariedade, não levados pela subordinação administrativa indireta, mas porque nos apercebemos da necessidade de cooperar, de qualquer modo, na obra estatística empreendida em todo o pa|s

Os trabalhos executados nas diversas Divisões, embora não sejam ainda perfeitos, indicam, no entretanto, que caminhamos a passos largos para êsse objetivo.

Orientados tècnicamente e auxiliados materialmente pelo I B G E , procuramos, dentro do possível, colaborar com o mesmo, no aperfeiçoamento constante do sistema estatístico regional, tanto mais quanto reconhecemos que, num Estado como o nosso, ainda em fase inicial de progresso, sem meios de comunicações rápidas e enfrentando outros fatores adversos, os serviços estatísticos não podem ser executados sem grandes dificuldades

Por outro lado, o drama da estatística municipal precisa ser conhecido e meditado, principalmente agora, que o I B G E cogita de realizar o seu maior e mais complexo plano de organização, nacionalizando os serviços municipais

O Agente Municipal de Estatística, sob todos os pontos de vista, é geralmente um herói Não se trata de simples literatura ou assertiva temerária. É a pura realidade. Ainda agora, ao assumir a direção do Departamento, solicitei de todos os Agentes do Estado um relatório sôbre as dificuldades que encontram nos respectivos setores. E as respostas têm sido tão expressivas, senão mesmo dolorosas, que pretendo reüní-las em volume para conhecimento do govêrno e orientação futura do I B.G E.

Relativamente aos erros, falhas ou informações inseguras, o Departamento acaba de adotar novo processo de crítica, do qual espera excelentes resultados, quanto à formação profissional dos Agentes

O Departamento sempre levou em consideração as dificuldades vencidas pelos seus dedicados colaboradores nos Municípios, justamente por não ignorar quais sejam elas Também não deixa de reconhecer a intenção benéfica do I B G E , nacionalizando os serviços estatísticos municipais como urgente providência para solucionar definitivamente os seus inúmeros problemas de ordem técnica. E prevê, para êsse gigantesco empreendimento, os melhores resultados, uma vez que elementos locais sejam aproveitados, devidamente instruídos, e cercados ainda de meios adequados para a execução de suas tarefas Do contrário, a estatística municipal não saïrá do círculo vicioso em que se encontra

Não podemos deixar de ressaltar aquí o trabalho dos delegados do I B G E. junto ao Departamento. Todos êles se têm portado à altura de sua missão, embora alguns mais do que outros nos prestem a assistência técnica sempre desejada

Na realidade, a posição do Departamento não podia ser melhor. Os nossos serviços estão rigorosamente em dia, na parte que depende do nosso esfôrço, existindo, porém, muitos trabalhos iniciados aguardando tão sòmente a contribuïção dos Municípios mais distantes Temos mantido com os Agentes a mais estreita ligação, procurando, por todos os meios, eliminar os atrasos e erros porventura sanáveis Só não temos conseguido evitar que as correspondências levem de 40 a 60 dias, quando não maior espaço de tempo, entre o Departamento e as Agências Municipais.

Realizações Não é grande nem impressionante o vulto das realizações dêste Departamento Com seis anos de existência e menos tempo de organização racional, o D E.E. noã permaneceu, porém, inativo Quando ainda Diretoria de Estatística e Publicidade, além dos trabalhos estatísticos pròpriamente ditos, fazia publicidade intensiva do Estado, através de boletins, comunicados semanais e outras publicações

Tôdas as principais realizações da repartição se encontram referidas nos relatórios anuais Além das publicações *Divisão territorial do Estado, O gado na economia matogrossense, Ementário da Legislação Estadual de Estatística* e *Ementário da Legislação Escolar, de 1830 a 1942,* mencionaremos ainda outros trabalhos, que tão bem refletem as nossas atividades, tais como o histórico de tôdas as escolas públicas primárias e o movimento respectivo; dados numéricos sôbre o movimento educacional do Estado nos anos de 1939 e 1940; planta da cidade de Cuiabá; carta das principais vias de comunicações; aspectos da exportação do gado em pé, em vinte anos; diferentes aspectos da população do Município da capital, de 1935 a 1939; organização judiciária do Estado; exportação geral dos produtos matogrossenses, para o país e o estrangeiro; e as Tábuas Itinerárias Matogrossenses, em 1943.

Conclusão Como já fizemos sentir, em outras passagens, o govêrno JÚLIO MÜLLER, a quem coube criar o D.E E. e assistir-lhe carinhosamente o desenvolvimento, nunca se desinteressou pelos nossos trabalhos Pelo contrário Sempre assegurou ao Departamento, através da figura do Dr. JOÃO PONCE DE ARRUDA, Secretário Geral do Estado e Presidente da Junta Executiva Regional de Estatística, tudo aquilo de que êle carece para a execução dos seus serviços Inteligentemente agiu o govêrno JÚLIO MÜLLER, compreendendo cedo a importância e a utilidade da repartição Hoje, o Departamento lhe fornece os dados que facilitam a solução dos problemas do Estado e refletem sua progressista obra administrativa O que o govêrno não pôde fazer, e aí não lhe cabe a

menor parcela de responsabilidade, foi dar à estatística municipal um nível mais elevado. Fatores econômicos e fatores de ordem cultural, além do problema das comunicações, contribuíram para que a estatística municipal, em nosso Estado, não se desenvolvesse convenientemente

Mesmo assim, conhecedor que se encontra da situação precária das Agências, cogitou o govêrno de amparar e reformar aquele ramo do sistema regional, o que só não foi levado a efeito em virtude do Convênio decorrente do Decreto-lei federal nº 4 181.

Não fôra isso, e estaríamos aquí a desenvolver um novo esfôrço em benefício da estatística municipal, não só reorganizando as Agências, como selecionando o corpo de seus servidores, melhorando-lhes, em suma, os vencimentos e o nível mental

Agora, só nos resta esperar a ação fecunda e renovadora do I B G E nesse setor, porque estamos seguros de que o órgão central modificará completamente o aspecto da estatística municipal

Em vigor o Convênio, o Departamento Estadual de Estatística de Mato Grosso, assistido tècnicamente pelo I B G E , recebendo cada vez mais ampla assistência material e moral do nosso govêrno, irá, naturalmente, colocar-se numa situação privilegiada, num futuro não muito distante, entre os demais órgãos regional de estatística

JOÃO DE MESQUITA LARA
(Da Secretaria Geral do I B G E e da Sociedade Brasileira de Estatística)

OS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE ESTATÍSTICA E O I.B.G.E.

NA semana de 15 a 21 de Setembro de 1941 reüniu-se em Santiago, capital do Chile, em decorrência de uma resolução da Comissão Panamericana de Cooperação Intelectual, o Segundo Congresso Panamericano de Municípios Inspirado nos mais nobres objetivos de aproximação panamericanista e baseando sua ação em legítimos princípios democráticos, procurou o Congresso estudar, mediante verificação das soluções encontradas em cada país para os problemas comuns aos municípios das três Américas, normas uniformes para a administração dessas unidades políticas, de progressiva aplicação em todo o Continente. Não poderia o Congresso, sob pena de fugir aos seus propósitos fundamentais, esquecer que o conhecimento recíproco das municipalidades americanas seria grandemente facilitado pela uniforme exposição dos dados estatísticos concernentes às respectivas atividades, e que, conseqüentemente, cumpria assegurar a unificação dos métodos e processos de trabalho a que recorrem as administrações comunais para a realização das pesquisas de natureza estatística Dever-se-ia procurar a melhor maneira de assegurar a comparabilidade entre os informes estatísticos relativos a cada Município, em particular, e entre todos os Municípios de cada país, em geral

Foi procurada, com efeito, a solução mais favorável. A Comissão de Estatística do Congresso desenvolveu apreciável atividade e aprovou várias moções que evidenciam o intuito de assegurar a racionalização e a unificação dos levantamentos estatísticos municipais. Uma dessas moções — a de n.º 2, proposta pelo delegado argentino JOSÉ LUIZ PEÑA — apresenta particular interêsse para os estatísticos brasileiros. Segundo os seus têrmos, que traduzem, por igual, o irrestrito pronunciamento do Congresso, se reconhece que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, "importante órgão oficial cujo trabalho eficiente na unificação da estatística municipal é assaz conhecido", está em condições de centralizar e coordenar as estatísticas municipais americanas, organizando as séries comparativas dos dados concernentes às atividades administrativas municipais de cada país, de interêsse para os demais.

Êsse pronunciamento, que tanto honra a organização administrativa brasileira, juntava-se a outro, emitido havia pouco mais de um ano, por uma assembléia de finalidades mais amplas e de objetivo menos específico, cuja realização se destaca entre os acontecimentos marcantes da vida cultural americana. Com efeito, à vista de farta e interessante documentação que lhe foi apresentada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Oitavo Congresso Científico Americano, reünido em Washington, em Maio de 1940, lovou a "nação brasileira pelo impressionante desenvolvimento da sua notável organização de planejamento e coordenação da estatística nacional"

Atentando-se para a significação de tais pronunciamentos, fácil será notar um ponto de coincidência na maneira por que a opinião americana se manifestou, por intermédio dos seus mais representativos elementos, em épocas diversas e em situações de certo modo diferentes, acêrca do sistema estatístico brasileiro. foi ressaltada nos dois casos a magnífica coordenação que evidenciam os resultados das atividades das repartições de estatística integradas no I. B. G. E.

Como pôde — é a pergunta que surge naturalmente — atrair o I B.G.E. a atenção americana para as atividades estatísticas nacionais e obter, em favor da Nação Brasileira, essas demonstrações de confiança tão significativas e dignificantes? Como conseguiu vencer essa entidade os obstáculos que a descentralização administrativa e política, decorrente de regime federativo constitucionalmente estabelecido, criava para a fixação de normas racionais e uniformes, a serem adotadas por tôdas as repartições que se dedicavam no país a pesquisas de natureza estatística? Qual a maneira por que foi combatida, sem que chegassem ao grande público os écos dos choques provàvelmente havidos, a consciência de autonomia que as três órbitas de govêrno levavam ao exagêro, tornando irrealizável a conjugação da atividade, dispersa e privativista, de cada administração, em prol de um objetivo único, comum a tôdas elas? De que modo foi atenuada a influência exercida por certos elementos próprios do meio — extensão e características do território, baixa densidade demográfica, dispersão e isolamento dos núcleos populacionais, capacidade cultural incipiente, etc , — que constituiam outros tantos fatores contrários à harmonização das atividades estatísticas? Como se tornou possível, enfim, que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no curto espaço de um lustro, pudesse construir obra de tamanha relevância?

Todos os elementos que contribuiram para essas vitórias podem ser resumidos em dois motivos principais: o *nivelamento político* que os próprios governos das diferentes órbitas da administração pública, num gesto de elevada significação cívica e democrática, estabeleceram entre si, mediante assinatura de um instrumento convencional, e a *tendência centrífuga* — em relação à administração federal, quando se trata das administrações regionais e locais, e quando estão em foco estas últimas, em relação às administrações regionais — característica da atuação do Instituto. Êsses dois motivos se completam e se ajustam, resultando do seu conjunto a grande fôrça da expansão e profundidade imanente do sistema estatístico brasileiro

A Convenção Nacional de Estatística

O Decreto n° 24 609, de 6 de Julho de 1934, é o diploma legal de que se originou o Instituto Nacional de Estatística, hoje Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística As duas tendências já referidas, que constituem os fatores máximos da consolidação da estatística nacional, tem a sua gênese nesse diploma legislativo

Já no art. 1.º da mencionada Lei, como prévio reconhecimento de que o Município teria de circunscrever os âmbitos primários dos futuros levantamentos estatísticos, ficou previsto que a entidade criada promoveria ou orientaria a execução sistemática das pesquisas de natureza estatística, "mediante a progressiva articulação e cooperação das três ordens administrativas da organização política da República". E essa articulação, do mesmo modo que o estabelecimento da aludida cooperação, não se faria, evidentemente, sem que no pacto intergovernamental, cuja assinatura o citado Decreto n° 24 609 previra, ficassem perfeitamente delimitados os campos de atuação e fixadas as normas de trabalho dos multíplices órgãos que se dedicavam no país a elaborações estatísticas. Tornou-se premente, dêsse modo, para que o desenvolvimento do Instituto se processasse normalmente, fôsse promovida desde logo a realização dos Convênios Estatísticos.

Constituindo experiência *sui generis* na vida administrativa do país e encerrando em seu corpo princípios e doutrinas capazes de neutralizar as discutíveis tendências desagregadoras do regime político adotado pela Nação, a Convenção Nacional de Estatística, assinada pelo Govêrno da União, dos Estados, Território do Acre e Distrito Federal a 11 de Agôsto de 1936, caracteri-

zou-se pela espontaneidade com que os Governos Compactuantes, através de bem definidos compromissos, estabeleceram indestrutíveis vínculos de ampla e integral cooperação — delimitada, é verdade, a um único campo de atividades — entre as Unidades Políticas das três esferas da administração pública brasileira. O instrumento convencional, embora firmado, segundo os princípios da autonomia constitucional então vigorantes, entre governos capazes de livre determinação, considerava as Unidades Federadas no mesmo nível de igualdade e criava para as respectivas administrações os mesmos deveres e obrigações, imprescindíveis à articulação de atividades até então desajustadas.

Recomendando a realização da coleta estatística mediante ação direta e pessoal dos funcionários das repartições especializadas e circunscrevendo ao Município, explìcitamente, o *limite de espaço* das coletas a serem efetuadas desde logo, o Decreto n.º 24 609 fez da organização municipal a sub-estrutura de todo o sistema estatístico nacional. A coleta local dos elementos necessários ao plano regional ou nacional pressupõe, com efeito, o trabalho de crítica e de revisão junto mesmo às fontes informativas e, conseqüentemente, a localização dos órgãos encarregados dessas tarefas nos próprios âmbitos territoriais em que se encontram as aludidas fontes. Torna-se desnecessário ressaltar, por outro lado, que se a estatística geral do país se organiza mediante a coordenação dos informes regionais, estes, por sua vez, são expressos pela conjugação dos dados concernentes a cada Município, em cada Unidade Federada.

E' evidente que se fazia mister, à vista da importância que o Município apresentava como fonte primária de informações, fôssem as administrações comunais dotadas de organismos especializados que, embora modestamente aparelhados, pudessem efetuar aquelas perquirições básicas imprescindíveis ao plano estatístico nacional E foi ainda a Convenção de Estatística que ofereceu ao Instituto oportunidade para desenvolver ininterrupta atuação junto aos Estados signatários do mencionado pacto, no sentido de obter dos governos municipais a criação das Agências de Estatística. A Cláusula Oitava daquele memorável instrumento de acôrdo consubstanciou o compromisso das Altas Partes Contratantes de que interporiam os seus bons ofícios junto aos governos municipais que lhes são subordinados afim de que fôssem instituídos os serviços locais de estatística, os quais, mediante filiação ao Instituto, passariam a gozar de tôdas as prerrogativas asseguradas aos órgãos regionais e federais do sistema.

A palavra do Presidente do Instituto melhor exprime o significado de que se revestiu para a vida da entidade a efetivação do compromisso convencional. Em relatório apresentado ao Chefe da Nação, diz aquela autoridade:

"De grande, inestimável alcance para a estatística brasileira foi o disposto na cláusula 8.ª da Convenção, em referência à criação de serviços ou agências municipais de estatística, integradas no sistema regional e com subordinação técnica à repartição central de cada Estado, embora custeadas pelas respectivas Prefeituras.

Pelos poderes municipais, junto aos quais o Instituto exerceu ativa e constante propaganda, foi recebido com apreciável espírito de colaboração o esfôrço desenvolvido, quer pela entidade mentora, quer pelos governos estaduais, com o objetivo de intensificar-se a criação das agências Em alguns Estados, passaram elas a ser de existência obrigatória, por fôrça de decreto administrativo ou em virtude mesmo de disposição constitucional. Noutros, foram instituídas em conseqüência de convênios multilaterais firmados entre o Estado e as Municipalidades, como ocorreu, por exemplo, em Pernambuco, Ceará, Alagoas e outras Unidades Federadas."

Organização dos serviços municipais de estatística

Segundo a subordinação administrativa das repartições diretamente responsáveis pela sua execução, os inquéritos estatísticos levados a efeito pelos serviços públicos dividem-se em nacionais, regionais e municipais, constituindo o seu conjunto o "plano nacional", anualmente estabelecido. Em relação à natureza da pesquisa, os inquéritos que constituem cada plano anual podem estar ou não submetidos a regime especial. No primeiro caso o regime especial se estabelece em decorrência de Lei federal ou regional (estatística do comércio exterior, do registro civil, da exportação interestadual por via terrestre, etc.) ou de acordos inter-administrativos de aplicação específica (estatísticas do ensino primário). Outra classificação para essas pesquisas pode ser ainda lembrada: tendo em vista a maior ou menor interferência, em sua realização, das repartições estatísticas de cada ordem de govêrno, os inquéritos podem ser de colaboração voluntária ou obrigatória.

Dêsse modo, o inquérito federal, não submetido a regime especial, será efetuado dentro do espírito de cooperação inter-administrativa que caracteriza o Instituto e mediante a colaboração obrigatória dos órgãos regionais e locais de estatística; sujeito o inquérito a regime especial, o auxílio dêsses órgãos ficará condicionado a entendimentos prévios de iniciativa da repartição responsável pela pesquisa. No âmbito regional observa-se situação idêntica, podendo ou devendo a repartição estatística recorrer, para a consecução dos seus objetivos, à colaboração do serviço local integrado no sistema. A colaboração dêste, evidentemente, assume características de necessidade ou de indispensabilidade.

Não se restringindo, como foi visto, a utilização dos dados obtidos através de suas atividades ao âmbito comunal, o serviço municipal de estatística deve estar convenientemente aparelhado não só para levar a bom têrmo as perquirições de iniciativa da administração local, como ainda para dar integral execução às tarefas que lhe são cometidas dentro do "plano nacional". Ao Instituto não passaram despercebidas as dificuldades que teriam de ser transpostas antes que cada Município pudesse dispor de um serviço de estatística suficientemente equipado para fazer face às responsabilidades com que teria de arcar, em contínuo crescimento, em virtude do progressivo aprofundamento dos inquéritos que os interêsses do país estavam a exigir.

A implantação de um serviço caracteristicamente especializado e de objetivos de difícil apreensão por parte de um público infenso, por tradição, a novidades administrativas, constituia, evidentemente, grande temeridade. Não se deve esquecer, outrossim, para bem compreender a ação do Instituto, que se observava em tôda parte completa ausência de educação estatística, a qual, sòmente agora, vai sendo vencida, graças a uma obra pertinaz de propaganda e esclarecimento. A êsses fatores negativos juntavam-se outros de remoção ou transposição não menos difícil, que podem ser assim sintetizados: *a*) as Municipalidades não dispunham, via de regra, de recursos para a instalação do mais modesto serviço de estatística; *b*) não existiam nos Municípios pessoas capazes de desempenhar as funções de estatísticos, ou, se existiam, não possuiam os requisitos mínimos fixados por lei para o provimento em cargos públicos.

Graças, sobretudo, ao potencial de soluções que encerra o sistema de cooperação inter-administrativa, foi possível ao Instituto ir removendo — lenta, mas progressivamente — todos os obstáculos que se antepunham à criação dos serviços municipais de estatística. Adjudicando prêmios aos Agentes de Estatística que mais apreciáveis contribuïções trouxessem aos levantamentos regionais, e promovendo, por meio de acordos inter-governamentais, a estadualização das Agências, o Instituto conseguiu atrair alguns elementos que, relativamente à remuneração fixa percebida, apresentavam suficiente capacidade para o desempenho das aludidas funções. A seguir, mediante troca de correspondência,

vasada sempre em têrmos bastante claros, e por meio de instruções redigidas com objetividade, contribuíram as repartições centrais de estatística — federais ou regionais — para o aperfeiçoamento e especialização dos Agentes.

À ação direta e persistente de Agentes Itinerantes de nível mental mais elevado e de funcionários — quando não dos próprios diretores — das repartições centrais regionais, coube também importante papel na melhoria das atividades da sub-estrutura do sistema. E não se deve desprezar, finalmente, a valiosa contribuïção das publicações dos diversos órgãos do Instituto para essa obra de educação e aperfeiçoamento, bem assim o papel eficiente dos cursos promovidos em algumas repartições centrais regionais e destinados de preferência aos Agentes. Auxílios diretos dos órgãos superiores possibilitaram, por outro lado, o aparelhamento material das Agências de Estatística. Foram fornecidos a essas unidades administrativas móveis, máquinas, material de expediente, publicações especializadas, etc , ficando as Prefeituras Municipais, na maioria dos casos, sòmente com a obrigação de colocar à disposição do serviço o espaço necessário à respectiva instalação.

Em alguns casos, porém, e felizmente em número não muito limitado, as próprias Municipalidades arcaram com o onus total da implantação dos respectivos serviços de estatística. E, o que é mais interessante, não se restringiram apenas a criá-los e a dotá-los dos elementos necessários ao desempenho das tarefas regulamentares, segundo as normas preconizadas pelo Instituto ou conforme os compromissos assumidos para com o Estado. Foram essas Prefeituras um pouco além e deram aos aludidos serviços uma organização mais complexa, com objetivos e finalidades mais amplas. Estudados os diversos tipos de organização que então surgiram, poder-se-ia, talvez, agrupá-los em três classes distintas:

a) Agência Municipal de Estatística, — tipo mais comum, contando com um ou dois funcionários e adotado nos Municípios de pequenos recursos orçamentários;

b) Serviço Municipal de Estatística — confiado à direção de um Agente de Estatística, auxiliado, na maioria das vezes, por três outros funcionários, no mínimo, e a cuja modalidade deram preferência as comunas mais desenvolvidas e providas de maiores recursos;

c) Departamento Municipal de Estatística — de organização bem mais complexa do que a do tipo anterior, e destinada às pesquisas nas capitais e em alguns Municípios de maior importância demográfica, econômica e cultural.

O desenvolvimento da rede dos serviços municipais de estatística — "serviços", na sua ampla acepção — exigiu a fixação de requisitos mínimos para o provimento dos respectivos cargos. O Conselho Nacional de Estatística, na Resolução n.º 144, da sua Assembléia Geral, estabeleceu os princípios fundamentais à regulamentação dessa matéria, os quais podem ser assim resumidos 1) A função de agente estatístico é *exclusiva,* ou seja, é incompatível com o exercício de qualquer outra da administração municipal. 2) À Agência poderão ser confiados, excepcionalmente, os trabalhos de propaganda e publicidade do Município 3) Os vencimentos dos Agentes, que devem ser proporcionais ao custo de vida local, não serão inferiores a Cr$ 150 ou à quarta parte dos vencimentos do Prefeito 4) E' necessário prova de aptidão para alguém ser nomeado para o cargo de Agente. 5) Representação fundamentada da Junta Executiva Regional de Estatística acarretará a demissão do Agente. 6) As funções de Agente de Estatística só poderão ser exercidas por pessoas do sexo masculino.

Contribuïção para as campanhas geográfico-estatísticas nacionais

Antes de examinar a contribuïção prestada pelos serviços municipais de estatística, de modo geral, à realização dos "planos" e das "campanhas" levadas a efeito, no campo nacional, pelas repartições de geografia e de estatística, cabe fazer referência a algumas realizações de relêvo, preponderante ou fundamentalmente de iniciativa daqueles órgãos.

Assim, por exemplo, a Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo, criada na Prefeitura do Recife, em 1939, além de executar integralmente os encargos que lhe são confiados e que se relacionam com o "plano nacional de estatística", cumpre, de maneira elogiável, as disposições do seu regulamento, desenvolvendo larga atuação no setor pròpriamente cultural No campo turístico, organiza interessantes e sugestivos folhetos, contendo informações úteis, os quais são editados em vários idiomas e distribuídos aos interessados Sob êsse aspecto merece realçada, ainda, a ação pessoal do diretor da repartição e dos seus imediatos auxiliares, que tudo promovem para que o viajante guarde a melhor das impressões de sua passagem pelo Recife Outras iniciativas — como a oportuna "Semana do Trânsito" — demonstram o interêsse com que a D E P T. procura contribuir para o progresso da capital pernambucana Deve ser mencionada, por fim, a inestimável contribuïção aos estudos históricos, sociológicos e artísticos prestados com a organização e distribuïção aos magníficos *Arquivos da Prefeitura Municipal do Recife,* repositório de documentos e trabalhos do mais alto valor.

Publicação de idêntica feição e de finalidades análogas, a revista do Departamento Municipal de Estatística de Salvador constitui também valiosa fonte de informações sôbre a capital da Baía. São mais modestas as publicações dos serviços municipais de estatística de Vitória, Curitiba e Florianópolis, correspondendo, aliás, às atribuïções menos amplas dos respectivos órgãos elaboradores. Encerram, porém, informes estatísticos do maior interêsse e atualidade sôbre os Municípios a que se referem.

Outros Departamentos — como o de Maceió — promovem a realização de certames culturais de importância, nos quais são expostos e debatidos problemas sociais do momento, de âmbito municipal ou nacional Os "comunicados", nos quais se tornam públicos, em primeira mão, os dados estatísticos obtidos através dos inquéritos já encerrados, são comuns a tôdas as repartições de estatística das capitais, e mesmo alguns Municípios do interior — como Joinville, Varginha e Pelotas — já adotaram êsse processo de divulgação. O Departamento dêste último Município, aliás, já elaborou uma série de volumes bastante expressivos e que divulgam informações diversas sôbre Pelotas As Municipalidades de Santa Catarina, por suas respectivas Agências, iniciaram a organização de "resenhas informativas", nas quais são registrados os fatos ocorridos dentro de certo período e que, de qualquer modo, podem interessar às repartições de estatística Essa interessante iniciativa foi estendida aos Estados de Sergipe e Alagoas e, posteriormente, em decorrência de deliberação do C.N.E., às Agências de Estatística das demais Unidades da Federação.

A Agência de Estatística interfere na realização dos planos estatísticos nacionais a cargo dos órgãos do Instituto, já obrigatòriamente — com o preenchimento dos Cadernos das respectivas campanhas anuais — já voluntàriamente, se for julgada necessária a sua colaboração O preenchimento dos Cadernos constitui, porém, a tarefa principal das Agências A coleção de questionários que cada Caderno compreende — e que vai sendo gradativamente aperfeiçoada — foi de tal modo estudada que são investigados todos os aspectos importantes da vida municipal. A natureza dêsses fatos, evidentemente, é que determina a maior ou menor extensão das pesquisas, mas a tendência tem sido para nivelar as indagações, de maneira que seja assegurada perfeita compara-

bilidade entre os dados coletados Distribuídos pela primeira vez em 1937, os questionários contidos nos Cadernos não foram ainda preenchidos com a perfeição que seria de desejar e que os esforços despendidos pelas repartições interessadas faziam esperar. Embora os resultados colhidos sejam hoje superiores aos que foram obtidos nas primeiras tentativas, forçoso é reconhecer, entretanto, que ainda se observam muitas falhas ou lacunas nos dados fornecidos pelos Agentes. A continuïdade da campanha e a crítica que vem sendo efetuada nos questionários, acabarão, com tôda a probabilidade, por melhorar a contribuïção dos Agentes, assegurando aos dados fornecidos pelos mesmos o lugar que lhes deve caber no "plano estatístico nacional": um lugar necessàriamente de base.

Repositório de todos os atos legislativos e executivos de iniciativa dos Prefeitos, o *Anuário Municipal de Legislação* encerrará, evidentemente, uma documentação de subido valor para todos quantos desejem estudar as manifestações dos fenômenos sociais no âmbito comunal De acôrdo com o último pronunciamento do C.N E , as Agências de Estatística de alguns Estados estão recebendo regularmente as leis e decretos baixados durante o ano e coletando, na medida de suas possibilidades, os atos promulgados em administrações passadas, para oportuna organização daqueles Anuários.

Foi tentada em Minas Gerais, antes da criação do Instituto, a elaboração de monografias estatístico-corográficas municipais A iniciativa, porém, graças à qual foram elaborados interessantes trabalhos sôbre uns dez municípios daquele Estado, não prosseguiu, nem encontrou imitadores em outras Unidades da Federação. O Conselho Nacional de Estatística, porém, logo após ter entrado em atividade, organizou um modêlo para estudos dessa natureza e recomendou aos órgãos regionais que incentivassem a elaboração das monografias, segundo o citado padrão. Foram aparecendo, em conseqüência das medidas postas em prática, em todos os Estados, com maior ou menor desenvolvimento, ricas ou desprovidas de documentação estatística, impressas ou mimeografadas, as monografias municipais, cujo número talvez seja hoje de algumas centenas. O interêsse demonstrado por êsse gênero de estudo cresceu últimamente com a instituïção, pelos órgãos do Conselho de Geografia, de interessante concurso anual.

As tábuas itinerárias, segundo as normas estabelecidas para a sua organização, devem indicar não só as ligações — e as respectivas distâncias — existentes entre as diversas localidades de cada Município, como ainda para os Municípios vizinhos e entre cada cidade e a capital do respectivo Estado Devem ser mencionados, por outro lado, os meios de transporte de que podem dispor os viajantes, bem assim as facilidades de hospedagem que encontrarão, e os preços correspondentes Não foi pequeno o esfôrço que os Agentes tiveram de empregar para conseguir a reünião dos informes relativos a todos êsses aspectos, os quais possibilitarão, posteriormente, a reünião sistemática de dados concernentes a todo o país. Já se encontram concluídas, com efeito, as contribuïções de quase tôdas as Unidades Federadas, cabendo ao Instituto promover a fusão das mesmas, para a organização das *Tabuas Itinerárias Brasileiras*

Os Diretórios Municipais de Geografia, órgãos de natureza informativa que constituem a sub-estrutura do setor geográfico do Instituto, contam com precioso colaborador na pessoa do Agente de Estatística, que é o seu secretário nato. E essa colaboração se fêz sentir, de maneira apreciável, durante a execução das diversas campanhas em que se tem lançado o Conselho de Geografia. Pode ser lembrada, por exemplo, a colaboração assegurada à revisão e à atualização da Carta do Brasil, quer através do auxílio prestado no levantamento do mapa municipal, quer mediante a coleta de informações païsagísticas e toponímicas e a realização de reconhecimentos topográficos de natureza específica. Além

do apoio que dispensam normalmente aos operadores do Conselho encarregados da determinação das coordenadas geográficas e das altitudes das sedes municipais, os Agentes contribuem ainda para outras obras de importância — como o *Dicionário Geográfico Brasileiro* — fornecendo aos órgãos superiores documentação de caráter local que enriquecerá os respectivos "verbetes". Não se deve esquecer, finalmente, as fotografias, recortes de jornais, monografias, estudos, cópias de documentos, objetos, etc , que os encarregados dos serviços municipais de estatística constantemente encaminham ao Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica.

O Recenseamento de 1940 e a atuação dos Serviços Municipais de Estatística

Os recenseamentos gerais da República, como operações estatísticas que são, deveriam integrar-se automàticamente, na conformidade do disposto no Decreto n.º 24 609, no sistema de natureza federativa centralizado pelo Instituto. Isto não só porque a esta entidade cabia a coordenação de todos os levantamentos estatísticos de interêsse geral efetuados no país, como ainda porque fazia aquela lei explícita menção ao fato, determinando a incorporação do serviço dos censos nacionais ao quadro das suas "instituïções filiadas"

O Conselho Nacional de Estatística, logo após a sua instalação, reconheceu que a complexidade e as peculiaridades da vida brasileira estavam a exigir um estudo estatístico de grande amplitude e que, por isso mesmo, tornava-se mister se procedesse, em 1940, ao Recenseamento Geral da República. Observou, ainda, aquela entidade deliberativa, que, embora o onus dos censos nacionais coubesse à União, deveriam ser distribuídas, racional e proporcionalmente, entre os órgãos federais, regionais e municipais integrantes do Instituto, as diversas tarefas relacionadas com operações dessa natureza. E, em virtude dessa orientação, a Junta Executiva Central, ao propor ao Govêrno as bases para organização, execução e divulgação do Recenseamento, assentou, como princípio fundamental da implantação do serviço censitário, a colaboração de todos os órgãos integrados no Instituto, ou seja, as repartições estatísticas subordinadas às administrações federal, regionais e municipais

Consubstanciando o plano que deveria orientar a colaboração dos órgãos do Instituto, o Decreto-lei n º 237, de 2 de Fevereiro de 1938, que regulou o início dos trabalhos do Recenseamento, estabeleceu alguns objetivos a serem atingidos, nos menores prazos, de maneira que, baseado em informações exatas, completas e oportunas, pudesse a campanha censitária ser implantada com as maiores probabilidades de êxito. E para a consecução dêsses objetivos, que se localizavam, em sua maioria, no âmbito municipal, a atividade das Agências de Estatística constituiu, inquestionàvelmente, elemento de valor sobremaneira apreciável

Levantamentos dos efetivos prediais das sedes municipais e distritais; propaganda do registro civil e atuação no sentido de melhorar o trabalho dos respectivos escrivães, cadastramento das propriedades rurais, dos estabelecimentos industriais e comerciais, das entidades culturais e de finalidades filantrópicas; aprofundamento das pesquisas concernentes aos meios de transporte e às vias de comunicação; interferência no recolhimento das guias de exportação; — constituem parcela mínima das atividades desenvolvidas pelo Agente com o objetivo de coletar todos os elementos cujo conhecimento pudesse ser útil aos trabalhos censitários E não se deve esquecer, também, ao referir a atividade desenvolvida pelas Agênciàs Municipais de Estatística, na fase preliminar do Recenseamento de 1940, o interêsse e a boa vontade que sempre demonstraram na realização das Campanhas Estatísticas.

Não se restringiu, entretanto, aos trabalhos preliminares, a colaboração prestada pelos Agentes ao maior levantamento estatístico já levado a efeito na América Latina. Dispondo, como dispunha, de amplos conhecimentos sôbre a comuna em que exercia sua atividade — já que era contìnuamente obrigado a coletar informes sôbre a mesma — o Agente naturalmente se transformou em conselheiro da Comissão Censitária local, do Delegado Municipal ou ainda dos próprios Agentes Recenseadores, que a êle recorriam em busca de elementos informativos sôbre os mais variados aspectos da vida municipal. Sendo dotado, outrossim, via de regra, de nível mental superior à média observada no meio, pôde o Agente exercer satisfatòriamente, e com inestimável benefício para o serviço censitário, essa função de assessor.

A guerra e os Serviços Municipais de Estatística

Consolidava-se, por conseguinte, em ritmo de constante e ininterrupto aperfeiçoamento, a estruturação do sistema estatístico brasileiro Constituindo, como efetivamente acontecia, uma experiência revolucionária sem similar em tôda a história administrativa do país, a cooperação entre as três órbitas políticas da República não poderia produzir, em tão curto lapso de tempo e em meio como o brasileiro, obra de maior envergadura do que a conseguida. Deve-se reconhecer, com efeito, que o verdadeiro *sentido da cooperação,* quaisquer que sejam os objetivos desta, não é apreendido de um momento para outro A gradativa consecução dos fins a que se propõe, objetiva ou subjetivamente, qualquer associação, constituindo a única maneira de demonstrar as surpreendentes possibilidades da ação coordenada e dirigida de diferentes organismos para um objetivo comum, sòmente se torna realmente avaliável após o transcurso de períodos de tempo não muito curtos, e que aumentam proporcionalmente a tarefa intentada.

As repercussões da guerra na vida brasileira não se restringiram apenas ao campo econômico e militar; também a organização administrativa do país teve de adaptar-se às novas condições de trabalho impostas pela situação Antes mesmo da Conferência dos Chanceleres, no início do ano de 1942, já vinha o sistema estatístico centralizado pelo Instituto dedicando grande parte de sua atividade a pesquisas de natureza especial, direta ou indiretamente relacionadas com a defesa do país. Isso representava, como fàcilmente se compreenderá, um elemento novo introduzido no campo de atuação dos órgãos do Instituto e que, por encerrar uma interferência anômala e inesperada, teria forçosamente de perturbar o ritmo a que vinha obedecendo a consolidação do sistema.

Essa perturbação se fez sentir imediatamente após a atitude assumida pelo Brasil naquela Conferência, momento em que os órgãos encarregados da defesa militar do país, prevendo as graves conseqüências que adviriam da ruptura das relações diplomáticas com os países do Eixo, aceleraram os estudos que vinham efetuando para a mobilização total do potencial de guerra brasileiro E das pesquisas que foram iniciadas não resultaram apenas as inúmeras séries estatísticas, reais e oportunas, que foram colocadas à disposição dos Estados Maiores das Fôrças Armadas. Outro valor tiveram, de não menor significado para o esfôrço bélico brasileiro: demonstraram que a sub-estrutura do sistema estatístico nacional, em virtude, talvez, do renascimento dos fatores negativos anteriormente anulados pelo Instituto, ou da extensão e aprofundamento dos inquéritos além dos limites impostos pelas pesquisas nos tempos de paz, não se encontrava devidamente preparada para levar a bom têrmo os encargos cuja realização, tendo em vista o agravamento progressivo da situação, seria forçosamente exigida pelos órgãos encarregados da defesa econômico-militar do país.

Foram estudadas, então, com a premência que se fazia mister, as providências necessárias à imediata remoção dos obstáculos que impediam exercessem as Agências Municipais de Estatística a função básica que lhes era reserva-

da no sistema do Instituto. E essas medidas, longe de se orientarem por uma avocação, por parte do Govêrno Federal, de todos os serviços estatísticos de interêsse para a Segurança Nacional — o que teria as mais sólidas justificativas no próprio momento que a Nação atravessa — fundamentaram-se, pelo contrário, no mesmo princípio de cooperação inter-administrativa que, em épocas de paz, produziram os excelentes resultados já referidos. Recorrendo, destarte, ao inter-relacionamento das três órbitas administrativas da organização política da República, o Estado Maior do Exército, com a colaboração do Conselho Nacional de Estatística, elaborou um projeto de Decreto-lei que consubstanciava tôdas as providências requeridas para que a atividade das repartições de estatística se processasse dentro do ritmo e com a eficiência que a situação de emergência estava a exigir.

Baixando, a 16 de Março de 1942, o Decreto-lei n.º 4 181, — de repercussões ainda imprevisíveis para a Estatística Brasileira, mas de orientação não menos renovadora do que a manifestada com a promulgação, em 1934, do Decreto n.º 24 609, — o Govêrno da República demonstrou, mais uma vez, a sua absoluta confiança na aplicação do princípio de cooperação inter-administrativa, que informa todo o estruturamento do Instituto. Dando cumprimento ao disposto nessa lei, as Municipalidades de todo o país firmaram, com as Unidades Federadas de que fazem parte e com a União, em período de tempo que bem exprime a sua elevada e patriótica compreensão dos objetivos em causa, acordos especiais, segundo os quais os serviços de estatística em cada Município serão organizados em regime de integral cooperação, cabendo ao Instituto, na qualidade de órgão em que se representam as três ordens de govêrno interessadas e signatárias dos aludidos pactos, a gestão das Agências de Estatística.

"A solução satisfatória" — disse o Embaixador José Carlos de Macedo Soares ao explicar a objetividade e o alcance dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal — "foi proporcionada pela aplicação do princípio convencional, permitindo que a responsabilidade técnica e administrativa dos serviços municipais de estatística seja assumida pelo Instituto, sem que tais serviços deixem de ser "municipais", isto é, órgãos da administração das comunas, visto como o Instituto, sendo uma entidade para-estatal instituída solidàriamente pela União, pelos Estados e pelos Municípios, vai gerí-los em nome e por delegação dos respectivos governos, de modo que continuem a colaborar com estes e com os governos do Estado e da União.

Essa orientação, que a ninguém prejudica ou constrange e a todos beneficia, por isso que rigorosamente baseada na forma convencional e visando atender a exigências prementes de altos interêsses nacionais, só podia merecer geral aceitação, por parte da opinião pública e dos governos das Unidades Federadas e dos Municípios, uma e outros patriòticamente empenhados em assegurar inteira solidariedade a todo esfôrço ou iniciativa que visem, antes de tudo, assegurar ao Brasil os elementos necessários à sua sobrevivência e ao crescente fortalecimento de sua unidade."

Ao assinar a ratificação dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal — após o que entrarão em vigor os compromissos assumidos pelos governos municipais e regionais, e pelo Instituto — estará o Presidente Getúlio Vargas assentando um dos marcos mais significativos na evolução da Estatística Brasileira.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

Criada em 5 de Abril de 1940, em sucessão à entidade fundada, sob a mesma denominação, em 16 de Dezembro de 1931

OBJETIVOS

a) Ampliar e fortalecer as relações existentes entre os estatísticos brasileiros, desenvolvendo-lhes o espírito de classe e unindo-os por laços de solidariedade e cooperação; *b*) focalizar e esclarecer, pela discussão e trabalho em comum, as questões compreendidas nos limites da estatística e das suas aplicações; *c*) difundir as finalidades dos levantamentos estatísticos, bem como a sua necessidade e utilidade, e promover o estudo da estatística em geral; *d*) valorizar, no domínio internacional, a obra da estatística e dos estatísticos do Brasil.

Para alcançar êsses objetivos, compete à S B E : *a*) promover e convocar periòdicamente, sob os auspícios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, as Conferências Nacionais de Estatística; *b*) organizar, de forma que estimule e oriente o trabalho pessoal, cursos de estatística e suas aplicações; *c*) pleitear a inclusão do ensino elementar da Estatística nos programas da instrução primária, secundária e profissional; *d*) apresentar, aos órgãos superiores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sugestões referentes ao aperfeiçoamento da estatística nacional, bem como pleitear junto ao Poder Público a adoção das medidas necessárias à realização das suas finalidades; *e*) realizar sessões, conferências, congressos, exposições, viagens e investigações, com o fim de divulgação ou aperfeiçoamento do método estatístico e de suas aplicações; *f*) manter intercâmbio cultural com as associações congêneres de outros países

CATEGORIAS DE SÓCIOS

Duas são as categorias de sócios: coletivos e individuais São sócios coletivos as instituïções filiadas ao I B G E e as associações, companhias ou sociedades admitidas na forma dos Estatutos Os sócios individuais podem ser: *a*) honorários; *b*) beneméritos; *c*) benfeitores; *d*) correspondentes; *e*) efetivos; *f*) fundadores As contribuições dos sócios individuais, quando efetivos ou fundadores, são de Cr$ 3,00 mensalmente; os sócios coletivos estão obrigados a contribuir com a anuïdade de Cr$ 120,00

A REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, órgão oficial da S B E , é remetida gratuïtamente aos membros de seu quadro social.

DIRETORIA

Eleita em Abril de 1940 e reeleita pela Assembléia Geral em Julho de 1942

Presidente — JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

1 º Vice-Presidente — LÉO DE AFFONSECA — 2 º Vice-Presidente — VALENTIM BOUÇAS

Secretário Geral — BENEDITO SILVA

1 º Secretário — JOÃO DE MESQUITA LARA — 2 º Secretário — FÁBIO DE MACEDO SOARES GUIMARÃES

1 º Tesoureiro — LUIZ FARIA BRAGA — 2 º Tesoureiro — VIRGÍLIO COSTA

Comissão Fiscal — MANUEL RIBEIRO ESPÍNDOLA, ALBERTO MARTINS e FRANCISCO STEELE

Comissão de Redação — BENEDITO SILVA, JOÃO DE LOURENÇO, LOURENÇO FILHO e WALDEMAR LOPES

Tôda a correspondência destinada à S B E deve ser remetida — A/C da Secretaria Geral do I B G E — Praça Mauá, 7, 11 º andar — Distrito Federal

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

CONSTITUIÇÃO DA JUNTA EXECUTIVA CENTRAL — *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do I B G E e de seus dois Conselhos; *Heitor Bracet*, representante do Ministério da Justiça e Negócios Interiores; *Luiz Camilo de Oliveira Neto*, representante do Ministério das Relações Exteriores; *Irací Ferreira de Castro*, representante do Ministério da Guerra; *Manuel Pinto Ribeiro Espíndola*, representante do Ministério da Marinha; *João de Lourenço*, representante do Ministério da Fazenda; *A R de Cerbueira Lima*, representante do Ministério da Agricultura; *Joaquim Licínio de Sousa Almeida*, representante do Ministério da Viação e Obras Públicas; *Osvaldo Gomes da Costa Miranda*, representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; *Lísias Augusto Rodrigues*, representante do Ministério da Aeronáutica; *M. A Teixeira de Freitas*, Secretário Geral do I B G E e do Conselho, representante do Ministério da Educação e Saúde

PRESIDENTES DAS JUNTAS EXECUTIVAS REGIONAIS — ACRE: *Raimundo Nobre Passos*, diretor do Departamento de Geografia e Estatística; AMAZONAS: *Júlio Benevides Uchoa*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PARÁ: *Adelino de Vasconcelos*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; MARANHÃO: *Djalma Fortuna*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PIAUÍ: *João Bastos*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; C E A R Á: *Álvaro Weyne*, Secretário da Fazenda; RIO GRANDE DO NORTE: *Anfilóquio Câmara* diretor do Departamento Estadual de Estatística; PARAÍBA: *Sisenando Costa*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PERNAMBUCO: *Manuel Rodrigues*, secretário de Agricultura, Indústria e Comércio; ALAGOAS: *Manuel Diégues Júnior*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; SERGIPE: *João Carlos de Almeida*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; BAÍA: *Ajrânio de Carvalho*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; ESPÍRITO SANTO: *Mário Serrano Freire*, secretário do Govêrno; RIO DE JANEIRO: *Heitor Gurgel* secretário do Govêrno; DISTRITO FEDERAL: *Sérgio Nunes Magalhães Júnior*, diretor do Departamento de Geografia e Estatística; SÃO PAULO: *Djalma Forjaz*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PARANÁ: *Lauro Schleder*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; SANTA CATARINA: *Virgílio Gualberto*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; RIO GRANDE DO SUL: *Mem de Sá*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; MATO GROSSO; *J Ponce de Arruda*, Secretário Geral do Estado; GOIAZ: *Antônio Juruena Di Guimarães*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; MINAS GERAIS: *Hildebrando Clark*, diretor do Departamento Estadual de Estatística

CONSULTORES TÉCNICOS — A) Secções: I — **Estatística metodológica:** *Milton da Silva Rodrigues;* II —**Estatística matemática:** *Jorge Kafuri;* III — **Estatística cosmográfica:** *Lélio Gama;* IV — **Estatística geológica:** *Aníbal Alves Bastos;* V — **Estatística climatológica:** *Sampaio Ferraz;* VI — **Estatística territorial:** *Everardo Backheuser;* VII — **Estatística biológica:** *Almeida Júnior;* VIII— **Estatística antropológica:** *Roquete Pinto;* IX — **Estatística demográfica:** *Sérgio Milliet;* X — **Estatística agrícola:** *Artur Tôrres Filho;* XI — **Estatística industrial:** *Roberto Simonsen;* XII— **Estatística dos transportes:** *Aimoré Drumond;* XIII — **Estatística das comunicações:** *Eugênio Gudin;* XIV — **Estatística comercial:** *Valentim Bouças;* XV — **Estatística do consumo:** *L Nogueira de Paula;* XVI — **Estatística dos serviços urbanos:** *José Otacílio de Sabóia Medeiros;* XVII — **Estatística do serviço social:** *Fernando Magalhães;* XVIII — **Estatística do trabalho:** *Plínio Cantanhede;* XIX — **Estatística atuarial:** *Lino de Sá Pereira;* XX — **Estatística educacional:** *Lourenço Filho;* XXI — **Estatística cultural:** *Fernando Azevedo;* XXII — **Estatística moral:** *Alceu de Amoroso Lima;* XXIII — **Estatística dos cultos:** *padre Helder Câmara;* XXIV — **Estatística policial:** *José Gabriel Lemos Brito;* XXV—**Estatística judiciária:** *Filadelfo Azevedo;* XXVI—**Estatística da defesa nacional:** *general Sousa Docca;* XXVII — **Estatística da organização administrativa:** *Francisco Sales de Oliveira;* XXVIII — **Estatística financeira:** *Romero Estelita;* XXIX — **Estatística política:** *Azevedo Amaral* B) Representações: I — **Agricultura:** *Fernando Costa;* II — **Indústria:** *A J Rener:* III — **Comércio:** *Lafaiete Belfort Garcia;* IV — **Trabalho:** *João Carlos Vital;* V — **Imprensa:** *Paulo Filho;* VI — **Ensino:** *Raul Leitão da Cunha;* VII — **Religião:** *padre Leonel Franca*

COMISSÕES TÉCNICAS — **I Comissão de Estatísticas Fisiográficas:** organização federal — *Pedro Grande* e *Mário Celso Suarez;* organização regional — *Francisco Lôbo* (Pará), *Mardônio de Andrade Lima Coelho* (Pernambuco) e *Aroldo Caldeira* (Santa Catarina) **II Comissão de Estatísticas Demográficas:** organização federal — *Maria de Castro Fernandes* e *Artur Batista;* organização regional — *Benedito Bezerra* (Amazonas), *Raul de Figueiredo Rocha* (Ceará) e *Emílio Sounis* (Paraná) **III Comissão de Estatísticas da Produção:** organização federal — *Eduardo Gonçalves* e *Alberto Augusto Cavalcanti de Gusmão;* organização regional — *José Cruz* (Sergipe), *Tulo Hostílio Montenegro* (Baía) e *Lourival Ferreira Carneiro* (Minas Gerais) **IV Comissão de Estatísticas da Circulação, Distribuição e Consumo:** organização federal — *João Jochmann* e *Gláucia Weinberger;* organização regional — *Said Farhat* (Acre), *J M Lamenha Lins* (Alagoas) e *Jací Figueiredo* (Mato Grosso) **V Comissão de Estatística do Bem-Estar Social:** organização federal — *Valdemar Cavalcanti* e *Alice Liliana de Araújo Lima;* organização regional —*Joaquim Ribeiro Costa* (Minas Gerais), *Fábio Crisciúma* (Distrito Federal) e *Helena Rocha Penteado* (São Paulo) **VI Comissão de Estatística da Assistência Social:** organização federal — *Manuel Diégues Júnior* e *Mário Ritter Nunes;* organização regional — *Adolf: Ramires* (Rio G do Norte), *Olga de Freitas* (Baía) e *Antenor Schmitd* (Rio Grande do Sul) **VII Comissão de Estatísticas Educacionais:** organização federal — *Antônio Teixeira de Freitas* e *Ariosto Pacheco de Assiz;* organização regional — *João da Cunha Vinagre* (Paraíba), *Amancita Matos* (Maranhão) e *Heitor Rossi Belache* (Espírito Santo). **VIII Comissão de Estatísticas Culturais:** organização federal — *Wilson Soares* e *Rubem Gueiros;* organização regional — *Isnar Bento Gonçalves* (Piauí), *Césio Rigueira Costa* (Pernambuco) e *Mário Lago* (Rio de Janeiro) **IX Comissão de Estatísticas Administrativas e Políticas:** organização federal — *Sílvio Vieira Braga* e *Valdir de Abreu;* organização regional — *Carlos Alberto Vanzolini* (São Paulo), *Albano Gaspar de Oliveira* (Rio G do Sul) e *José de Campos Meireles* (Goiaz)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

QUADRO EXECUTIVO: REPARTIÇÕES CENTRAIS - (30-XII-1942)

ORGANIZAÇÃO FEDERAL:

Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política — Ministério da Justiça e Negócios Interiores
DIRETOR — *HEITOR BRACET*

Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda
DIRETOR — *JOÃO DE LOURENÇO*

Serviço de Estatística da Produção — Ministério da Agricultura
DIRETOR — *A. R. DE CERQUEIRA LIMA*

Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
DIRETOR — *OSVALDO GOMES DA COSTA MIRANDA*

Serviço de Estatística da Educação e Saúde — Ministério da Educação e Saúde
DIRETOR — *M. A. TEIXEIRA DE FREITAS*

ORGANIZAÇÃO REGIONAL:

Território do Acre — Departamento de Geografia e Estatística
Diretor - *R. Nobre Passos*

Amazonas . . . . — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *Júlio Benevides Uchoa*

Pará . . . . . — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *Adelino de Vasconcelos*

Maranhão . . . . — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *Djalma Fortuna*

Piauí . . . . . — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *João Bastos*

Ceará . . . . . — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *Tomaz Gomes da Silva*

Rio G. do Norte . . — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *Anfilóquio Câmara*

Paraíba . . . . . — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *Sisenando Costa*

Pernambuco . . . . — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *Paulo Acioli Pimentel*

Alagoas . . . . . — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *Manuel Diegues Júnior*

Sergipe . . . . . — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *João Carlos de Almeida*

Baía . . . . . — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *Afrânio de Carvalho*

Espírito Santo . . — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *Armando D. Rabelo*

Rio de Janeiro . . — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *Francisco Steele*

Distrito Federal. . — Departamento de Geografia e Estatística
Diretor - *Sérgio Nunes de Magalhães Júnior*

São Paulo . . . . — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *Djalma Forjaz*

Paraná . . . . . — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *Lauro Schleder*

Santa Catarina . . — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *Virgílio Gualberto*

Rio G. do Sul . . . — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *Mem de Sá*

Mato Grosso . . . — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *Gervásio Leite Pereira*

Goiaz . . . . . — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *Balduíno Santa Cruz*

Minas Gerais . . . — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *Hildebrando Clark*

Não esmorecer
para não desmerecer

(Oswaldo Cruz)